

VISIONI LATINOAMERICANE



CENTRO STUDI PER L'AMERICA LATINA



Visioni LatinoAmericane è la rivista del Centro studi per l'America Latina (Csal).
È una pubblicazione semestrale, internazionale e interdisciplinare che si propone come *forum* di discussione, riflessione e approfondimento delle problematiche che interessano i Paesi dell'America Latina. Il Csal afferisce al Dipartimento di Scienze della formazione e dei processi culturali dell'Università degli studi di Trieste ed è membro del Consejo europeo de investigaciones sociales de América Latina (Ceisal).

Direttore

Francesco Lazzari (Università di Trieste)

Assistente alla direzione

Luca Bianchi (Università di Trieste)

Comitato scientifico

Eleonora Barbieri Masini (Università Gregoriana, Roma), Laura Capuzzo (Ansa, Trieste), Marco Caselli (Università Cattolica, Milano), Pierangelo Catalano (Università di Roma La Sapienza, Segretario generale dell'Assla), Roberto Cipriani (Università Roma Tre), Fernando Antônio de Araújo Sá (Universidade Federal de Sergipe), Pierpaolo Donati (Università di Bologna), Giuliano Giorio (Università di Trieste, Presidente dell'Assla), João Marcelo Martins Calaça (Tribunal regional do trabalho, Rio de Janeiro), Alberto Merler (Università di Sassari), Ana Cecilia Prenz (Università di Trieste), Gianpaolo Romanato (Università di Padova)

Contatti

Rivista *Visioni LatinoAmericane*
Centro Studi per l'America Latina
Via Tigor, 22
34124 Trieste
Italia
email: csal@units.it
www2.units.it/csal

Visioni LatinoAmericane, Anno III, Numero 4, Gennaio 2011, Issn 2035-6633

Foto di copertina di Raul Sanchez



Indice

Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje de <i>Luiz Antônio Cunha</i>	4
¿En la hora de las definiciones? Una aproximación al Alba al atardecer del neoliberalismo de <i>Daniele Benzi</i>	18
As relações União Européia-América Latina com ênfase na questão econômica e destacando as relações com o Brasil e o Mercosul de <i>João Marcelo Martins Calaça</i>	42
Golpe de 68? de <i>Emir Sader</i>	60
Costruire nuova cittadinanza. Il difficile percorso italiano ed europeo di <i>Caterina Dolcher</i>	62
Ser niño, es un riesgo? de <i>Ana Maruchniak</i>	87
Ripensare globalmente l'ambiente. Conversando con Urbelinda Ferrufino di <i>Luca Bianchi</i>	99
Design e sostenibilità di <i>Margherita Villa</i>	107
Raíces, semana de la hispanocultura en Eslovenia El teatro rioplatense de comienzos del siglo XX de <i>Ana Cecilia Prenz Kopušar</i>	134
Anaconda: l'inversione del punto di vista nella selva quiroguiana di <i>Antonio Casamento</i>	141
Géneros, movimientos literarios y literatura en el Río de la Plata de <i>Graciela Racedo</i>	148
Recensioni e commenti	170
Hanno collaborato a questo numero	173



Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje

Luiz Antônio Cunha

Índice

Introdução; 1. Educação religiosa no estado confessional; 2. Laicidade de elite no século XIX; 3. Ensino religioso para o controle político-ideológico; 4. No centro dos conflitos: política, religião, educação; 5. Religião, moral e civismo no regime autoritário; 6. Emergência do moderno movimento laico; 7. Prospectivas; Referências bibliográficas

Introdução

A religião católica desempenhou papel central na formação da sociedade brasileira e, ainda hoje, ocupa nela um lugar de destaque. Apesar da crescente secularização em setores cada vez mais amplos da sociedade, a religião está presente na linguagem cotidiana, nas instituições públicas e privadas, no poder político, no ensino público.

A colonização portuguesa, iniciada no século XVI, em plena contra-reforma, deu o tom não só da estreita ligação entre Estado e Igreja católica, como, também, do caráter impositivo da religião. Os africanos e seus descendentes, escravos e livres, tinham seus cultos reprimidos, considerados contrários à fé, à moral e aos bons costumes. Restavam o sincretismo com ritos cristãos como forma de resistência e sobrevivência. Os cultos dos indígenas, por sua vez, recuados para regiões cada vez mais distantes das cidades, não representavam ameaça ao cristianismo dominante.

Nas últimas duas décadas, a hegemonia do catolicismo tem sido enfraquecida pelo crescimento das Igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais, do que resultou uma inédita pluralidade no campo educacional.

Este texto analisa a presença da religião nos currículos escolares das instituições públicas de ensino, desde sua obrigatoriedade, no período monárquico, até a contestação de sua legitimidade, nas últimas décadas.

1. Educação religiosa no estado confessional

A referência primeira do confessionalismo é o padroado, herança da metrópole portuguesa, atenuada no momento em que a sede do reino se transferiu para o Brasil, em



1808. Com efeito, o Tratado de comércio e navegação de 1810, imposto pela Inglaterra, fiadora não só da migração política da corte, como, também, mais tarde, da independência, continha dispositivos que forçaram a adoção da liberdade de culto, ainda que precária.

A primeira Constituição do País, outorgada pelo imperador Pedro I, em 1824, «em nome da Santíssima Trindade», determinava que a religião católica apostólica romana era a religião do império. Todas as outras religiões seriam «permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo», termos estes transcritos do tratado de 1810. Tudo somado, a primeira Constituição do País estipulava uma liberdade de culto subordinada à religião do Estado.

O Código criminal de 1830 continha restrições explícitas às religiões não católicas e à defesa da ortodoxia da religião do Estado. A restrição mais conspícua, para os propósitos deste texto, era o crime de divulgar doutrinas contrárias às «verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma». Tal crime seria punido com pena de um ano de prisão mais multa pecuniária.

A educação religiosa fazia parte do currículo escolar público. A lei de 13 de outubro de 1827, que mandava criar escolas de primeiras letras em todos os centros urbanos do império, listava o conteúdo do ensino na forma de matérias, entre elas «os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos». Os professores de todos os níveis de ensino eram obrigados a prestar juramento de fidelidade à religião oficial, podendo ser punidos por perjúrio. Nas escolas públicas de todo o País, a doutrina católica deveria ser ensinada a todos os alunos, pelo menos até 1875, quando os não católicos puderam postular a dispensa dessas aulas.

Os poucos evangélicos existentes no País estavam impedidos de atuar no magistério público. A difusão de suas crenças era limitada pela freqüente apreensão, pelas autoridades policiais, das «bíblias falsificadas», isto é, as não aprovadas pela Santa Sé.

Esse breve panorama mostra como a religião católica permeava todo o currículo, o que estava coerente com um Estado confessional, no qual a burocracia eclesiástica era não só mantida financeiramente pelo governo, como fazia parte da administração civil (Bruneau, 1974).

2. Laicidade de elite no século XIX

Nas três últimas décadas do século XIX, a simbiose Igreja-Estado começou a incomodar aos dois lados da parceria. A Santa Sé, no longo pontificado de Pio IX, empenhou-se no aumento do controle sobre o clero brasileiro, para o que era preciso livrar-se das limitações inerentes a sua inserção no aparato estatal. De outro lado, as forças políticas emergentes, orientadas pela ideologias liberal, maçônica e positivista, pretendiam que o Estado brasileiro fosse sintonizado com os seus contemporâneos europeus, particularmente com a França, e adotasse a neutralidade em matéria de crença religiosa.

Embora o efeito das idéias maçônicas fossem, no Brasil, menos fortes do que em outros Países do continente, inclusive nos Estados Unidos, a atuação política da organização esteve presente no processo da independência, na vida política de todo o



império e na instauração da república. Os filiados da maçonaria eram membros dos principais partidos políticos, o conservador e o liberal, nos quais imprimiram um vetor institucional para a luta contra a escravidão, o catolicismo ultra-montano, e em defesa do trabalho livre, da separação entre religião e política, enfim, em defesa de tudo o que Roque Spencer Maciel de Barros (1986) denominou de «ilustração brasileira». Se discordavam quanto ao regime político (monarquia constitucional ou república), os maçons brasileiros convergiam na crítica à centralização política e na defesa da liberdade de trabalho e de manifestação do pensamento, da religião e do voto.

No que diz respeito ao nosso tema, o protagonismo político liberal-maçônico foi decisiva para o início da laicidade na educação pública. Na gestão de Carlos Leôncio de Carvalho como ministro do império, os discentes não católicos do Colégio Pedro II foram dispensados das aulas e dos exames de «instrução religiosa» das escolas públicas, e o juramento dos bacharelandos foi alterado de modo a propiciar a participação desses alunos. Embora tal novidade fosse determinada pelo decreto no. 6.884, de 20 de abril de 1878, que alterou apenas o regimento daquele estabelecimento de ensino, ele influenciou mudanças semelhantes em todo o ensino secundário oficial.

Se os maçons tinham na defesa da laicidade do Estado uma posição doutrinária, os positivistas eram oportunistas. Como a «concepção científica da sociedade» ainda não estava suficientemente desenvolvida, o Estado deveria abster-se da educação, deixando-a para o livre entrechoque das idéias. Enquanto isso, a «religião da humanidade» seria cultivada por uma elite intelectual, que procuraria influenciar a política e difundir suas idéias pela imprensa e pelo ensino. A situação seria bem outra quando o positivismo estivesse pronto. Aí, então, ele seria o conteúdo compulsório do ensino público. Assim, os positivistas não se empenharam propriamente na luta pela laicidade da educação. Pela separação entre a Igreja católica e o Estado, sim, pela secularização dos cemitérios, principalmente, pois tinham ritos próprios de homenagem aos mortos, que eram vedados pela igreja oficial, investida de função pública.

A república foi proclamada após uma longa série de manifestações em prol desse regime político, inclusive insurrecionais, ao longo do século XIX: Revolução pernambucana, Confederação do Equador, Revolução farroupilha, Revolta sabinada e Revolta praieira. Depois da guerra da Tríplice aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), contra o Paraguai, essas manifestações foram sobretudo político-ideológicas. O Manifesto republicano, publicado na imprensa carioca em 3 de dezembro de 1870, denunciou os privilégios do regime monárquico, inclusive e em primeiro lugar os de religião. Tendo o grão-mestre da maçonaria Saldanha Marinho como primeiro signatário, o manifesto denunciou a falta de «liberdade de consciência, nulificada por uma igreja privilegiada».

A laicidade do Estado foi um dos pontos culminantes da institucionalização do novo regime, com explícita incidência sobre o ensino público. O decreto no. 119-A, promulgado em 7 de janeiro de 1890, portanto um mês e meio após a proclamação da república, declarou plena e total liberdade de culto, suprimindo as restrições até então vigentes aos não católicos, ao mesmo tempo em que proibia a todos os níveis do poder público de estabelecer alguma religião, bem como criar diferenças entre os habitantes do País por motivos de crenças ou opiniões filosóficas ou religiosas. O padroado foi extinto, mas o governo federal obrigou-se a manter os subsídios ao clero católico pelo prazo de um ano.



Além da supressão do ensino religioso nas escolas públicas, os cursos jurídicos tiveram extintas as respectivas cátedras de direito eclesiástico. As escolas primárias e secundárias privadas poderiam oferecer o ensino religioso de sua preferência ou nenhum.

A promulgação da Constituição de 1891 foi mais incisiva e impediu os governos federal e estaduais de subvencionar cultos ou igrejas, assim como interditou o estabelecimento com eles de relações de dependência. Em consequência, com a promulgação da Constituição, «o Brasil tornava-se jurídica e politicamente um País laico» (Idem: 223).

Em suma, a Constituição de 1891 declarou a Igreja católica separada do Estado - ela passou, então, da esfera pública para a esfera privada. A União, os Estados e os Municípios foram proibidos de financiar qualquer tipo de atividade religiosa, bem como assumiram importantes funções até então exclusivas do clero, como o registro de nascimentos e de casamentos.

Foi, contudo, um parágrafo da Constituição que expressou de modo mais claro a laicidade republicana, ainda que equivocada na qualificação: «Será leigo [isto é, laico, Lac] o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos» (art.72, parágrafo 6º). A despeito da confusão entre os termos leigo e laico, essa foi a única passagem de uma Constituição brasileira, até os dias atuais, em que uma atividade do Estado brasileiro foi determinada laica. Em todas as demais a natureza e a amplitude da laicidade são implícitas, e têm de ser deduzidas devido às ambigüidades remanescentes.

A despeito da escassa base social, a laicidade foi, assim, erigida em política do Estado republicano como ideologia de uma elite intelectual de orientação européia, liberal-maçônica ou positivista. Entretanto, as classes dominantes, as classes médias e as classes populares continuaram religiosas, principalmente católicas, praticando diferentes graus de sincretismo, especialmente estas últimas.

3. Ensino religioso para o controle político-ideológico

O regime político republicano liberou forças produtivas que se encontravam contidas pelo escravismo e pela centralização monárquica. Desenvolvimento econômico, urbanização, trabalho assalariado na agricultura, ampliação das classes médias e emergência do operariado foram seus efeitos mais marcantes.

Por outro lado, a ordem social foi sacudida por movimentos sociais no campo, nos quais predominavam ideologias religiosas de caráter messiânico. Por estarem circunscritos no espaço geográfico e social, eles foram objeto de repressão policial-militar, e não chegaram a comprometer a ordem social.

As cidades, por sua vez, foram palco de inéditos movimentos operários, de orientação predominantemente anarquista, culminando, entre 1917 e 1920, numa série de greves nas principais cidades do País, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se localizava a maior parte da atividade manufatureira.

Na década de 1920, a mistura de repressão, concessões legais e incentivo à migração de trabalhadores rurais provocou o arrefecimento do movimento operário urbano. A ordem social foi, todavia, sacudida por uma onda de insurreições militares. Oficiais de baixa patente levantaram-se em armas contra o governo federal, que pretendiam



derrubar, e pela «regeneração moral» do Estado e da Nação. Esse foi o sentido geral dos levantes de 1922 a 1927.

Tanto os movimentos sociais provenientes da classe trabalhadora quanto os oriundos de dentro do próprio aparato do Estado eram vistos como ameaças à ordem social, para o que as elites dirigentes exigiam medidas de repressão imediata e de prevenção. Os regimes políticos de Salazar em Portugal e de Mussolini na Itália forneceram modelos valorizados. Em comum ambos tinham referência no conservadorismo católico, uma ideologia cada vez mais evocada como solução dos problemas sociais e políticos do Brasil. A transposição era facilitada por se dispor, neste País, de um clero organizado e de um conjunto de instituições destinadas aos leigos, capazes, portanto, do exercício da direção hegemônica. O retorno da religião às escolas públicas foi uma espécie de corolário dessa pedagogia preventiva de caráter político-ideológico.

Durante a revisão constitucional de 1926, a inclusão de conteúdos religiosos no ensino público obteve a maioria dos votos, mas não o suficiente para mudar a Carta magna: continuou laico (dito leigo) o ensino nas escolas públicas. Mas, a Constituição já era desafiada na prática. Naquele ano, pelo menos seis estados adotavam o ensino religioso nas escolas públicas, facultativo aos alunos, *fora do horário normal de aulas* (Cury, 2003).

No Estado de Minas Gerais a hegemonia religiosa católica quebrou de vez o princípio da laicidade do ensino público. Em 1928, o presidente Antônio Carlos de Andrada descartou a Constituição e baixou decreto autorizando o ensino do catecismo nas escolas primárias do seu Estado, inspirando-se na reforma educacional de 1923 na Itália fascista (Reforma Gentile). No ano seguinte, a assembléia legislativa mineira aprovou lei determinando o ensino da religião nas escolas estaduais primárias, secundárias e normais. A frequência às aulas seria facultativa, e não se mencionava nenhuma religião específica. Mas, os procedimentos indicados eram tais que, na prática, somente o catolicismo poderia ser ensinado a todos os alunos, como, aliás, se esperava.

Essa matéria foi objeto de um dos primeiros atos de Getúlio Vargas no longo período em que esteve à frente da presidência da república (1930/1945). Seis meses após a vitória do movimento insurrecional que pôs fim ao que veio a ser conhecido como Primeira república, Vargas baixou o decreto no. 19.941, de 30 de abril de 1931, facultando o oferecimento da instrução religiosa nos estabelecimentos públicos de ensino primário, secundário e normal. Para que essa disciplina fosse oferecida nos estabelecimentos oficiais de ensino, seria necessário que pelo menos 20 alunos se propusessem a recebê-la. O ministro da educação justificou o retorno desse conteúdo ao currículo da escola pública como sendo uma conquista do catolicismo contra o «dogma da liberdade de pensamento» defendido por liberais, e, provisoriamente, pelos comunistas, supostamente interessados em destruir as instituições nacionais.

O pacote de reformas educacionais de abril de 1931, que incluía aquele decreto, dividiu os participantes da IV Conferência da associação brasileira de educação. O manifesto que, no início do ano seguinte, expressou as posições dos «pioneiros da educação nova», continha uma defesa incisiva da laicidade do ensino público:

«A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade



da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas».

Os signatários do Manifesto distribuíam-se num amplo leque político-ideológico, no qual os liberais Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo formavam ao lado do socialista Hermes Lima e do comunista Paschoal Lemme.

Nenhum efeito prático teve o pronunciamento dos “pioneiros”, pois a vitória alcançada pela Igreja católica com a promulgação do decreto no. 19.941/31, veio a ser garantida e ampliada pela Constituição de 1934.

Como resultado da estratégia da Liga eleitoral católica, a possibilidade de associação entre Igreja e Estado foi introduzida no texto constitucional. No mesmo artigo em que se vedava aos governos federal, estaduais e municipais terem «relação de aliança ou de dependência com qualquer culto ou igreja, acrescentava-se a conveniente ressalva «sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo». A Constituição de 1934 foi, então, promulgada com um artigo sobre o *ensino* religioso (ao invés da *instrução* religiosa do decreto de 1931). As escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais deveriam incluí-lo como *matéria dos horários*. Todavia, a presença dos alunos continuava facultativa, com os pais ou responsáveis podendo manifestar sua preferência pelas distintas confissões religiosas. Na prática, apenas o catolicismo era ministrado nas escolas públicas.

A promulgação da Constituição e a eleição de Vargas para a presidência da república, pelo Congresso nacional, não amorteceram os conflitos políticos. Ao contrário, eles se intensificaram e as posições se radicalizaram.

Diante de graves problemas econômicos, novo golpe de Estado foi desfechado de dentro do próprio Estado. Em novembro de 1937, o Senado e a Câmara dos deputados foram fechados e dissolvidos todos os partidos políticos. Uma nova Constituição foi outorgada, inaugurando o Estado Novo, denominação emprestada do regime autoritário português. A repressão política e ideológica foi a mais intensa desde o fim da primeira república.

Mesmo não havendo nenhuma inflexão anti-religiosa, o núcleo do poder político do Estado novo confiava mais em obter o consentimento das massas, diretamente, do que pela mediação do clero, embora não descartasse a ajuda da religião. Na trilogia «Deus, Pátria e Família», tão cara ao integralismo, versão brasileira do fascismo (Trindade, 1974), a Pátria assumiu a primazia, mas esse rearranjo não chegou a desagradar à Igreja católica, até porque suas escolas multiplicaram-se no ensino secundário e normal, com incentivo governamental. O caminho para a primeira universidade confessional do País foi pavimentado em estreita colaboração com o ministério da educação.

4. No centro dos conflitos: política, religião, educação

Deposto Vargas, em outubro de 1945, enquanto se suprimia da legislação educacional os elementos mais ostensivos da herança estadonovista, a Assembléia constituinte, composta dos deputados e senadores recém-eleitos, teve de enfrentar as disputas em torno do caráter do ensino público, se laico ou confessional. Ao fim e ao cabo, o artigo referente ao ensino religioso foi incluído no texto final da Constituição de 1946



exatamente como fora proposto pela Liga eleitoral católica, retomando-se os termos da Carta de 1934.

Passado o momento constituinte, a questão da laicidade passou ao segundo plano, para ressurgir, marginalmente, no âmbito da tramitação no Congresso do projeto de Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Ldb). Sobre esse projeto e sua tramitação muito já se escreveu, particularmente sobre o papel da Igreja católica na defesa da limitação do Estado no campo educacional e na garantia legal de subsídios públicos ao setor privado.

A translação do governo Dutra para a direita do espectro político, com a saída do Partido trabalhista brasileiro da aliança governante, substituído pela União democrática nacional, abriu caminho para que quadros desse partido assumissem vários ministérios, inclusive o da educação. No mesmo movimento, os parlamentares comunistas tiveram seus mandatos cassados e passaram à clandestinidade, o que lhes impediu de repetir o protagonismo da Constituinte. Foi nesse contexto que Clemente Mariani assumiu o ministério da educação e elaborou o projeto de Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Os conflitos em torno desse projeto foram tantos que demorou 13 anos para que a lei fosse promulgada.

Com todo esse condicionamento político, o projeto de Ldb já saiu do ministério da educação com o feitiço adequado às demandas principais da Igreja católica, no que dizia respeito ao ensino religioso nas escolas públicas: ele transcreveu o artigo 168 da Constituição e acrescentou-lhe um único parágrafo, que determinava o registro dos professores dessa matéria pela autoridade religiosa respectiva.

Em 1959, enquanto as energias eram concentradas nas disputas em torno da dimensão financeira dos sistemas de ensino, uma surpreendente emenda foi apresentada pelo deputado Aurélio Vianna, do Partido socialista brasileiro, que inseriu uma condição ao oferecimento desse ensino: «sem ônus para os poderes públicos». Essa restrição foi aprovada pela Câmara dos deputados e pelo Senado, e mantida no texto final da lei sancionada pelo presidente João Goulart em 20 de dezembro de 1961.

A promulgação da nova lei foi feita no mesmo mês em que o papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, que mudou os rumos da Igreja católica. Transferindo seu tradicional foco elitista para a «opção preferencial pelos pobres», baseada na teologia da libertação, a instituição incentivou o engajamento social dos quadros religiosos e leigos, passando a disputar com os comunistas a direção política dos movimentos sociais e sindicais.

O espaço cedido pela Igreja católica no lado conservador foi ocupado por forças de inspiração evangélica e de origem estrangeira, como mostrou Maria Aparecida Brisolla de Oliveira (1982). Essa autora apontou o Movimento do rearmamento moral (Mrm), criado nos Eua, em 1921, como precursor da retomada da educação moral e cívica, com uma conotação fortemente religiosa.

O Mrm tinha por objetivo criar uma «democracia inspirada e restaurar a supremacia dos valores espirituais». O evangelho forneceria os critérios para se acabar com todos os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais do mundo. Para tanto, as comunidades cristãs deveriam se unir para vencer o «materialismo do Oriente», de onde proviria o comunismo. O rearmamento moral lhe daria combate em seu próprio campo - o ideológico.



Apesar de ser em tudo convergente com a orientação predominante na Igreja católica, o Mrm era visto por ela com reserva, pois tinha direção internacional evangélica e concorria com os movimentos que já se desenvolviam no Brasil, em especial os movimentos de mulheres. Dentre eles, a Liga das senhoras católicas, o Movimento de arregimentação feminina e a Campanha da mulher pela democracia eram os mais importantes. Tendo como inimigo comum o «comunismo ateu», essas entidades foram atoradas destacadas na institucionalização da educação moral e cívica, após o golpe de estado de 1964.

5. Religião, moral e civismo no regime autoritário

O projeto político de construção de um regime capitalista autônomo, que empolgou o País nos primeiros anos da década de 1960, foi bruscamente freado. Em março-abril de 1964, um golpe de estado civil-militar depôs o presidente da república, subordinou os poderes legislativo e judiciário, bem como reprimiu as instituições políticas da sociedade civil, em especial as sindicais e partidárias. Iniciava-se um regime autoritário que durou duas décadas.

Na escola superior de guerra formou-se uma corrente de pensamento que defendia a inclusão dos valores morais e espirituais entre os *objetivos nacionais permanentes*. Em 1964, a moral passou a fazer parte da doutrina da Escola superior de guerra (Esg), como um dos fatores da expressão psico-social do *poder nacional*. Em 1971, os «fatores psico-sociais» foram subdivididos em fatores éticos, religiosos e ideológicos. O líder dessa corrente foi o general Moacir Araújo Lopes, que se tornou prócer da educação moral e cívica, chegando a presidente da comissão do ministério da educação para essa disciplina. A idéia subjacente era a de que se impunha «enfrentar o desafio maior do século, em que as nossas mais caras tradições democráticas e cristãs se vêem ameaçadas pelo materialismo marxista» (Arruda, 1980: 158). Em consequência, a «infiltração comunista» foi responsabilizada pela «queda nos padrões de comportamento social», a qual deveria ser combatida pelo ensino da moral e do civismo. Após o golpe de estado, essa idéia gerou outra, a de que o «saneamento moral da sociedade» constituiria uma condição indispensável para o desenvolvimento (Idem, 161).

O aparato legal incidente sobre o campo educacional foi amplamente reformado no regime autoritário. Em 1971 foi promulgada a Lei de diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, no. 5.692, de 11 de agosto. O ensino religioso apareceu nela como parágrafo único do artigo que determinava a obrigatoriedade da educação moral e cívica, ao lado de outras disciplinas, e foi revogado o artigo da Ldb de 1961 que vedava a remuneração dos professores de ensino religioso pelos poderes públicos. A legislação ficou, então, omissa sobre essa questão. Estava aberto o caminho para os dirigentes católicos assediarem governadores e prefeitos para obterem o deslocamento de professores do quadro para o ensino religioso, assim como o pagamento de seus próprios agentes nas escolas públicas de 1º e 2º graus.

A inserção da educação moral e cívica nos currículos escolares não foi uma decorrência automática nem imediata do golpe de estado, pois as tentativas nesse sentido



sofreram resistências e protelações. Contra isso, a junta militar, que perpetrou um verdadeiro «golpe dentro do golpe», baixou o decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969, resultante de um grupo de trabalho da Associação dos diplomados da escola superior de guerra.

Apoiando-se nas tradições nacionais, a educação moral e cívica teria por primeira finalidade «a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus».

Essa disciplina seria ministrada em todos os níveis de ensino, inclusive na pós-graduação, sendo que no ensino superior ela se apresentaria na forma dos estudos de problemas brasileiros. Os programas, para todos os níveis, seriam elaborados pelo Conselho federal de educação com a colaboração da Comissão nacional de moral e civismo, composta por seis membros nomeados pelo presidente da república, «dentre pessoas dedicadas à causa». A Comissão reunia oficiais gerais, civis militantes de direita e sacerdotes católicos.

No início de 1969 houve drástica renovação dos membros do Conselho federal de educação, de modo que esse órgão colegiado tornou-se colaborador das reformas do novo regime, inclusive no que dizia respeito à educação moral e cívica. Foi nesse contexto que o parecer 94/71, relatado pelo conselheiro Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju, normatizou essa disciplina. Esse arcebispo era, então, o líder da corrente integrista da Igreja católica, que resistia às mudanças induzidas pelo Concílio Vaticano II e seus desdobramentos teológicos e pastorais.

Apesar do parecer do arcebispo-conselheiro proclamar que a educação moral e cívica deveria ser aconfessional, isto é, não vinculada a religião alguma e a nenhuma igreja, a incorporação das doutrinas tradicionais do catolicismo e de seus quadros não era sequer disfarçada. O parecer proclamava que a religião era a base da moral a ser ensinada. Para escapar do paradoxo, o arcebispo Duarte lançou mão do conceito de «religião natural», isto é, aquela que leva ao conhecimento de Deus pela luz da razão. Assim, ficavam afastadas todas as religiões indígenas, afro-brasileiras e orientais, apesar de efetivamente praticadas por dezenas de milhões de pessoas, relegadas à condição de resíduos de ignorância ou de curiosidades folclóricas.

Na prática, a educação moral e cívica foi lugar de emprego preferencial para religiosos e militares, estes nos cursos superiores. No entanto, alguns professores conseguiam, mediante artimanhas, contornar os programas oficiais e desenvolver, com os alunos, atividades de resistência a essa ideologia.

A transição para a democracia foi longa e tortuosa, resultante tanto da luta de uma ampla frente que reuniu de liberais a comunistas, quanto das concessões dos governos militares, em razão do próprio esgotamento do regime autoritário. Visto do campo educacional, a transição para a democracia teve início pela ocupação de prefeituras municipais de cidades do interior pelas forças políticas de oposição, nas eleições de 1977; acelerou-se após a anistia aos punidos por razões político-ideológicas (1979) e, ainda mais, com a eleição dos governadores dos Estados pelo sufrágio universal (1982); estancou-se depois da morte do presidente civil recém-eleito pelo colégio eleitoral (1985); e veio a sofrer um forte revés com o resultado das eleições presidenciais diretas



de 1989. Mesmo assim, pela primeira vez na história do Brasil, foi possível verificar, na prática, que a união das forças democráticas e progressistas pode levar à conquista do poder político, apesar das diferenças de orientações e programas partidários.

Depois de sete anos de tramitação no Congresso, foi aprovada a lei 8.663, de 14 de junho de 1993, que aboliu a obrigatoriedade da educação moral e cívica em todos os níveis de ensino. Todavia, a disciplina ensino religioso permaneceu no currículo das escolas públicas e das privadas confessionais, nos termos da Constituição de 1988 e das Constituições estaduais do ano seguinte.

6. Emergência do moderno movimento laico

Nas últimas oito décadas, o campo religioso tem se alterado profundamente no Brasil. Em linhas gerais, quatro são os vetores dessas mudanças: a proporção dos adeptos do catolicismo caiu de 93,0% em 1960 para 73,4% em 2000; as Igrejas evangélicas cresceram, passando de 4,0% de adeptos em 1960 para 15,4% em 2000; os adeptos das religiões afro-brasileiras reduziram-se bastante, em proveito das confissões evangélicas; a parcela dos declarantes «sem religião» passou de 0,5% em 1960 para 7,4% em 2000 (Jacob, 2003).

Esse processo de profunda e acelerada mudança aponta para duas situações ameaçadoras da posição dominante que a Igreja católica deteve em toda a história do País: de um lado, o crescimento das Igrejas evangélicas, de outro, o aumento ainda mais rápido dos «sem religião». Em resposta, os dirigentes católicos decidiram investir na recuperação do espaço perdido, para o que adotaram diversas estratégias. Entre elas, a efetivação do ensino religioso nas escolas públicas, que, embora determinado pela Constituição e pelas leis educacionais, nem sempre tem sido ministrado, por efeito de uma laicidade difusa no professorado.

Com o esgotamento da ditadura militar, a eleição de um presidente da república civil, em 1985, e a convocação da Assembleia nacional constituinte, em 1987, a urgência daquele investimento foi reforçada diante do crescimento de um movimento pela educação pública laica, sem precedentes no País. Sindicatos de docentes e instituições culturais lideraram uma rápida campanha em prol de emenda popular à Constituição em elaboração, que defendia uma educação pública gratuita, *laica*, democrática e de qualidade para todos. Em apenas três meses foram coletadas 280 mil assinaturas em apoio a essa emenda (Cunha, 1991: 434-436).

O aparato da Igreja católica foi todo mobilizado em proveito de outras emendas populares, algumas progressistas, como a reforma agrária, outras regressivas, como a condenação de qualquer forma de aborto. O oferecimento do ensino religioso nas escolas públicas foi anexado a distintas emendas, de modo que esse tema foi impulsionado por diferentes correntes político-ideológicas. O resultado foi expressivo: 800 mil pessoas apoiaram, de um modo ou de outro, o oferecimento daquela disciplina nas escolas públicas (Idem, *Ibidem*).

A vitória da Igreja católica foi total nessa matéria, embora ela não tivesse conseguido reverter a legalização do divórcio nem aprovar a proibição total do aborto.



O texto da Constituição promulgada em 1988 reeditou os termos gerais de suas quatro antecessoras do período republicano, com a seguinte determinação: *O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental*. No ano seguinte, cada unidade da Federação promoveu a elaboração de sua própria Constituição. Em alguns estados, os grupos confessionais conseguiram inserir nas respectivas constituições a extensão do ensino religioso para as escolas públicas de nível médio, assim como a exigência de habilitação própria para os professores dessa disciplina.

Perdida a batalha contra o ensino religioso nas escolas públicas do ensino fundamental, na Constituição de 1988, a luta dos laicos consistiu em impedir o avanço dos grupos confessionais no processo de elaboração da segunda Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Esse processo teve início com a promulgação da Constituição e prolongou-se por oito anos. Como na primeira lei, os conflitos foram mais intensos no tocante ao uso dos recursos públicos para o financiamento do setor privado, o que deixou em segundo plano a questão do ensino religioso. O texto finalmente promulgado como lei no. 9.394 em 20 de dezembro de 1996, continha dois elementos importantes. O primeiro, retomava restrição da Ldb de 1961, ao determinar que o ensino religioso nas escolas públicas fosse ministrado «sem ônus para os cofres públicos». O segundo elemento, inédito, previa duas formas para o oferecimento dessa disciplina, a confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou de seu responsável; e a interconfessional, resultante do acordo entre as diversas entidades religiosas.

Pouco tempo durou essa formulação. Se o interconfessionalismo fora a fórmula ecumênica de exercício da hegemonia católica, particularmente sobre as demais confissões cristãs, o confessionalismo sintonizava-se melhor com o tom da neocristandade impresso pelo pontificado de João Paulo II, notadamente após a queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética. A Ldb foi, então, mudada a partir de proposta do próprio ministério da educação. Foi o que fez a Lei no. 9.475, de 22 de julho de 1997, promulgada às vésperas da visita ao Brasil do papa João Paulo II. Embora continuasse de matrícula facultativa nas escolas públicas, o ensino religioso foi declarado pela lei *integrante da formação básica do cidadão*. Duas supressões produziram os maiores efeitos. Primeiro, a eliminação da restrição ao emprego de recursos públicos para cobrir os custos dessa disciplina. Segundo, a supressão das modalidades confessional e interconfessional. A primeira omissão abriu caminho para a negociação dos governos estaduais e municipais com as organizações religiosas para o financiamento de seus agentes no ensino público. A segunda omissão abriu caminho aos grupos que, dentro das entidades religiosas pretendiam manter o caráter estritamente confessional, em detrimento dos que defendiam substituí-lo por um presumido denominador comum às diferentes religiões.

Na Ldb reformada, os sistemas estaduais de ensino receberam a atribuição expressa, até então implícita, de definir os conteúdos do ensino religioso, inclusive de estabelecer normas para a habilitação e a admissão de professores, desde que ouvida entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas.

A plataforma laica retraiu-se depois da promulgação da Ldb, em 1996, e de sua reforma no ano seguinte. Surgiu, então, uma nova polarização - confessionalismo X



interconfessionalismo -, a despeito da supressão dessas alternativas no texto da lei (Cunha e Cavaliere, 2007; Fischmann, 2008).

O lance mais ousado do alto clero católico, em sua estratégia de recuperação do espaço perdido, foi a *concordata* entre o governo brasileiro e a Santa Sé. Em prosseguimento a gestões iniciadas durante a visita do papa Bento XVI ao Brasil, em maio de 2007, foi firmado acordo bilateral, em novembro de 2008, pelo secretário de Estado do Vaticano e pelo ministro das relações exteriores do Brasil, presentes o papa e o presidente brasileiro. Em agosto de 2009 a *concordata* foi homologada pela Câmara dos deputados, sob a forma de um decreto legislativo, e, em outubro, também pelo Senado. Cento e vinte anos depois do decreto no. 119-A/1890, que instituiu a laicidade republicana, a concordata Brasil-Vaticano foi promulgada pelo presidente Lula mediante o decreto no. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.

Tornou-se realidade o que parecia impossível desde que o regime republicano aboliu o padroado imperial: a Igreja católica logrou que o Estado brasileiro firmasse um tratado que lhe garante privilégios especiais, em termos políticos, fiscais, trabalhistas, educacionais e noutros campos, em total desrespeito aos dispositivos constitucionais.

Três artigos da *concordata* tratam de temas especificamente educacionais, mas o artigo 11 é o mais desconcertante. Ele diz que o *ensino religioso católico e de outras confissões religiosas*, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Esse artigo contraria, essencialmente, o artigo 33 do texto reformado da Ldb, o qual determina que o conteúdo da disciplina ensino religioso seja estabelecido pelos sistemas de ensino (especificamente pelos respectivos conselhos de educação), depois de ouvidas entidades civis constituídas pelas diversas confissões religiosas. Assim, pode não haver «ensino religioso católico» nem de confissão específica alguma. Se esse conteúdo for de caráter histórico, sociológico ou antropológico, como pretendem certas correntes de opinião, ou um extrato das doutrinas religiosas conveniadas, o resultado dependerá da composição política de tais entidades civis (Cunha, 2009).

7. Prospectivas

Se tirarmos os momentos cruciais das assembleias constituintes de 1891, 1934, 1946 e 1988, a laicidade foi um tema pouco presente nas discussões sobre a educação pública no Brasil. Mas, tudo indica que se inicia um novo período, no qual a essa questão tem ampliada sua base social.

Desde a promulgação da atual Constituição (1988), o movimento laico emergiu na luta feminista e ganhou amplitude nas lutas de homens e mulheres, assim como de gays, lésbicas e outras opções, pelos direitos sexuais e reprodutivos. Convergentemente, desde os anos Noventa, os movimentos sociais e setores estatais na área da saúde pública têm defendido posições sobre a difusão de métodos contraceptivos, de relações sexuais seguras, em defesa da descriminalização do aborto, do reconhecimento civil da união homoafetiva, etc., em oposição à doutrina oficial da Igreja católica e da maioria das Igrejas evangélicas. A defesa da laicidade do Estado foi a decorrência lógica dessas



lutas, e passou a integrar as plataformas de várias organizações que atuam nos movimentos sociais, inclusive dos grupos católicos que conseguem descolar-se do controle doutrinário do alto clero.

A bibliografia sobre a laicidade, antes inexistente, já se faz notar. Em 2006 foi publicado no Brasil o primeiro livro com a expressão *Estado laico* no título (Batista e Maia, 2006). Na última década, teses e dissertações, livros e artigos de revista voltam-se para essa questão, tendo, sobretudo, os direitos sexuais e reprodutivos como referentes empíricos diretos. Em 2009, até mesmo editoriais da grande imprensa diária defenderam a laicidade da escola pública e a inconstitucionalidade (se não a inoportunidade política da *concordata*). Na mesma direção manifestaram-se a Sociedade brasileira para o progresso da ciência, a Sociedade brasileira de sociologia e a Associação brasileira de antropologia.

O grande impulso dado ao movimento laico resultou, justamente, da resistência às ações da Igreja católica no sentido de retomada de sua posição dominante, particularmente às pressões pela aprovação da *concordata* no Congresso nacional. Em contraposição, grupos minoritários de católicos convergiram com dirigentes metodistas, presbiterianos, batistas, luteranos, espíritas, afro-brasileiros e outros crentes na reivindicação do caráter laico do Estado brasileiro, e chegaram a defender, em documentos públicos, que a educação religiosa é assunto para as famílias e as comunidades de culto, não para a escola pública.

Foi assim que, em 2009, esboçou-se uma inédita frente laica, juntando crentes e não-crentes. Se, na última década do século XIX a laicidade do Estado foi uma plataforma política de elite, na primeira década do século XXI, configura-se uma nova plataforma, mas com base de massa, algo sem precedentes na história do Brasil. A grande novidade é que, ao invés de se rejeitar toda e qualquer religião, é a própria dinâmica do campo religioso que contribui para induzir essa nova laicidade.

Referências bibliográficas

- Arruda A. de., *Esg: história de sua doutrina*, Grd/Inl-Mec, São Paulo/Brasília, 1980.
- Barata A.M., *Luzes e sombras. A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*, Editora da Unicamp/Fapesp, Campinas, 1999.
- Barros R.S.M. de, *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*, Edusp, São Paulo, 1986.
- Batista C. e Maia M. (orgs.), *Estado laico e liberdades democráticas*, Articulação de mulheres brasileiras/Rede nacional feminista de saúde/Sos corpo-Instituto feminista para a democracia, Recife, 2006.
- Bruneau T.C., *O catolicismo brasileiro em época de transição*, Loyola, São Paulo, 1974.
- Cunha L.A., *A educação na concordata Brasil-Vaticano*, «Educação & Sociedade» (Campinas), 106, janeiro/abril 2009.
- Cunha L.A., *Educação, estado e democracia no Brasil*, Cortez Editora, São Paulo, 1991.
- Cunha L.A., Cavaliere A.M., *O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos*, in Paixão L.P. e Zago N. (orgs), *Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira*, Vozes, Petrópolis, 2007.



- Cury C.R.J., *Cidadania republicana e educação, governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso constituinte de 1890-1891*, DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2001.
- Cury C.R.J., *A educação na revisão constitucional de 1925-1926*, Edusf, Bragança Paulista, 2003.
- Fischmann R. (org.), *Ensino religioso nas escolas públicas: impactos sobre o estado laico*, Fafe/Feusp/Prosare, São Paulo, 2008.
- Jacob C.R. et alii, *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, Editora Loyola, São Paulo, 2003.
- Marinho J.S., *A Igreja e o Estado*, s. ed., Rio de Janeiro, 1875.
- Morel M. e Souza F.J. de O., *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.
- Oliveira M.A.B. de, *Política e educação no Brasil. A implantação da obrigatoriedade da educação moral e cívica no ensino brasileiro em 1969*, dissertação de mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, 1982.
- Oliveira R.P. de, *Educação e sociedade na Assembléia constituinte de 1946*, dissertação de mestrado em Educação, Faculdade de educação da Usp, São Paulo, 1990.
- Ribeiro B., *Protestantismo e cultura brasileira (aspectos culturais da implantação do Protestantismo no Brasil)*, Casa Editora Presbiteriana, São Paulo, 1981.
- Trindade H., *O fascismo brasileiro na década de 30*, Ufrgs/Difel, São Paulo, 1974.



¿En la hora de las definiciones? Una aproximación al Alba al atardecer del neoliberalismo

Daniele Benzi

Índice

1. Crisis hegemónica y mundo multipolar; 2. Algunas implicaciones para la cooperación internacional; 3. El Alba al atardecer del neoliberalismo; 4. Crisis hegemónica y regionalismo (o el rompecabeza de la integración latinoamericana); 5. ¿Qué es la integración alternativa? (visiones desde la intelectualidad militante); 6. ¿En la hora de las definiciones?

1. Crisis hegemónica y mundo multipolar

Una caracterización abstracta, determinista, en muchos casos eufórica, frecuentemente ha presentado a la *globalización* como si estuviese ocurriendo (o hubiese ya ocurrido) en un *vacío de poder*, esto es, como el resultado de impulsos automáticos, y no menos enigmáticos, del mercado. (Saxe-Fernández; Delgado-Ramos, 2004)¹.

En las últimas décadas, tras el agotamiento de las fórmulas keynesianas de regulación social en los estados de «bienestar» del centro; interrumpidas o, más a menudo, fracasadas las distintas variantes de «desarrollismo» en los Países periféricos; y, finalmente, a raíz del colapso del bloque soviético, el neoliberalismo ha sido vendido como una nueva y única receta para los problemas del «desarrollo». «There is no alternative», nos repetía la señora Thatcher. Ocultando así lo esencial: el hecho de haber sido una estrategia global, eso sí, pero nacida con el preciso objetivo de restablecer la primacía de los Estados Unidos (Eua) que había entrado en crisis, por diferentes razones, hacia finales de los años Sessenta. En esta línea de reflexión, merece la pena recordar las palabras que Henry Kissinger pronunciara el 12 de octubre de 1996 frente a

¹ Este trabajo, revisado y ampliado, ha sido presentado en el Seminario internacional *Experiencias y formulaciones en la construcción de desarrollos alternativos*, organizado por el Centro de estudios de desarrollo económico y social de la benemérita Universidad de Puebla, y realizado los días 18, 19 y 20 de agosto de 2010 en Puebla, México; en el *IV Encuentro de economía política y derechos humanos*, organizado en Buenos Aires por la Universidad popular madres de plaza de mayo y el Cemop (Centro de estudios económicos y monitoreo de las políticas públicas), realizado los días 8, 9 y 10 de septiembre de 2010; y en las *III Jornadas de economía crítica*, realizadas los días 14, 15 y 16 de octubre en Rosario, Argentina.



los estudiantes del Trinity College de Dublín: «Globalización es simplemente otro nombre para indicar el dominio de los Estados Unidos».

Desde la perspectiva sistémica o análisis del sistema-mundo, es posible aislar distintos factores que en conjunto ayudan a explicar la naturaleza política de lo que McMichael (1996) ha eficazmente nombrado como el pasaje del «proyecto desarrollo» al «proyecto globalización»; entre los más importantes habría que destacar, la crisis productiva y comercial estadounidense; la del sistema monetario internacional; la crisis del modelo energético; y, finalmente, la del modelo fordista de crecimiento nacional. Tal como establecen Javier Martínez e Irene Maestro (2006: 7): «Dicha crisis supone el punto de inflexión que sitúa la globalización como precisamente el proceso que, desde entonces, intenta relanzar el proceso de acumulación a escala mundial ahora sí, definitivamente, sobre la base de la explotación sin cortapisas de los recursos mundiales y la redefinición de las relaciones internacionales en un sentido supraestatal, es decir, eliminando o relajando las regulaciones estatales (keynesianas y desarrollistas)».

Giovanni Arrighi, por su parte, presenta al neoliberalismo pura y sencillamente como una «contrarrevolución del capital»; un fenómeno que despliega exitosamente una vehemente batalla contra los trabajadores del Norte y el Tercer mundo en su conjunto. Sin embargo, como es obvio, pese al éxito momentáneo, los resultados han sido muy dispares. Siguiendo en este razonamiento al estudioso italiano recién fallecido, se puede resumir el panorama surgido tras la tormenta neoliberal (o la euforia globalizadora) de esta manera:

En primer lugar, en los años Noventa los Estados Unidos lograron revertir el relativo declive de los Sesenta y Setenta, mas este revés ha sido enteramente compensado por el deterioro de la posición relativa de Europa del Oeste y del Sur y de Japón. En segundo lugar, en los años Ochenta tanto África Sub-sahariana como América Latina experimentaron un declive aún mayor del que no se han recuperado todavía, seguidas en los años Noventa por un declive relativo igualmente significativo de la antigua Unión Soviética. En tercer lugar, los grandes ganadores han sido los Países del Sureste asiático y Japón hasta 1990 y la India y la China en los años Ochenta y Noventa, aunque los avances logrados por ésta han sido mucho más sustanciales que los de la India (Arrighi; Zhang, 2009: 4-5).

A raíz de la cruzada emprendida por la Administración Bush, junto al paulatino e incontenible derrumbe de los castillos financieros construidos para contrarrestar el declive de la economía real estadounidense y al calor de la actual crisis, el proyecto reaccionario para un «nuevo siglo americano» parecería ya cosa del pasado. Y la hegemonía *yankee*, convertida en una desastrosa tentativa de dominación global.

La noción de un nuevo *Beijing consensus* parece hasta la fecha exagerada y realmente prematura, sin embargo Joshua Cooper Ramo (2004) parece acertado al afirmar que:

El Washington consensus ha dejado un rastro de economías destruidas y amargos sentimientos alrededor del globo [...]. La nueva aproximación de China al desarrollo es tan flexible como para que apenas se podría clasificarla de doctrina. No cree en soluciones únicas para todas las situaciones. Se define por una viva defensa de los intereses y fronteras nacionales, y por una creciente [...] acumulación de instrumentos de



proyección de poder asimétrico [...]. Mientras que los Eua están persiguiendo políticas unilaterales enderezadas a proteger los intereses de Estados Unidos, China está reuniendo los recursos para eclipsar a Eua en muchas áreas esenciales de los asuntos internacionales construyendo un entorno que dificultará mucho la acción hegemónica de Eua [...] (cit. en Arrighi; Zhang, 2009: 28).

Sin embargo, aunque China juegue un papel destacado, no está sola; Países como Rusia, Sudáfrica, India, Brasil, mencionando sólo a los más poderosos, comienzan a perfilarse como protagonistas, mientras comienzan a surgir inéditas alianzas, bloques regionales y nuevos esquemas de cooperación Sur-Sur. De esta forma, más que en un improbable *Beijing consensus*, estos datos de la realidad empírica hacen inclinar la mirada hacia un posible (pero meramente eventual) resurgimiento del espíritu de Bandung sobre nuevas bases.

Al mismo tiempo y hasta la fecha no se podría excluirse alguna forma de cooptación parcial o total por parte de los Países centrales de los grandes *emergentes* donde hoy día se concentra el grueso de la acumulación mundial, ni tentaciones reaccionarias globales o más bien localizadas regionalmente como las ocurridas en los años Ochenta. La primera hipótesis es bien sustentada en las nociones de «imperialismo colectivo» (Amin, 2004) o de «multipolaridad opresiva» (Katz, 2009) que reemplazaría o simplemente se sumaría al imperialismo de la tríade. En este sentido, hay señales contradictorias en el plano político y militar y sobre todo en la esfera económica, donde se presentan escasos elementos para intentar pronósticos que vayan más allá de las meras conjeturas.

Lo que parece cierto, sin embargo, es que por más que cada uno de los Países mencionados más arriba intente formas alternativas de abrir (o reabrir) espacios para una lenta y progresiva multilateralización de las relaciones e instituciones internacionales, ninguno de ellos parece haber experimentado o querer experimentar cambios significativos más allá de la lógica capitalista: ni en los patrones de acumulación y desarrollo dominantes (sobre todo en lo que se refiere al medio ambiente y a los modelos de consumo) ni en los mecanismos de democracia interna, liberal o «socialista de mercado». Como resalta Alain Gresh (2008) desde las páginas de *Le monde diplomatique*: «Ninguno de estos Estados está animado por una ideología global, como lo estaba la Unión Soviética. Ninguno se presenta como un modelo alternativo. Todos han aceptado, en mayor o menor medida, la economía de mercado. Pero ninguno piensa en transigir con sus intereses nacionales». La defensa del interés nacional y la «vuelta» del Estado como actor internacional estratégico y agente económico representan pues las verdaderas novedades.

Con respecto al tema de las nuevas regionalizaciones y de la cooperación Sur-Sur, se puede destacar que existen ya diversos ejemplos en las relaciones políticas y económicas entre los nuevos «emergentes» y los Países «subdesarrollados» de los cuales se desprende de manera bastante evidente la reproducción del patrón Norte-Sur. Es suficiente mencionar la actual cooperación china en África como caso emblemático, aunque, por supuesto, no es el único.



En todo caso, cabe recordar que no se trata de algo completamente nuevo. Ya a finales de los años Sesenta Ruy Mauro Marini (1969) acuñaba el concepto de «subimperialismo» con respecto a la política exterior de la dictadura brasileña para explicar este fenómeno. Y con objetivos sensiblemente diferentes pero en la misma línea de argumentación, desde hace mucho Immanuel Wallerstein (1974) emplea la categoría de «semiperiferia» en su análisis del sistema-mundo capitalista. Ambas expresiones recobran hoy día mucha actualidad, pues «permiten captar el dinamismo contradictorio del capitalismo» que «periódicamente transforma las relaciones de fuerza en el mercado mundial» (Katz, 2009). Además, releendo el informe sobre *La crisis económica y social del mundo* que Fidel Castro presentara en 1983 en la VII Cumbre de Países no alineados de La Habana, en el apartado sobre la cooperación Sur-Sur y la integración regional, semejantes problemáticas vienen ya abordadas con una lucidez extraordinaria.

2. Algunas implicaciones para la cooperación internacional

La «cooperación para el desarrollo» y el mismo concepto de «desarrollo» emergen históricamente como subproducto del conflicto Este/Oeste y del conflicto Norte/Sur, es decir, de los procesos abiertos por los movimientos de liberación nacional y las dinámicas de la descolonización al cabo de la II Guerra mundial y al comienzo de la Guerra fría.

Los imperativos de la confrontación bipolar, el gobierno de la descolonización, los anhelos de modernización de las elites nacionalistas en los países del Tercer mundo y, finalmente, la necesidad de otorgar un rol operativo a las nuevas instituciones internacionales en el marco determinado por la Guerra fría, se convirtieron a la postre en las piezas fundamentales para la constitución del actual sistema de cooperación al desarrollo o, que es lo mismo, del «área política» de la ayuda internacional. Un campo de acción, pues, dominado desde el principio por la presencia simultánea de múltiples actores, instituciones e intereses a veces concurrentes a veces en conflicto, cuyas vinculaciones recíprocas se podrían analizar a través de un prisma en el que conviven a *grossomodo* tres clases de relación: subordinación, convergencia, negociación/resistencia.

Como sostiene José Alonso (1999), «a través de la ayuda, las antiguas metrópolis - y los Países del Norte en general - se dotan de un mecanismo concesional que facilita la adscripción de los Países en desarrollo al nuevo orden internacional constituido; al tiempo que permite a los Países industriales disponer de un instrumental especializado para expandir - o preservar - sus áreas de influencia política y económica en el Sur, en virtud de los lazos de dependencia que genera el carácter graciable y discrecional de sus asignaciones» (cit. en Maestro, 2000). De manera que en esa época, uno de los propósitos básicos de la ayuda era el fortalecimiento del Estado desarrollista y su adscripción a un determinado bloque de poder. Por otra parte, pese a que el donante tuviese siempre la última palabra dado el carácter graciable y discrecional de los recursos otorgados, recuerda correctamente Sogge (2002: 72) que «los gobernantes poscoloniales han mostrado mucha destreza para convertir su dependencia de la ayuda



en un instrumento de poder, incluso de poder respecto a los donantes». La negociación de la ayuda era en este sentido una manera de afirmar soberanía y no alineamiento.

Tras la crisis de los años Setenta y aun más después del desplome del bloque soviético, la cooperación al desarrollo ha sido volcada cada vez más hacia los objetivos del «proyecto globalización»: en la promoción de las privatizaciones, negociación de políticas favorables al comercio y a la inversión corporativa; en la reducción del papel del Estado como agente económico y en el desmantelamiento de los servicios públicos; en la promoción de una agenda dominada por los temas de la seguridad y de la gobernabilidad; y, eventualmente, consagrada a asegurar el regular pago de la deuda externa. Es decir, a pesar de la evidente exclusión que ese proceso iba generando, ha sido enfocada como instrumento para la «inserción de éxito» de los Países en vía de desarrollo en el mercado mundial. En línea con ese programa, se ha asistido paralelamente a la proliferación y creciente privatización de las Ongs (Organizaciones no gubernamentales) así como a la «oneigización» de las corporaciones, mientras que los numerosos conflictos estallados a raíz del agotamiento del equilibrio bipolar favorecen ese peculiar fenómeno conocido como la militarización de la ayuda o de las «guerras humanitarias».

El obvio resultado ha sido el creciente protagonismo del asistencialismo, de las emergencias y de la dependencia en detrimento de cualquier concepción que mire al «desarrollo» como a un proceso de autonomía y empoderamiento en el largo plazo. Mientras que la «condicionalidad», de instrumento blando para la concesión de ayuda, se ha cristalizado en demandas formales de diseño e implementación de las políticas económicas de Estados supuestamente soberanos. En síntesis, a pesar de los recursos decrecientes en términos relativos, se ha dado una expansión sin precedentes de la agenda y misión de la cooperación al desarrollo.

La cooperación Sur-Sur nació en contraposición del eje Norte-Sur. Su evolución, desde Bandung (1955), se ha movido paralelamente a la institucionalización de los mecanismos de concertación política y económica como el Movimiento de Países no alienados o el G77. El fortalecimiento de la capacidad de negociación colectiva frente al Norte representa su objetivo básico, caracterizándose hasta mediados de los años Setenta por un perfil netamente político-ideológico más que económico-comercial (a pesar de los esfuerzos emprendidos también en esta dirección). El ya mencionado informe de Fidel Castro (1983) es sumamente ilustrador al respecto:

Varias razones explican la necesidad de la cooperación entre los Países del Tercer mundo. La primera de ellas, y la de carácter más general, es el hecho de que constituye un instrumento de lucha contra la dependencia neocolonial derivada de viejos vínculos históricos con antiguas metrópolis, y que se plasman en la actualidad en una relación de profunda subordinación productiva, comercial, financiera, tecnológica, intelectual y cultural.

Tras el shock petrolero de 1973, la quimera de un Nuevo orden económico internacional hizo pensar por un momento que los Países del Sur, en conjunto, tuvieran fuerzas suficientes como para revertir las reglas de funcionamiento del sistema



internacional al que se oponían. La contrarrevolución monetarista, sin embargo, a raíz de la crisis de la deuda, pronto se encargaría de disipar semejantes ilusiones a la vez que lograría desarticular incluso en el plano político la precedente solidaridad Sur-Sur.

Según Gladys Lechini (2007: 271), ese modelo de cooperación «fracasó por su naturaleza general y su amplia esfera de acción: la falacia del argumento era la premisa básica que todos los Países en vías de desarrollo tenían más cosas en común que las que poseían en realidad y que las soluciones a sus problemas podían ser aplicadas uniformemente con el mismo éxito». Y en efecto, sigue la Autora:

Durante los Noventa, los efectos de la globalización mostraron que habría nuevos ganadores y perdedores, pero también que casi ninguno de estos ganadores estaba entre los Países en desarrollo. Dicha toma de conciencia, aunada a la decepción en torno de las posibilidades de que el nuevo sistema de gobierno global basado en las denominadas Ifis (Instituciones financieras internacionales) y la Organización mundial de comercio (Omc) pudiese contribuir a sostener un orden internacional más justo, llevaron a los gobiernos de los Países del Sur a repensar la idea de la cooperación horizontal, esta vez de manera más selectiva en términos de actores y temas, tomando las lecciones de la experiencia pasada (Íbidem: 272).

Así que tanto a nivel regional, en donde el énfasis está puesto en los distintos esquemas y mecanismos de integración, como interregional o multilateral global, en donde predominan ora las relaciones económicas y alianzas intercontinentales - como el Ibsa (India, Brasil y Sudafrica) o el grupo Bric (Brasil, Rusia, India y China) - ora la acciones coordinadas en el marco de los organismos internacionales (como el G20 o el G90), se asiste a un resurgimiento de la cooperación Sur-Sur esta vez sustentada en la envidiable posición económica alcanzada por los «nuevos emergentes». Ésto es lo que marca la verdadera diferencia con la cooperación Sur-Sur de antaño.

Desde la perspectiva sistémica, la cooperación para el desarrollo Norte-Sur constituye sólo una parte - más o menos relevante según el área y periodo considerado - de las relaciones entre el centro y la periferia del sistema mundial de formaciones sociales (Maestro, 2000). El conjunto de instituciones, mecanismos y dispositivos que hasta la fecha regulan las relaciones entre el Norte y el Sur global sigue siendo desfavorable para este último, dando lugar en distintos campos - comercial, financiero, militar, tecnológico, etc. - a lo que Llistar (2009) define como «anticooperación», eclipsando los pocos y hasta discutibles logros alcanzados por el sistema oficial de ayuda al desarrollo. Por la misma razón, ayer igual que hoy, la mayoría de las acciones emprendidas por la cooperación Sur-Sur apunta a modificar las reglas de lo que el presidente Lula ha definido recientemente como una «globalización asimétrica y disfuncional», pero hoy en día en un plan cada vez más político-económico y mucho menos ideológico. Como parte importante de ese programa, los así llamados Países de «renta media» y, sobre todo, las nuevas potencias en ascenso, además de seguir siendo la mayoría de ellas receptoras de ayuda, profundizan en el papel de «donantes emergentes», por lo demás asumido desde hace ya varias décadas, compitiendo o juntándose con los donantes tradicionales tanto bilateral como multilateralmente.



Si bien en términos generales la cooperación Sur-Sur se presenta como mucho más conveniente para los Países beneficiados - pues se caracteriza indudablemente por una mayor horizontalidad y consenso, sin condicionalidades político-económicas y bajos costes relativos - también es cierto que reproduce, y cada día más, algunos de los efectos perversos típicos del patrón Norte-Sur: intercambio desigual, dependencia económica y profundización del modelo primario-exportador, desigualdad de beneficios dentro de los esquemas de integración regional, además de seguir en algunos casos las prácticas odiosas de la ayuda «atada» y ciertas formas de paternalismo en las relaciones políticas.

Tradicionalmente se ha incluido en el marco de la cooperación Sur-Sur no sólo a la ayuda y a la asistencia técnica, sino cualquier forma de colaboración económica y las corrientes comerciales, las inversiones productivas, financieras (públicas y privadas), etc. Sin embargo, parece haber llegado la hora para una profunda revisión conceptual.

La cooperación en general (y no solamente la concesión de ayuda) sigue siendo guiada por criterios y objetivos que remiten básicamente a parámetros geopolíticos, estratégicos y económicos. Tanto en el caso de la cooperación Norte-Sur como de la Sur-Sur, serán éstos a definir aun más que en el pasado las directrices del futuro sistema de ayuda internacional. A causa de la crisis económica en la que nos encontramos y de la incertidumbre de la transición geopolítica actual, la solidaridad, una de las dimensiones de la cooperación, en un marco dominado por la competencia (desigual) que es la médula del capitalismo como sistema mundial, tiene un papel subsidiario y subordinado.

3. El Alba al atardecer del neoliberalismo

Como afirma Norman Girvan (2008: 1), «sin ignorar los elementos específicos y característicos, hay que considerar la Alianza bolivariana como una manifestación del proceso de reconfiguración de las relaciones regionales e internacionales y de la economía mundial; un proceso marcado por el relativo declive del poder de los Estados Unidos y la emergencia de nuevos polos geoeconómicos de influencia».

Dicho eso, los «elementos específicos y característicos» mencionados por el analista jamaicano, hay que buscarlos en las modalidades de cooperación Sur-Sur que promueve y en la manera en la que se inserta como organización en el intrincado rompecabezas de la integración latinoamericana.

El Alba (Alianza bolivariana para América Latina y el Caribe), en efecto, se presenta básicamente como un mecanismo para conjugar aspectos relativos de la cooperación internacional con elementos propios de la integración regional, considerando insuficientes las respuestas dadas por los tradicionales modelos para resolver los problemas estructurales originados en América Latina de la particular forma de inserción en la economía-mundo capitalista, y exasperados en las últimas décadas por la globalización neoliberal: las asimetrías entre Países y las disparidades dentro de los Países. Por otro lado, su objetivo es servir, además, como una herramienta de defensa para los gobiernos que están ensayando proyectos de cambio frente a las agresiones internas e imperialistas.



Se trata, sin lugar a duda, de un genuino proceso contrahegemónico, cuyo punto de arranque se halla tanto en la experiencia iniciada desde 1999 en Venezuela, como en la crisis terminal del «regionalismo abierto» de los Noventa, culminada en 2005 con el fracaso del Alca (Área de libre comercio de las Américas).

Un proceso contrahegemónico podría quedar ejemplificado como un recorrido a lo largo de tres fases consecutivas de resistencia y progresiva construcción de redes alternativas respecto a un modelo dominante, para culminar en la institución de nuevas políticas. El Alba parece haber transitado exitosamente del momento de la resistencia, como proyecto regional alternativo al hemisférico impulsado por los Estados Unidos - cuyos contenidos, sin embargo, quedaban en larga medida indeterminados - , a la construcción de redes alternativas - las relaciones bilaterales Cuba-Venezuela como modelo a las que se han sumado paulatinamente otros Países - , moviéndose ahora lentamente hacia la institución de nuevas políticas. En todo caso, el tránsito de una fase a otra no es automático ni implica la superación o el agotamiento de las fases precedentes, de manera que los tres momentos se sobreponen e influyen recíprocamente en la dialéctica concreta entre los diferentes sujetos involucrados en el proceso de cambio.

En su esencia, es un proyecto político connotado por un fuerte elemento ideológico y de ruptura - por lo menos así es de entender para los Países mayormente comprometidos - pero inicialmente definido negativamente por el rechazo de las dos componentes que han caracterizado el orden internacional de los últimos veinte años: la unipolaridad a guisa estadounidense y la «utopía del mercado total» propia del neoliberalismo. En consecuencia, como no podría ser de otra manera, es un proyecto aún incierto tanto en los contenidos como imprevisible en la implantación y consolidación de las nuevas prácticas a instituir. En síntesis, un modelo embrionario en fase de definición, gestación y experimentación que, a partir de una cooperación integral y sin condicionamientos, trata de moverse hacia una integración alternativa. Un objetivo que en cierta medida recuerda la *desconexión* teorizada por Amin desde 1988 - concepto que por cierto aparece en el debate sobre el Alba y de vez en cuando en los documentos oficiales de la organización - , que no se funda en un improbable e inverosímil repliegue autárquico, sino en la contraposición a los valores neoliberales de *especialización, comercio competitivo y cooperación selectiva y vertical*, de otros basados en la *diversificación interna y complementariedad con el exterior, comercio justo, y cooperación integral y horizontal*.

Existe otro importante elemento que es preciso destacar. La Cumbre de Mar del Plata, en 2005, ha marcado el punto de máxima convergencia entre gobiernos de izquierda o centroizquierda y movimientos populares. A partir de ahí, más allá de la oposición común frente al Alca, el difícil camino de articulación programática entre estos dos sujetos se ha vuelto mucho más empinado en todos los Países. El Alba ha sido y de momento sigue siendo el único mecanismo que por lo menos a nivel de proyecto trata de complementar/lidiar entre las dos instancias. Según afirma Estay (2008: 154) «esos dos componentes del actual escenario regional constituyen la principal base de interlocución del Alba, y en los hechos el proyecto bolivariano ha dirigido hacia ellos los esfuerzos y acciones de su propuesta integradora». Sin embargo - continúa - , «se



trata de espacios claramente distintos de interlocución, por más que frente a situaciones específicas pueda haber confluencia entre ellos [...]» (Íbidem).

Desde esta perspectiva, la novedad sustancial a destacar es que mientras por primera vez el tema de la integración - «un problema que en el pasado solo preocupaba a los diplomáticos, a los empresarios y a las elites gobernantes», recuerda Katz (2008: XVIII) - ha sido incorporado en la agenda de los movimientos sociales, el Alba se ha presentado desde su origen precisamente como un proyecto para incorporar también esas demandas.

En resumen, el Alba nace como tentativa para dar proyección regional, esto es, legitimidad, voz y mayor capacidad de negociación a la construcción de una alternativa económica y política al modelo neoliberal en la que están comprometidas al propio interno la República bolivariana y la Bolivia del Movimiento al socialismo, recuperando y valorizando en este camino los aspectos cualitativamente mejores producidos por la revolución cubana - la excelencia en el campo médico y de la educación, además de una larga trayectoria de cooperación Sur-Sur - , buscando activamente el apoyo de toda fuerza política y social que se reconozca plena o parcialmente en el proyecto e incluyendo, por primera vez, a los movimientos sociales.

4. Crisis hegemónica y regionalismo (o el rompecabezas de la integración)

A pesar de las diferentes y a menudo inconciliables posturas de los Estados americanos, resulta hoy día evidente que el interés y pragmático activismo hacia los procesos de integración regional se ha incrementado notablemente en los últimos años. «La integración goza de cierta popularidad en Latinoamérica - según destaca Katz (2008: 87) - porque existe la generalizada convicción que la balcanización de la región fue una de las causas del subdesarrollo». Sin embargo, a pesar de algunos aciertos, la multiplicación de iniciativas a través de lo que se ha nombrado eficazmente como «Diplomacia de cumbres» no ha logrado hasta la fecha diseñar una visión estratégica y agenda regional de largo plazo realmente compartida. Más bien, la proliferación de siglas y acuerdos sigue siendo una característica relevante del área. ¿Por qué?

La integración mediante la constitución de compactos bloques económicos, tan difundida hoy día a escala mundial, refleja indudablemente la búsqueda de respuestas eficaces a las incertidumbres y retos que pone el desregulado avance de una globalización competitiva y asimétrica. En este sentido, se trata de procesos cualitativamente diferentes a los empezados en los años Sesenta y Setenta bajo la misma etiqueta. Lo que da origen a esta nueva fase es «el salto registrado en la mundialización» que «induce a gestar bloques zonales en todo el planeta con propósitos defensivos u ofensivos» (Katz, 2008: XVI). Una actitud muy claramente reflejada por la postura que las potencias hegemónicas, advirtiendo la naturaleza de transición del momento histórico actual, adoptan frente a este tema, acrecentando las presiones para la incorporación de las regiones periféricas en su área de influencia y expansión. A partir del fracaso en 1999 de las negociaciones multilaterales en la Omc, este proceso ha conocido una aceleración aun mayor.



Como ha, brillantemente, señalado Alfredo Guerra Borges (2009: 8-9):

Si bien Estados Unidos emergió en la posguerra fría como la única superpotencia militar y, en consecuencia, monopoliza el poder de destrucción planetaria, ya no impera. Desde años atrás su hegemonía económica global ya venía siendo contrapesada por otras potencias, concretamente por la Unión Europea y Japón, con las cuales se configuró la tríada de que tanto se habló en un pasado reciente. Pero con la desaparición de la Unión Soviética se operó el tránsito fundamental de la era de la geopolítica a la era de la geoeconomía, y en ésta «el regionalismo para fines económicos depende de la lógica del capital global», incentivo poderoso que induce a los Estados a buscar la asociación con otros Estados para mejorar así su posición en el mercado mundial. Por lo mismo la política exterior de Estados Unidos ha tenido que adaptarse estratégicamente a la progresiva declinación de su hegemonía económica².

Es más, así, continúa Guerra Borges:

En los años Ochenta emergieron como potencias industriales y comerciales los Países del Sudeste asiático, con la consecuencia del aumento del déficit comercial de Estados Unidos debido a la creciente competitividad de esas economías. Finalmente, emergieron dos gigantes de creciente influencia: la India, por una parte, y China por la otra, cuyo objetivo explícito es llegar a ser una potencia mundial [...]. El impacto de esta reconfiguración mundial sobre el regionalismo ha sido muy importante; todas las potencias comerciales siguen ahora políticas de regionalización en busca no sólo de mercados sino también de afirmación de su influencia. [...] Estamos, por consiguiente, frente al *regionalismo estratégico* en acción, un giro histórico insinuado desde los años Noventa en que la integración regional se utiliza como instrumento para promover los intereses de las alianzas del Estado y las empresas transnacionales para salir al paso del deterioro de su influencia en la economía mundial. El regionalismo estratégico no persigue el interés mundial sino el interés de su respectivo bloque económico; es toda forma de política económica internacional que tiene como objetivo establecer una relación de fuerza y ventaja comparativa en los mercados internacionales, apoyándose tras este objetivo en el regionalismo económico (Íbidem: 9-10).

Ciertamente son estos los factores que poseen mayor incidencia en el sistema de actores y agentes económicos, políticos, sociales y culturales, tanto en su jerarquización como en su capacidad de acción y reacción (Rojas Aravena, 2007). Sin embargo, las agendas nacionales, subregionales, regionales, hemisféricas y finalmente globales de los distintos actores involucrados perciben y abordan la integración desde diferentes perspectivas, poniendo de manifiesto dimensiones cada vez múltiples y conflictuales.

No es sorprendente entonces constatar que como instrumento para definir y regular las modalidades de participación en el actual sistema global, la integración «no constituye un valor en sí misma, ni tiene implicancias espontáneamente progresivas».

² La cita dentro del texto de Guerra Borges es tomada de A. Inotai, *Introducción*, en B. Hettne, A. Inotai, O. Sunkel (coord.) (2000).



Es más sencillamente una política, que «depende - pues - del modelo que asuma y de los intereses sociales que defienda» (Lander, 2004; Katz, 2008).

En este contexto habría que situar el rompecabezas de la integración latinoamericana que, tras la crisis del «regionalismo abierto», parece encontrarse en la búsqueda de un «regionalismo post-neoliberal» o de su propio «regionalismo estratégico», según la definición de Alfredo Guerra (2009: 9).

Sin embargo, el panorama actual se presenta más bien «como un periodo de transición, sin modelos claros, un mayor grado de politización de las agendas y, como consecuencia, más dificultades para generar consensos» (Sanahuja, 2009: 24).

No obstante el analista español identifica algunas tendencias claras y posiblemente relevantes, tales como: 1. la primacía de la agenda política; 2. el retorno de la «agenda del desarrollo»; 3. un papel reforzado de los actores estatales; 4. una cooperación más intensa en ámbitos no comerciales y la aparición de una agenda renovada de paz y seguridad (que trata de limitar el papel de Washington en los asuntos regionales); 5. una mayor preocupación por las asimetrías y la agenda social de la integración (con énfasis en los Odm, Objetivos de desarrollo del milenio) y especialmente en la reducción de la pobreza; 6. una mayor atención por las carencias de la infraestructura regional (tanto para la articulación de los mercados internos como para facilitar el acceso a mercados externos; 7. más énfasis en la seguridad energética y búsqueda de complementariedades en este sector; 8. la búsqueda de fórmulas para promover la participación de la ciudadanía y de los movimientos sociales (aunque lo alcanzado queda lejos de lo deseable) (Íbidem: 22-23).

La situación más conflictiva se manifiesta sin duda alguna con respecto al «modelo de desarrollo» y de inserción internacional. Los intereses de los Estados, del sector privado y de los movimientos sociales, articulados o enfrentados entre sí, de ninguna manera parecen converger. Las disyuntivas acerca de un patrón primario-exportador, de un modelo neodesarrollista o de la búsqueda original de otras formas, alternativas, de desarrollo, están sobre la mesa.

Desde la perspectiva geopolítica y geoeconómica, la Unasur (Unión de naciones suramericanas) y el Proyecto mesoamérica parecen ser actualmente los grandes ejes articuladores de las propuestas políticas y de los esquemas subregionales de integración económica propiamente dichos. El Alba está en medio.

Los acuerdos con los Países del Sudeste asiático y con los «nuevos emergentes», que se suman a la proliferación de negociaciones y acuerdos de libre comercio Norte-Sur, complican aun más el tránsito de América Latina hacia la consolidación de su propio «regionalismo estratégico».



5. ¿Qué es la integración alternativa? (o visiones desde la intelectualidad militante)

En el año 2006 un grupo de destacados intelectuales entre los más comprometidos con la izquierda latinoamericana se reunieron en sendos encuentros en Caracas y en La Habana para reflexionar sobre los cimientos de la integración alternativa³.

Es sumamente interesante destacar algunos puntos sobresalientes de los debates, pues ilustran de manera significativa potencialidades y dificultades, luces y sombras de un proyecto todavía embrionario como es el Alba.

Plinio De Arruda Sampaio Jr. (2008) argumentaba que «la integración regional debe ser concebida como parte del proceso de superación de la situación de dependencia y subdesarrollo» (62), pues «la raíz de los bloqueos a la integración se encuentra en la perpetuación de la doble articulación que caracteriza al capitalismo dependiente: la fractura social que segmenta las sociedades latinoamericanas entre ricos y pobres; y la situación de inferioridad económica, militar y, sobretodo, cultural que las somete a los dictámenes del sistema imperialista» (Íbidem: 36). Y seguía afirmando: «Los desafíos de la integración no pueden ser analizados sin una correcta valoración del grado de ruptura que ella implica, con el sistema capitalista mundial» (Íbidem: 62). La falta de un actor capaz de impulsarla sería en definitiva lo que ha impedido su concretización hasta la fecha. Sin embargo, a propósito de los documentos oficiales suscritos hasta aquel momento en el marco de la Alternativa bolivariana, también agregaba muy agudamente que:

Los documentos apuntan ora a la dirección del desarrollo nacional, ora al rumbo del desarrollo regional, ora a la vía del desarrollo local, o a una difusa combinación de los tres. La indefinición con el patrón de desarrollo que debe orientar la integración y el silencio en el que dice respetar su carácter capitalista o socialista abren brechas para ambigüedades que pueden alimentar falsas impresiones en relación con la viabilidad, las dificultades y las potencialidades del Alba y del Tcp (Tratado de comercio de los pueblos) como alternativas históricas al movimiento de reversión colonial en curso (Íbidem: 32).

Por otra parte Julio Gambina (2008: 22-23), casi contestándole al estudioso brasileño, apuntaba lo siguiente:

En rigor, más allá de la denominación, el objetivo a construir con la integración alternativa, y en este caso con el Alba, tiene que pasar por un conjunto de iniciativas políticas tendientes a modificar las relaciones sociales vigentes. El anticapitalismo y el socialismo aparecen como sustento originario de un rumbo a materializar con independencia de su denominación específica. Transformar las relaciones capitalistas, de explotación, por relaciones de cooperación para la satisfacción de necesidades populares debe constituirse en objetivo compartido.

³ Algunas de estas intervenciones, ya mencionadas en el texto y en la bibliografía, han sido recogidas en el volumen compilado por Osvaldo Martínez (2008).



Es decir, subrayaba desde una perspectiva marxista una cuestión ineludible:

Un serio problema en la región y en el Sur del mundo es el punto de partida para la acumulación económica. Una nueva organización social sustentada en la cooperación requiere de la instrumentación de una base económica suficiente para la acumulación, e incluso para la confrontación. [...] Ello demanda la recuperación social del excedente generado en el espacio que asume la integración del Alba (Íbidem: 25).

Y aunque se refiriese en esa ocasión a la situación de Brasil y de Argentina al mencionar la presencia de «sectores de peso económico y político que influyen las políticas de gobierno y obstaculizan la creación de un bloque popular que incida, autónomamente, a nivel local y regional» (Íbidem: 4), a distancia de cuatro años parece evidente que la misma problemática existe en los Países del Alba, si bien en un plano de correlación de fuerzas distinto.

También para Gambina, pues, la única respuesta se hallaba en la concientización, articulación y empoderamiento real del sujeto popular más allá de la integración de los Estados, esto es, «se trata de instalar en la conciencia social, que el Alba se construye desde la propia iniciativa popular», y que para eso se requiere de «un proceso de institucionalización que establezca la política integral de articulación de procesos que involucran a Estados y movimientos» (Íbidem: 28-29).

Es en este marco que la *cooperación*, la *complementariedad* y el *comercio justo* (concepto en principio distinto de la noción de comercio preferencial o subvencionado) entre Estados - es decir el conjunto de ejes articuladores de una alternativa razonable - aún precisan de una mayor profundización teórica, cuya práctica, sin embargo, como quiera que sea choca inevitablemente con las relaciones políticas y económicas en un mundo integralmente estructurado por la lógica capitalista de acumulación e intercambio en la fase de globalización o, también, de «regionalismo estratégico».

Precisamente a eso parece referirse Lourdes Regueiro Bello (2008: 293) cuando afirma que:

Plantearse la alternativa desde la integración supone el reconocimiento de que, en última instancia, el patrón de acumulación define la naturaleza de los procesos de integración. En consecuencia, cualquier indicio de integración alternativa deberá estar avalado por señales de cambio en el modelo de acumulación, sin desconocer que en un nuevo entorno político la convergencia puede ser un factor de consolidación de nuevas estrategias de acción económica y social. [...] La voluntad de cambio expresada en estrategias alternativas requiere formas adecuadas de regulación que le permitan implementar transformaciones para construir las nuevas relaciones sobre las que la sociedad se debe reproducir. Determinadas formas de la propiedad privada capitalista, en especial la transnacional, restringen la capacidad de regulación. Así, las formas de propiedad deben ser compatibles con la capacidad de establecer regulaciones ajustadas a la nueva estrategia (cursiva en el original).

Jaime Estay (2008), al igual que los demás autores ya mencionados, centraba su reflexión en torno a los espacios de desenvolvimiento de la Alternativa bolivariana: el



global (incluyendo las relaciones Sur-Sur), el regional y el nacional. Con respecto a lo que se tratará de argumentar en el próximo párrafo, ha subrayado de manera muy clara un aspecto esencial:

Los contenidos de cualquier proceso de integración están fuertemente determinados por los principios, proyectos e intereses dominantes en el escenario económico, político y social interno de los Países participantes. [...] Es importante destacarlo no solo para un adecuado acercamiento a los referentes y potencialidades del Alba y a las fortalezas en que esta se apoya, sino también para identificar los límites y problemas a los que se enfrenta la Alternativa bolivariana, en su relación tanto con los restantes gobiernos de la región como con los actuales esquemas latinoamericanos y caribeños de integración. [...] Al igual que ocurre en el Alba, en dichos procesos han ido tomando cuerpo los principios vigentes en el funcionamiento interno y en la inserción internacional de los Países participantes, solo que en este caso ello ha significado que en las relaciones intrarregionales se haya plasmado el sello neoliberal que para esos Países está presente en esos ámbitos (Estay, 2008: 139, cursiva mía).

Esta afirmación cobra su sentido más profundo cuando se considera que, de una manera u otra, a pesar de que los países del Alba estén tratando de borrar ese «sello neoliberal» del que nos habla Estay, cada uno de ellos está experimentando internamente importantes y difíciles procesos de cambio. Y ésto, en condiciones totalmente distintas, vale también para el caso cubano.

Por otra parte, aunque la interlocución con los gobiernos de la así llamada «izquierda moderada» y los esquemas integracionistas que fomentan sea en cierta medida necesaria, no se puede ocultar un dato esencial:

Los principios que sustentan al Alba y los contenidos que en ella se asignan a la integración latinoamericana y caribeña poco tienen que ver no solo con los «estilos» de los actuales procesos de integración, sino también, y en primer lugar, con las estrategias de funcionamiento interno que la mayoría de los gobiernos de la región intentan seguir imponiendo a sus poblaciones. [...] Sobre esa base son pocas las coincidencias estratégicas y de largo plazo en las que puede sustentarse la interlocución entre el Alba y los gobiernos de la región. [...] La esencia solidaria de la Alternativa bolivariana es notoriamente distinta a la esencia competitiva y mercantilista que en distintos grados hoy domina a las estrategias de vinculación regional de los restantes gobiernos, y esa diferencia impone límites que difícilmente podrán superarse mientras no cambien los escenarios nacionales a partir de los cuales se definen las posturas de interlocución gubernamental con el Alba (Íbidem: 155-156).

También para Estay, en suma, se imponían las conclusiones a las que habían llegado los autores precedentemente citados:

Más que en los diferentes gobiernos de turno, nos resulta evidente que en el actual escenario regional la principal base de interlocución del Alba está dada por los movimientos sociales y por los grandes sectores de población cuyos intereses representan esos movimientos (Íbidem: 156).



Ahora bien, de todo lo que se ha dicho anteriormente, resulta evidente que el Alba bien puede servir «como ejemplo para ilustrar los márgenes de acción de gobiernos, que intentan dar pasos concretos para salir del callejón sin salida neoliberal. Sin embargo, como cualquier proyecto realista de transformación [...] está sujeto a contradicciones que una y otra vez llevan a conflictos con sus propias aspiraciones. Al mismo tiempo, se han podido constatar una serie de logros que han abierto el paso hacia una integración social y solidaria» (Fritz, 2007: 4).

Son precisamente los logros, las contradicciones y los conflictos que se pretende discutir en el último párrafo.

6. ¿En la hora de las definiciones?

A pesar de las importantes contribuciones, el análisis del debate y de las propuestas avanzadas por la intelectualidad comprometida con la búsqueda de un orden social alternativo al neoliberalismo parece hasta el momento confirmar el preciso diagnóstico reiterado por Emir Sader en el encuentro internacional de economistas de La Habana del 2009:

A pesar de los avances hechos por el Alba [...] no está sólo la teoría de la crisis, está también la crisis de la teoría, [...] las propuestas de superación de la crisis no están a la altura de las necesidades actuales. Sólo un análisis de lo que ya se ha avanzado en Venezuela, en Bolivia, en Ecuador, en Cuba, en el Alba, dio un punto de partida importante de reflexión.

Precisamente para el caso de la Alianza bolivariana parece absolutamente pertinente la reflexión avanzada por Boaventura de Sousa Santos (2008: 1) que, a partir del pensamiento de Walter Benjamin, ilustra las disyuntivas y dificultades en las que se encuentran los procesos y movimientos antisistémicos para «reinventar la emancipación social» frente a la crisis:

Para Walter Benjamin la revolución no era el motor de la historia; era un freno ante el abismo. Es decir que tenemos que crear una revolución para impedir que caigamos en el abismo, y me parece que eso es lo que está pasando. Con esta idea de los tiempos muchas cosas están confundidas: está confundida la idea del corto plazo con la idea del largo plazo, porque por un lado hay una urgencia de dar prioridad a la táctica, a alianzas heterogéneas, limitadas etc., y por otro lado es necesario dar prioridad a las estrategias, a una idea ideológica del futuro y de otra sociedad. Entonces hay una desestabilización entre los conceptos de largo y de corto plazo, y también una confusión o una desestabilización entre los conceptos de reforma y de revolución.

Indudablemente, lo que alimenta esta «tensión» y «confusión» es la contingencia del momento histórico y, más específicamente, la dinámica y correlación de fuerzas que se da tanto en el campo hegemónico frente al contrahegemónico, como en el interior de cada uno de ellos.



¿Cuál sería entonces la «idea ideológica del futuro y de otra sociedad» que se está plasmando y/o se podría plasmar a través del Alba?

De acuerdo con Dierckxsens (2007) son tres las direcciones en las que debería avanzar al mismo tiempo una estrategia eficaz de acción, si se quiere considerar la Alianza bolivariana como un proyecto *integral* de emancipación: el progreso social, la democratización radical y la construcción de un sistema mundial pluricéntrico.

La estrategia del Alba se ha articulado alrededor de cuatro grandes ejes o pilares: 1. energético, que representa la base del proyecto y su propuesta «fuerte» en el campo de la integración económica; 2. social, es decir las acciones emprendidas conjuntamente por Cuba y Venezuela en sus respectivos países, en los demás países del Alba y hacia terceros; 3. económico-comercial, donde destaca el Tcp y los convenios de intercambio compensado, así como los proyectos y empresas grannacionales, las producciones conjuntas y algunas obras de infraestructura; 4. financiero, es decir el Banco del Alba y el Sucre.

Cada uno de estos ejes, cuyo análisis pormenorizado es imposible desarrollar aquí, presenta hasta la fecha niveles de concreción muy distintos, tanto en relación a los países y subregiones como en relación al desarrollo de la organización.

Sin embargo, en los últimos dos años se han producido notables y tal vez para muchos inesperados avances en todos los campos apenas mencionados: producción, comercio, finanzas, institucional, además de los sectores energético y social en los que, por obvias razones, se había concentrado inicialmente el foco de las prioridades.

Algunos ejemplos: el desarrollo de la complementariedad económica a través de la constitución de nuevas empresas mixtas y binacionales más allá de la relación Cuba-Venezuela y los primeros ensayos de proyectos grannacionales; la creación de mecanismos de atenuación de la vulnerabilidad de los precios y de los productos básicos; el seguimiento de Petrocaribe pese a la caída del precio internacional del crudo; la puesta en marcha del Banco del Alba y la conformación de un Sistema unitario de compensación regional; la definición de un mecanismo institucional más estable que contempla la participación de un consejo de movimientos sociales en principio en el mismo nivel que el presidencial; finalmente, la incorporación plena de nuevos miembros entre los que, desde luego, destaca Ecuador.

En suma, Antonio Romero (2010) señala como indicios de una integración alternativa los siguientes elementos: 1. la cooperación en lugar de la competencia, que no niega el beneficio económico; 2. la complementariedad y la transferencia de tecnologías; 3. la priorización de la dimensión social de la integración; 4. el privilegio de formas de propiedad social (si bien hasta la fecha básicamente estatal); 5. la previsión del trato especial y diferenciado y del intercambio compensado.

Precisamente durante la Cumbre extraordinaria en la que en junio de 2009 formalizaron su adhesión Ecuador, Antigua y Barbuda y San Vicente y Las Granadinas, el presidente Chávez motivaba su propuesta de cambiar el nombre de «alternativa» en «alianza» argumentando que el Alba «Ya no es una propuesta teórica, pues es una plataforma política, territorial, geopolítica, de poder económico». Mientras que en la declaración final se afirmaba lo siguiente: «Decidieron que, a partir de esta VI Cumbre, el Alba-Tcp se denominará «Alianza bolivariana para los Pueblos de nuestra América -



Tratado de comercio de los pueblos» (Alba-Tcp) en el entendido que el crecimiento y fortalecimiento político del Alba - Tcp la constituye en una fuerza real y efectiva».

En este sentido, más allá de las denominaciones, es en el forjarse de una Alianza «real» y «efectiva» que es preciso analizar las disyuntivas y contenidos que dan cuerpo a la alternativa. A partir de ahí, aunque cada directriz mantenga la diversidad de espacios ya señalada por Estay, hay que considerar el discurso sobre el progreso social, la democracia radical y la construcción de un sistema mundial pluricéntrico, en su totalidad, pues la característica de «alternativa» remite tanto a los procesos nacionales como al proyecto regional y proyección internacional de países que en principio declaran adherir y avanzar, cada uno a su manera empero con significativas influencias recíprocas, hacia el socialismo del siglo XXI.

Si bien es cierto que «los contenidos de cualquier proceso de integración están fuertemente determinados por los principios, proyectos e intereses dominantes en el escenario económico, político y social interno de los Países participantes» (Estay, 2008: 139), también aparece evidente tanto en el caso venezolano como en el cubano, boliviano o ecuatoriano que no hay todavía un rumbo claro en relación a un nuevo modelo político y económico de desarrollo.

A pesar de los importantes resultados logrados, el Alba se encuentra todavía en una disyuntiva, debido a la incierta pero indudable transición histórica del sistema-mundo capitalista y a las características que están tomando concretamente los procesos nacionales de los Países miembros. Es decir, una clave de lectura importante se halla en el punto en el que se entrecruzan los proyectos nacionales con la proyección regionalista e internacional de la Alianza en esta fase de transición geopolítica y geoeconómica.

Cualquier discusión al respecto no puede obviar el tema del modelo político y de desarrollo que se quiere construir, incluyendo en el análisis no sólo aquellos elementos novedosos y positivos que presentan estos procesos, sino también los rasgos que han caracterizado y aún persisten en los tres Países mayormente comprometidos con el proyecto del Alba, reflejándose en su proyección regional: el rentismo clientelista en Venezuela, la estructura dependiente y neocolonial de la política y economía bolivianas, las taras del soviétismo en la revolución cubana. La oscura sombra de un patrón extractivo y primario-exportador, combinándose con nuevos imaginarios desarrollistas, se entreve además como la otra cara de un proyecto emancipador que lucha en pos de otro modelo civilizatorio - el «buen vivir» - generando cada día más tensiones y conflictos.

Todas las críticas que desde la izquierda se vislumbran hacia la Alianza bolivariana se mueven alrededor de esos dos grandes temas: el patrón de desarrollo por un lado, y el modelo político que se está implementando en los Países miembros por el otro. En este sentido, no cabe duda que el «dilema del desarrollo», como no podría ser de otra manera, vale también para los gobiernos nacionalistas radicales que ensayan proyectos contrahegemónicos.

La predilección por los megaproyectos (refinerías, oleoductos e infraestructura para el transporte) y la escasa atención a la necesidad de impugnar el modelo dominante de energía centrada en el petróleo y en la extracción masiva de recursos no renovables (perpetuando consumo y dependencia) plasman las preocupaciones de los grupos ambientalistas y chocan frontalmente con la visión del desarrollo del mundo indígena



que ya es parte esencial de los procesos de cambio (Bendaña, 2008). Ser proveedores de materias primas para China, Rusia, Brasil, India o Irán no resolvería por sí mismo el problema estructural de la dependencia.

En segundo lugar, se trata de una cooperación que sigue centrada en los Estados o, más bien, en los gobiernos, por más que exista un consejo de movimientos sociales del Alba. Eso es el reflejo de la tensión presente en esta relación dentro de los procesos nacionales y en las relaciones diplomáticas con otros Países. Mientras que inicialmente se habían dado pasos concretos de apoyo a distintas organizaciones sociales, a las empresas recuperadas, a las cooperativas independientes, a los movimientos sin tierra de toda la región, etc., en el plano oficial ya se habla poco de estas alianzas estratégicas para un proyecto emancipatorio popular. Y, lamentablemente, se prefiere el *show* mediático, como hemos visto recientemente en Otavalo.

Como señala Bendaña (2008) Pdvsa (Petróleos de Venezuela Sa) es la contraparte directa de casi todos los proyectos estando a cargo de aspectos claves de la cooperación, de la supervisión técnica y financiera, privilegiando la relación directa con los gobiernos. El caso de Nicaragua, País en el que los fondos canalizados a través del Alba son monopolizados por el *entourage* del presidente Daniel José Ortega mientras su gobierno continúa siguiendo al pié de letra el modelo neoliberal, es particularmente llamativo y contradictorio. Sin embargo, a pesar de todo, sus partidarios nos recuerdan que no hay que olvidar la correlación de fuerzas internas de cada País, además de los avances logrados por los proyectos del Alba en la nación centroamericana (Capelán, 2010).

Pero esta cooperación «estadocéntrica» no deja de crear preocupaciones por la transparencia y el control social, pues la información efectiva - y para todos los Países - es muy escasa. En este sentido, sería sumamente importante realizar investigaciones focalizadas sobre el funcionamiento de las empresas mixtas, la ejecución de los proyectos financiados y a financiar por el Banco del Alba y todas las donaciones y líneas de créditos abiertas por el gobierno bolivariano.

Semejante problemática se pone con respecto al Tcp. Las cifras oficiales son bien conocidas: con la parcial excepción del eje Cuba-Venezuela, el intercambio comercial sigue siendo débil entre los integrantes de la Alianza. Más allá de eso, resulta de vital importancia estudiar si los beneficios para los pueblos igualan a los de los exportadores de textiles y soya transgénica bolivianos, del aparato burocrático cubano, de los ganaderos nicaragüenses o de los empresarios venezolanos «amigos del Alba». A este propósito recuerda justamente Katz (2008: 71) que no «conviene identificar automáticamente cualquier intercambio divorciado con el lucro inmediato con el bienestar popular».

Existen numerosos antecedentes de esta modalidad de intercambio que favorecieron a las elites estatales o las burocracias opresoras. [...] También ha sido muy frecuente el uso de privilegios comerciales por parte de distintos gobiernos con finalidades diplomáticas, políticas o militares (Íbidem).

Como es bien sabido, la relación entre Cuba y Venezuela representa el «núcleo duro» del Alba, a la que siguen la relación entre Venezuela y Bolivia, Venezuela-Nicaragua,



Venezuela-Ecuador, etc. Es decir, a pesar de la convergencia reiterada en cada cumbre entorno a las cuestiones políticas y de ciertos avances en algunos proyectos y empresas grannacionales, el eje articulador de las relaciones económico-comerciales dentro del Alba es dado, por una razón obvia y bien conocida, por la presencia de la República bolivariana.

En este sentido, Antonio Romero (2010: 14) apunta que:

por la naturaleza del proyecto Alba-Tcp y las disímiles condiciones - no sólo económicas sino también políticas y sociales - que existen entre sus miembros; en este proyecto de integración han predominado compromisos (o asunción de los compromisos del grupo) bilaterales aunque también hay de carácter plurilateral, focalizándose sectores o áreas prioritarias de cooperación donde pudieran existir necesidades perentorias, ventajas evidentes o donde se pudiera desarrollar la complementariedad.

Además, los compromisos asumidos con otros Países y esquemas de integración se sobreponen a los del Alba, generando «una membresía muy compleja» (Íbidem).

Lo precedente lleva a ciertos autores a sostener que el Alba no sería un proyecto de integración, sino más bien «un proyecto político y una estrategia de cooperación Sur-Sur que ni pretende, ni logra, integrar el espacio económico de sus miembros» (Sanahuja, 2009: 26). Por otra parte, en el marco de esta estrategia Sur-Sur, otros autores vislumbran en la postura del gobierno bolivariano, ni más ni menos que la proyección al espacio global, pero específicamente regional, del modelo rentista venezolano (Romero, Curiel, 2009). Sin compartir este nivel de criticismo, tampoco se puede afirmar que ambas posiciones estén totalmente equivocadas.

No cabe duda que el Alba tiene notables potencialidades de desarrollo en el campo social, como demuestran claramente los éxitos logrados por los convenios en salud y educación entre sus integrantes. El uso de recursos estratégicos - el petróleo venezolano y la profesionalidad cubana en este caso - en clave no estrictamente mercantilista para implementar programas sociales representa una manera inteligente de superar muchos límites de la tradicional cooperación al desarrollo Norte-Sur. En este sentido, es preciso aclarar que no se trata como creen algunos analistas de un trueque entre recursos energéticos y servicios profesionales, sino de un intercambio comercial que las partes consideran justo (Valle Baeza, Martínez González, 2009), Osvaldo Martínez (2008: 227) tiene toda la razón al afirmar que «la verdadera integración de los pueblos no puede prescindir de la solidaridad y la cooperación». Sin embargo precisa que:

No es ella una permanente donación de recursos de los que más tienen hacia los otros Países y no niega el beneficio mutuo sin el cual la integración sería lírica romántica, pero no puede colocar el beneficio mutuo como condición permanente ni dejar de practicar el trato preferencial hacia los Países de menor desarrollo (Íbidem: 227-228).

Como es bien sabido, el esquema Cuba-Venezuela se está trasladando a otros Países por medio de una triangulación fomentada por la República bolivariana, puesto que es esta nación la que en la mayoría de los casos proporciona los recursos financieros necesarios. La operación Milagro, así como el desarrollo de campañas de alfabetización



y de vacunación en terceros Países, se convierten en instrumentos concretos y directos de poder contrahegemónico. Sería sumamente importante, entonces, abrir nuevos espacios para la investigación de campo, tanto sobre todos los casos de triangulación, como sobre el aporte cubano a las misiones bolivarianas y en los demás Países, puesto que ejemplos extraordinarios de participación activa en el diseño de las políticas sociales, pueden muy fácilmente volverse mecanismos rutinarios y meramente asistenciales, que no refuerzan a los sectores populares, sino dinámicas clientelares y el poder de viejas y nuevas burocracias que germinan dentro de los Estados. En el caso de Venezuela existen muchos indicios al respecto, que se comprueban puntualmente en el deterioro de experiencias que al principio fueron muy exitosas como *Barrio adentro* y demás *Misiones*.

Como destaca Bendaña (2008: 6) «el apoyo a la vía del desarrollo alternativo significa apoyar el derecho y la capacidad de los pobres a crear sus propios movimientos independientes y a ejercer constante presión política desde abajo». De lo contrario, se abrirían espacios para la reproducción de esquemas paternalistas y asistencialistas típicos de la tradicional cooperación Norte-Sur pero también de un socialismo que se ha quedado en el siglo XX, en los que proliferan dependencia, corrupción, clientelismo político y burocracias.

Finalmente, una nota sobre el modelo de acumulación. La prioridad que en el Alba se le otorga al social define una de sus características más peculiares en relación con los demás esquemas regionales de integración y cooperación. Sin embargo, la verdadera puesta en juego de la Alianza bolivariana descansa sobre la posibilidad de poner en marcha un proyecto realmente alternativo y viable en lo que se refiere no sólo a la esfera social, sino a las esferas energética, productiva, financiera, comercial y, finalmente, institucional. Esto marcaría el paso de un modelo alternativo de cooperación hacia uno de integración alternativa.

En este sentido, Lourdes Regueiro (2008: 325) señala justamente que:

En estos momentos, los pilares del Alba están más asentados en la redistribución social regional de la renta petrolera venezolana y en la voluntad política de los actuales gobiernos que participan del proyecto, que en estructuras económicas. La construcción de las bases económicas de sustento del Alba es uno de los desafíos mayores del proyecto. Un modelo alternativo debe trascender las políticas distributivas. Requiere construir la base económica que garantice la satisfacción de las necesidades del proceso de acumulación y permita ampliar y profundizar las políticas sociales. A su vez, el proceso de acumulación pone límites a las políticas distributivas, que no pueden irse por encima de la capacidad del sistema de sostenerlas, reproducirlas y ampliarlas.

Los reflejos de la crisis internacional en los Países del Alba, y particularmente en Venezuela, son la prueba fehaciente de lo que sostiene la analista cubana. Que añade:

En ese sentido, es pertinente diferenciar aquellos espacios donde el Alba se perfila como un nuevo modelo de relaciones sociales, de acciones e iniciativas de cooperación en el ámbito social, tecnológico y energético que han contribuido a atenuar los impactos sociales y humanos en los sectores más golpeados por las políticas neoliberales. Aunque



estas acciones no cuestionan aún el sustento económico de tales políticas, pueden contribuir a crear el sujeto de cambio (Íbidem: 324).

Sin embargo, la creación del «sujeto de cambio» no puede quedar desligada de la profundización de un modelo de democracia radical. En un interesante artículo, significativamente titulado *¿Hay democracia participativa en los países del Alba?*, los Autores plantean que «hoy se desarrolla, en el seno de [estos] gobiernos, una confluencia perversa y conflictiva entre actores, culturas y prácticas heredadas de la izquierda tradicional y correlatos nacidos del fragor de la lucha por la democratización participativa de la vida pública» (Olvera, Chaguaceda, 2010).

Aunque muchos programas y acciones dependan del financiamiento petrolero amenazado por la crisis, el Alba podría cumplir - según Katz (2009) - un papel más significativo, «como ámbito de formulación y ensayo de las respuestas populares al tsunami económico». Habrá que ver si los Países que encabezan este proyecto tendrán la voluntad política para darle salida a los distintos problemas que se han mencionado.

Hace justo un año, Emir Sader (2009) escribía sobre un futuro que se decide para América Latina «entre la profundización de las transformaciones apenas empezadas o procesos de restauración conservadora en que serán derrotados el campo popular y las izquierdas en su totalidad». Este escenario no parece contemplar la hipótesis de una «multipolaridad opresiva», aunque sea bajo banderas progresistas o aun socialistas, en el marco de la transformación del sistema capitalista mundial. Desde luego que el futuro sigue abierto, y que «la disputa hegemónica frente al agotamiento del neoliberalismo y las alternativas, entre lo viejo que insiste en sobrevivir y lo nuevo que encuentra dificultades para nacer, es lo que marca el presente latinoamericano».

La Alianza bolivariana y los Países que la conforman representan actualmente el mejor ejemplo en el que se embaten estas disyuntivas.

Referencias bibliográficas

- Amin S. (1988), *La desconexión, hacia un sistema mundial policéntrico*, Iepala, Madrid.
- Amin S. (2004), *Geopolítica del imperialismo contemporáneo*, en www.rebellion.org/docs/4549.pdf [Agosto 2010], Actualización del sitio 9 agosto 2010.
- Arrighi G. y Zhang L. (2009), *Beyond the Washington Consensus: a New Bandung?*, en www.soc.jhu.edu/people/arrighi/publications/arrighi_and_zhang_new%20bandung_3-16-09_version.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 4 agosto 2010.
- Bendaña A. (2008), *Financiamiento alternativo para el desarrollo: el papel de Venezuela y el Alba*, en www.cadtm.org/img/article_pdf/article_a3387.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 9 agosto 2010.
- Capelán J. (2010), *Nicaragua y el Alba. La decisión estratégica más importante del Frente Sandinista en el siglo XXI*, en www.laluchasigue.org/index.php?option=com_content&view=article&id=245:jorge-capelan-tortilla-con-sal&catid=82:articulos&Itemid=199 [Agosto 2010], Actualización sitio web 9 agosto 2010.



- Castro F. (1983), *La crisis económica y social del mundo*, informe presentado en la VII Cumbre de Países no alineados, Publicación del Consejo de Estado, La Habana.
- De Arruda Sampaio P. Jr. (2008), *Notas sobre los desafíos de la integración latinoamericana*, en Martínez O. (coord.), *La integración en América Latina: de la retórica a la realidad*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, pp.30-64.
- De Sousa Santos B. (2008), *Reinventando la emancipación social*, en «Cuadernos de Pensamiento Crítico Latinoamericano», bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/18/18boa.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.
- Dierckxsens W. (2007), *Cuando los pueblos toman el destino en sus manos: América Latina y el Caribe y el camino al socialismo del siglo XXI*, en «Pasos», 13, Julio-Agosto, pp.29-43.
- Estay J. (2008), *El Alba y sus espacios de desenvolvimiento*, en Martínez O. (coord.), *La Integración en América Latina: de la retórica a la realidad*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, pp.136-158.
- Fritz T. (2007), *Alba contra Alca. La Alternativa bolivariana para las Américas: una nueva vía para la integración regional en Latinoamérica*, en www.fdcl-berlin.de/fileadmin/fdcl/publikationen/alba-contra-alca-thomas-fritz-fdcl-esp.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.
- Gambina J. (2008), *A propósito de la integración en América Latina y el Caribe*, en Martínez O. (coord.), *La integración en América Latina: de la retórica a la realidad*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, pp.1-29.
- Girvan N. (2008), *Alba, Petrocaribe and Caricom: Issues in a New Dynamic*, www.normangirvan.info/alba-and-petrocaribe-an-alternative-to-neoliberal-integration-norman-girvan/ [Agosto 2010], Actualización sitio web 4 agosto 2010.
- Gresh A. (2008), *El Consenso de Pekín. Al alba de un siglo post-estadounidense*, en «Le Monde Diplomatique», noviembre de 2008.
- Guerra Borges A. (coord.) (2009), *Fin de época. De la integración tradicional al regionalismo estratégico*, Siglo XXI, México.
- Hettne B., Inotai A., Sunkel O. (coord.) (2000), *National Perspectives on the New Regionalism in the North*, vol.2, Macmillan Press, London.
- Katz C. (2008), *El rediseño de América Latina. Alca, Mercosur y Alba*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana.
- Katz C. (2009), *América Latina frente a la crisis global*, en www.rebellion.org/docs/81254.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 4 agosto 2010.
- Lander E. (2004), *¿Modelos alternativos de integración? Proyectos neoliberales y resistencias populares*, en «Osal», V, 15, Septiembre-diciembre, pp.45-56.
- Lechini G. (2007), *Ibsa: una opción de cooperación Sur-Sur*, en Giron A. y Correa E. (coord.), *Del Sur hacia el Norte. Economía política del orden económico internacional emergente*, Clacso. Buenos Aires, pp.271-285.
- Llistar D. (2009), *Anticooperación. Interferencias Norte-Sur. Los problemas del Sur global no se resuelven con más ayuda internacional*, Icaria Editorial, Barcelona.



- Maestro I. (2000), *El papel de la cooperación para el desarrollo en el contexto de la globalización*, www.redem.buap.mx/pdf/irene/irene2.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 4 agosto 2010.
- Maestro I. y Martínez, J. (2006), *Elementos de discusión sobre la cooperación para el desarrollo en el capitalismo global*, en www.redem.buap.mx/pdf/irene/irene4.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 4 agosto 2010.
- Marini R.M. (1969), *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI, México.
- Martínez O. (2008), *Alba y Alca: el dilema de la integración o la anexión*, en Martínez O. (coord.), *La integración en América Latina: de la retórica a la realidad*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, pp.195-230.
- McMichael P. (1996), *Development and Social Change: A Global Perspective*, Pine Forge Press, Usa.
- Olvera Rivera A.J. y Chaguaceda Noriega A. (2010), *¿Hay democracia participativa en los países del Alba?*, en «Envío», 334, enero, www.envio.org.ni/articulo/4125 [Agosto 2010], Actualización sitio web 4 agosto 2010.
- Regueiro Bello L. (2008), *Los Tlc en la perspectiva de la acumulación estadounidense. Visiones desde el Mercosur y el Alba*, Cea/Clacso, Buenos Aires.
- Rojas Aravena F. (2007), *La integración regional. Un proyecto político estratégico*, III Informe del secretario general de Flacso, en www.flacso.org/uploads/media/iii-informe-secretario-general-2007.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.
- Romero C. A., Curiel C. (2009), *Venezuela: política exterior y rentismo*, en «Cuadernos Prolam/Usp», 8, 1, www.usp.br/prolam/downloads/2009_1_3.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.
- Romero A. (2010), *La integración y cooperación en América Latina y el Caribe y la emergencia de nuevos espacios de integración. El Alba-Tcp*, en www.flacso.org/uploads/media/ponencia_antonio_romero.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.
- Sader E. (2009), *América Latina: profundización del antineoliberalismo o restauración conservadora*, en www.rebellion.org/noticia.php?id=88297 [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.
- Sanahuja J. (2009), *Del 'regionalismo abierto' al 'regionalismo post-neoliberal'. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina*, en Martínez Alfonso L., Peña L., Vasquez M. (coord.), *Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe*, Cries, pp.11-54, www.cries.org/wp-content/uploads/2010/05/anuario-integracion-2008-2009.pdf [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.
- Saxe-Fernández J. y Delgado-Ramos, G. (2005), *Imperialismo y Banco mundial*, Editorial Popular Madrid.
- Sogge D. (2002), *Dar y tomar. ¿Qué sucede con la ayuda internacional?*, Icaria Editorial, Barcelona.
- Valle Baeza A., Martínez González G. (2009), *La Alternativa bolivariana para América Latina y El Caribe (Alba)*, en www.telesurtv.net/noticias/contexto/826/la-alternativa-



bolivariana-para-america-latina-y-el-caribe-alba/ [Agosto 2010], Actualización sitio web 8 agosto 2010.

Wallerstein I. (1974), *Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis*, Academic Press, New York.



As relações União Européia-América Latina com ênfase na questão econômica e destacando as relações com o Brasil e o Mercosul

João Marcelo Martins Calaça

Índice

Introdução; 1. Histórico da União Européia e suas instituições; 2. Prioridades da assistência comunitária e seus programas; 3. A situação atual da cooperação entre a União Européia e a América Latina, especialmente entre o Mercosul e o Brasil; 4. Conclusão; Referências bibliográficas

Introdução

O ponto principal desse artigo é analisar a questão da cooperação econômica entre a União Européia (Ue) e a América Latina em um mundo onde a formação de mercados se torna fator essencial para novas formas de desenvolvimento, desejavelmente sustentáveis.

Através da abordagem do histórico e dos objetivos que levaram à formação da União Européia, e fazendo uma correlação com a importância da cooperação internacional na busca do desenvolvimento não só econômico mas primordialmente social, traçamos um quadro geral acerca de como estão pautadas essas relações hoje, de como estão sendo (ou não) atingidos os objetivos primordiais desta associação e de como podem ser utilizadas novas ferramentas que visem a uma expansão dessas relações.

1. Histórico da União Européia e suas instituições

O que hoje pode ser conhecida como União Européia, nasceu fundamentalmente da tentativa de se esquecer as profundas cicatrizes deixadas por duas grandes guerras mundiais. Em 9 de maio de 1950, foi pronunciada a famosa Declaração Schuman, emitida por Roberto Schuman (ministro francês de assuntos exteriores) que deu origem a um processo de integração continental na Europa (Nuno, 2007). A primeira ferramenta utilizada para lançar o processo de integração foi a utilização comum de recursos e políticas em torno das grandes matérias primas estratégicas da época. Dessa forma, nasceu em 1951 a Ceca (Comunidade européia de carvão e aço), que já dispunha de uma alta autoridade transnacional com capacidade para a tomada de decisões na matéria, acima dos governos dos seis estados fundadores (Magnoli, 2004). Em 1957, os



mesmos Países ampliaram seus horizontes de colaboração e assinaram o Tratado de Roma, que se constituiu na Cee (Comunidade econômica européia), já desenhada com vistas à formação de uma união aduaneira e na definição de uma série de políticas comuns que seriam decididas e gerenciadas pelas instituições que este tratado estava dotado. Nascia, também, a Euratom (Comunidade européia de energia atômica). Em 1967 se produziu a chamada fusão dos executivos, onde uma única Comissão européia se converteu na instituição responsável pela execução dos três tratados e se começava a falar das Comunidades européias, nomenclatura que se manteria até que em Maastricht, em 1992, se constituiu juridicamente a União Européia (Pfetsch, 2008).

É de total conhecimento que o mundo está vivendo um momento marcado pela busca incessante dos Estados por alianças político-econômicas, coalizões passageiras e tratados internacionais multilaterais como uma forma de se inserir na nova lógica global, garantindo assim o seu desenvolvimento interno e tendo um maior peso internacional. Conhecer as possíveis fragilidades dessa integração poderá nortear futuras integrações incipientes, garantindo o suporte necessário e aprovação e um desenvolvimento menos problemático (Nour, 2003). O exemplo mais importante de integração é observado na União Européia, a qual é utilizada muitas vezes como fonte de inspiração para outros tipos de integrações em desenvolvimento que desejam ainda intensificar os laços, como por exemplo, o próprio caso latino-americano denominado Mercosul (Mercado comum do Sul) e a mais recente Unasul (União de nações Sul-americanas) nascida no 2008 em Brasília com Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguai, Perú, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Segundo uma interpretação das teorias de Max Weber (Camargo, 2007) poderíamos considerar que a Ue é a única organização política nascida da modernidade. Formada por 27 Estados membros¹, não é apenas uma organização intergovernativa (como a Onu), nem é uma confederação (como a Suíça) ou uma federação (como os Estados Unidos). Possuindo uma mescla de partes de características jurídicas que poderiam pertencer a estas tipologias jurídicas, pode-se considerar um organismo *sui generis*, a quem os Estados membros delegam parte da própria soberania nacional e viceversa. Uma associação de Estados soberanos que instituíram um órgão central² (subordinado ainda que frouxamente ao poder dos Estados membros), sendo marcada pela regra da unanimidade³ e direito de veto de cada um dos seus membros. Suas competências pertencem às relações exteriores, à defesa, às políticas econômicas, à agricultura, ao comércio, à proteção do meio ambiente, etc. Em alguns setores (por exemplo, moeda e meio ambiente), em algumas funções que exerce se parece com uma federação de

¹ Formada atualmente (desde 2007) por 27 Países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Países Baixos, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Suécia, República Checa, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Bulgária e Romênia (www.prof2000.pt/users/cfaeca/Europa/paises.html).

² Órgão central localizado na cidade belga, Bruxelas.

³ Essa regra da unanimidade estava inserida no 1º Tratado constitucional aprovado em Bruxelas que não foi ratificado devido á oposição francesa. Tal regra foi modificada para a ratificação do novo tratado (Tratado reformador de Lisboa) que será votado no ano de 2007 e substituirá a regra da unanimidade pela regra da maioria qualificada, ou seja, dupla maioria.



Estados, mas em outros se parece mais a uma confederação (por exemplo, negócios internos) ou a uma organização internacional (relações exteriores). A Ue possui, «de fato, um caráter único. Os Países que pertencem à Ue continuam a ser nações soberanas e independentes, mas congregaram as suas soberanias em algumas áreas para ganharem uma força e uma influência no mundo que não poderiam obter isoladamente.

Congregação de soberanias significa, na prática, que os Estados membros delegam alguns dos seus poderes em instituições comuns que criaram, de modo a assegurar que os assuntos de interesse comum possam ser decididos democraticamente ao nível europeu» (www.europa.eu).

Suas características jurídicas supranacionais e intergovernamentais se devem ao fato da União Européia ser uma associação de povos regida por uma «lei maior» que reúne vários Estados em um só, no entanto, embora esta seja confundida muitas vezes com uma federação, ela ainda mantém de certa forma a autonomia interna dos seus Estados membros e suas respectivas soberanias, inclusive para fins de exercício do direito internacional⁴. É importante mencionar que os Estados europeus são soberanos em relação às suas políticas internas, como já foi mencionado, mas estes devem ainda assim respeitar os tratados comuns a todos os membros da integração, buscando não adotar ações diretas que agridam a «lei maior», perdendo, portanto, parte de sua soberania original. Assim, há quem diga que a União Européia está a caminho de se tornar uma «verdadeira federação» em um futuro mais ou menos próximo. Outro importante princípio é aquele da *subsidiaridade* entre Ue e Estados membros e entre todos os órgãos da União.

Aparentemente a União Européia parece respeitar a pluralidade de suas sociedades ao auto-nomear-se uma associação de povos e por esta diversidade ser assegurada pelas cláusulas dos tratados. Ao mesmo tempo, e desde o seu início, as instituições supranacionais européias atuam sobre os Estados como as instituições nacionais sobre a nação, com os mesmos objetivos de unificação (Kastoryano, 2004).

Segundo Marcelo de Almeida Medeiros a busca por mecanismos de integração sofre influência direta de forças endógenas e exógenas. As *forças endógenas* que levaram à formação da União Européia tiveram início no período pós-segunda guerra mundial, quando todos os Países europeus se encontravam preocupados com a possibilidade de um novo conflito armado, bem como a necessidade de se encontrar uma nova forma para que o velho continente pudesse emergir economicamente, saindo das cinzas e buscando uma «paz perpétua», resistindo ainda a uma possível dominação soviética e norte-americana na região (Kastoryano, 2004).

Pode-se dizer que a política em vigor na época fez com que a Comissão desempenhasse um papel mais ativo do que os atores civis da sociedade ocidental, formando, portanto, uma comunidade de princípios baseada em instituições fortes, com pouca participação popular, a fim de garantir o bem-estar social e desenvolvimento econômico interno que pudessem responder às exigências globais do novo cenário internacional. Cabe também ressaltar que a sociedade civil é inserida nas políticas da União ainda que permaneça o problema de que a Comissão é nomeada pelos governos

⁴ Disponível em www.iscsp.utl.pt/~cepp/teoria_das_relacoes_internacionais.



nacionais mesmo se ratificada pelo Parlamento europeu. O cidadão europeu pode eleger o seu representante no Parlamento europeu, que ratifica as decisões dos governos nacionais, mas que ainda não tem a responsabilidade de eleger os membros da Comissão europeia.

De forma geral a *força exógena*, de acordo com Medeiros, foi basicamente o fenômeno da globalização, facilitada e incentivada pelo desenvolvimento da informática e das telecomunicações. Se anteriormente os Estados tinham que competir com os parâmetros locais ou sub-regionais, agora eles tiveram que concorrer internacionalmente, de uma forma mais acirrada e inseridos na lógica neoliberal. A estrutura bipolar do sistema internacional passou a ser multipolar, necessitando assim de uma assimilação forçada dos valores universais com os particulares, sem que houvesse a preocupação de manter as peculiaridades individuais. Nesse contexto o reforço do processo de integração europeia foi inevitável. Um processo que tem suas raízes no fim da segunda guerra mundial com sua necessidade de acelerar a integração entre Estados antiqüíssimos inimigos com referencia especial à Alemanha e à França. Com a transição da Ceca a Ue, a Europa de 27 Estados membros está buscando também uma forma de garantir sua reestruturação econômica, mantendo, mesmo que aparentemente, seus princípios democráticos, atenta ainda para as expectativas mundiais. O mundo contemporâneo se viu diante de um novo paradigma na ordem internacional composto agora por três dinâmicas essenciais: a dos Estados, a da integração político-econômica e das sociedades. A Europa teve que encontrar uma estratégia para o seu próprio fortalecimento em face do crescente poderio norte-americano, baseada em aspirações estatais corporativistas ao longo de 40 anos, com contradições, ambigüidades, complementaridades e acordos. Internamente, o Tratado de Maastricht, assinado em 7 de fevereiro de 1992, é um projeto acompanhado de reformas políticas e institucionais destinadas a facilitar a formação de um espaço sem fronteiras, em que não só a livre circulação de pessoas, capitais, serviços e mercadorias fosse assegurada, como também a coesão entre as diversas regiões e entre as próprias moedas nacionais ficassem fortalecidas. Uma estratégia que uniria tanto politicamente como economicamente os Países membros, mas separaria os anseios estatais de sua própria sociedade, causando um *déficit* democrático. A nova Europa [...] deverá nascer da vontade de seus povos e não de um desenho feito a portas fechadas, em uma Bruxelas que não tem, nem poderia ter, todas as respostas em suas mãos (Camargo, 1994).

A primeira grande modificação importante dos tratados fundacionais se deu em 1987 com a adoção da Ata unica europeia que possibilitou a consecução, em 1992, do Mercado único europeu (www.ec.europa.eu), um enorme esforço que requereu a elaboração e a aprovação de mais de trezentas normas jurídicas destinadas a restabelecer e possibilitar a prática das quatro liberdades fundamentais de circulação referentes a pessoas, capitais, mercadorias e serviços por todo o território da União Europeia (Martins, 2009).

Em 1999 doze dos quinze Países membros deram um passo importante na busca da integração e acordaram a união monetária ao substituir suas moedas nacionais pelo euro, a moeda comum europeia que entrou em circulação física em 1 de janeiro de 2002 (Junqueira, 2008).



As instituições (Junqueira, 2008) podem ser definidas como o Parlamento europeu, o Conselho da União Européia, a Presidência do conselho, a Comissão européia, o Tribunal de justiça e o Tribunal de contas europeu. Contudo, o papel e as competências de cada uma pouco tem haver com o tradicional reparto de poderes dos Estados democráticos e, em muitas vezes, as informações que aparecem nos meios de comunicação e inclusive em publicações de âmbito universitário mostram um certo grau de confusão sobre este assunto.

A Comissão européia (www.ec.europa.eu) executa as decisões políticas da Ue (www.ue.europa.eu), gestiona diretamente parte do pressuposto comunitário, incluída a assistência exterior, e retém o direito de iniciativa legislativa. Está formada por 27 membros ou «comissários», um procedente de cada Estado membro, que comprometem a atuar com total independência de seu País de origem. É a Comissão quem apresenta todo o tipo de propostas ao Conselho e ao Parlamento. É, ao mesmo tempo, a guardiã dos tratados e vigia o respeito dos Estados membros à vigente legislação comunitária (Diretivas e Regulamentos). No caso de não cumprimento por parte destes últimos, pode inclusive impor sanções econômicas. Dessa forma, a Comissão é responsável por elaborar todas as propostas de cooperação e de executá-las, uma vez aprovadas pelo Conselho e Parlamento. O Conselho de ministros (www.ue.europa.eu) é o verdadeiro órgão legislativo da União Européia. Se reúne sobre bases setoriais (Agricultura, economia e finanças, relações exteriores, entre outros) e cada um dos Estados membros é representado pelo ministro do ramo. Discute e adota (ou rechaça) as propostas da Comissão por maioria qualificada em quase todos os campos e por unanimidade em alguns particularmente sensíveis, como fiscais e relações internacionais. No dia a dia o Conselho se compõe de diversas reuniões setoriais dos representantes dos Estados membros no chamado Coreper - Comitê de representantes permanentes - que, no setor da cooperação, controla a execução do pressuposto por parte da Comissão. Também são representantes dos Estados membros quem compõem os diversos comitês de gestão e seguimento de todos os programas de assistência exterior e aprovam as propostas específicas de financiamento de programas e projetos individuais apresentadas pela Comissão.

O Parlamento europeu eleito por sufrágio universal direto a cada cinco anos desde 1979, tem aumentado seus poderes reais com os sucessivos tratados. Se compõe atualmente de 785 eurodeputados eleitos em cada um dos 27 Estados membros, reunidos em grupos políticos e não nacionais. Tem capacidade final para aprovar ou bloquear o pressuposto anual da Ue e fazer valer sua opinião mediante emendas às propostas da Comissão e as posições dos Estados membros. O recente Tratado de Lisboa prevê uma nova configuração para o Parlamento europeu, com 751 deputados. Exerce o poder de controle sobre a Comissão, mediante os diversos comitês parlamentares. No campo da assistência exterior são muito importantes os Comitês de pressupostos (Cobu), de controle pressupostário (Cocobu), de desenvolvimento e de relações exteriores. Os dois primeiros complementam seu papel com o Tribunal de contas (www.europarl.europa.eu) da União Européia que outorga seu visto e emite críticas a cada ano à execução do pressuposto comunitário, incluídas a ajuda externa.



Por fim, deve ser citada a possibilidade de o Parlamento europeu enviar missões a Países com o fim de obter informações acerca da situação de suas políticas internas em caso de conflito e sua colaboração com a Comissão para a realização de missões de observação eleitoral.

O Tribunal de justiça dirime as diferenças interinstitucionais e assenta a jurisprudência comunitária na interpretação dos tratados e a aplicação do direito derivado destes. Suas sentenças são de cumprimento obrigatório em todo o território da União Européia e são inapeláveis. Normalmente não tem incidência direta nas relações exteriores da União Européia.

O Banco central europeu (www.eib.org) foi fundado em 1998 com o fim de garantir a gestão do euro, a moeda única então adotada por doze dos quinze Estados membros. É o responsável pela definição e execução da política monetária da chamada Eurozona, o que significa uma importante cessão de soberania (juros, por exemplo) por parte destes Países. Vale também a pena citar o Banco europeu de investimentos (Bei) (www.eib.org), instituição financeira da Ue, que pode atuar no exterior mediante empréstimos ou bonificações; possui, assim como o Banco mundial, atividade creditícia. Sem dúvida, em alguns casos, seu papel pode ser importante quando se trata do desenvolvimento do setor privado de um País receptor de ajuda comunitária.

2. Prioridades da assistência comunitária e seus programas

A ajuda ao desenvolvimento se converteu formalmente na política compartilhada em 1993, a raiz da adoção do Tratado da União Européia (Maastricht). Os Estados membros se propõe a coordenar suas políticas de cooperação nacionais entre si e com a Comissão Européia, ainda com as demais outras grandes agências de desenvolvimento (Junqueira, 2008).

O primeiro degrau rumo à integração, e nisso podemos dizer que a Ue já atingiu este estágio, uma vez que as tarifas de importação são únicas e os Países ali integrantes atuam como bloco, é a criação de uma zona livre de comércio (Carlos, 1993).

Podemos dizer que os quatro grandes objetivos da política europeia de cooperação são:

- a) estimular o desenvolvimento político, econômico e social sustentável;
- b) facilitar a integração dos Países em desenvolvimento na economia mundial;
- c) reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento.
- d) consolidar a democracia, o estado de direito, o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Todos esses princípios e orientações foram reforçados pelo Consenso de Bruxelas e a Declaração de Paris de 2005 sobre a eficácia da ajuda exterior. Conforme consultado no site da União Européia (www.europa.eu), na parte que diz respeito à ajuda humanitária em curso, extraímos que “entre as perspectivas atuais, ante a multiplicação das catástrofes naturais de média envergadura, em 2008 a Direção geral de ajuda humanitária (Dgecho) seguirá reforçando a preparação dos diferentes agentes que intervêm nas catástrofes. Ainda deverá fazer frente aos efeitos do aumento, em 2006 e 2007, do número de refugiados dentro de seus Países. O crescente número de violações



do direito internacional humanitário nos conflitos armados constitui um dos principais objetivos que em 2008 está dificultando especialmente determinadas operações humanitárias, deteriorando as condições de segurança dos trabalhadores humanitários e impedindo o acesso às vítimas”.

Como todos os anos, a programação das intervenções da Dgecho em 2008 se baseia na definição das necessidades humanitárias mediante:

a) uma avaliação das necessidades sobre o terreno e uma avaliação prévia por agentes especializados independentes;

b) uma avaliação, a partir de indicadores nacionais, do grau de vulnerabilidade do País e da existência de uma crise (Global needs assessment-Gna) e o caráter de crise esquecida (Forgotten crisis assessment-Fca). Para 2008, a análise dispõe 41 Países em crise, sobre a base da avaliação Gna, 15 dos quais são sumamente vulneráveis. As crises avaliadas na avaliação Fca se situam em Birmania/Myanmar, Cachemira, Abjasia (Georgia), Chechenia, Colombia, Haití, Indonésia, Argélia e Nepal.

Nos Países da África e Pacífico, estão em andamento 13 programas nacionais e 2 programas regionais. Os programas nacionais se destinam a Burundi, Chad, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Haití, Kenia, Libéria, Somália, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zimbábue. Os programas regionais se ocupam do Chifre da África (Yibuti, Etiópia, Eritreia, Kenia, Somália, Sudão e Uganda) e da África Sahel (incluindo Burkina Faso, Malí, Mauritânia, Níger e Chad). Além disso, Dgecho observará a situação em 22 Países do Caribe e 15 Países do Pacífico. Dgecho seguirá concedendo assistência aos refugiados saharauis, à população dos Territórios palestinos ocupados, aos refugiados palestinos no Líbano e aos iraquianos dispersos dentro e fora do País. Na Ásia, Dgecho seguirá presente no Afeganistão, Sri Lanka, Nepal e na Birmania/Myanmar, e continuará seu processo de retirada da Coreia do Norte. Por último, na América Latina, a intervenção de Dgecho seguirá se concentrando nas populações afetadas pela violência na Colômbia.

Dgecho se concentrará na aplicação dos objetivos do consenso europeu sobre a ajuda humanitária adotados em dezembro de 2007.

Relativamente à ajuda alimentária humanitária, Dgecho procurará sobretudo levar assistência alimentar urgente às populações vulneráveis afetadas pela crise, prevenir e tratar a desnutrição aguda, e proteger os meios de subsistência afetados pelas crises. Se seguirá perfeccionando o novo formulário de avaliação das necessidades ligadas à insegurança alimentar nas crises humanitárias. Cooperará com Direção geral desenvolvimento e europeaid no programa temático de segurança alimentar para assegurar a interrelação entre os projetos de emergência e programas de desenvolvimento.

A Dgecho segue aumentando o financiamento destinado a reduzir os riscos de catástrofes. Em 2008 se previu iniciar vários planos de ação no marco do programa na América Central, Ásia Central e Sudeste asiático. No Caribe, América do Sul e Ásia meridional, Dgecho seguirá adiante com os projetos financiados pelos planos de ação iniciados em 2007. Além disso, estudará a possibilidade de estender as atividades de preparação para as catástrofes na África austral e no Oceano Índico. Seguirá, ainda,



comprometida com a integração da preparação diante das catástrofes nas operações de emergência.

No que diz respeito às políticas setoriais, Dgecho continuará refletindo sobre determinados setores da intervenção como a igualdade entre os sexos, o meio ambiente e o papel dos donantes não tradicionais no marco da ajuda humanitária. Além disso, tem previsão de seguir o processo iniciado em 2007 nos três campos seguintes:

a) crianças, especialmente no que se refere à assistência a crianças órfãs ou desacompanhadas, a reintegração de crianças que estejam servindo como soldados e a educação em situações de emergência;

b) a saúde, em particular, a revisão das diretrizes sobre Vih/Aids;

c) os métodos de intervenção «não tradicionais» como a distribuição de dinheiro efetivo ou de bonos aos beneficiários finais.

Em 2008 iniciou uma avaliação dos financiamentos temáticos que proporciona com a finalidade de reforçar as capacidades das organizações das Nações unidas e do movimento da Cruz vermelha.

No que diz respeito à estratégia de comunicação se trata de seguir melhorando a visibilidade da Comissão europeia enquanto agente humanitário e de dar a maior difusão possível às mensagens chave utilizando os meios de comunicação para dirigir-se à juventude europeia e dar prioridade às atividades de maior repercussão».

As bases jurídicas que regem a assistência da Ue a todas as demais regiões do mundo são os regramentos do Conselho e do Parlamento europeu, estabelecidos à proposta da Comissão. Cada regramento geográfico assenta as bases sobre os que se constituem documentos estratégicos e planos de atuação regionais e nacionais, documentos que se elaboram em estreita colaboração entre a Comissão europeia e as autoridades nacionais do País receptor.

Existem outras medidas legais que enquadram atividades de cooperação específicas a União Europeia, tais como direitos humanos, igualdade de gênero ou o meio-ambiente. No total, a União Europeia dispõe atualmente de onze bases legais que habilitam à Comissão europeia executar a assistência exterior na representação da União Europeia (Junqueira, 2008). Merecem destaque os chamados «planos de ação», ou conjunto de medidas adotadas pelas instituições comunitárias como resposta a situações de crises ou a conclusões de grandes questionamentos internacionais. Em alguns casos esse planos de ação podem chegar a dar lugar, inclusive, a bases legais específicas, dotadas de suas próprias linhas de financiamento, como foi o caso da Conferência de Pequim sobre mulheres e desenvolvimento, que está na origem nas chamadas «Ações de gênero».

No seu conjunto a União Europeia constitui o maior doador de ajuda oficial ao desenvolvimento do planeta, com mais da metade dos fluxos mundiais (Cepal, 1998).

Os Países e regiões em que a União Europeia presta ajuda humanitária espelham a lista de pontos conturbados do globo. A assistência é incondicional e não importa se a catástrofe é de origem natural ou humana. Entre os objetivos, pretende-se ajudar as vítimas o mais depressa possível, independentemente de sua raça ou religião e as convicções políticas do respectivo governo (Camargo, 2007).

A Ue canaliza a ajuda de emergência através do seu Serviço de ajuda humanitária. Desde a sua criação, em 1992, interveio em situações de crise graves em mais de 100



países de todo o mundo, disponibilizando equipamento essencial e fornecimentos de emergência para socorrer as vítimas de catástrofes. Com um orçamento anual de mais de 700 milhões de euros, financia também equipes médicas, peritos em desminagem, meios de transporte e comunicações, ajuda alimentar e apoio logístico, com solicitações adicionais para os recursos de ajuda humanitária da Ue.

A Dgecho está também presente em cerca de 60 Países como o Afeganistão, a República Democrática do Congo, o Sri Lanka e a Tanzânia. A Ue continua a apoiar as vítimas daquilo a que chama as «crises esquecidas». As principais crises esquecidas identificadas foram as do Nepal, as da zona raiana entre Mianmar e a Tailândia, a Chechénia, Caxemira e a precária situação dos refugiados do Sara Ocidental na vizinha Argélia (Jesus, 2009).

Na qualidade de doador humanitário ativo, a Comissão europeia coopera estreitamente com os parceiros que prestam assistência no terreno (www.ec.europa.eu/delegations/delgnb/eu_global_player/5.htm) - organizações não governamentais, organismos da Onu e Cruz vermelha/Crescente vermelho - para fornecer alimentos e equipamento, água potável e saneamento, abrigo, instalações médicas e sistemas temporários de comunicações. A Ue prevê que as catástrofes naturais e os conflitos se mantenham no elevado nível atual e aumentou o número de funcionários no terreno com experiência de avaliação rápida das necessidades, de modo a melhorar a resposta humanitária.

A Política europeia de segurança e defesa (Pesd) faz parte do esforço da União Europeia em sua atuação no sentido de impedir a eclosão de conflitos. Para além das missões de reação rápida que podem intervir logo na fase inicial de situações de crise, a Pesd tem também uma valência de recolha de informação e análise, bem como a capacidade de monitorizar a aplicação de acordos internacionais para prevenir potenciais conflitos (Jesus, 2009).

Estas novas capacidades reforçam os instrumentos tradicionais das relações externas da Ue, nomeadamente a assistência técnica e financeira, o apoio ao reforço das instituições e da boa governança em Países em desenvolvimento, a ajuda humanitária e os instrumentos diplomáticos como a mediação e o diálogo políticos, em condições de reagir a situações concretas logo que estas surjam com a gama certa de instrumentos (Pefsch, 2008).

Em sua publicação *Eu donor atlas* (Mapping official development assistance) a Ue oferece uma série de dados interessantes para que sejam melhor compreendidos os fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento, incluídos os destinados à América Latina. Essa publicação nos dá a exata dimensão da importância relativa de cada região no conjunto internacional.

Segundo dados extraídos do site www.ec.europa.eu as doações humanitárias da União Europeia no ano de 2008 alcançaram a cifra de 43.264 milhões de dólares, e estavam assim distribuídas:

- a) Oriente Médio/Norte da África = 12%;
- b) África Subsaariana = 53%;
- c) América Latina e Caribe = 12%;
- d) Ásia (outros) e Oceania = 8%;



- e) Sul da Ásia e Ásia Central = 10%;
- f) Europa = 5%.

Os 20 maiores receptores da citada ajuda humanitária foram, na seguinte ordem do maior para o menor: República Democrática do Congo (1,133 milhões de dólares), Tanzânia (929), Angola (909), Afeganistão (793), Nicarágua (778), Iraque (736), Zâmbia (709), Madagascar (705), Senegal (686), Sérvia e Montenegro (675), Moçambique (632), Etiópia (613), Egito (573), China (557), Marrocos (551), Camarões (535), Uganda (520), Bangladesh (480) e Vietnã (459).

3. A situação atual da cooperação entre a União Européia e a América Latina, especialmente entre o Mercosul e o Brasil

Pode-se afirmar que o Mercosul desde sua criação (1991), tem atingido sua finalidade precípua, consolidando seu funcionamento e atingindo resultados expressivos, uma vez que sua participação, a título exemplificativo, no total das importações mundiais, triplicou de 1990 a 1998 (Ventura, 2008).

O Tratado de Assunção, datado de 26/3/1991, é considerado o documento que estabeleceu a data de 31 de dezembro de 1994 para o início das atividades do Mercosul, com a composição originária de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Este Tratado determinou a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os Países, além da eliminação de entraves alfandegários, criação de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados, com coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, serviços, alfandegária, de transportes e comunicações, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados que dele fizerem parte. Constituiu-se, primordialmente, em uma zona de livre comércio e não se confunde com uma zona de integração política (Ventura, 2008).

Embora a União Européia tenha sido a inspiradora para a criação do Mercosul reconhece-se a existência de profundas diferenças entre as duas organizações. O Mercosul tem como objetivo basilar a instituição de um mercado comum, através de uma união aduaneira e de livre circulação de bens e pessoas, enquanto a União Européia preconiza uma união econômica e monetária além da concretização da integração social, econômica e política. São também diversos os fatores que levaram à associação. Enquanto na América do Sul as razões foram de ordem essencialmente econômica, na Europa, a conjuntura do pós-guerra, com razões de ordem político-militar e econômica-social, foram determinantes (Nuno, 2007).

A partir de 1995, o Brasil firmou sua posição de grande receptor de investimento estrangeiro direto da década de Noventa, passando de quinto para segundo maior dentre os Países emergentes, com fluxo estimado de US\$ 97 bilhões no período, precedido apenas pela China (Bacen, 2001).

Segundo o Banco central do Brasil (2001), desde 1996, verificava-se crescente predominância do investimento estrangeiro direto sobre as demais categorias de



inversões estrangeiras no Brasil (em carteira, derivativos e outros investimentos), sendo observado algum direcionamento para fusões e aquisições, seguindo a tendência observada nos países desenvolvidos.

O Plano real (1994) de Fernando Henrique Cardoso pode ser considerado o principal responsável por tal desempenho. O processo de desestatização, possibilitou a maior participação do capital estrangeiro em setores que antes eram exclusividade do Estado, como energia e telecomunicações. Além do mais, a consolidação do Mercosul estimulou a entrada de novas empresas, além de aumentar a capacidade produtiva das que aqui já estavam estabelecidas. A grande diferença entre o processo de internacionalização da produção ocorrida no Brasil para Países como México, Coréia e China, é que nestes Países grande parte da produção é destinada ao exterior. No caso brasileiro, a internacionalização teve como alvo o mercado interno, tanto com o aumento da presença do capital estrangeiro quanto com o aumento de conteúdo importado da produção. Na China, por exemplo, os Ide (investimentos diretos europeus) destinaram-se à construção de novos ativos e apesar do imenso mercado interno, o destino da produção é principalmente o externo (Laplane, 2002).

«A internacionalização produtiva no Brasil foi caracterizada como introvertida se comparada com outros Países em desenvolvimento no sentido em que não resultou em maior presença mundial nem de empresas brasileiras, nem de produtos feitos no Brasil. Em contrapartida aumentou o passivo externo da economia e a importação do Brasil como consumo de bens intermediários produzidos em outros Países» (Laplane e Sarti, 2002: 90).

O Brasil, que também faz parte do Mercosul, possui hoje uma situação de destaque internacional, com uma economia com previsões de crescimento na ordem de 7,5% no ano de 2010, o que gera grandes perspectivas de investimento exterior, com uma demanda crescente que se traduz em um maior poder de compra de sua população cuja ascensão das originárias classes E (pobres) e D (média baixa) para a classe C (média), constitui-se em um fator de atração de investimentos. Hoje, mais da metade da população brasileira faz parte da chamada «classe média», com um crescente e punjante poder de consumo. Desde o ano passado a chamada nova classe média representa mais da metade da população brasileira, enquanto o número de pessoas nas classes de mais baixa renda vem caindo. De acordo com o relatório divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (Fgv), quase 30 milhões de brasileiros passaram a ingressar a classe C (definida como nova classe média pela Fgv) em 2009. A pesquisa mostra que esta parcela da população foi a que mais cresceu entre 2003 e 2009, chegando a abranger 94,9 milhões de pessoas (50,5% do total da população). No mesmo período, mais de 20 milhões de brasileiros subiram para as classes A (mais rica) e B (média alta), para a classe C (média), de renda maior. Os brasileiros que se enquadravam nas classes D e E passaram de pouco mais de 96 milhões para 73 milhões de pessoas.

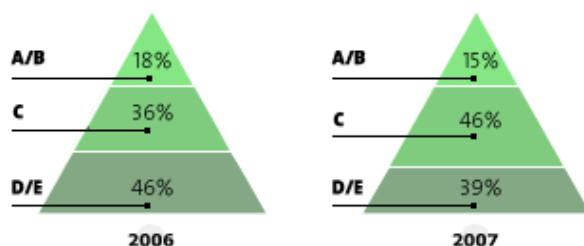
O deslocamento dos brasileiros para classes de renda mais altas revela, *a priori*, o investimento em educação e o aumento da oferta de empregos formais, com número crescente de carteiras assinadas no País. Dados do Cadastro geral de empregados e desempregados (Caged) do Ministério do trabalho mostram que, nos sete primeiros meses deste ano de 2010, foram gerados 1,7 milhão de postos de trabalho formais.

Abaixo, publicado pelo jornal «a Folha de São Paulo», em 26/3/2008, nos dá a clara dimensão do processo:



«As classes mais baixas da população, D e E, deixaram de ser maioria no Brasil. Em 2007, segundo estudo da financeira Cetelem em parceria com o Ipsos (Instituto de pesquisas e projetos sociais e tecnológicos), o número de brasileiros nas classes mais baixas era de 72,9 milhões, cerca de 39% da população. Isso significa que 11,9 milhões de brasileiros passaram para classes mais altas em um ano, já que, em 2006, eram 84,8 milhões de brasileiros na base. Para ingressar na ‘nova classe média’, criada por um pesquisador da Fgv basta ter renda de R\$ 1.126 a R\$ 4.854 residencial. De acordo com o estudo, a classe C recebeu, tanto das mais baixas (D e E) como das mais altas (A e B), quase 20 milhões de integrantes, passando de 66,7 milhões em 2006 para 86,2 milhões em 2007, o que significa 46% da população».

Veja a variação das classes sociais entre 2006 e 2007



Fonte: Cetelem e Ipsos

O grupo que está nas classes A/B, por sua vez, reduziu de 32,8 milhões de pessoas em 2006 para 28 milhões em 2007, o que representa 15% da população.

Segundo a Cetelem, a pesquisa demonstra que houve diminuição na desigualdade de renda, com uma ligeira queda da renda média das classes A/B, ascensão de um grande contingente para a classe C e um pequeno aumento da renda média das classes D/E.

Em 2005, a renda média familiar das classes A/B era R\$ 2.484. Ela caiu sucessivamente para R\$ 2.325 e atingiu R\$ 2.217 em 2007 - o que corresponde a uma redução de cerca de 11%. Nas classes D/E, a renda média familiar subiu de R\$ 545 em 2005, para R\$ 571 em 2006 e depois a R\$ 580 em 2007, um crescimento de pouco mais de 6%.

Já a renda média da classe C permaneceu no mesmo patamar nesses três anos: algo em torno de R\$ 1.100. A pesquisa ressalta ainda que o número de pessoas que passou de D/E para C teve um aumento de sua renda média mensal de R\$ 580, para os atuais R\$ 1.100.

Outro destaque da pesquisa foi a melhoria da renda disponível das classes C e D/E, aquela que sobra após o pagamento de contas e obrigações financeiras. A renda disponível das classes D/E foi negativa, em 2005, em R\$ 17, terminando o ano no vermelho. No entanto, em 2006, a renda disponível ficou em pouco mais de R\$ 2, subindo a R\$ 22 no ano passado.



A classe C também registrou aumento nesse item. Ela era R\$ 122 em 2005, passou para R\$ 191 em 2006 e caiu para R\$ 147 em 2007. Apesar da queda de 23,04% no último ano, quando se toma todo o período, o crescimento foi de 20%. Apenas as classes A/B viram diminuir sua renda disponível, caindo de R\$ 632 em 2005 para R\$ 506 em 2007, uma redução de 20%.

As classes sociais adotadas na pesquisa levaram em consideração o resultado padrão da Associação brasileira de empresas de pesquisa que considera, não apenas a renda familiar, mas também escolaridade, bens de consumo duráveis, propriedades e hábitos dos brasileiros».

Claro, não podemos traduzir isso em melhorias sociais, mas esta questão deve ser tratada em outro debate. A política externa brasileira tem se pautado desde os idos dos anos Noventa com o objetivo máximo de integração internacional, e o passo inicial pode ser considerado levando-se em conta a história bem sucedida de integração regional. Quanto ao comércio externo, a perspectiva brasileira é também equilibrada, mas ainda devendo ser destacada a grande participação da União Européia no setor. O controle inflacionário corrige um dos grandes problemas brasileiros do passado, que afetava negativamente sua imagem externa, e aliada à disponibilidade do Brasil em se tornar um ator político confiável no cenário internacional, faz com que haja uma legitimidade no sentido de se buscar, por parte do mundo desenvolvido, traçar uma ponte maior de interação (Gonçalves, 1998).

Do ponto de vista do comércio internacional, a União Européia se constitui no segundo parceiro comercial da América Latina e tem-se observado uma consolidação progressiva das relações econômicas e comerciais. No campo da cooperação, a União Européia destina, desde 1996, uma média de 450 milhões de euros ao ano para programas e projetos na região. O documento de Estratégia regional (2007-2013) define as áreas específicas para os programas regionais de cooperação para o desenvolvimento. Relativamente ao período 2007-2013, a ajuda da Ue ascende a cerca de três milhões de euros, enquanto para o mesmo período, o Bei está autorizado a conceder empréstimos até 2,8 mil milhões de euros (www.ec.europa.eu/external_relations/la/index_pt.htm).

Voltando à questão do comércio internacional, vemos o quanto a situação poderia ser, apesar dos progressos observados, melhorada. A título exemplificativo, é sabido, por exemplo, que as trocas comerciais existentes entre a União Européia e o Vietnã são maiores do que aquela com a Venezuela; Maiores com o Kazaquistão do que com a Colômbia, com Bangladesh do que com o Peru.

Quanto às relações políticas, a União Européia tem se esforçado em reforçar os laços econômicos, políticos e culturais entre América Latina e Caribe, com fins de desenvolver uma associação estratégica que permita um aprofundamento das relações entre ambas as regiões. A cooperação da União Européia com a América Latina se rege pelo novo instrumento de cooperação ao desenvolvimento. Essas relações se mantêm a três níveis fundamentais:

- a) os projetos bilaterais com os Países e as subregiões. Cooperação direta com os governos;
- b) os programas regionais com o conjunto da região latino-americana, diretamente com a sociedade civil;



c) os programas temáticos de cobertura universal, das quais a América Latina é uma das principais regiões beneficiadas.

A partir desses princípios básicos, passo à análise da relação entre a União Européia e uma grande região latino-americana: o Mercosul.

O Mercosul é um processo dinâmico de integração regional entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Atualmente, os Estados associados ao Mercosul são a Bolívia, o Chile, o Peru, o Equador e a Colômbia. Em 2005 a Venezuela anunciou sua intenção de unir-se ao Mercosul e atualmente se encontra no *status* de «Estado membro em fase de adesão».

Trata-se do quarto grupo econômico do mundo, com um Pib total de 606 milhões de euros e uma população de 217 milhões de habitantes (www.mercosur.org).

Embora tenha sido criado apenas em 1991, os esboços deste acordo datam da década de 1980, quando Brasil e Argentina assinaram vários acordos comerciais com o objetivo de integração. No ano de 1995, foi instalada a zona de livre comércio entre os Países membros. A partir deste ano, cerca de 90% das mercadorias produzidas nos Países membros poderão ser comercializadas sem tarifas comerciais. Alguns produtos não entraram neste acordo e possuem tarifação especial por serem considerados estratégicos ou por aguardarem legislação comercial específica. Em julho de 1999, um importante passo foi dado no sentido de integração econômica entre os Países membros. Estabelece-se um plano de uniformização de taxas de juros, índice de déficit e taxas de inflação. Futuramente, há planos para a adoção de uma moeda única, a exemplo do fez a Ue (Accioly, 2009).

Os últimos dez anos têm significado especial para as relações econômicas da América Latina como um todo. Nesse período, ocorreram mudanças substantivas nos conceitos e nas práticas de integração latino-americana, com papel crescente atribuído aos processos sub-regionais de integração. Visões geopolíticas antiquadas abriram caminho para novas conformações geo-econômicas (Gonçalves, 1998). Desde sua criação o Mercosul vem consolidando seu funcionamento e atingindo resultados expressivos, contribuindo para a criação de um clima receptivo de expansão do comércio. Quanto aos aspectos institucionais, o processo de integração já atingiu um certo grau de amadurecimento. O Mercosul conta já com uma personalidade jurídica própria, confirmando a disposição inicial dos quatro Países membros de atuarem como um interlocutor único no diálogo com outros Países e regiões. Ao mesmo tempo, as importações dos Países do Mercosul provenientes do resto do mundo cresceram de forma expressiva. Como resultado, a participação do Mercosul no total das importações mundiais triplicou de 1990 para 1998. Hoje, a União Européia é o principal sócio comercial do Mercosul (quase 23%), com 18.200 milhões de euros de exportações comunitárias aos quatro Países do Mercosul e 24.100 milhões de euros de exportações do Mercosul à União Européia em 2002 (Ventura, 2008).

A União Européia é também o principal investidor estrangeiro no Mercosul com 16.400 milhões de euros. Existe uma longa tradição de investimento direto na parte meridional da América do Sul por parte da Europa. Apesar disso, durante a «década perdida» dos anos Oitenta, o investimento direto da União Européia canalizado para esta região sofreu uma diminuição de forma bastante significativa. Somente após a verificação da estabilidade econômica ter regressado aos Países desta região, primeiro



na Argentina e depois no Brasil, é que o investimento direto recuperou níveis mais substanciais (Cepal, 1988).

Com poucas exceções, tal como o Reino Unido, os membros da União Européia mostraram uma tendência para concentrar o grosso do seu investimento nos seus parceiros da União, uma tendência que parece intensificar-se conjuntamente à consolidação do mercado comum. Durante os anos Noventa, os Estados Unidos foram o principal recipiente dos fluxos de investimento da União Européia fora da União. Quanto aos Países em desenvolvimento, a Ásia, a América Latina e a Europa Central e de Leste foram, por esta ordem, foram as áreas que receberam maiores montantes de investimento direto da União Européia. Após o final da era de privatizações na Argentina, uma segunda Era teve início no Brasil, que implementou o seu processo de privatização muito mais lentamente que a Argentina. Contudo, o processo de privatização no Brasil veio a adquirir uma dimensão muito maior que a verificada na Argentina, embora os investidores estrangeiros mostrassem inicialmente alguma relutância. Além das privatizações na Argentina e no Brasil, as duas áreas que atraíram maior quantidade de recursos externos para o Mercosul foram os setores de automóveis e de seus componentes, e os setores bancário e de seguros, que tiveram grande participação dos Países europeus. No setor bancário o Reino Unido foi o principal investidor, seguido da Espanha. Realmente, os bancos espanhóis têm sido bastante ativos no que se refere à consolidação da sua posição de liderança no setor bancário na América Latina, e no Mercosul em particular (Idb/Irela, 1996).

Nos setores automotivos e de componentes a Alemanha, a Itália, a França e a Suécia investiram em novas fábricas ou no alargamento da capacidade de produção existente, com vista a responder ao enorme aumento da procura pelos mercados argentino e brasileiro. Assim, após vários anos de negociações, a última reunião do Mercosul concluiu um *regime automobilístico comum* para o Mercosul que deveria entrar em vigor no ano 2010.

É importante referir o papel desempenhado pelas instituições de cooperação econômica européias. Existem três programas: o Al-Invest, que procura encorajar a cooperação industrial entre as duas regiões, bem como fomentar o investimento direto da União Européia mediante a promoção de atividades entre os respectivos sectores privados; em segundo lugar, o *European community investment partnership*, programa conduzido pela Comissão européia com o objetivo de estimular *joint ventures* e outras associações entre pequenas e médias empresas; e finalmente o Bei que decidiu financiar projetos de cooperação envolvendo empresas da União Européia e da América Latina e da Ásia. A possibilidade de financiamento de empresas que realizem investimentos no Mercosul está já sendo considerada (Idb/Irela, 1996).

O enorme *quantum* dos fluxos de investimento direto da União Européia e dos Estados Unidos com destino ao Mercosul, verificado na década de Noventa, é o resultado direto das profundas alterações econômicas que se verificaram na região, originadas em particular por duas iniciativas: a abertura das economias sul-americanas ao comércio e ao investimento externo, e os programas de estabilização interna que foram implementados na Argentina e no Brasil (Accioly, 2009).



O Mercosul e a União Européia assinaram, em dezembro de 1995, o Acordo quadro inter-regional de cooperação, instrumento de transição para uma futura associação inter-regional entre os dois agrupamentos regionais, cujo pilar básico seria a implementação de um programa de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O acordo quadro, de natureza ampla e aberta, contemplava objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros). Nenhum tema foi excluído *a priori* do escopo do acordo. Os interesses governamentais e empresariais se somam ao esforço comum pela abertura de mercados e expansão das transações, sob as regras impostas pela Omc (Organização mundial do comércio) e Ocde (Organização para a cooperação e desenvolvimento económico), sobretudo. Nesse contexto, estreitam-se as relações económicas entre o Mercosul e a Ue, tendo em conta o carácter complementar dos estágios de desenvolvimento dessas regiões, com imenso potencial de negócios (Accioly, 2009)

A IV reunião da subcomissão comercial traçou uma conclusão acerca do relacionamento entre os dois agrupamentos (Ue - Mercosul). A Comissão europeia, em 22 de julho de 1998, adotou Recomendação ao Conselho para a obtenção de mandato para negociar uma associação inter-regional com o Mercosul. Visando à formação de uma parceria política, aumento das atividades de cooperação e, finalmente, o nascimento de uma zona de livre comércio, respeitando as regras da Omc (Jesus, Ramos e Ferreira, 2009). A citada Recomendação gerou controvérsias na Ue, sobretudo pela França, que opõem-se firmemente a uma eventual abertura do mercado agrícola da União Européia aos produtos do Mercosul (Jesus, Ramos e Ferreira, 2009). Dessa forma ficaram evidentes as preocupações relacionadas à agricultura, o que levou a decisão para a I reunião do Comitê de negociações birregionais Mercosul-Ue de Buenos Aires, a fim de se definir com maiores detalhes a organização e os temas da negociação. Não houve uma inclusão específica do tema agrícola ou um acordo específico.

As negociações comerciais entre os dois blocos, pode-se afirmar, depende essencialmente das tratativas relacionadas aos mercados agrícola e agropecuário. O protecionismo, e sua conseqüente eliminação, figura-se como questão fundamental. Urge a eliminação de barreiras técnicas, fitossanitárias cotas de importação, além da questão dos subsídios concedidos pelos Países desenvolvidos. Com relação a estas barreiras, uma questão importante a ser debatida, é o aumento do grau de competitividade na agroindústria com o ingresso de novos membros na Ue, uma vez que estes novos membros receberam um pacote de financiamento para o desenvolvimento rural. Um outro exemplo das dificuldades geradas por este protecionismo foi a entrada em vigor, pela Comissão agrícola europeia, de uma nova legislação para a importação vinícola (Porto, Júnior e Galvão, 2008).

A globalização (Carlos, 1993) avança firmemente na medida em que se ampliam os meios de comunicação e se generaliza o uso da informatização, levando as relações comerciais e financeiras a não respeitarem fronteiras nem barreiras na realização de negócios, onde se apresentem as oportunidades. As ações que viabilizam a mais ampla cooperação entre os dois blocos regionais estão se intensificando. Nesse sentido, o Brasil pode e deve exercer especial papel, pelo fato de deter maior peso específico no



Mercosul e assim tem tudo para assumir a liderança das iniciativas. Da mesma forma como o mundo passa por novas configurações políticas e econômicas desde o final da guerra fria e do término do desafio socialista ao capitalismo, com a conformação de uma ordem mundial de mercados abertos e globais e a emergência progressiva de novos atores, o Brasil vem experimentando, igualmente, mudanças sensíveis em seu papel regional e está, presumivelmente, destinado a desempenhar um futuro papel de relevo nos cenários evolutivos da governança global, mais provavelmente pelo lado da economia do que na vertente estratégico-militar, haja vista ser grande produtor de *commodities* - primeiro fornecedor mundial de uma longa lista de produtos primários, geralmente de base agrícola - e dotado de imensas reservas de recursos naturais e produtos da biodiversidade. Diante desse quadro, nada mais natural do que haver um aumento do intercâmbio político-econômico com os Países da União Européia e que esse intercâmbio seja gerenciado de uma forma não polarizada por uma nação emergente, com economia em franco processo de expansão, como é a brasileira nos dias atuais.

3. Conclusão

Em um mundo globalizado vê-se que se torna imperiosa a adoção de uma política de integração internacional, principalmente em virtude do surgimento de grandes blocos econômicos. Neste contexto, analisando a questão da relação do Mercosul e da Ue, observa-se que os dois blocos possuem grandes similitudes, e que a tendência é uma uniformização ainda maior na executividade das ações, uma vez que, inclusive, planeja-se implementar no Mercosul uma moeda única, nos moldes do adotado pela Ue. Os Países do Mercosul tal como a maioria dos Países latino-americanos, necessitam de investimento estrangeiro para complementar o seu baixo volume de poupança e uma capitalização de mercado relativamente fraca. O investimento direto europeu, os investimentos de carteira, os empréstimos das instituições financeiras internacionais e dos bancos privados, e o acesso a outras formas de financiamento no mercado internacional de capitais têm sido utilizados historicamente para pagar os juros da dívida interna e externa, bem como para financiar o déficit da balança corrente e a formação de capital. Haja vista tais observações, e o papel do Brasil no cenário internacional, que ganha maior proporção em função de uma maior estabilidade político-econômica que outrora, o processo de aumento de intercâmbio entre os blocos citados se faz primordial, e a liderança brasileira pode ser avaliada como bastante útil, citando mais uma vez a progressiva expansão econômica deste País e o aumento de sua influência internacional.

Referência bibliográficas

- Accioly E., *Mercosul e União Européia*, Ed. Juruá, Curitiba, 2003.
Camargo S., *União Européia. Uma referência indispensável para o Mercosul*, em «Contexto Internacional», 29, 2, 2007.



- Carlos A.F.A., *Fim de século e globalização*, Hucitec, São Paulo, 1993.
- Cepal, *Relatorio Cepal. Inversión extranjera en America Latina y Caribe*, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1988.
- Gonçalves R. et al., *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*, Campus, Rio de Janeiro, 1998.
- Idb/Irela, *Foreign Direct Investment in Latin America in the 1990s*, Madrid, 1996.
- Jesus D., Santos Vieira de R., Marques Ferreira L.S., *A União Européia e os estudos de integração*, Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 2009.
- Junqueira B., *A institucionalização política da União Européia*, Ed. Almedina, Coimbra, 2008.
- Laplane M., Sarti F., *O investimento direto externo e a internacionalização da economia nos anos 1990*, em «Economia e Sociedade», 11, 1 (18), 2002.
- Magnoli D., *União Européia. História e geopolítica*, Ed. Moderna, São Paulo, 2004.
- Martins Guerra A.M., *Curso de direito constitucional da União Européia*, Ed. Almedina, Coimbra, 2009.
- Medeiros de Almeida M., *O Mercosul e a União Européia: uma abordagem comparada do processo de formação de instituições*, em «Contexto Internacional», 18, 1, 1996.
- Nour S., *Os cosmopolitas. Kant e os 'temas kantianos'*, em «Relações Internacionais», 25, 1, 2003.
- Nuno V., *História da União Européia*, Ed. Presença, Barcarena, 2007.
- Pitta De Cunha P., Porto M., Pires L., *A revisão do Tratado da União Européia*, Ed. Almedina, Coimbra, 2009.
- Pfetsch F.R., *A União Européia. História, instituições, processos*, Ed. Unb, Brasília, 2008.
- Porto Lopes M.C., Flores Junior R., Galvão R., *Teoria e políticas de integração na União Européia e no Mercosul*, Ed. Fgv, Rio de Janeiro, 2008.
- Riva Kastoryano et al., *Que identidade para a Europa?*, Editora Ulisseia, Lisboa, 2004.
- Ventura D.F.L., *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia*, Ed. Manole, São Paulo, 2008.
- www.ec.europa.eu/trade/ossues/bilateral/regions/mercosur
- www.curia.europa.eu/ES/transitpage.htm
- www.ec.europa.eu
- www.ec.europa.eu/external_relations/la/index_pt.htm
- www.ec.europa.eu/trade/ossues/bilateral/regions/mercosur
- www.eca.europa.eu/presentation/index_es.htm
- www.ecb.int
- www.eib.org
- www.europa.eu/scadplus/treaties/singleact-es.htm
- www.europa.europa.eu/comm/development
- www.europarl.europa.eu
- www.mercosur.org
- www.ue.europa.eu
- www.un.org
- www1.worldbank.org/harmonization/Paris/ParisDeclaration



Golpe de 68?

Emir Sader

Na ótica retrospectiva, quem saiu vencedor pinta sua trajetória de glórias. Quando se cumprem aniversários redondos de 1964, de 1968, por exemplo, parece que ninguém das elites estava a favor do golpe e da ditadura militar. Parece que nós éramos reconhecidos pela *Folha*, pelo *Estadão*, pelo *Globo*, como lutadores da liberdade, da democracia, contra a tirania militar.

É que é bem pouco glorioso ter concitado o golpe, ter apoiado o golpe militar que terminou com a democracia política no Brasil, ter compactuado com a tortura, as desaparecimentos, as execuções, pelo silêncio, pela reprodução das versões mentirosas da ditadura.

A fabricação a posteriori dos fatos é tal, que o *Estadão* chega a falar do “golpe militar de 1968”, como se o que aconteceu em 1964 fosse a substituição de um presidente que teria fugido, deixando vago o cargo de presidente, que foi suavemente ocupado por um general de 4 estrelas, Castello Branco. O suposto caráter liberal deste militar golpista faria com que o golpe, para a imprensa solidária à ditadura, viria apenas com o AI-5. Para o povo e para a democracia, a ditadura tinha começado no primeiro dia do golpe e seguiu assim por 21 anos.

“As favas os pruridos de consciência”: com essas palavras o então coronel Jarbas Passarinho justificou sua assinatura do AI-5, a autorização para que todas as arbitrariedades fossem postas em prática, do seqüestro e desaparecimento à tortura, chegando aos chamados “decretos secretos”, a que o povo passou a estar submetido, sem sequer ter o direito de saber do seu conteúdo. Tudo em nome da “defesa da liberdade e da democracia”.

Como ele, tantos políticos da ditadura militar - além dos jornais que apoiaram o golpe militar -, como Marco Maciel, José Sarney, Jorge Bornhausen - seguem posando de democratas, como se não tivessem sido adeptos da maior violência contra a democracia cometida na história brasileira.

Todos esses políticos, os responsáveis nas Forças armadas pelos monstruosos ataques à democracia e ao povo brasileiro, os empresários que lucraram com o regime de terror e as empresas midiáticas que apoiaram o golpe e a instauração da ditadura - deveriam estar no banco dos réus, pelo mais brutal crime cometido contra o Brasil em toda sua história.

As versões mentirosas que difundem agora não podem apagar o papel que tiveram. Se tivessem coragem, os jornais deveriam republicar os editoriais e as manchetes em que chamavam ao golpe e apoiaram o movimento militar. Tratam de deslocar o debate



para a censura posterior que sofreram, sem dizer como se constituiu o regime ditatorial e que papel tiveram na sua instauração, na deposição de um governo legitimamente eleito, na destruição dos sindicatos, das entidades sociais e culturais democráticas, na liquidação do único jornal que não apoiou o golpe - *Última Hora*.

O silêncio sobre o que publicavam naquele período confirma sua culpa e os condena a nunca poder falar de democracia e de liberdade antes de fazerem sua autocrítica do papel nefasto que tiveram.



Costruire nuova cittadinanza Il difficile percorso italiano ed europeo

Caterina Dolcher

Sommario

Introduzione; 1. Il principio dello jus sanguinis e la tutela degli emigrati italiani nel mondo; 2. Rientri e identità; 3. L'accoglienza dei discendenti in due Regioni del Nord Est italiano; 4. Proposte di modifica della legge italiana sulla cittadinanza: breve esame critico; 5. Conclusioni; Riferimenti bibliografici

Introduzione

In un precedente saggio (Dolcher, 2010: 131-145) si è iniziato a discutere circa l'anacronismo del sistema italiano di trasmissione *jure sanguinis* della cittadinanza proponendo un'indagine sulla nozione di cittadinanza dal punto di vista giuridico, storico e politico. Le origini del concetto di cittadinanza nel sistema statale moderno, la sua attuale crisi e la sua problematicità sullo sfondo di un mondo globalizzato e dell'attuale società multietnica sono state le questioni poste. La riflessione di cui alla seguente seconda parte del lavoro illustra un caso trattato dal difensore civico della Regione Friuli Venezia Giulia nel 2007 relativo a cittadini italo-brasiliani, discendenti dei nostri connazionali emigrati e venuti in Italia per stabilirvisi, onde evidenziare alcuni tratti di questi "rientri" che, come la maggior parte delle odierne migrazioni, mostrano i caratteri di quel fenomeno che la ricerca sociologica attuale denomina transnazionalismo.

Le vicende di queste odierne migrazioni all'inverso, verso la patria degli avi, rendono evidente la problematicità del sistema giuridico italiano in materia di cittadinanza e consentono di cogliere come la dimensione identitaria che sottende l'idea moderna di cittadinanza deve lasciare il posto ad un'impostazione più coerente con i caratteri plurali delle società del XXI secolo. Il presente contributo intende perciò far tesoro di una piccola vicenda di ordinaria *maladministration* per inserirsi nel dibattito odierno sulle migrazioni con riferimento all'esperienza storica della nostra emigrazione/immigrazione¹ e per esprimere alcune brevi riflessioni critiche sulle proposte di legge oggi pendenti avanti al Parlamento italiano per una riforma della legge sulla cittadinanza.

¹ Tirabassi (2005: 5) lamenta che tra gli studiosi delle migrazioni storiche e quelli delle emigrazioni contemporanee ci sia una cesura anche materiale» quanto a luoghi di discussione, riviste, convegni e via dicendo.



1. Il principio dello *jus sanguinis* e la tutela degli emigrati italiani nel mondo

È quanto meno imbarazzante che la legge italiana intitolata «Nuove norme sulla cittadinanza» emanata meno di dieci anni fa - legge 5 febbraio 1992, n. 91 - abbia mantenuto come cardine per l'acquisto della cittadinanza quello della nascita, il cd *jus sanguinis*, sistema «arcaico», come lo definisce Donati² di fronte alle odierne sfide delle migrazioni e della nuova società multietnica e multiculturale. Il “radicamento” nella tradizione italiana del principio dello *jus sanguinis*, oltre ai motivi storici che si sono trattati nella prima parte dello studio, si spiega anche con l'esigenza di mantenere un trattamento di favore per i discendenti dei nostri migranti³. Essi infatti, ai sensi dell'art.1 della legge italiana sulla cittadinanza, hanno diritto a veder riconosciuta la loro cittadinanza italiana a semplice domanda⁴. È il *double standard* denunciato da Tirabassi (2005, 6): si vuole enfatizzare il mantenimento dell'identità italiana all'estero mentre si incoraggia la perdita dell'identità di chi immigra in Italia⁵.

È noto come fino agli anni Sessanta del secolo scorso l'Italia sia stato un Paese di forte emigrazione, mentre ha conosciuto l'immigrazione solo negli ultimi trent'anni. È quindi doveroso l'interesse dell'Italia per i propri connazionali all'estero e per i loro discendenti i quali in tanti mantengono o hanno recuperato - specialmente nell'ultimo dopoguerra - un intenso sentimento di appartenenza. Al momento del rientro di costoro nella patria degli avi, però, questo interesse incontra tutti i limiti di una società italiana profondamente cambiata, in “crisi” di identità, se nel concetto di “identità” si facciano rientrare i tradizionali valori di accoglienza e solidarietà, oltre che di laboriosità e sacrificio, che i nostri connazionali all'estero ricordano del loro passato e hanno tramandato ai loro discendenti.

Gli interessi delle comunità italiane all'estero, che da un punto di vista sociale si esprimono in una moltitudine di associazioni sparse nel mondo, da un punto di vista giuridico-politico si esprimono nei Comites (Comitati degli italiani all'estero), organi di rappresentanza degli italiani all'estero nei rapporti con le rappresentanze diplomatico-consolari, disciplinati oggi dalla legge 23 ottobre 2003, n.286 intitolata «Norme relative

² Donati, (1993:7) nota come il sistema dello *jus sanguinis* renda «ipoteticamente possibile il raddoppio numerico dei cittadini italiani, mentre per contro ha reso [...] più difficile l'acquisizione della cittadinanza [...] di chi è residente in Italia».

³ Lazzari (1994: 164) annota come i legami dei cittadini italiani all'estero «sembrano essere rinforzati e facilitati dalla recente nuova legge sulla cittadinanza italiana» e dal mantenimento di relazioni privilegiate con l'Italia «che restano principalmente spiegabili facendo ricorso ai concetti di 'italianità' e di 'appartenenza etnica'». Come si vedrà, su questi concetti insistono molto i documenti dei giovani brasiliani: si veda [www.cgie.it/archivio_documentale/Secondo_Incontro_Giovani_Brasile_Jul% 2520-2008.doc](http://www.cgie.it/archivio_documentale/Secondo_Incontro_Giovani_Brasile_Jul%202520-2008.doc) dove si rinviene il verbale della *Riunione di coordinamento Cgie (Consiglio generale degli italiani all'estero) - Comites-giovani* tenutasi il 12 luglio 2008 a Curitiba in Brasile in preparazione della I Conferenza dei giovani italiani nel mondo; sito consultato il 12.4.2010.

⁴ Il riconoscimento può essere dato sia all'estero, dall'autorità consolare territorialmente competente, sia in Italia, dall'ufficiale di stato civile del Comune di residenza.

⁵ Tirabassi così si esprime: «Esaminare la storia emigratoria ed immigratoria italiana consente di evitare i rischi dell'assunzione di un *double standard* che enfatizzi il mantenimento dell'identità italiana, mentre incoraggia la perdita dell'identità di chi immigra in Italia».



alla disciplina dei Comitati degli italiani all'estero». Si tratta di organismi eletti direttamente dagli italiani residenti all'estero che operano presso ciascuna circoscrizione consolare ove risiedono almeno 3.000 cittadini italiani o presso la Rappresentanza diplomatica se nel Paese non vi sono Uffici consolari. Svolgono funzioni consultive e devono cooperare con l'autorità consolare nella tutela dei diritti dei cittadini emigrati. La partecipazione al voto dei Comites è un buon indicatore del sentimento di appartenenza all'Italia da parte degli emigrati. In proposito, si veda l'ampia relazione fornita da Lazzari (1994: 153 e ss.). L'Autore riferisce, analizzando i dati compresi sino agli anni Ottanta-Novanta, di un incremento di partecipazione alle urne del Nord e Sud America e del Sud Africa, con un massiccio incremento in certi Paesi dell'America latina, tra i quali il Brasile, segno di una difficoltà di permanenza nel Paese di accoglimento, ipotesi che «sembra indirettamente confermata dal massiccio flusso di rimpatri che quei Paesi stanno offrendo all'Italia [...]. Un'emigrazione di ritorno che il più delle volte risulta essere non meno problematica della prima per la necessità di 'ri-scoprire' e 'ri-conoscere' il Paese delle origini [...]. La ricerca di nuovo benessere, o più semplicemente di sopravvivenza, spinge, recuperando antichi [...] legami, alla riscoperta di una cittadinanza, di una parentela o di appartenenze etniche che l'attuale posizione economica internazionale italiana, nonostante tutto, fa apprezzare»⁶ (Lazzari, 1994: 164).

Il caso che ha fornito lo spunto del presente lavoro riguarda proprio alcuni giovani giunti in Italia dal Brasile i quali, avendo per l'appunto diritto al riconoscimento dello status di cittadini italiani *jure sanguinis* perché discendenti da cittadini italiani che, pur risiedendo all'estero, non avevano mai rinunciato alla cittadinanza originaria, hanno lamentato con il difensore civico le difficoltà burocratiche incontrate in ordine a tale riconoscimento⁷.

Essi, dopo aver raccontato quanto le rappresentanze italiane in Brasile non siano più in grado di provvedere in tempi ragionevoli alle convalide dei documenti necessari per il riconoscimento della cittadinanza italiana, poiché le richieste sono innumerevoli con tempi per l'accoglimento della domanda dagli 8 ai 20 anni, esponevano al difensore civico che, per ottenere la residenza in Italia avevano presentato domanda di permesso di soggiorno tramite Poste italiane. Era necessario procedere così prima che la legge 28 maggio 2007, n.68⁸ rendesse superfluo questo passaggio burocratico per aver abolito il permesso di soggiorno per periodi non superiori a tre mesi, termine breve, ma sufficiente per ottenere presso i comuni il riconoscimento dello *status* di cittadino.

Avendo chiesto il permesso di soggiorno, erano incappati nelle regole procedurali -

⁶ Queste valutazioni saranno probabilmente da rivedere se l'odierna congiuntura economica internazionale che sta allontanando l'Europa da alti standard di benessere si dovesse prolungare nel tempo e se il Brasile, oggi Paese emergente su scala mondiale, consoliderà la sua fase espansiva. Sulle specificità dell'emigrazione italiana in Brasile e per i dati di partenze e rientri si veda anche Lazzari (2000: 179 e ss.).

⁷ Le relazioni del difensore civico regionale del Friuli Venezia Giulia, pubblicate dal Consiglio regionale, sono reperibili presso la biblioteca del Consiglio medesimo, classificate con la denominazione: «Relazione sull'attività svolta dall'ufficio del difensore civico nell'anno [...]». La fattispecie qui descritta trovasi nella relazione dell'attività svolta nel 2007, p.69.

⁸ La legge 28.5.2007, n.68, è intitolata «Disciplina dei soggiorni di breve durata degli stranieri per visite, affari, turismo e studio».



anch'esse in allora recenti - che prevedono la presentazione della richiesta tramite gli uffici postali. L'iter del riconoscimento del loro *status* di cittadini italiani si era perciò complicato. Si era verificato così un circolo vizioso: allorché questi cittadini erano giunti in Italia per ottenere il riconoscimento del loro *status* di cittadino presentando agli uffici dello stato civile del Comune di residenza gli atti che comprovavano la diretta discendenza da cittadino italiano⁹ previo acquisto della residenza nel Comune medesimo, questo non concedeva loro la residenza se non a seguito di presentazione di un permesso di soggiorno valido di cui però essi non erano in possesso per la lentezza con cui erano evase le relative pratiche da parte degli uffici postali. La circolare del Ministero degli interni n.32 del 13 giugno 2007¹⁰ esplicitamente ha disposto che, per le richieste di permesso di soggiorno per turismo presentate tramite gli Uffici postali, pregresse rispetto alla citata legge n.68/2007, «la ricevuta di presentazione della istanza rilasciata dall'ufficio postale possa costituire idoneo documento al fine di ottenere l'iscrizione anagrafica tesa al riacquisto della cittadinanza»¹¹, ma alcuni comuni non si erano uniformati alla circolare.

La vicenda, di per sé abbastanza banale tra le ordinarie disfunzioni del complesso apparato amministrativo italiano, riveste invece un certo interesse in ordine a chi siano questi giovani brasiliani di origini italiane, quali i loro sentimenti di appartenenza e le spinte motivazionali del loro rientro in Italia, l'età, la loro formazione, la conoscenza della lingua italiana di cui sono in possesso e il "successo" del loro rientro nel Paese dei loro avi quanto a inserimento lavorativo, la possibilità di una loro effettiva integrazione, la loro propensione rispetto all'associazionismo e alla partecipazione politica. Così come un interesse di ordine politico-filosofico su cosa sia per queste persone la "cittadinanza" in termini di appartenenza o di lealtà civica e sociale rispetto alla comunità in cui, rientrando in Italia, vanno ad inserirsi.

A questo proposito si rileva che il fenomeno dei rientri dei nostri connazionali dall'America latina o dei loro discendenti non pare ancora molto indagato: è stata rinvenuta un'unica pubblicazione, in lingua portoghese, di J.C. Tedesco (2007), ma lo studio è limitato ad un'indagine sull'immigrazione brasiliana nella sola città di

⁹ In base all'art.23 della citata legge 91/1992 sulla cittadinanza.

¹⁰ La circolare n.32 del 13 giugno 2007 del Ministero dell'interno - Dipartimento per gli affari interni e territoriali- Direzione centrale per i servizi demografici - prevede che, a seguito dell'entrata in vigore della citata legge n.91/1992, la ricevuta della dichiarazione di presenza resa dagli stranieri che non provengono da Paesi dell'area Schengen al momento dell'ingresso in Italia all'autorità di frontiera, «possa costituire titolo utile ai fini dell'iscrizione anagrafica di coloro che intendono avviare in Italia la procedura per il riconoscimento della cittadinanza *jure sanguinis*» considerato che questo è l'adempimento che consente agli stranieri di soggiornare regolarmente in Italia per un periodo massimo di tre mesi. Per coloro che erano entrati in Italia prima dell'entrata in vigore della legge n.68/2007, anch'essa già citata, la circolare prevede quanto riportato nel testo.

¹¹ Questa disposizione è conforme alle disposizioni impartite dalla direttiva del Ministero dell'interno 5 agosto 2006, Prot. 11050/M(8) sul diritto dello straniero nelle more del rinnovo del permesso di soggiorno.



Verona¹². Da esso si ricavano interessanti riflessioni sulle dimensioni etnico-culturali, dell'immaginario e delle forme dell'integrazione sociale a cui il fenomeno dell'immigrazione dal Brasile dà luogo. Sarebbe interessante che un lavoro analogo fosse svolto sul fenomeno dei rientri che si sta verificando nella Regione Friuli Venezia. Non essendo mai nato l'Osservatorio previsto dall'art.7 della legge regionale n.7/2002¹³ non pare siano ancora stati raccolti precisi dati statistici in proposito¹⁴. Sappiamo che, da elaborazioni del servizio regionale competente - ultimo dato quello del 2006 - gli immigrati in Friuli Venezia Giulia dal Brasile erano 448, con un incremento rispetto all'anno precedente, di 51 unità¹⁵. Si ritiene che una mancanza di indagini approfondite sul fenomeno sia foriera di altri interventi normativi sganciati dalla realtà dei fatti, buoni solo per abbellire l'immagine delle istituzioni italiane davanti ai nostri corregionali all'estero, ma del tutto improduttivi di effetti reali.

Sappiamo che, quando si parla di italiani all'estero, si indicano diverse categorie¹⁶: quelli che sono emigrati personalmente e sono rimasti cittadini italiani; quelli che sono emigrati e hanno acquisito la cittadinanza del posto; i figli degli emigrati, che possono essere cittadini italiani o cittadini del posto o avere entrambe le cittadinanze; i discendenti (nipoti o pronipoti) di uno o entrambi i genitori italiani, che mantengono la cittadinanza estera e però sono interessati alle origini della loro famiglia o che, insieme all'interesse culturale, intendono acquisire anche la cittadinanza italiana. Si va così da 4 milioni di cittadini italiani, dei quali circa la metà è emigrata fisicamente, a 60 milioni (stima del Ministero degli affari esteri del 2000) come collettività di origine italiana, di cui ben il 68% in America Latina, 28% in Nord America e percentuali inferiori invece in Europa e Australia. Quanto al Brasile la ricerca di Lazzari (2000: 189) evidenzia come

¹² Da quanto scrive Tedesco (2007: 47) ricaviamo che «il Brasile figura tra i primi 15 Paesi con il maggior numero di migranti in Verona con una certa preponderanza di presenza maschile»; egli espone altresì i risultati di alcuni questionari distribuiti a cui hanno risposto 112 persone (Tedesco 2007: 74).

¹³ Tipica contraddizione di un sistema giuridico-formale che codifica organismi che poi non realizza. Anche in materia di interventi a favore dei nostri connazionali all'estero Lazzari (2000: 132) denuncia come «molto di più e meglio potrebbe essere fatto con interventi legislativi e organizzativi più idonei e coerenti». Com'è noto bisogna prima conoscere per deliberare. Pare invece che, per pura propaganda politica, molto si delibere senza conoscere bene e poco si realizzi di effettivamente efficace. Come dice Lazzari (2000: 132) «necessitano strumenti e politiche che sappiano leggere adeguatamente realtà quali [quelle] dell'America del Sud in cui, a parte la scolarizzazione di circa 333.000 italiani (di cui 255.000 nella sola Argentina), una politica culturale e scolastica è richiesta con urgenza se si vuole mantenere un legame di italianità con le generazioni successive alla prima che, a causa dell'arresto dei flussi migratori, stanno inesorabilmente perdendo contatti con l'Italia» (Lazzari, 2000: 129).

¹⁴ Interpellato, il Servizio identità linguistiche, culturali e corregionali all'estero della direzione regionale, «Direzione centrale istruzione, formazione e cultura», ha riferito che, fino agli anni Ottanta quando il fenomeno immigratorio in Italia era pressoché nullo, i rientri erano rilevati costantemente. Da vent'anni, invece, il fenomeno si confonde con l'immigrazione dalle altre parti del mondo così come, secondo quanto riferito dal servizio Aire (Anagrafe degli italiani all'estero), i riconoscimenti di cittadinanza ai connazionali che, rientrando, ne fanno valere i requisiti si confonde con i dati relativi alle concessioni di cittadinanza.

¹⁵ In proposito si veda www.fvg-solidale.regione.fvg.it/infocms/repositPubbl/table4/70/allegati/7%20Primi%20paesi%20stranieri%20in%20fvg.pdf.

¹⁶ La ripartizione continentale dei cittadini italiani all'estero conferma una prevalenza euro-americana (Europa con 2.184.534 cittadini italiani, pari al 55,8% e America con 1.520.652 pari al 38,8%).



«dei circa 2 milioni di italiani giuntivi nelle varie epoche, nel 1995 la Farnesina stimava una presenza di 450.0000 italiani e 22.750.000 oriundi»¹⁷.

Quanto all'attuale presenza italiana in Brasile, dall'elaborazione dei dati Aire da parte degli uffici regionali ben l'80% degli italiani hanno la doppia cittadinanza¹⁸, fanno parte delle seconde generazioni ben l'85% della collettività italiana in Brasile mentre va sempre diminuendo la prima generazione¹⁹. Quanto ai Comuni del Friuli Venezia Giulia, degli iscritti nei registri anagrafici come residenti all'estero, quelli residenti in Brasile sono 4.448²⁰.

L'intenso legame di appartenenza dei discendenti degli emigrati italiani che, dall'America Latina in tanti bussano alle porte dell'Italia, si trova testimoniato, per esempio, nella relazione dei 22 giovani Cgie e dei 10 delegati regionali²¹ presentata all'assemblea plenaria del Consiglio generale degli italiani all'estero²² svoltasi nel mese di dicembre 2009 a Roma. I giovani del Cgie presentavano detta relazione in forza della loro partecipazione alla prima conferenza mondiale dei giovani italiani all'estero tenutasi nel dicembre 2008 e che aveva visto la presenza di 416 delegati in

¹⁷ Lazzari (2000: 189) riferisce che «tra la prima e la seconda guerra mondiale la tendenza, già registrata negli anni precedenti, di una riduzione dei flussi migratori italiani, si accentua toccando punte in cui i rimpatri superano significativamente gli espatri [...]. Nel corso della II guerra mondiale, essendo Italia e Brasile schierati su fronti opposti, i beni dei singoli cittadini, delle associazioni e dello Stato italiano venivano bloccati o confiscati [...]. I flussi migratori verso il Brasile riprendono con una certa consistenza numerica a partire dalla fine della II guerra mondiale per continuare fino al 1978 registrando 120.000 arrivi. È comunque soprattutto dal 1963 che i rimpatri finiscono con il superare gli espatri». Quanto ai rimpatri, la Fondazione Migrantes (2009) calcola che in tutto il XX secolo siano rimpatriati almeno 10 milioni di italiani e che il numero effettivo di chi rientra dall'estero sia superiore alle 50 mila unità l'anno. Baily (2005: 49) ci informa che dei cinque milioni di italiani che migrarono in America latina tra il 1876 e il 1976, approssimativamente due milioni di essi rimpatriarono. Nel censimento del 2001 è stata accertata la posizione di 900 mila italiani nati all'estero e residenti in Italia: da indagini condotte su vari archivi dai redattori Caritas/Migrantes nel triennio 2006-2008, è emerso che degli italiani nati all'estero, 259 mila sono occupati come lavoratori dipendenti (dei quali 33 mila dall'America Latina); nel corso di un anno (il 2007) sono stati registrati come nuovi assunti 6.000 italiani provenienti da Paesi d'oltremare, specialmente dall'Argentina e dal Brasile. Il ritorno non sembra riguardare, se non in minima parte, gli emigrati qualificati italiani i quali, evidentemente, trovano all'estero un più soddisfacente inserimento. Dal Rapporto della Fondazione Migrantes (2009) ricaviamo che il numero degli italiani attualmente residenti all'estero è di 3.915.767. Il numero non è stabile perché cresce sia per la partenza di nuove persone dall'Italia (in misura ridotta) sia, in misura più consistente, per crescita interna delle collettività (figli di italiani o persone che acquistano la cittadinanza per discendenza italiana). Non si tratta, comunque, di una realtà in diminuzione.

¹⁸ In www.emigrazione.regione.fvg.it/asp/files/categories/aire_giugno_2006.xls.

¹⁹ *Ibidem*. Sono il 10% in Germania, il 15% in Belgio, il 22,5% nel Regno Unito, il 31% in Francia, il 34% in Svizzera, il 60% in Argentina, il 66% in Canada.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Si veda in www.cgie.it/archivio_documentale/Documento%20finale%20giovani%20CGIE.doc, sito consultato il 12.4.2010.

²² www.cgie.it/. Il Cgie è composto da 65 consiglieri eletti dai Comites e 29 consiglieri di nomina governativa. Nelle due assemblee plenarie annuali, il Consiglio generale esamina i problemi delle comunità italiane all'estero, formula pareri, proposte e raccomandazioni in materia di iniziative legislative o amministrative dello Stato o delle Regioni, accordi internazionali e normative comunitarie concernenti le comunità italiane all'estero.



rappresentanza di 929 mila giovani italiani tra i 18 e i 35 anni. Dal documento dei giovani del Cgie si ricava, tra l'altro, che per tutti i giovani hanno importanza centrale le iniziative di diffusione di lingua e cultura italiana nel mondo come «elemento di sintesi della dimensione identitaria della ricchezza culturale e di eredità storica dell'Italianità». I giovani italiani del Brasile²³, in particolare, pur evidenziando che «l'interesse ed il coinvolgimento dei giovani italo-brasiliani verso le attività correlate all'Italia cambiano a seconda della regione»²⁴ testimoniano che «l'interesse dei ragazzi ad avere la doppia cittadinanza e di imparare la lingua italiana cresce ogni giorno. Noi, giovani, vediamo lo studio della lingua e della cultura italiana, soprattutto, come il mezzo più autentico per raggiungere un'identità italiana. Per tanto, occorre l'incremento dei corsi di lingua e di cultura già in funzionamento»²⁵.

Questi giovani esprimono, evidentemente, il patrimonio che è loro derivato dalla rinascita della presenza culturale italiana dopo la seconda guerra mondiale. In seguito, prima alla liberalizzazione dei beni dei cittadini italiani (confiscati durante la seconda guerra mondiale a causa della guerra che vedeva l'Italia e il Brasile schierati su fronti opposti) e poi alla riapertura delle associazioni e alle iniziative legate all'insegnamento della lingua italiana, dagli anni Settanta dello scorso secolo in poi sono via via aumentate le pubblicazioni che trattano la storia delle famiglie ed i saggi nei diversi campi delle scienze sociali, sono sempre più frequenti i seminari dedicati ai vari aspetti della realtà italiana in Brasile; è tornata a fiorire la stampa in lingua italiana; le

²³ Verbale della riunione di coordinamento Cgie-Comites-Giovani, citata. Nel riportare alcuni passi di questo verbale sono state apportate alcune correzioni relative ad espressioni della lingua italiana e la parola corretta si trova tra parentesi quadra.

²⁴ *Ibidem*. Le differenze regionali consistono in quanto segue: «mentre a Belo Horizonte, l'aiuto della dirigenza del Comitato rende possibile un lavoro attivo [...] lo stesso non succede nel Comites Nordest e Nord [...] [dove] la cultura italiana lì si trova poco diffusa tra i giovani [...]. Il Comites Paraná e Santa Catarina, a sua volta, presenta un panorama diverso [...] (più vivace) così da favorire la situazione nella città di Urussanga [...] [dove], a causa della mancanza di informazioni e pubblicità, i giovani italo-discendenti non si preoccupano nemmeno con lo studio della lingua italiana oppure con la partecipazione alle associazioni. I giovani dei Comites di Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul vivono situazioni in qualche modo simili [...] [perché manca] una programmazione che davvero risvegli l'attenzione della gioventù [...]. Anche nella circoscrizione Rio Grande do Sul, [...] i giovani sono distanti dalle attività sviluppate dagli organi italiani; sta per essere creata, però, un'associazione giovane a Porto Alegre che lavori con l'appoggio oramai importante del Comites locale». Forte, invece, l'associazionismo della circoscrizione Comites di San Paolo «perché ci sono associazioni di diverse regioni d'Italia - Abruzzo, Calabria, Emilia Romagna, Lucca, Piemonte, Trento, Veneto, etc. - che sviluppano eventi culturali. I giovani partecipano a danze tipiche, cori, festival gastronomici, giochi olimpici».

²⁵ Il rapporto della Fondazione Migrantes (2009) così riassume i risultati della *Prima conferenza mondiale dei giovani italiani nel mondo*: «è stata imperniata su cinque parole chiave: informazione, identità, interculturalità, formazione professionale e mondo del lavoro. La scelta dei temi non poteva essere più appropriata, ma l'esito dipenderà dalla maniera di svilupparli, trovando soluzioni concrete, consapevoli che sussiste l'interesse dei giovani italiani o di origine italiana a conoscere la terra di origine dei loro genitori o dei loro nonni e a farne in qualche modo parte. Secondo l'indagine "Italiano 2000", la lingua prevalente tra gli italiani è quella del Paese ospitante (73,6%), senza però che sia dimenticato l'italiano (50,5%) e tanto meno il proprio dialetto (58,2%)». Lazzari (2008) ritiene che «possano essere colte le incommensurabili potenzialità e le profonde disponibilità che i Paesi di immigrazione e la loro anima italiana sono pronti ad offrire al Belpaese, in un interscambio di mutuo ed equilibrato sviluppo».



associazioni si sono moltiplicate, spesso legate a organismi italiani soprattutto regionali (Petroni, 1999: 324)²⁶.

I giovani brasiliani esprimono però anche il desiderio che si faccia di più in questo senso: «le attenzioni del governo italiano verso le comunità dei suoi emigrati all'estero e dei loro discendenti, in particolare in Brasile, hanno continuato e continuano ad essere scarse» e «il debito dell'Italia d'oggi, ricca, [...] verso coloro che [furono] costretti ad abbandonare la patria [...] è ben lontano dall'essere saldato. [...] Oggi, il loro figli acquistano sempre maggiore coscienza della necessità di sopravvivere in quanto collettività dotata di una specifica identità etnico-culturale» (Petroni 1999: 326)²⁷.

Per avvicinarsi alle proprie radici italiane, i giovani chiedono cicli di cinema, mostre d'arte italiana, conferenze, dibattiti sulla cultura italiana. «Vogliamo avere anche l'opportunità di andare in Italia per fare, presso Università ed istituti di cultura, dei corsi, estivi per esempio, di lingua, cultura, tradizioni, letteratura, storia dell'arte, gastronomia tipica, etc. Così si potrà vivere pienamente l'italianità. [...] Inoltre, chiediamo la creazione di una *task-force* con l'obiettivo di rendere il processo [per ottenere] la cittadinanza italiana più [veloce], giacché in Brasile ci sono oggi migliaia di persone, e migliaia di giovani, in attesa del loro processo, già in tramite nei consolati. Essere italiani, oltre a parlare la lingua, conoscere e [vivere] la cultura, presuppone ovviamente il possesso del passaporto, il riconoscimento ufficiale del nostro diritto e della nostra italianità[...]. I giovani brasiliani, quindi, anettono grande importanza al riconoscimento della cittadinanza italiana, cosa che non si riscontra negli altri documenti dei giovani italiani in America Latina²⁸. Petroni (1991: 324) ci informa che i

²⁶ Solo dopo il 1970, gli anni del «miracolo economico» italiano, negli immigrati e nei loro discendenti è rinata la fiducia «grazie alla progressiva rivalutazione del gruppo etnico al quale sentivano ancora di appartenere»: «fu come se il significato della parola "italianità" avesse subito un cambiamento sostanziale nel momento in cui le comunità di origine italiana si integravano sempre più nel complesso della "società brasiliana" senza perdere, tuttavia, la consapevolezza della loro origine. «Le feste per il centenario dell'immigrazione italiana, che a partire dal 1975 diedero spazio a una serie di iniziative dove si erano insediati gli immigrati, favorirono un nuovo interesse per i diversi aspetti della presenza italiana e, soprattutto, un interessante processo di "riscoperta delle radici" da parte degli immigrati e dei loro discendenti. [...] Negli ultimi decenni gli immigrati e i loro discendenti hanno scoperto maggiori motivi per essere orgogliosi delle proprie origini grazie all'attuale immagine dell'Italia, Paese ricco [...] socialmente avanzato e politicamente democratico» (Petroni, 1999: 323).

²⁷ Gli Autori sono concordi nel ricordare come, nonostante il risveglio degli ultimi decenni, perdurano molti problemi, «come quello di definire degli obiettivi soddisfacenti e il percorso da seguire per raggiungerli. [...] In nessuna occasione, da quando è iniziata la grande immigrazione italiana in Brasile, l'attenzione rivolta all'apprendimento della lingua italiana è stata proporzionata all'importanza numerica degli immigrati e dei loro discendenti» (Petroni, 1999: 325). «Di fronte ad una crescente domanda mondiale di lingua e cultura italiana - fatto spontaneo e/o conseguente a evoluzioni socio-storiche di molti Paesi - l'Italia resta quasi sempre a guardare per povertà di mezzi finanziari, ma soprattutto di organizzazione, di competenze e ancor più di scelte politiche e gestionali. Chi conosce il mondo diplomatico italiano (gestore di fatto e contro ogni buon senso di queste politiche) sa bene che non è considerato prestigioso occuparsi di scuola, di lingua e di cultura, di emigrazione e di questioni sociali [...] [questioni che] non sembrano accelerare la carriera di un 'consigliere'» (Lazzari, 2000: 129).

²⁸ Nessun accenno a questo problema nella citata relazione dei 22 Giovani Cgie e dei 10 delegati regionali, 3.12.2009 in www.cgie.it/archivio_documentale/Documento%20finale%20giovani%20CGIE.doc, cit. I giovani cileni ne accennano soltanto là dove affermano l'importanza di «ricuperare



nipoti dei nostri emigranti «fanno lunghe file davanti ai consolati, soprattutto a São Paulo, per ottenere quella doppia cittadinanza che è considerata la porta verso un mondo nuovo»²⁹.

Per quanto riguarda le opportunità professionali, i giovani brasiliani di nazionalità italiana dicono di aspettarsi dall'Italia «una posizione che sia d'accordo col potenziale brasiliano. Il Brasile è ormai un attore di unanime e crescente rilevanza nello scenario internazionale: grazie alla sua economia stabilizzata, al suo *agrobusiness*, al largo sviluppo della sua ricerca scientifica [...] oggi il nostro Paese è il *leader* del Bric (Brasile, Russia, India e Cina), la sigla che congrega i protagonisti come *global traders* nel prossimo decennio. Non siamo quindi in posizione soltanto di chiedere, ma anche di offrire, di esportare conoscenza. Il Brasile è modello in mano d'opera specializzata in diversi settori [...] mentre l'Italia ne ha mancanza. In questo contesto, l'approfondimento dell'interscambio tra il Brasile e l'Italia, attraverso le sue aziende, l'offerta di *stage* in Italia, nelle aziende italiane insediate in Brasile, il riconoscimento veloce dei titoli di studio, gli *workshop* ai vari livelli, sono imprescindibili affinché i giovani italo-brasiliani possano sentirsi più vicini alla *globalization*». Essi suggeriscono anche «la creazione, insieme alle camere di commercio, industria, e agricoltura Brasile-Italia, di aziende junior, perché i giovani italo-brasiliani ancora all'università vengano introdotti nel mondo del lavoro in Italia. Presso le camere di commercio, ancora, dovrebbe sorgere una banca dati che [raccolga] i *curricula* di giovani italo-discendenti, da essere consultata da aziende brasiliane ed italiane interessate. Così, il nostro patrimonio di lingua e di cultura italiana, insieme alle nostre abilità professionali, potrà venire messo a frutto»³⁰. Nelle conclusioni essi ribadiscono di essere in attesa del «riconoscimento della nostra importanza. Siamo gli imprenditori ed il soggetto attivo

la cittadinanza da parte di cittadini che l'hanno persa e la cittadinanza dei discendenti nati da madre italiana sposata con stranieri qualsiasi sia la data di nascita dei figli», www.cgie.it/archivio_documentale/Documento%20finale%20giovani%20Cile.doc. Solo un accenno anche da parte dei giovani di Perù, Ecuador e Colombia, in [www.cgie.it/archivio_documentale/Documento%20Propositivo%20Giovani%20Ecuador%20Peru%20Colombia%206%20sett%202008%20\(2\).pdf](http://www.cgie.it/archivio_documentale/Documento%20Propositivo%20Giovani%20Ecuador%20Peru%20Colombia%206%20sett%202008%20(2).pdf). Segnalano invece scarso interesse e scarsa conoscenza della lingua italiana i giovani dell'Uruguay con solo un accenno ai problemi di cittadinanza: www.cgie.it/archivio_documentale/documento%20riunione%20giovani%20uruguay%2012%20luglio%202008-3.pdf. Nessun accenno alla questione cittadinanza invece da parte dei giovani argentini, in www.cgie.it/archivio_documentale/documento%20giovani%20luglio%202008.doc, siti consultati il 12.4.2010.

²⁹ L'Autore in proposito cita un articolo di un giornale di São Paulo: *Aumenta a lila dos 'novos italianos'*, in «O Estado de São Paulo» del 9.8.1988.

³⁰ Il documento continua segnalando l'importanza dell'informazione che, secondo i giovani brasiliani «si collega a tutti gli altri aspetti delle nostre rivendicazioni e proposte. Senza l'accesso pieno all'informazione, non si riesce a rendere effettivo il coinvolgimento dei giovani nelle attività correlate all'Italia - ciò è imprescindibile per il sentimento d'identità e quindi anche per l'associazionismo. Inoltre, soltanto l'informazione ci avvicina alle opportunità professionali». Essi chiedono perciò il miglioramento e l'ampliamento degli strumenti di comunicazione già esistenti, ad esempio il *forum giovani* sul sito Cgie, il *blog* della rivista *Insieme*, il sito Comites. «Ci sembra favorevole anche lo sviluppo di una rete di *newsletters* portoghese-italiano per diffondere informazioni riferite ai giovani, da funzionare come posta elettronica tra i gruppi giovani di ogni circoscrizione Comites. Così, come moltiplicatori locali, potremo cominciare a combattere le disuguaglianze tra le nostre comunità - giacché lo scambio di idee ed esperienze rende possibile un'opera collettiva».



del domani. Tale riconoscimento si darà attraverso l'appoggio allo sviluppo: delle associazioni giovanili; della rappresentatività giovane, coesa ed autonoma; della visibilità giovane italo-brasiliana nel mondo del lavoro; della possibilità [di ottenere velocemente] la cittadinanza; dello scambio di informazioni ed esperienze fra di noi, fra le nostre regioni. D'altra parte, siamo contenti di constatare che tutto questo, insieme, porterà ad una piena ed effettiva identità italiana».

Il tema della cittadinanza lo si trova ripreso dalla Commissione continentale dell'America Latina riunitasi a Rio de Janeiro nei giorni 16-18 ottobre 2008. Il punto 7 all'ordine del giorno riguarda, appunto, la situazione delle pratiche di riconoscimento di cittadinanza italiana, gli arretrati e, congratulandosi la commissione per l'avvio dell'invocata *task force* per lo smaltimento degli arretrati delle pratiche di riconoscimento della cittadinanza italiana nei Paesi dell'area, chiede all'amministrazione di assicurare che questa misura non venga meno a causa dei tagli previsti dalla finanziaria. La commissione accoglie inoltre con favore «la notizia della prossima missione del Ministero dell'interno che valuterà con le autorità brasiliane la possibilità di una certificazione plurilingue degli atti di stato civile, che faciliterebbe tra l'altro l'iter di ricostruzione delle pratiche»³¹.

2. Rientri e identità

«Piena ed effettiva identità italiana»: eppure questa identità non è sempre stata un vanto per gli immigrati italiani in Brasile. Per molto tempo i nostri emigranti, abbandonati a loro stessi nel difficilissimo cammino³², ebbero a vergognarsi della loro identità anche perché la maggior parte di loro non sapeva parlare l'italiano, ma solo il dialetto. Condizioni queste che li portarono ad imparare il portoghese piuttosto che l'italiano: «l'obiettivo di “fare l'America” o “catar la cucagna” nel più breve tempo possibile implicava un'esaltazione quasi religiosa del lavoro e un atteggiamento pragmatico [...]» che «provocò, in moltissimi casi, una scarsa valorizzazione della scuola» (Petrone, 1999: 306). La situazione della scuola italiana nei primi decenni di emigrazione era quanto mai precaria ed affidata alla buona volontà di maestri spesso improvvisati e per nulla preparati. Con il fascismo si era passati ad una valorizzazione dell'italianità, in chiave però strumentale all'ideologia del regime³³ (Petrone, 1999: 320). Il periodo degli

³¹ Il documento si rinviene in [www.cgie.it/archivio_documentale/commissione% 20continentale% 20america %20latina%20-%20rio%20doc.doc](http://www.cgie.it/archivio_documentale/commissione%20continentale%20america%20latina%20-%20rio%20doc.doc), sito consultato il 12.4.2010.

³² «L'opinione pubblica [italiana] non dedicò in genere molta attenzione al fenomeno dell'emigrazione» (Sacchetti, 1969: 259). L'Autore riferisce che anche il mondo letterario «a stento entrò nella problematica dell'emigrazione». A proposito dell'interesse e del comportamento del ceto politico italiano di fronte all'emigrazione si veda Manzotti (1969).

³³ «La presenza più assidua delle autorità diplomatiche italiane contribuì senza dubbio a far sì che l'italiano venisse maggiormente utilizzato anche se la manifesta indifferenza nei confronti della massa degli immigrati contribuì, insieme ad altri fattori al graduale abbandono di questa lingua» (Petrone, 1999: 320). Sacchetti (1978: 259) riferisce come la politica emigratoria fascista sia stata improntata all'insegna del prestigio con l'«assoggettamento del fattore migratorio alle esigenze della grande potenza» cioè con un'«esaltazione della componente demografica e dell'emigrazione come fattore di potenza».



anni Trenta, della cosiddetta *nazionalizzazione*³⁴, quando le autorità brasiliane intervennero «energicamente nel senso di *brasilianizzare* o *nazionalizzare* gli immigrati e i loro discendenti» mediante soprattutto «l'uso obbligatorio della lingua portoghese» provocò «sulla collettività di origine italiana in Brasile [...] un'autentica strage culturale largamente favorita anche dalla guerra» (Petroni, 1999: 320).

Le aspettative dei giovani discendenti dei nostri emigrati nei confronti dell'Italia sono molte. Eppure essi, usando i termini “noi” e “nostro” allorché si riferiscono alla realtà brasiliana, dimostrano di identificarsi con il loro Paese di nascita. Come si legano, allora, le parole che essi usano: “dimensione identitaria”, “radici italiane”, “italianità” al loro orgoglio di essere brasiliani, di appartenere ad un grande Paese, protagonista ormai sulla scena mondiale e con il loro orgoglio di avere molto da dare, proprio in quanto “brasiliani”? Anche da questi documenti emerge che l'odierno fenomeno dei rientri non si inserisce in quello, - ricorrente nella storia - in cui masse di migranti transitano da un Paese all'altro per poi ritornare, in mutate condizioni economico-politiche, nel Paese di provenienza. Questi rientri paiono rientrare in quel fenomeno tipico del post-moderno dove le appartenenze sono plurime, legate alla liquidità e temporaneità di tutti i rapporti secondo uno schema che consente all'individuo di cogliere, tra le opportunità che il mondo (globalizzato) gli offre, la soluzione alle proprie necessità. Soluzioni, quindi, non più precostituite dal proprio gruppo sociale, ma presenti sulla scena globale. L'appartenenza può essere, quindi, una variabile da costruire nella misura in cui l'individuo si muove sulla scena mondiale³⁵.

³⁴ «Nel corso della II guerra mondiale, essendo Italia e Brasile schierati su fronti opposti, i beni dei singoli cittadini, delle associazioni e dello Stato italiano venivano bloccati o confiscati» (Lazzari, 2000: 190).

³⁵ Sembra in effetti che questo fenomeno di rientro dei discendenti dei nostri connazionali si inserisca nel cosiddetto “transnazionalismo” che è definito in antropologia e sociologia come caratterizzato dalla simultanea presenza in entrambe le comunità, di provenienza e di arrivo, resa possibile, oggi, dalla rapidità delle comunicazioni e dei trasferimenti. Il transmigrante si caratterizzerebbe per un uso crescente delle risorse che derivano dall'attraversamento di spazi culturali anche molto distanti tra loro sulla base delle reti materiali ed immateriali oggi a disposizione. Cohen (2005: 33) descrive i transmigranti come coloro che «rivendicano legami di appartenenza a due o più Stati-nazione che a loro volta li rivendicano come cittadini e nei quali essi sono incorporati come attori sociali [...]». L'Autore continua distinguendo questo fenomeno dalla cosiddetta diaspora, altro termine tornato in uso con diverso e più ampio significato rispetto al passato: «[...] certi tratti della migrazione di tipo transnazionale rispetto a quella diasporica palesano più deboli riferimenti alla comunità, all'affettività e all'articolazione di un'identità diasporica condivisa». Per la definizione del fenomeno Cohen (2005: 24) si rifà a Vertovec (1999: 447) che ha definito il transnazionalismo come «una condizione in cui, nonostante grandi distanze e la presenza di confini nazionali (e tutte le leggi, i sistemi, le regole e le narrative nazionali che essi rappresentano), certe forme di relazione sono andate intensificandosi con la scala globale e attualmente hanno paradossalmente luogo in un'arena di attività ampia quanto il pianeta e tuttavia comune - per quanto virtuale». Contesta che il termine descriva solo un fenomeno nuovo, quello delle migrazioni contemporanee. Baily (2005: 47), proprio parlando di diaspora e transnazionalismo degli italiani in America latina, ritiene che il fenomeno si sia già verificato storicamente. Scidà (2000: 30) ritiene che, pur se «non è mancato chi ha osservato che la comparsa di comunità transnazionali non sia del tutto nuova ma che si poteva già riscontrare, ad esempio, fra gli immigrati europei nel continente americano all'inizio di questo secolo[...] tuttavia le attuali comunità transnazionali si configurano con una serie di caratteri specifici assenti in passato [...]». A differenza che in passato [...] questa forma contemporanea di mobilità internazionale si basa su un'immagine del mondo prodotta dalla globalizzazione che ci appare sempre



Questo fenomeno evidenzia ancor più le contraddizioni che oggi la nozione “cittadinanza” porta con sé.

Al migrante non è riconosciuto *tout cour* di «partecipare, nella società di accoglienza come in quella di partenza, alla vita economica, sociale, culturale, politica e lavorativa senza mutilare la sua dignità di uomo possessore del ‘diritto naturale’ ad uno sviluppo pieno ed integrale della sua persona» (Lazzari, 1994: 33). Se questo invece gli fosse consentito sarebbe possibile «riconoscerlo come ‘soggetto transnazionale’ che, sulla base di una sua specifica esperienza ha maturato sentimenti di identità plurima, dinamica, contraddittoria» (Ibidem). Visto che «il condizionamento territoriale ha perso importanza nel processo di modernizzazione della società che si presenta sempre più caratterizzata da ‘forze aggregatrici di interessi e realtà translocali’» (Lazzari, 1994: 36) l'appartenenza, come bisogno fondamentale dell'uomo «che rende possibile il processo di socializzazione della persona» e «definisce la sua identità personale» attraverso i simboli in grado di far vivere al soggetto il relativo sentimento, può essere vissuta con carattere “multiplo”, senza che ciò infici le necessarie relazioni di lealtà del soggetto verso il gruppo (Lazzari, 1994: 34)³⁶.

La condizione giuridica dei discendenti dei nostri migranti, ai quali invece è subito riconosciuto il diritto di cittadinanza, evidenzia come essi si trovino a vivere la scelta migratoria in condizioni favorevoli. Eppure non è tutto così semplice perché il problema è quello di vedere come il loro ritorno sia affrontato e vissuto in Italia dagli italiani nati sul territorio. Il trattamento burocratico “poco favorevole” di cui sono stati oggetto i brasiliani cittadini italiani per nascita che si sono rivolti al difensore civico sembrerebbe assomigliare a quello riservato agli immigrati in generale piuttosto che a dei concittadini. È proprio la concezione del termine “straniero” che viene in questione perché il termine non si collega affatto ad un mero fatto giuridico - il non essere cittadino - ma ha il significato di “estraneità” di lingua e di cultura. Perciò possiamo domandarci se dopo

meno percepita come uno spazio rigidamente diviso e definito da confini nazionali ove i i migranti passano necessariamente, da una nazione ad un'altra, [...] bensì nel quale un numero crescente di comunità transnazionali vanno a collocarsi come un ponte che collega due spazi (sociali, economici, politici e culturali) rappresentati dal Paese d'origine e quello ospitante». Il ponte sarebbe costituito da «gruppi di individui fra loro fortemente coesi ed altamente ramificati verso entrambe le due sponde nazionali: ciò è possibile oggi grazie alle enormi possibilità che offre l'attuale sistema delle comunicazioni globali [...] che porta ad un'autentica caduta della frizione dello spazio e dunque alla concreta possibilità che si formino effettivamente comunità anche in assenza di prossimità geografica». Con riferimento al processo di adattamento nel lungo periodo degli emigranti italiani nel continente americano, Rosoli (1978) ritiene che il bisogno di difendere il «proprio universo comunitario indebolito dai miti individualistici e l'esigenza di integrarsi inducono ora l'emigrante ad elaborare un senso di appartenenza sganciata da una dimensione unicamente e strettamente nazionale. La sua naturale collocazione in uno spazio transnazionale lo porta a non rimuovere l'identità originaria, ma più spesso a sovrapporvi quella della comunità di arrivo, con un senso di appartenenza nazionale composita».

³⁶ Lazzari basa questa affermazione sugli studi di Georg Simmel. Pur nelle difficoltà che questa molteplicità di appartenenze può comportare, fino alla marginalità in ciascuna di esse, secondo Lazzari «ciò non toglie comunque che l'individuo marginale-immigrato non tenti di mettere in atto soluzioni capaci di superare la posizione di conflitto». Secondo Lazzari il disagio esistenziale dell'uomo migrante appare, invece, «quando esperienze negative, di disconferma o di negazione dei suoi vissuti psicosociali profondi mettono in crisi la sua identità di persona» (1994: 35).



due generazioni dall'emigrazione dei loro avi, queste persone siano considerate e accettate come cittadini, oppure come stranieri meno "stranieri" di altri o invece sono cittadini per il diritto e stranieri per la società. E ancora, se il tessuto sociale italiano sia disposto ad accettare questa nuova immigrazione che riguarda soggetti simili, che facilmente imparano la lingua in quanto appartenenti al medesimo ceppo linguistico - portoghese o spagnolo -, di età molto giovane e di buon livello culturale e se il tessuto amministrativo italiano - che si muove in un campo prettamente giuridico - sia capace di essere coerente con questa istanza nei confronti di persone cittadine per legge e per *ethnos*, o se invece le considera "straniere". In pratica, dove finisce la cattiva amministrazione e dove comincia la scelta di discriminare lo straniero per la sua differenza?

3. L'accoglienza dei discendenti in due Regioni del Nord Est italiano

Quanto all'accoglienza che l'Italia riserva loro, alcune politiche delle regioni italiane del Nord Est dichiarano di voler incoraggiare il rientro dei nostri connazionali e dei loro discendenti. La realtà sociale, invece, non pare altrettanto favorevole: nel Veneto, a fronte di programmi specifici per favorire il ritorno degli emigranti (più corretto sarebbe dire di nipoti e pronipoti di nostri concittadini), Franzina, intervistato recentemente a proposito di queste politiche Franzina (2010: 20), rileva come l'"ideale" relativamente all'Italia, di cui sono portatori i giovani brasiliani (discendenti degli emigrati italiani) e che deriva loro dai racconti dei genitori e dei nonni³⁷, rischia di essere gravemente frustrato al loro arrivo in un'Italia diversa e, per molti aspetti, inospitale. «La scoperta che fanno è quella del disappunto di ogni emigrante a partire delle strade lastricate d'oro di cui parlava Dickens. Da un lato c'è questa idea, che deriva dai racconti di famiglia ed è rafforzata dalle nostre istituzioni, che promettono loro un aiuto. Dall'altro c'è la realtà: persone con titoli di studio che arrivano qua e scoprono che la cosa più utile che possono fare è la badante, il cameriere, il bracciante o il muratore. Le istituzioni non possono garantire loro un lavoro o una casa [...]. Nel lavoro molti dicono di non essere trattati così male come gli altri immigrati, ma questo non dipende tanto dalla loro origine veneta, quanto dal fatto che, in quanto sudamericani, sono sentiti come cugini. Ciò che fa loro specie è però la loro condizione di lavoro, in cui entrano in competizione con gli altri immigrati. È frequente nelle interviste che abbiamo raccolto che parlino male ad esempio dei rumeni perché accettano di lavorare per 3 euro l'ora, mentre loro erano abituati a un trattamento migliore». Lo studioso rileva come i programmi politici regionali³⁸ «sembrano dare vita a una discriminazione fra alcuni immigrati 'speciali' e tutti gli altri per i quali il percorso verso la cittadinanza è irto di ostacoli»³⁹ e «sono giustificati con l'idea di privilegiare i migranti che hanno qualcosa in comune con

³⁷ A proposito degli atteggiamenti tradizionali e ai valori degli italiani emigrati si veda Lazzari (2010: 9).

³⁸ «Si tratta di progetti a base provinciale, partiti a Vicenza e Treviso, poi fatti propri dalla Regione, e che hanno portato all'apertura di sportelli in Argentina [...]» (Franzina, 2010: 20).

³⁹ *Ibidem*. Si verifica perciò quanto segnalato da Tabboni (1991: 16) dove l'Autrice fa presente che «esiste, ad esempio, in tutta l'area del mondo occidentale, un pregiudizio favorevole a certe nazionalità e sfavorevole ad altre [...]».



questa regione [...]. Si tende a pensare che coloro che ritornano siano spinti da un'appartenenza alla cultura italiana e veneta in particolare. In realtà quelli che arrivano si riconoscono tra di loro come argentini e brasiliani, il tasso di identificazione con l'antica madrepatria degli avi è vicino allo zero, anche quando, come molti brasiliani del Sud, sono in possesso di una qualche conoscenza del dialetto» (Franzina, 2010: 20).

Come si è visto dai documenti approvati dei giovani brasiliani partecipando alle conferenze organizzate dal Cgie, si direbbe forse che essi sentono entrambe le appartenenze: una profonda con la terra in cui sono nati (rivolgendosi alla realtà brasiliana usano i termini "noi" e "nostro"), l'altra riferentesi alla cultura trasmessa da genitori e nonni, di tipo ideale, che però appartiene al passato ed a un'Italia che non c'è più. Richiesto dall'intervistatore se «i sudamericani siano attirati dalla riscoperta delle radici, come vuole la retorica della regione Veneto»⁴⁰ il prof. Franzina risponde così: «Una cosa che i nostri governanti non hanno capito è che chi 'ritorna' qui ha una fortissima carica patriottica e nazionalistica del proprio Paese (inteso come quello di nascita). Questo vale in particolare per gli argentini che sono molto meno numerosi dei brasiliani e meno disposti a fermarsi nel Veneto. Nove su dieci dopo un anno prendono la strada di Madrid» (Franzina, 2010: 20).

Quanto al Friuli Venezia Giulia, la legge regionale del 26.2.2002, n.7, «Nuova disciplina degli interventi regionali in materia di corregionali all'estero e rimpatriati», si prefigge come propri scopi di conservare e tutelare presso le comunità dei corregionali stessi le diverse identità culturali e linguistiche della terra d'origine (qui intendendo l'Italia); di promuovere il coinvolgimento delle comunità dei corregionali all'estero nelle attività di promozione economica e culturale della Regione all'estero e, infine, di sostenere il rimpatrio e il reinserimento, anche lavorativo, dei corregionali oggi all'estero. Sono destinatari degli interventi i corregionali all'estero, intesi come i cittadini emigrati dal Friuli Venezia Giulia e quelli emigrati e già residenti negli ex territori italiani passati all'allora Jugoslavia, i loro familiari e discendenti, che risiedono stabilmente fuori del territorio nazionale e i rimpatriati, ovvero i corregionali i quali «dai Paesi di emigrazione, dopo una permanenza non inferiore a cinque anni, hanno

⁴⁰ La retorica politica insiste su questi richiami: l'attuale assessore regionale all'istruzione e cultura della Regione Friuli Venezia Giulia, rivolgendosi a ventuno giovani provenienti dall'Argentina, dal Paraguay e dall'Uruguay, discendenti di corregionali all'estero e partecipanti ad un soggiorno di due settimane nella terra dei padri, organizzato per loro da alcune associazioni di emigrati - con lo scopo di ricollegarli con le proprie radici e di far conoscere loro dettagliatamente la terra d'origine attraverso gli aspetti sociali, storici, culturali, archeologici, economici, turistici, alcuni dei quali studenti, altri lavoratori, altri ancora professionisti - ha dichiarato che la Regione deve intervenire con il supporto dei circoli di corregionali emigrati sparsi numerosi nel mondo «per mantenere viva la fiammella della memoria e per fare sì che, specialmente i giovani, in possesso ormai di professionalità e di esperienze maturate all'estero, che possono essere impiegati nel mondo economico e culturale del Friuli Venezia Giulia, possano rappresentare una vera risorsa per la nostra comunità [...] e accedere ai mercati del lavoro e alla vita comunitaria su una dimensione europea. In modo da poterci rappresentare, anche all'estero, in modo qualificato». «Il Friuli Venezia Giulia deve rappresentare una 'porta' verso la nuova Europa per i giovani discendenti degli emigrati dalla nostra terra». Per le notizie suddette si veda il sito: www.regione.fvg.it/rafv/welcome.act?dir=/rafv/cms/raffvg/; consultato il 7.5.2010.



fatto definitivo ritorno in Regione da non più di due anni»⁴¹. È previsto che gli interventi a favore di chi ritorna siano destinati, tra l'altro, a sostenere il loro reinserimento abitativo, economico, lavorativo, scolastico, culturale e sociale, mediante la concessione di sovvenzioni e misure di sostegno scolastico e linguistico, incentivi all'avvio di attività produttive e per l'inserimento lavorativo, nonché misure a sostegno dell'attività formativa e di riqualificazione professionale. Onde assicurare un'adeguata conoscenza per l'esercizio di dette funzioni, nella legge si dichiara di voler istituire un Osservatorio sui corregionali all'estero e di impegnarsi a promuovere con le competenti autorità statali la stipula di uno specifico protocollo d'intesa per individuare le modalità per il riconoscimento in Italia dei titoli di studio conseguiti dai corregionali rimpatriati. Si è già detto, però, che l'Osservatorio non è mai nato per non essere stato approvato neppure il relativo regolamento.

Circa gli interventi regionali in favore dei rimpatriati, il regolamento regionale del 2007⁴², che disciplina la concessione dei contributi previsti dall'art.3, commi 1, lettera a), 4 bis e 4 ter della citata legge regionale n.7/2002, per quanto concerne quelli di sostegno al rimpatrio ed al reinserimento nel Friuli Venezia Giulia dei corregionali all'estero definisce le modalità procedurali relative agli interventi contributivi e li distingue tra interventi di carattere generale - provvidenze e agevolazioni disposte, a favore della generalità dei soggetti appartenenti alla comunità regionale, dalla legislazione regionale in vigore nei settori abitativo, lavorativo e delle attività produttive, scolastico e formativo - e interventi specifici che consistono nella concessione di contributi di sostegno al rimpatrio, per le spese di traslazione in regione delle salme e delle ceneri dei corregionali deceduti all'estero e contributi per sostenere il raggiungimento del minimo pensionistico da parte dei lavoratori dipendenti, già residenti in Paesi privi di convenzione internazionale con l'Italia. I contributi di sostegno al rimpatrio consistono in sovvenzioni per l'abbattimento dei costi di trasferimento e delle spese di prima sistemazione, contributi per ogni figlio a carico frequentante istituti scolastici e l'università e corsi di formazione e riqualificazione professionale, oppure corsi di lingua italiana ed infine un contributo aggiuntivo qualora il nucleo familiare non disponga in regione di un'abitazione di proprietà o non sia assegnatario di un alloggio di edilizia popolare pubblica (Ater).

Che cosa la Regione ha effettivamente realizzato in questi otto anni⁴³ per i rimpatriati?

⁴¹ Articoli 1 e 2, legge regionale n.7/2002.

⁴² Regolamento approvato con decreto del presidente regionale 10.8.2007, n.248Pres.

⁴³ L'art.5 della legge regionale n.7/2002 stabilisce che sia istituito un apposito fondo per i corregionali all'estero e per i rimpatriati del quale la finanziaria regionale determini annualmente lo stanziamento. Le delibere relative alla ripartizione dei fondi distinguono l'assegnazione dei fondi tra comparto A (con riferimento all'art.3, comma 1, lett a) - agevolazione del reinserimento dei corregionali che rientrano in regione, mediante la concessione di sussidi assistenziali, contributi per il raggiungimento del minimo pensionistico e ai titolari di pensione argentina e misure di sostegno scolastico e linguistico ai figli; comparto B (con riferimento all'art.3, comma 1, lett b) - Potenziamento della comunicazione con i corregionali all'estero e con le loro comunità per garantire l'informazione sulla realtà del Friuli Venezia Giulia; comparto C (con riferimento all'art.3, comma 1, lett c) - Realizzazione, nei paesi esteri in cui sono presenti corregionali, di iniziative di carattere culturale per mantenere e qualificare i rapporti con la terra d'origine e preservare e valorizzare le specifiche identità culturali attraverso le dirette iniziative dell'amministrazione regionale, i progetti delle associazioni dei corregionali all'estero, quelli degli Enti



La domanda è lecita posto che dall'esame delle delibere relative agli anni 2006-2010 si nota che le cifre destinate a loro sono molto modeste rispetto allo stanziamento complessivo del fondo per i corregionali all'estero e per i rimpatriati⁴⁴.

Un intervento tra quelli definiti dal citato regolamento «a carattere generale» è quello previsto dall'art.5 della legge regionale 7 marzo 2003, n.6, «Riordino degli interventi regionali in materia di edilizia residenziale pubblica», che ammette i corregionali all'estero o i loro discendenti ai contributi per l'acquisto della prima casa di abitazione a prescindere dal requisito della residenza o attività lavorativa in Italia e in Regione per un periodo di 10 anni. Eppure, anche qui, nonostante le migliori intenzioni, la Regione si è contraddetta essendosi evidenziate importanti difficoltà nell'applicazione della norma⁴⁵. In una fattispecie, trattata dal difensore civico, si verificò che un cittadino italiano residente all'estero, che intendeva acquistare casa in Regione per farvi ritorno, non poteva accedere alle agevolazioni previste dalla citata legge regionale. Pur essendo

locali, e quelli specifici realizzati da altri enti e soggetti in coerenza con tali indirizzi; comparto D (con riferimento all'art.3, comma 1, lett d) - Potenziamento delle iniziative destinate alle giovani generazioni dei corregionali all'estero mediante l'incremento degli scambi tra il Friuli Venezia Giulia e i Paesi di residenza all'estero, la creazione di opportunità di frequenza a corsi di specializzazione e di alta formazione, l'organizzazione di incontri di giovani corregionali all'estero come momenti di aggregazione, di scambio e di crescita culturale e, infine, il comparto E (con riferimento all'art.3, comma 1, lett e) - Sostegno delle attività istituzionali svolte dagli enti ed associazioni cui fanno capo i Fogolârs, i circoli, i clubs, i segretariati ed in generale i sodalizi formati dai corregionali nei vari Paesi del mondo per mantenere e sviluppare i rapporti con la terra d'origine e come fattori di coesione e di vitalità per le comunità stesse mediante lo svolgimento dell'attività associativa degli organismi operanti nel Friuli Venezia Giulia, nonché il sostegno ai sodalizi stessi per la loro attività sociale, assistenziale, culturale nei luoghi dell'emigrazione.

⁴⁴ Per il 2006 la delibera della Giunta regionale n.967 del 12.05.2006, sentito il Comitato dei corregionali all'estero e dei rimpatriati (che poi non è stato più rinnovato) e sulla base dei criteri programmatici individuati dalla delibera della Giunta regionale n.795 del 2 aprile 2004, su una spesa di euro 1.727.323,65, al «sostegno al reinserimento dei rimpatriati» - comparto a) - destina solo euro 363.913,65. La delibera della Giunta regionale n.624 del 22.3.2007 - Programma generale degli interventi per l'anno 2007 - su euro 1.767.000,00 destina 300.000 per il comparto a). Per il 2007 la delibera della Giunta regionale n.1372 del 08.06.2007, nel ripartire ulteriori fondi del 2007 ai settori di cui alle lettere b), c) e d) dell'art.3 citato, ne aggiunge, per competenza derivata, una parte di quelli stanziati nel 2006 per essere stati in parte non utilizzati quelli destinati ai rimpatriati. Per il 2008 si vedano le delibere della Giunta regionale n.261 dell'8.02.2008 e n.1156 del 19.6.2008. Per il 2009 i fondi sono in totale pari a 1.400.000,00 euro, assegnati con le delibere della Giunta regionale nn. 261 e 263 del 05.02.2009. La delibera n. 1380 del 18.6.2009 di nuovo riduce per 120.000,00 euro le risorse per i rimpatriati, in un primo tempo assegnate in €320.000,00; per il 2010 si vedano la delibera della Giunta regionale n. 2827 del 17.12.2009. La delibera della Giunta regionale n.440 dell'11.03.2010 che, su una quota di euro 1.400.000,00 del fondo per i corregionali all'estero stanziato dalla legge finanziaria per l'anno, riserva al sostegno dei rimpatriati solo 110.000 euro e agli interventi di sostegno per lo svolgimento di soggiorni culturali, di studio e di aggiornamento professionale dei corregionali all'estero e di interscambi giovanili la modesta somma di 130.000 euro. Il Servizio identità linguistiche, culturali e corregionali all'estero della citata Direzione regionale ha riferito alla scrivente che attraverso i contributi previsti per i rimpatriati dalla legge regionale n.7/2002 la Regione assiste 50 famiglie senza essere in grado di riferire a quali benefici esse abbiano accesso nel concreto.

⁴⁵ Si veda la relazione del difensore civico regionale del Friuli Venezia Giulia sull'attività svolta nel 2005 pubblicata dal Consiglio regionale e reperibile presso la biblioteca del Consiglio medesimo, pp.54 e 55. Non si è in grado di riferire se l'ostacolo giuridico sia stato superato.



gli emigrati tra i soggetti che la legge considera «in condizione di debolezza sociale o economica» e quindi beneficiari di un contributo maggiore, l'emigrato in questione non poteva presentare la relativa domanda perché non in grado, secondo la direzione regionale competente, di dichiarare il requisito di reddito⁴⁶. Infatti, l'Istituto nazionale della previdenza sociale (Inps), che è titolare dell'attribuzione di certificazione Isee (Indicatore di situazione economica equivalente), ha affermato che il cittadino iscritto nel registro Aire non può produrre certificazione Isee in quanto essa può essere rilasciata solo a favore di cittadini residenti⁴⁷.

4. Proposte di modifica della legge italiana sulla cittadinanza: breve esame critico

La necessità di una modifica della legge italiana sulla cittadinanza è molto sentita e l'argomento è, in varie riprese, oggetto di pubblico dibattito e di divisioni anche all'interno all'attuale maggioranza di governo⁴⁸. Alla Camera dei deputati sono pendenti molte proposte di legge unificate oggi in un testo⁴⁹ che la I Commissione affari

⁴⁶ Si veda l'art.8 del regolamento regionale 13 aprile 2004, n.124 rubricato «Requisiti dei beneficiari». Alle lettere d) ed e), è previsto il possesso, con riferimento al nucleo familiare definito all'art.9 esistente alla data di presentazione della domanda, di un indicatore della situazione economica equivalente (Isee) di cui al decreto legislativo 31 marzo 1998, n.109 - «Definizioni di criteri unificati di valutazione della situazione economica dei soggetti che richiedono prestazioni sociali agevolate, a norma dell'art.59, comma 51, della legge 27 dicembre 1997, n.449» -, non superiore a 29.000,00 euro o un indicatore della situazione economica (Ise) di cui al medesimo decreto legislativo non superiore all'importo di 58.900 euro.

⁴⁷ Il difensore civico rilevò che, di fronte all'espressa previsione legislativa di cui all'art.7 comma 1, lettera f della medesima legge regionale 6/2003, la decisione della Regione era illegittima, considerato il favor della legislazione in questione per i cosiddetti "emigranti di ritorno". Per rimuovere l'incoerenza del sistema, richiamò l'attenzione della Direzione su quanto previsto dall'art.4 del citato decreto legislativo n.109/1998 che stabilisce le modalità del procedimento per la determinazione dell'indicatore della situazione economica equivalente (Isee). Tale disposizione prevede che il richiedente una «prestazione sociale agevolata» presenti un'unica dichiarazione sostitutiva, a norma della legge 4 gennaio 1968, n.15, di validità annuale, concernente le informazioni necessarie per la determinazione di detta Isee ai Comuni, ai Caaf (Centro autorizzato di assistenza fiscale) o direttamente all'amministrazione pubblica alla quale è stata richiesta la prestazione o, infine, alla sede Inps competente per territorio. Il comma 4 prevede che siano gli stessi Comuni e le amministrazioni pubbliche ai quali è presentata la dichiarazione sostitutiva, oltre ai Caaf e l'Inps, a rilasciare un'attestazione riportante il contenuto della dichiarazione e gli elementi informativi necessari per il calcolo della situazione economica. Dalla disciplina del procedimento il difensore civico evinceva che onere del richiedente la prestazione sia soltanto quello di presentare la dichiarazione prevista dalla citata legge n.15/1968 e successive modificazioni e che, per l'accertamento dell'Ise ed Isee, incombe all'amministrazione pubblica. Il difensore civico chiese che la direzione riesaminasse la questione alla luce delle sue osservazioni affinché non fosse di fatto impedito agli ex emigrati non ancora residenti di accedere ai benefici in questione, svuotando di fatto il significato della norma che intende agevolare il loro ritorno in patria, inserendoli fra le categorie privilegiate.

⁴⁸ Governo espressione di una maggioranza di centro-destra. Il presidente della Camera on. Fini ha ripetutamente posto il problema trovando l'assoluta contrarietà della Lega, che governa insieme al partito del Presidente del consiglio.

⁴⁹ Accedendo al sito www.senato.it/ricerche/sddl/risultati.ricerca, consultato il 10.10.2010 si possono reperire il testo unificato della prima Commissione predisposto dal Comitato ristretto ed adottato dalla I Commissione permanente Affari costituzionali, della Presidenza del consiglio e interni e la relazione



costituzionali, della Presidenza del consiglio e interni ha sottoposto all'assemblea, ma che poi, nella seduta del 12 gennaio 2010, è stato rinviato in Commissione. Qui continua ad arrancare. Nell'ultima seduta - 20 luglio 2010 - che la Camera dei deputati ha dedicato all'esame dei progetti di legge in questione si è preso atto che il Governo non aveva ancora fornito «dati ed informazioni riguardanti le richieste per il rilascio della cittadinanza italiana e le relative procedure» richiesti nella seduta del 13 luglio precedente. Sono perciò assai fievole le speranze che un esame spedito dei progetti di legge porti in tempi brevi all'effettiva approvazione di una nuova legge italiana sulla cittadinanza: non solo, come detto, il tema mette in risalto le divisioni interne dell'attuale maggioranza governativa sulle questioni relative all'immigrazione, ma non pare neppure essere considerato prioritario.

Le singole proposte possono essere raggruppate a seconda del contenuto e dell'impostazione ideale e politica. Ve ne sono, in sostanza, di quattro tipi: quelle che, in termini differenti tra loro, convergono sulla necessità che l'Italia vada verso un sistema di *jus soli* perché il riconoscimento della cittadinanza è elemento per l'integrazione⁵⁰; quelle che invece ritengono la cittadinanza come l'esito del percorso di integrazione⁵¹; quelle che mirano, addirittura, ad un sistema di concessione della cittadinanza più restrittivo dell'attuale⁵² e, infine, quelle dedicate soltanto ai problemi degli italiani, o dei discendenti degli italiani, all'estero.

Quelle del primo gruppo sono concordi nell'osservare che in Italia il numero di cittadinanze concesse è macroscopicamente più basso che negli altri Paesi europei, pur essendo oggi l'Italia tra i primi paesi di immigrazione dell'Unione europea (si calcola in circa 4.000.000 gli stranieri regolarmente residenti sul territorio), con un'incidenza intorno al 6% rispetto all'intera popolazione. I nati sul suolo italiano da non cittadini sono più di 64.000, circa l'11,4% del totale, con un incremento di quasi il 90% rispetto alla situazione di soli sei anni fa.

Pur in presenza di un aumento importante nelle acquisizioni di cittadinanza, i dati restano molto più bassi rispetto alla Francia, alla Germania e alla Spagna. Il Cnel

presentata dalla relatrice di maggioranza on. Bertolini il 17.12.2009 sulle proposte n.103-104-457-566-718-995-1048-1592-2006, 2035, 2431, 2670, 2684, 2904 e 2910 così come i testi delle singole proposte di legge.

⁵⁰ La proposta degli on. Mantini e Tassoni, n.2684 si esprime decisamente in questi termini: «Occorre aprirsi a forme di cittadinanza più moderne, basate sulla condivisione dei valori culturali e costituzionali di un Paese e non sull'etnia. La cittadinanza deve rispettare questa matrice: adoperarsi per promuovere una molteplicità di iniziative che consentano di recuperare i ritardi e di rispondere adeguatamente alla voglia di convivenza degli immigrati, assicurando anche la disponibilità a ritornare sulle disposizioni vigenti in materia di cittadinanza». La proposta considera espressamente la cittadinanza come un «elemento di sostegno all'integrazione e allo sviluppo di una società globalizzata e multietnica». In questo senso anche le proposte di legge n.2431 degli on. Di Biagio, Angeli ed altri e la n.457, on. Bressa ed altri.

⁵¹ Si veda la relazione al Testo unificato già citato.

⁵² Si veda ad esempio quella dell'on. Garagnani, n.2910, quella degli on. Cota ed altri, n.1592 e quella degli on. De Corato, La Russa ed altri, n.566.



(Consiglio nazionale dell'economia e del lavoro)⁵³ a questo proposito conferma che «determinante in questo ambito è la legge che regola l'acquisizione della cittadinanza fondata sul principio dello *jus sanguinis*. Nella pratica, proprio la natura della legge sembra limitare la fruizione della cittadinanza italiana da parte di tanti stranieri che ne sarebbero idonei [...] ma che restano disorientati dalla complessità procedurale e dalla richiesta di periodi di residenza legale eccessivamente lunghi». Il Dossier statistico immigrazione di Caritas/Migrantes 2009, già citato, rileva che «le acquisizioni di cittadinanza (39.484 nel 2008) sono quadruplicate rispetto al 2000 e più che quintuplicate (53.696) se si tiene conto anche delle cittadinanze riconosciute direttamente dai comuni». Per cui, «neppure la rigidità della normativa costituisce un freno al dinamismo dell'integrazione e ormai in 4 casi su 10 l'acquisizione della cittadinanza viene concessa a seguito della residenza previamente maturata. Nonostante ciò, l'Italia resta nettamente distanziata dagli altri Paesi europei per numero di concessioni (solo settima in graduatoria), proprio in conseguenza di un impianto normativo restrittivo»⁵⁴.

Le proposte del primo gruppo, pur esprimendo alcune contraddizioni⁵⁵, sono concordi nell'opinione che la legge italiana prevede un percorso troppo lungo per l'acquisto della cittadinanza (dieci anni che salgono nella realtà a tredici-quindici anni) e che ciò impedisce, di fatto, l'acquisizione a pieno titolo dei diritti civili ad essa legati così da scoraggiare le richieste perché si tratterebbe di «un obiettivo che il cittadino straniero residente in Italia non reputa davvero perseguibile»⁵⁶.

⁵³ Cnel, *Indici di integrazione degli immigrati in Italia*. IV e V rapporto, Roma, 2008, in [www.portalecnel.it/portale/documenti.nsf/0/9751becec4d3ce6fc125767400354cd1/\\$file/Indici%20Integrazione%20immigrati%20-%20IV%20e%20V%20Rapporto.pdf](http://www.portalecnel.it/portale/documenti.nsf/0/9751becec4d3ce6fc125767400354cd1/$file/Indici%20Integrazione%20immigrati%20-%20IV%20e%20V%20Rapporto.pdf), sito consultato il 9.3.2010.

⁵⁴ Si veda www.caritasitaliana.it/materiali/Pubblicazioni/libri_2009/dossier_immigrazione2009/scheda.pdf, sito consultato il 9.3.2010. Dalla relazione alla proposta di legge Sarubbi e Granata n.2670 depositata il 30.7.2009.

⁵⁵ Cfr. relazione alla proposta di legge n.457 citata. Si manifesta visibilmente la preoccupazione di tenere assieme le varie istanze che provengono dalla società, in particolare, nel mentre si indirizza verso un passaggio dell'Italia verso lo *jus soli*, si evocano le paure che oggi l'immigrazione provoca laddove si parla della nostra epoca come «segnata drammaticamente dal tema della sicurezza/insicurezza» e perciò si prevede che alle autorità competenti siano affidate «quelle verifiche cautelative che evitino il sorgere di più gravi pericoli per la sicurezza nazionale».

⁵⁶ Relazione alla proposta di legge Sarubbi e Granata n.2670 depositata il 30.7.2009. La proposta di legge Mantini e Tassoni n.2684 citata, ricordando come in Italia, fino al 1992, la cittadinanza, e quindi il diritto di voto, potevano essere ottenuti dopo cinque anni di residenza continuativa nel territorio dello Stato, periodo che, con la vigente legge n.91/1992, è stato innalzato a dieci anni - al contrario di ciò che hanno fatto gli altri Paesi europei - invoca «adeguate politiche di integrazione che favoriscano, in modo equilibrato, l'acquisizione dei diritti di cittadinanza, nel rispetto della coesione sociale». Il Rapporto, *Immigrazione: sfide e opportunità nei Paesi Erlaim (European regional and local authorities for the integration of migrant)*, rileva però come «un numero significativo di stranieri, pur risiedendo stabilmente nel Paese ospite, non siano interessati alla naturalizzazione, sia per un sentimento personale di lealtà verso la madrepatria, sia - più spesso - per l'esistenza di severe sanzioni nei Paesi di origine nei confronti di coloro che rinunciano alla cittadinanza originaria» (www.erlaim.eu/wcm/erlaim/sezioni/survey/multilingual/erlaim_wp1_final_report_ita.pdf; sito consultato il 10.10.2010, p.16). La relazione alla proposta di legge n.2670 ricorda che alcuni Paesi europei hanno già ammesso gli immigrati alle elezioni amministrative e che «vi è dunque in tutta Europa un vasto *favor* verso la partecipazione, a determinate condizioni, degli stranieri alla vita pubblica, anche sulla base della Convenzione sulla partecipazione



Le proposte di legge che si muovono in questo senso intendono agevolare soprattutto l'acquisizione della cittadinanza per i minori «mirando a fare sì che il minore nato in Italia da un nucleo familiare stabile acquisisca i pari diritti dei coetanei con i quali affronta il percorso di crescita e il ciclo scolastico per evitare il crearsi di una «terra di mezzo in cui i bambini nati da genitori non italiani crescano con un senso di estraniamento dal loro contesto, giudicato pericoloso per il futuro processo di integrazione e di inserimento sociale del minore». Si intende «perseguire un modello di politica migratoria che sia al passo con i processi di integrazione e con il mutamento economico, politico e culturale e che consenta di attuare una corretta compenetrazione di fattori sociali in modo da esorcizzare l'ipotesi di creare una generazione 'contro', magari animata da sentimenti di ostilità e di alienazione rispetto al resto della società»⁵⁷. A tal proposito si richiama appunto la Convenzione europea sulla nazionalità del 6 novembre 1997 che, all'art.6, par.4, let.e), prevede che lo Stato faciliti nel suo diritto interno l'acquisto della cittadinanza per le «persone nate sul territorio e ivi domiciliate legalmente ed abitualmente».

C'è chi si preoccupa, però, che l'acquisto della cittadinanza non sia previsto come automatico, ma ritene determinante la volontà dei genitori del minore di risiedere legalmente in Italia⁵⁸.

Come detto, il percorso non è scevro da ambiguità: il dichiarare di «concepire la cittadinanza al tempo stesso come punto di arrivo di un percorso di integrazione sociale e culturale già avviato e come punto di partenza per un approfondimento e per il completamento di esso» essendo «l'integrazione più che un risultato, un processo molto graduale e forse mai del tutto compiuto stante il carattere inevitabilmente dialettico del rapporto fra individuo e contesto sociale»⁵⁹ pur dove si intende individuare nello *jus*

degli stranieri alla vita pubblica a livello locale, fatta a Strasburgo il 5 febbraio 1992, e resa esecutiva, limitatamente ai capitoli A e B, dalla legge 8 marzo 1994, n.203». In proposito il Rapporto Erlaim così annota: «In ambito europeo c'è un forte interesse rispetto alla partecipazione degli stranieri alla vita pubblica e politica dei Paesi di insediamento e, in linea generale, vi è un sentire comune circa il fatto che gli stranieri residenti da lungo tempo dovrebbero aver la possibilità di far sentire la loro voce nel dibattito pubblico e nelle decisioni riguardanti questioni comuni» così come «al tempo stesso ci sono state - e permangono - gravi preoccupazioni rispetto alle implicazioni che tale partecipazione politica degli immigrati possa comportare tanto in politica estera quanto negli affari interni del Paese». Sin dal XIX secolo «le attività politiche delle diaspore sono spesso un fattore di forte tensione con molti Paesi di provenienza migratoria» (p.25).

⁵⁷ Così la relazione alla proposta di legge n.2431 degli on. Di Biagio, Angeli ed altri, citata.

⁵⁸ Proposta di legge n.457 d'iniziativa dei deputati on. Bressa ed altri, citata.

⁵⁹ La proposta di legge Bressa ed altri, lasciando sostanzialmente immutato il canale di acquisizione della cittadinanza rappresentato dal procedimento di concessione e non modificando il termine di dieci anni per presentare istanza in tale procedimento, crea invece un percorso diverso, che si affianca alla concessione, ma che obbedisce a una logica e ad un'ispirazione diversi. Si tratta del procedimento per l'«attribuzione» della cittadinanza, che non accoglie i criteri di acquisizione della cittadinanza propri del procedimento di tipo concessorio. Il procedimento per l'attribuzione della cittadinanza configura un iter nel quale esiste un vero e proprio diritto soggettivo all'acquisizione della cittadinanza da parte dello straniero, ma condizionato al possesso di una serie di requisiti sia di tipo positivo che tipo negativo: la residenza legale sul territorio italiano per almeno cinque anni; il possesso di un livello reddituale minimo; una verifica dell'integrazione linguistica e sociale dello straniero sul territorio italiano (conoscenza di base della lingua, della vita civile dell'Italia e dei principi fondamentali di storia, cultura, educazione



soli un modello più aderente alle istanze della società moderna, lascia intravedere il tentativo di tenere assieme pensieri diversi ed antinomici. Come ogni compromesso, questi tentativi non possono che suscitare molti dubbi, specie in relazione all'efficacia, sul lungo periodo, di un pensiero non chiaro su temi che saranno dirimenti per le prossime generazioni.

Per il gruppo di proposte che vedono invece la cittadinanza come l'esito del percorso di integrazione, si segnala il testo unificato predisposto dal Comitato ristretto ed adottato dalla I Commissione permanente affari costituzionali, della Presidenza del consiglio e interni - arenatosi nelle secche delle attuali contraddizioni della maggioranza al governo del Paese. Nella relazione di maggioranza presentata da Bertolini il 17.12.2009 significativamente è respinta ogni ipotesi di riconoscimento della cittadinanza ai minori nati in Italia o che abbiano completato un ciclo di studi in Italia. Secondo il pensiero espresso dalla relatrice di maggioranza, «la cittadinanza non rappresenta un mezzo per una migliore integrazione, ma rappresenta la conclusione di un percorso di integrazione avvenuta» ed altri sarebbero i percorsi da effettuare per facilitare l'integrazione degli stranieri nel nostro tessuto.

Alla luce di quanto accennato circa le caratteristiche delle odierne migrazioni individuate oggi dalla ricerca sociologica, che come visto usa il termine di transmigrazioni per indicare un fenomeno di mantenimento di relazioni sociali multiple e multistratificate (Scidà, 1999: 79)⁶⁰, la prospettiva in cui si muove la relazione di maggioranza al progetto di legge unificato appare particolarmente inadeguata e sorpassata: immaginare di concedere la cittadinanza a processo di integrazione concluso significa - specie per le nuove generazioni - di fatto non concederla anzitutto per il disinteresse dei migranti medesimi⁶¹.

Vi sono poi, come detto, proposte di legge che mirano addirittura ad una restrizione delle concessioni di cittadinanza ed una serie di proposte di legge che si indirizzano solo sulla questione dei nostri emigrati e discendenti e sulla questione dei figli di donne coniugate ante 1948⁶².

5. Conclusioni

Le presenti riflessioni in tema di cittadinanza, originate dall'osservazione del fenomeno del rientro in Friuli Venezia Giulia - come in altre regioni italiane - dei discenden-

civica e della Costituzione). Infine, come requisito di efficacia il giuramento di osservanza della Costituzione e di rispetto della pari dignità sociale dei cittadini. Sono previste poi alcune cause di esclusione dall'attribuzione della cittadinanza (o di sospensione del procedimento).

⁶⁰ Si veda anche Scidà e Pazienza (2000: 30). «I transmigranti, infatti, non sono mai strutturalmente del tutto sradicati dalla loro patria in quanto mantengono un gran numero di relazioni nei Paesi d'origine [...] oltre ad avere in media un assai più elevato numero di rientri [...] essi vanno a collocarsi in una spazio indeterminato [...] che costituisce una sorta di ponte fra due o più nazioni travalicandone i confini politici».

⁶¹ Secondo Scidà (1999: 78) «l'intenzionale doppia appartenenza del migrante transnazionale, che utilizza più di una lingua operando fra più società e culture, non è, nel caso specifico, percepita dagli attori coinvolti come una condizione passeggera in attesa di stabilizzazione», cioè come un transitorio momento di debolezza. «Al contrario come condizione voluta e percepita [...] come permanente».

⁶² Si vedano le proposte dell'on. Angeli n.103 e 104 e la n.718 on. Fedi ed altri.



ti di nostri connazionali emigrati, tema affrontato dal difensore civico regionale a seguito di un caso di ordinaria malaburocrazia, possono condurre ad alcune - provvisorie - conclusioni.

Anzitutto parrebbe utile indagare, da un punto di vista sociologico, il fenomeno di questi rientri per comprendere i problemi di queste persone affinché i provvedimenti amministrativi presi - in genere dalle regioni - siano adeguati a facilitare il loro inserimento nella società italiana, che i hanno tanto idealizzata ed agognata prima del loro arrivo. Si potrà evitare così di emanare leggi-proclama con comitati pletorici ed "osservatori" che restano sulla carta (come si è visto essere successo nella Regione Friuli Venezia Giulia) aiutando nella loro integrazione persone in carne ed ossa, generalmente giovani, che ripongono grandi speranze sulla terra dei loro avi.

Quanto al modello italiano di acquisto della cittadinanza, esso appare particolarmente antiquato ed inadatto alla realtà di una società, come quella italiana, sempre più multietnica. La cittadinanza, costruita nell'epoca moderna sulla base del pensiero giuridico-formale, ha consentito, nella storia dell'epoca appena trascorsa, non solo il riconoscimento, formale, dei diritti dell'uomo⁶³, ma anche un «utilizzo strumentale dell'idea di nazione» (Cossutta, 1999: 145) con cui è stato possibile compiere due operazioni: «legittimare ideologicamente la compagine statale per mezzo di una sorta di ri-sacralizzazione del 'dio-mortale' incentrata sulla esaltazione della nazione» e richiamare tale rappresentazione ideologica a favore del «compattamento e l'integrazione dei sudditi nel sistema di dominio imposto dal sovrano» (Cossutta, 1999: 147). Esaltando la paura come momento di coesione e costituendosi la comunità politica laddove «i singoli sono soggetti alla medesima fonte di coercizione»⁶⁴, il quadro politico in cui lo stato moderno si colloca si è costituito secondo «rapporti di forza privi da ogni riferimento al mondo dei valori; il diritto è il comando che riesce ad assoggettare (ovvero trova obbedienza da parte di) un determinato gruppo umano» (Cossutta, 1999: 152).

Questa impostazione non regge più: il dato giuridico-formale non fonda rapporti sociali autentici così come in una comunità multietnica viene inevitabilmente a cadere il legame "emotivo" dell'appartenenza nazionale. Né la convivenza può essere ancora fondata su regole eteronome poste da sistemi statuali che stanno perdendo giorno dopo giorno il potere esercitato secondo regole democratico-formali - perché prevalgono da una parte rapporti di forza dovuti alla globalizzazione della finanza e dall'altra le spinte migratorie dovute all'enorme divario di ricchezza tra le nazioni.

La cittadinanza, come luogo dove l'identità politica del soggetto si definisce, ha necessità di essere rifondata. Ha bisogno cioè di essere ricostruita e ridefinita attraverso un modello associativo non più statale, in grado di non negare le differenze (etniche, culturali, religiose) e nel contempo "legare" i gruppi sociali sulla base dei valori fondamentali delle persone umane, dell'eguaglianza e della solidarietà. Non si tratta solo di superare il modello di Stato-nazione: anche il riportare ad un livello più alto -

⁶³ Donati (1993: 143-144) nota come «La cittadinanza moderna si caratterizza, infatti, per essere 'un'emergenza di diritti soggettivi', cioè costruita all'insegna dell'autonomia dei soggetti», ma «la cittadinanza soggettivata rischia continuamente di rovesciarsi nel suo opposto, cioè nel prevalere di strutture di dominio».

⁶⁴ Cossutta (1999: 150) ricorda come nel pensiero di Kelsen «è da respingere ogni definizione di diritto che non lo definisca come ordinamento coercitivo».



l'Europa - il medesimo schema giuridico-formale non farebbe che rendere ancora più fragile e "convenzionale" la cittadinanza, perpetuando le logiche di chiusura che oggi si sperimentano in ambito statale e, con Schengen, in ambito sovranazionale. Interessanti, a questo proposito, modelli comunitari (Donati, 1993) che valorizzino le autonomie individuali e sociali (Donati, 1993: 147) secondo i principi del diritto *versus* responsabilità e della sussidiarietà. La soggettività sociale è già oggi «il luogo in cui la società apre uno spazio di convivenza fra gli uomini che non è finalizzata né al profitto né al potere politico, ma 'al proprio stesso valore'» (Donati, 1993: 219). È necessario valorizzare questa forma di cultura che, strutturata dialogicamente, consente all'uomo di cercare e trovare la propria identità, come singolo e come comunità, attraverso una visione e una pratica del bene comune (Donati, 1993: 228); una forma di cultura, cioè, che è espressione di una soggettività creativa del cittadino. Le nuove soggettività sociali non sono più descrivibili come "corpi intermedi" fra lo Stato come vertice e gli individui, ma come soggetti di una società civile che si fa "rete sociale" attraverso "multi-aderenze associative", una rete che costruisce la sua cittadinanza (Donati, 1993: 226).

Le contraddizioni tra i diritti promessi e sperati dai connazionali e concittadini *jure sanguinis* che rientrano e la reale accoglienza che essi trovano in Italia e le numerose incoerenze del sistema giuridico denunciano tutto il formalismo del nostro ordinamento; così come, dall'altra parte, la realtà delle appartenenze plurime appare frustrata quando il contatto con l'identità italiana mitizzata deve fare i conti con i sentimenti di estraneità espressi dalla società italiana.

Urge, insomma, ripensare la cittadinanza come luogo in cui il vivere sociale si ricomponga in termini di partecipazione, di relazione e di rapporti e dove i diritti e i doveri non siano definiti come luoghi formali imposti mediante la coercizione, ma come elementi di una responsabilità alla ricerca del bene comune, pensata come il fine cui ogni cittadino è chiamato, come persona, a partecipare⁶⁵.

Riferimenti bibliografici

- Amirante C., *Cittadinanza (teoria generale)*, in Enciclopedia giuridica Treccani, Roma, 2003.
- Arendt H., *Le origini del totalitarismo*, Torino, Einaudi, 2004.
- Balibar E., *Cittadinanza, nazionalità, sovranità*, in «Critica Marxista», 2-3, 1998.
- Baily S., *One Family, Two Worlds: an Italian Family's Correspondence Across the Atlantic, 1901-1922*, Rutgers University Press, London, 1988.
- Cohen, R. *Global Diasporas. An Introduction*, Ucl Press, London, 1997.
- Corsi C., *Prestazioni sociali e cittadinanza*, in «Diritto, Integrazione e Cittadinanza», 2, 2009.

⁶⁵ Gentile (2001: 87) definisce il bene comune come il bene che «accomuna una molteplicità di soggetti diversi facendone, appunto, una comunità». Quanto alla nozione di "comunità" per una panoramica recente dell'amplessima letteratura presente sul tema e per ampia bibliografia si può vedere Spreafico (2003).



- Cossutta M., *Nazione, un'interpretazione giuridico-politica*, Giuffrè, Milano, 1999.
- Costa P., *Civitas. Storia della cittadinanza in Europa*, Laterza, Roma-Bari, 4 volumi, 2001.
- Dahrendorf R., *Cittadini e partecipazione*, in Sartori G., Dahrendorf R., *Il cittadino totale. Partecipazione, eguaglianza e libertà nelle democrazie d'oggi*, Einaudi, Torino, 1977.
- de Gobineau A., *Saggio sulla disuguaglianza delle razze umane*, Rizzoli, Milano, 1997.
- Dolcher C., *Amministrazione e cittadino: quale comunicazione. Il ruolo del difensore civico*, «Tigor», 2, 2009.
- Dolcher C., *L'acquisto jure sanguinis del diritto di cittadinanza in un contesto di società globale e multi-etnica*, in «Visioni LatinoAmericane», 3, 2010.
- Donati P., *La cittadinanza societaria*, Laterza, Roma-Bari, 1993.
- Elias N., *La società degli individui*, il Mulino, Bologna, 1990.
- Fondazione Migrantes, *Italiani nel mondo 2009*, Idos, Roma, 2009.
- Franzina E. *Il cugino latinoamericano*, intervista di Todescan G., in «Carta Estnord», 26.2.2010, p.20.
- Galli C., *Spazi politici*, il Mulino, Bologna, 2001.
- Gentile F., *I doveri fondamentali dell'uomo nella società dei diritti*, in Orecchia R. (cur.), *Atti del XIV congresso nazionale della Società italiana di filosofia giuridica e politica*, Giuffrè, Milano, 1984.
- Hobbes, T., *Leviatano*, La Nuova Italia, Firenze, 1976
- Lazzari F. *L'altra faccia della cittadinanza*, FrancoAngeli, Milano, 1999.
- Lazzari F., *Persona e corresponsabilità sociale*, FrancoAngeli, Milano, 2007.
- Lazzari F., *L'attore sociale fra appartenenze e mobilità*, Cedam, Padova, 2008.
- Manzotti, F., *La polemica sull'emigrazione nell'Italia unita*, Società Dante Alighieri, Roma, 1969.
- Marshall T.H., *Cittadinanza e classe sociale*, Laterza, Roma-Bari, 2002.
- Mezzadra S., *Diritto di fuga*, Ombre Corte, Verona, 2002.
- Petrone P., *Italiani e discendenti di italiani in Brasile: le scuole e la lingua*, in Costa R., De Boni L.A. (cur.), *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*, Fondazione G. Agnelli, Torino, 1999.
- Portes A., *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*, Russell Sage Foundation, New York, 1995.
- Romanelli Grimaldi C., *Cittadinanza*, in Enciclopedia giuridica Treccani, Roma, 1988.
- Rosoli G. (cur.), *Un secolo di emigrazione italiana 1876-1976*, Centro Studi Emigrazione, Roma, 1978.
- Sacchetti G.B., *Cento anni di "politica dell'emigrazione"*, in Rosoli G. (cur.), *Un secolo di emigrazione italiana 1876-1976*, Centro Studi Emigrazione, Roma, 1978.
- Sassen S., *Migranti, coloni, rifugiati. Dall'emigrazione di massa alla fortezza Europa*, Feltrinelli, Milano, 1999.
- Scidà G., *Globalizzazione, mobilità spaziale e comunità transnazionali*, in «Società Urbana e Rurale», 58, 1999.



- Scidà G., Paziienza M., *Comunità transnazionali e capitale sociale: due concetti promettenti ma delicati*, in Scidà G. (cur.), *I sociologi italiani e le dinamiche dei processi migratori*, FrancoAngeli, Milano, 2000, pp.25-35.
- Spreafico A., *Ripensare la comunità*, in Caniglia E., Spreafico A.(cur.), *Multiculturalismo o comunitarismo*, Luiss University Press, Roma, 2003, pp.223-279.
- Tabboni S., *Vicinanza e lontananza*, FrancoAngeli, Milano, 1991.
- Tedesco C., *Brasileiros na região do Vêneto. Imigração cultural: interfaces*, a cura dell'Istituto veronese per la storia della resistenza e dell'età contemporanea, Ed. Agorà Factory, Verona, 2007.
- Tirabassi M., *Transazionalismo, diaspora, generazioni e migrazioni italiane*, in Tirabassi M. (cur.), *Itinera, paradigmi delle migrazioni italiane*, Fondazione G. Agnelli, Torino, 2005.
- Toriello F., *La condizione dello straniero*, Cedam, Padova, 1997.
- Vertovec S., Cohen R. (cur.), *Introduction*, in *The Sociology of Migration*, Robin Cohen Cheltenham, Edward Elgar, Brookfield, 1996, pp.XIII-XXVIII.
- Weber M. (1922), *Economia e società*, Edizioni di Comunità, Milano, 1961.
- Zincone G., *Da sudditi a cittadini*, il Mulino, Bologna, 1992.



Ser niño, es un riesgo?

Ana Maruchniak

Indice

1. Una cuestión de derechos; 2. Redes de acción social; 3. Solidaridad social; 4. La familia; 5. Vulneración de derechos; 6. El acceso a los servicios básicos; 7. Descentralización y desarrollo local; 8. Propuesta; Referencias bibliográficas

1. Una cuestión de derechos

El presente trabajo pretende ejemplificar parte de las situaciones con las que se encuentran los trabajadores sociales que se desempeñan en el ámbito de la asistencia a familias afectadas por múltiples problemáticas y como consecuencia de las cuales, los niños ven afectados sus derechos.

Considero que un niño se encuentra en situación de riesgo y/o vulnerabilidad cuando la o las situaciones que rodean su vida y que lo implican, se encuentran interfiriendo en su educación sobrepasando el mínimo tolerable para su edad, y que de continuar de ese modo le causaría un daño irreparable para su desarrollo.

La Convención de los derechos del niño fue suscripta por la Argentina en 1989, sancionada y promulgada como ley n.23.849 el 26.10.1990 y posteriormente incluida en la reforma constitucional de 1994.

En el ámbito de la ciudad de Buenos Aires, en cuya jurisdicción estamos insertos, se encuentra hoy vigente la ley n.114/1998, denominada *Protección integral de los derechos de niños, niñas y adolescentes de la ciudad de Buenos Aires*, cuyos artículos tienen su base inicial en la ley n.23.849/1990, regida por el principio de «interés superior del niño», al cual se supone todos deberíamos estar sometidos (Eroles, Fazzio y Scandizzo, 2001).

A nivel nacional en el año 2005 se produjo un cambio de paradigma muy importante con la abolición de la ley n.10903 denominada *Ley de patronato* y la sanción de la ley n.26061, la cual en su art.2º habla de la obligatoriedad de su aplicación y en el 3º prevé tener en cuenta el interés superior del niño/niña y adolescente y en su Título III, contempla el Sistema de protección integral de derechos.

Los artículos de la presente ley comprenden todo lo relativo al derecho a la vida, a la dignidad y a la integridad, a la intimidad familiar, a la identidad, la salud, la educación, a la recreación, a ser escuchado, a no ser discriminado, a opinar y ser oído, al trabajo de



los adolescentes (con las restricciones que impone la legislación vigente y los convenios sobre trabajo infantil), a tener una representación legal, etc. (Ley n.26.061).

Lo expresado conforma junto con las obligaciones, el basamento legal que mantiene la vigencia de las garantías que le dan un sostén y un continente, a la protección y regulación de los derechos de los niños, niñas y adolescentes.

A partir de ello podemos decir que la infancia ha adquirido un status de ciudadanía, estando esto íntimamente relacionado con el status que tiene la familia como institución dentro de la comunidad y del Estado. El mismo, que tiene muchas deudas para con sus ciudadanos en materia de salud, educación, ofertas de trabajo, vivienda, etc.

Las políticas de infancia deberían superar el umbral de la mera declamación, trascendiendo los enunciados para pasar a las acciones concretas que abarquen y comprendan a toda la población.

En materia de niñez y familia podemos observar que el deterioro producido por años de desaciertos políticos se ven reflejados en falta de valores, normas y condiciones de vida dignas en muchos sectores de la población, alejados totalmente de la educación regular, condiciones de salubridad y en viviendas degradantes.

2. Redes de acción social

Hay sectores donde la problemática social tiene tal magnitud que se requiere del trabajo en red de varios actores simultáneamente para poder abordar y encarar la multiplicidad de factores que intervienen en los problemas que presentan las familias afectadas por la marginalidad, la discriminación y la violencia, esto se traduce en situaciones que terminan colmando de padecimientos la vida de los infantes.

Pero el trabajo en red por definición y acción requiere de un trabajo profesional conjunto, con una mirada abarcativa y un cierto renunciamiento, que no es fácil de lograr, ya que hay que superar el individualismo, el vedetismo, el no te metás, la manipulación, la apropiación, etc., en beneficio del logro de uno o varios objetivos que hacen a la calidad de vida en comunidad y en beneficio de los ciudadanos.

En la ciudad de Buenos Aires existen una diversidad de redes funcionando - con altibajos en su estructura y desarrollo - desde hace mas de 20 años. Surgieron a partir de la retracción del Estado en la década del 80, con el abandono del estado de bienestar y avance de ideologías neoliberales, que patrocinaron un achique en el Estado, cambios en los modos de producción, privatizaciones, tecnificación del campo, con una expulsión muy importante de mano de obra no calificada etc. Algunas son de abordaje casuístico, los representantes de las instituciones que las integran van abordando en forma cooperante las problemáticas de las familias que atienden; otras habiendo superado esa etapa, se organizan alrededor de uno o varios proyectos de alcance comunitario convocantes, para elevarlos a las autoridades pertinentes; otras funcionan por temáticas o género. Todas ellas intentan abordar y superar las imposibilidades individuales y las deficiencias del Estado, a través de una nueva modalidad que da curso a diferentes estrategias de intervención y tendientes a generar acciones reivindicativas y reclamativas.



Las realidades de los barrios superan las posibilidades del accionar de los servicios estatales establecidos, siendo necesario para encarar su multiproblematicidad, de la intervención de varios actores - públicos y privados - que en estos casos se organizan en forma de red, aportando cada uno sus posibilidades de prestación y su saber específico (Dabas y Najmanovich, 1995).

3. Solidaridad social

El paradigma de la post modernidad, las secuelas de la modernización y fundamentalmente la ideología subyacente de la última dictadura militar (1976-1982) han dejado secuelas sociales muy importantes, calando hondo en la subjetividad de las personas (miedo-desconfianza-individualismo e indiferencia), son algunas de ellas.

La cooperación, la solidaridad y la sensibilidad han sufrido una grave estocada. Reconstruir los lazos que la sustentaban va a llevar bastante tiempo. Desde el Estado sería necesario apoyar ampliamente a los que se encuentran donando su saber, su afecto y su tiempo en esta ardua tarea complementaria de sus funciones específicas. Esto se observa en las actividades que realizan asociaciones que trabajan a través de talleres con grupos juveniles, en la reinserción de niños, adolescentes y familias. Desarrollan sus acciones solitaria y solidariamente con la convicción de que un futuro digno es posible y alcanzable, con participación, respeto y dedicación.

En algunos casos se intenta reconstruir lazos perdidos y en otros, es una creación, tratando de generar confianza, afectos, dar testimonio de compromiso, solidaridad y brindar ejemplos para modelizar un aprendizaje.

4. La familia

Siendo la familia o su sustituto, el pilar fundamental desde donde la persona se humaniza, decimos que: el deseo materno subjetiva al niño, ¿ qué ocurre cuando el niño no fue deseado?

La mirada, el alimento, la caricia, la contención, el calor, la palabra y el estímulo van generando en el niño el deseo de vivir, de crecer y de superar etapas. Este proceso se da dentro de una comunidad con sus particularidades, su cultura y dentro de un proceso socio-político e histórico que lo posibilita, lo forma y conforma de una manera determinada. Somos emergentes de una familia ubicada en un contexto socio-histórico (Cano de Escoriaza, 2001; Pichón Riviere, 1983).

Si desterramos el mito del instinto materno, vemos que la capacidad de materner en muchos casos se ve disminuida y casi anulada por las particularidades propias de la historia de vida materna. Por otro lado, también se observa que el cuidado de la salud reproductiva no está inscrita en la vida habitual de los sectores populares y, a pesar de los intentos que se lleven a cabo en ese sentido, en muchas situaciones vemos que su incorporación les resulta ajena. Métodos anticonceptivos no tenidos en cuenta, embarazos no deseados y sin control, ocultamientos a los ojos de los profesionales que



intervienen. Esto, daría que pensar en la fuerza de lo instituido, como pauta cultural propia de una comunidad y con relativa eficacia y permeabilidad para el logro de un cambio a nivel de conductas.

Un informe publicado por el diario La Nación en el 2005, expresa que «el 70% de los embarazos adolescentes no fue deseado, suele ser una experiencia no elegida, y el o la hija, simplemente llega. Una investigación realizada por Cedes con el apoyo del Comisión nacional de programas de investigaciones sanitarias del Ministerio de salud realizada entre mayo de 2003 y junio del 2004 indica que el 81,5% de las adolescentes no utilizaban ningún método anticonceptivo en el momento de quedar embarazadas».

Un embarazo no controlado, las expone a una doble situación de riesgo, por un lado, lo que potencialmente significa la no atención de la salud reproductiva, la falta de controles permite la aparición de afecciones que involucran a la madre y al bebé por nacer, que de otra manera podrían haber sido evitadas o atendidas y, por otro lado, la falta de cuidado al momento del embarazo y la sexualidad sin resguardo, las expone a contagios de enfermedades infecto contagiosas que ponen en peligro sus vidas y muchas veces condiciona e hipoteca su futuro.

Aquí nos encontramos con un «choque de culturas», que se producen entre una determinada comunidad poblacional y la comunidad profesional que interviene. Es intromisión?! y si, a veces pareciera que es así, producto de las evidencias y de los desajustes que se observan en los niños y/o jóvenes en sus inserciones institucionales y que los padres no pueden advertir. Esta intervención profesional se produce por requerimiento de terceros (Juzgados, Defensorías, Educación, Salud, etc.). Esto es percibido negativamente por los usuarios, quienes responden en consecuencia con «resistencia pasiva». Entendida ésta por las conductas que adoptan las personas que son objeto de la intervención, quienes “aceptan” - aparentemente - las indicaciones, para luego persistir en sus hábitos.

Desde el seguimiento familiar se ha podido observar que en muchos casos se produce una colisión entre las familias que no pueden tener en cuenta los derechos y las necesidades de sus hijos, con la intervención de un profesional que es requerida por organismos externos que los están “mirando”, ya que la misma, al no ser parte de su necesidad, ni requerida por ellos, en muchos casos, tampoco son aceptados por los involucrados. Desde nuestra perspectiva los que mas necesitan, son los que suelen rechazar la intervención, quizás por que la misma viene a alterar la homeostasis lograda dentro de la adversidad y no desean que nadie cuestione su modo de vida.

No se puede dar lo que no se ha tenido ni se ha conocido. Desear un niño, considerar sus necesidades en cada etapa del proceso evolutivo, reconocer que tiene derechos implica haber podido hacer una introspección y reconocer lo que no se ha tenido personalmente y a lo cual, su hijo tiene que poder tener acceso. Reconocer al “otro” como un “otro” diferente, con requerimientos propios en cada momento de su vida, y al cual se le debería brindar lo mejor posible, (amor, respeto, cuidados, contención).

La calidad de lo vincular y lo intrafamiliar afecta la inserción de los niños en las instituciones, apareciendo éstos como emergentes de una problemática familiar y social; pero hay que tener en cuenta que sus miembros, en muchos casos, han sido víctimas de



situaciones sociales que han dejado marcas en ellos sumamente condicionantes (Pichón Riviere, 1983).

5. Vulneración de derechos

Hay situaciones dilemáticas por las cuales es muy difícil determinar si una situación se encuentra encuadrada dentro de la tipificación como «maltrato infantil y/o derechos vulnerados», a veces resulta problemático poder discriminar cuando una tarea llevada a cabo en el seno familiar, realizada por un niño dentro de las actividades del ámbito doméstico puede ser considerado “trabajo infantil” (ej: hacerse cargo y responsable de la crianza de sus hermanos menores) y por ende configurar esto, una vulneración de derechos. Un criterio sería tener en cuenta si lo que se le pide que haga, guarda relación con su proceso evolutivo y con las necesidades del mismo. O sea, que las responsabilidades de la tarea estén de acuerdo con su edad. Hay actividades domésticas que se realizan en conjunto y con un sentido de colaboración, lo cual contribuye a generar una actitud y un aprendizaje en lo que es la cooperación y la solidaridad familiar (Facciuto y Gonzalez, 2006).

La asunción de roles en el seno familiar no acordes a su proceso evolutivo, puede traer consecuencias sobre la psiquis del niño, ya que al hacerse cargo de un rol “vacante”, es probable que lo descoloque y produzca efectos sobre su subjetividad y en el vínculo con el adulto responsable y también con sus pares, generando un incremento de los conflictos, producto de esta doble función, ser hijo y... En ocasiones se pueden originar situaciones de rivalidad con el adulto y de poder - a veces despótico - con sus pares, sean estos hermanos u otros familiares, además de los conflictos propios de cada etapa (Barg, 2003).

También habría que ver si la tarea que realiza el niño/joven, interfiere en su educación y en la necesidad para el mismo, que es la recreación como complemento vital para su crecimiento.

Otro criterio sería, que la misma actividad generara un ingreso monetario para beneficio de un adulto, y aquí si mas claramente, ya estamos hablando de “trabajo” (ayudar en un negocio, atender el teléfono, diversos tipos de recolección, subir y bajar paquetes, atención de ancianos y niños, venta ambulante, mendicidad, prostitución, etc.) y cuanto de esto, interfiere en el normal desarrollo de su educación.

... La incompatibilidad entre la educación y el trabajo infantil ha sido demostrada en diversos estudios sobre el tema. Poniendo el foco en la Argentina la Eanna (Encuesta de actividades de niños), entre otros hallazgos mencionados, da cuenta del déficit en las trayectorias educativas de los niños y niñas que trabajan en comparación con los que no trabajan. Si bien la gran mayoría ingresa al sistema escolar por lo que comparte un similar punto de partida, a medida que avanza el proceso educativo aparecen problemas de rezago, repitencia y ausentismo en los que trabajan (Varela, 2004).

En el orden nacional, la ley de Contrato de trabajo n.20744, aprobada y ordenada en 1976, prohíbe la ocupación de menores de catorce años en cualquier actividad, persiga o no fines de lucro. Tampoco podrá emplearse a aquellos que, cumplida esta edad, no hayan



completado el ciclo escolar obligatorio, salvo autorización expresa del ministerio pupilar. A su vez, limita el trabajo de los “menores” entre 14 y 18 años de edad con restricciones horarias y preservando condiciones ambientales de salubridad (Varela, 2004).

... La naturalización del trabajo infantil es un fenómeno que se verifica tanto en el ámbito urbano como en el rural. Las culturas que valoran el aprendizaje y la educación tienen tasas muy bajas de niños trabajadores (Novick y Campos, 2007).

Esta problemática requiere de un reajuste entre las funciones del Estado y las familias involucradas. Hacer cumplir las normas, diseñar políticas cumplibles y programas alternativos para situaciones de crisis. Quizás no sea tan necesario generar nuevos diseños, sino hacer cumplir las normas existentes como un punto de partida para pasar de la palabra a la acción.

... Es por ello que la política pública debe correr paralelamente con la educación, los incentivos a la educación y a su percepción como instrumento de cambio personal y social, la concientización y la promoción de un cambio cultural, simultáneamente con inspecciones de trabajo con la mirada puesta en la erradicación del trabajo infantil (Novick y Campos, 2007).

La mayor tecnificación de las tareas rurales ha producido en muchos casos la desocupación de mano de obra rural no calificada, empujando a sectores importantes de la población hacia las áreas urbanas, pasando a engrosar el sector marginal de las mismas.

Por ejemplo: aquí aparece una trágica secuencia cuando, los niños que salen a “cartonear” (recolección nocturna de residuos reciclables) con su familia, no solo se exponen a la suciedad, el contagio, riesgos físicos y psíquicos, sino que al ser una actividad nocturna, los somete a condiciones de vida poco acordes a sus necesidades vitales y finalmente mantienen alterados sus horarios y ritmos necesarios para el cumplimiento de la actividad escolar. Esto se advierte luego en su rendimiento y la repitencia, ya que en muchos casos llegan sucios y se quedan dormidos en clase. Podemos pensar que la mirada del adulto responsable no está puesta en el, o los niños de la familia, ni pueden advertir que están incurriendo en una vulneración de sus derechos. El desfase en el aprendizaje, genera situaciones conflictivas en el niño, quien muchas veces las expresan manifestando «conductas inapropiadas y violentas». Los docentes apelan al diálogo con la familia, y al no obtener el cambio esperado, terminan derivando estas situaciones al Equipo orientador escolar, los que efectuando una primera aproximación diagnóstica, concluyen derivándolos a tratamiento psicológico.

Hasta aquí observamos una revictimización del niño/adolescente, ya que el primer derecho vulnerado tiene que ver con su situación de acompañante o trabajador nocturno, luego se vulnera su derecho a una vida sana, a la recreación y a la educación. Finalmente se lo deriva a un “tratamiento”. Tratamiento de qué? De quién es la necesidad? Existe una demanda?

Desde la Conaeti (Comisión nacional para la erradicación del trabajo infantil) se postula la tesis de que se deben respetar “todos” los derechos en los que los niños se encuentran involucrados. Postula «no al trabajo infantil» antes de los 16 años.



Pensar que hay culturas donde está muy arraigado y valorado el trabajo de niños/jóvenes junto a su familia, como un modo de ingreso al mundo adulto y todo lo que implicaría una modificación en ese sentido.

Personalmente pienso que, si por razones de pobreza o de deserción escolar se organizaran en las distintas zonas de la ciudad de Buenos Aires, estratégicamente distribuidos dispositivos especiales con grupos de contención, trabajo controlado y educación con salida laboral, que los mantuviera ocupados gran parte del día, que no afectara la calidad de vida de los jóvenes y que tuviera en cuenta las necesidades y posibilidades etarias, sería como un punto de partida para una gran cantidad de niños/jóvenes que se encuentran ociosos o que desinteresados del sistema escolar tradicional, se encuentran trabajando sin control.

... No es esta una postura unificada. Otros actores sociales postulan el derecho de los niños a trabajar con ciertas condiciones de resguardo, aduciendo situaciones de pobreza, donde su remoción implicaría privar de un ingreso al niño o a su familia, expresando que se forma una identidad común de niños trabajadores, lo cual supuestamente fortalecería su autoestima. Por lo tanto proponen legalizar el trabajo infantil protegido... (Novick y Campos, 2007).

... Estudios e investigaciones realizadas por: Basu, Ranjan, Brown, Deardorff entre otros, entre los años 1999 y 2002 llevados a cabo en países disímiles, dan cuenta que en la cuestión del trabajo infantil intervienen factores tales como baja educación de los adultos, desinterés por los planes educativos, familias numerosas, razones económicas deficientes, cuestiones de género y pautas culturales. Al incrementarse la educación de los padres se observa una disminución de la presencia infantil en los trabajos no calificados (Novick y Campos, 2007: 34-36).

... La naturalización del trabajo infantil es un fenómeno que se verifica tanto en el ámbito urbano como en el rural. Las culturas que valoran el aprendizaje y la educación tienen tasas muy bajas de niños trabajadores (Novick y Campos, 2007).

Por otro lado hay que tener en cuenta también que, hay generaciones de adultos que no tienen incorporada la cultura del trabajo regular, con acatamiento de jerarquías, normas y horarios y para los cuales la educación sistemática y la capacitación no es hoy un valor. Esta propuesta funcionaría como forma de ponerle un corte, a lo que significa para los jóvenes de estas familias, las experiencias de vida y los modelos de los adultos circundantes.

6. El acceso a los servicios básicos

A través del seguimiento de las problemáticas familiares se ha podido observar que las familias monoparentales se encuentran con la dramática realidad de no poder contar con los servicios necesarios para insertar a los niños en las instituciones que les correspondería por su edad (jardines maternas) para poder acceder a algún tipo de actividad laboral.



Hay una escasez muy importante de jardines maternos gratuitos en todos los barrios de la ciudad de Buenos Aires, las listas de espera son muy importantes y las probabilidades mínimas.

Las escuelas primarias - en algunos casos - no pueden detectar la verdadera problemática de sus alumnos, si presentan dificultades, los discriminan y expulsan hacia otros establecimientos, generando un importante problema para la psiquis del involucrado, afectando la relación entre hermanos y en la dinámica familiar, ya que un mismo adulto no puede llevar simultáneamente a dos o mas niños a distintas escuelas y en el mismo horario, esto termina perjudicando a uno o varios niños de la misma familia, ya que alguno concurrirá en forma discontinua o finalmente desertará.

Los jóvenes que concurren a la escuela secundaria, que por su proceso evolutivo se vuelven mas cuestionadores, midiendo límites permanentemente, en algunos casos logran que finalmente se los expulse, o sino, abandonan sus estudios por desinterés, quedando a la deriva y sin ocupación efectiva durante todo el día (se juntan con otros chicos, beben, fuman y en algunos casos ingresan al mundo de la delincuencia). No se han detectado suficientes espacios alternativos para contenerlos.

Frente a este estado de cosas y siendo la madre jefa de hogar, necesitando atender el sustento familiar y a sus otros hijos, con los problemas que se le van presentando a cada uno, desde los organismos de atención familiar se trata de encausar sus dificultades, su angustia y desconcierto con propuestas alternativas, las que al fracasar, terminan con una derivación a tratamiento psicológico.

Pero, la mera derivación no implica que el servicio esté disponible esperándolos.

Los servicios de salud mental están colapsados, dan turnos con mucha distancia, hay que concurrir muy temprano para solicitar atención, con lo cual, lo que hoy era una urgencia a los dos meses, pasa a formar parte de un pasado superado por otros acontecimientos.

Aquí aparece otra reflexión, el tratamiento psicológico es una necesidad sentida por los miembros de la familia? Es el tratamiento psicológico la solución del problema anteriormente planteado? Vuelvo a preguntar, de quién es la necesidad? A quién tranquiliza?

Si enfocamos a lo individual, olvidándonos de lo contextual, perdemos de vista la verdadera dimensión del problema y al cual hay que dar una respuesta abarcativa, con programas amplios y sostenidos por políticas públicas acordes.

Si tomamos a la salud de la población como un indicador de la fortaleza de un país, lo aportado en su promoción formará parte de la inversión que requiere tener buenos establecimientos escolares, salud pública al alcance de todos y con calidad, trabajo acorde a las capacidades de cada uno, medios de vida dignos, etc.

Esto hoy suena como utópico, pero con decisión y con políticas adecuadas es probable que se pueda encaminar por el sendero pertinente.

En cambio, si las necesidades básicas y sociales son tomadas con un criterio mercantilista y lo invertido en la implementación de políticas se considera un gasto para el erario público, delegando en particulares parte de dichas funciones, es probable que con el crecimiento poblacional aumente la pobreza, la marginalidad y la desocupación, ejemplos recientes demuestran lo expresado.



7. Descentralización y desarrollo local

La descentralización, según con que criterio se la mire, puede significar dispersión de recursos porque implica una organización territorial en unidades mas pequeñas y cercanas a las necesidades de la población, para lo cual se requiere de mayor cantidad de personal idóneo ubicado en cada unidad de gestión. Estas unidades permiten trabajar a partir de un diagnóstico territorial y de recursos mas acabados. Permite además:

- a) estar mas cerca del vecino y de sus necesidades;
- b) tener una información mas cercana y certera de la realidad de la comunidad circundante;
- c) conocer fehacientemente los recursos existentes, tanto públicos como privados;
- d) conocer mas profundamente a las familias, sus problemáticas, las redes familiares si las hubiera y las realidades con que cuentan;
- e) poder encarar seriamente un trabajo en red entre diversos actores confluyendo en una misma problemática local;
- f) formular propuestas y proyectos conjuntos a partir de la evaluación diagnostica formulada;
- g) influir en la formulación e implementación de políticas de acción social.

Es evidente que la ciudad de Buenos Aires presenta un desarrollo socioeconómico y urbanístico muy heterogéneo, si bien hay zonas carenciadas bien delimitadas, existen otras no tan visibles pero de igual necesidad o vulnerabilidad, que representan los bolsones de pobreza ocultos detrás de las paredes de edificios de material, donde la desocupación, la violencia, la sub-alimentación y el hacinamiento son algunos de los aspectos que asume la vulneración de derechos.

El desarrollo local es un concepto y criterio de intervención y promoción territorial que esta íntimamente asociado a la descentralización. Implica sostener una actitud activa y comprometida de todos los actores involucrados en el mismo y en beneficio de la comunidad (Arocena, 1988).

El desarrollo local implica algo mas que buenas intenciones: requiere concertación entre actores locales (sector público, privado y de la sociedad civil) y entre éstos y la comunidad toda, alrededor de objetivos estratégicos de promoción y mejoramiento de la calidad de vida de la población. No es ser como..., sino afirmarse en las diferencias para trabajar mancomunadamente en el proceso de mejoramiento de la zona, respetando las particularidades y la identidad territorial de cada uno (Rofman y Villar, 2006).

«Pero esta dimensión socioeconómica no alcanza para definir una “sociedad local”. Toda sociedad se nutre de su propia historia y así constituye un sistema de valores interiorizado por todos sus miembros. Cada individuo se reconoce a sí mismo como parte de un conjunto bien determinado que puede identificarse con una ciudad, con un barrio de una metrópoli, con una región de un país, con una microrregión, etc. La expresión “yo soy de...” expresa pertenencia a una comunidad determinada».

En este nivel cultural, la pertenencia se expresa en términos de identidad colectiva. Para que exista “sociedad local” es necesario que el conjunto humano que habita un territorio comparta rasgos de identidad comunes. Esto quiere decir que «los individuos y



los grupos constituyen una sociedad focal cuando muestran una «manera de ser] determinada que los distingue de otros individuos y grupos» (Arocena, 1988).

La generación de valores ciudadanos tiene como base directriz la necesidad de construir un sentido de pertenencia y participación en una comunidad de la cual se es parte. Sería importante que la formación ciudadana no se agote en la identificación, sino que implique un ejercicio en el espacio público para la promoción de creencias que busquen en el consenso el bien común.

El concepto de ciudadanía implica, educación, deberes y derechos, compromiso y participación. Consolidar los lazos del tejido social que permita la convivencia en armonía entre personas, grupos y colectividades (Aquín, 2003).

El desarrollo local está íntimamente relacionado con el modelo de gestión pública que se lleve a cabo. Es evidente que toda gestión se desarrolla dentro de un contexto político que lo avala y sostiene.

Es sumamente difícil impulsar proyectos de promoción de ciudadanía y desarrollo local, cuando las políticas del Estado son centralistas y no alientan ni facilitan la promoción de programas que involucren la participación activa de la comunidad en la mejora de sus condiciones de vida.

El individualismo ha calado hondo y un cambio de conductas en este sentido requiere de mucho tiempo y esfuerzo, no obstante esto solo no alcanza, se necesita de una infraestructura que lo facilite, y en este caso el voluntarismo es insuficiente.

En la ciudad de Buenos Aires se ha promulgado la ley n.1777/2005, denominada *Ley de comunas*, que propiciaba la división territorial en 15 comunas como unidades político-administrativas, relativamente independientes. Pasaron tres años, los plazos se vencieron y su puesta en vigencia no se concretó. No fueron llamados a elecciones para la puesta en funciones de los “comuneros”, y por lo que se observa, ni hay voluntad política en que se cumpla la ley. Es más, se volvieron a concentrar los mecanismos decisorios y ejecutivos en materia de mantenimiento de edificios públicos, plazas, veredas, escuelas y hospitales. La compra de insumos hospitalarios, presenta serias dificultades a la hora de intervenir frente a una emergencia, se han reprogramado, en algunos casos, intervenciones quirúrgicas por ese motivo.

8. Propuesta

Retomando lo afirmado en las investigaciones realizadas por Basu, Ranjan, Brown, Deardorff entre otros y tomadas por Novick y Campos, en las cuales se menciona que se ha observado que, en los casos de aumento en el nivel educativo de los padres, disminuye la presencia de niños trabajando y seguramente expuestos a situaciones que constituyen una vulneración de sus derechos; y si se hipotetiza que «Ser niño es un riesgo» y en determinados contextos, mas aún, sería importante trabajar para poder encarar prioritariamente programas “asociados” que privilegien la promoción de derechos de los infantes y sus respectivas familias en simultáneo. Para lo cual una opción sería la creación en los barrios de la ciudad y fundamentalmente en zona de alta



vulnerabilidad de Centros de promoción de derechos, con amplitud horaria, a cargo de técnicos y profesionales.

Si bien en algunas zonas existen desde hace varios años Centros de acción familiar dependientes del Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, su cantidad frente a la magnitud de la problemática resulta insuficiente. Deberían tener un equipo multidisciplinario con médicos, nutricionistas, trabajadores sociales, psicólogos, docentes, recreólogos, abogados, etc., con finalidad de brindar:

- trabajo en red con los diferentes actores sociales presentes en la región;
- contención de niños en diversas etapas de crecimiento;
- asistencia alimentaria;
- recreación;
- actividades deportivas que permitan participar de competencias inter-regionales;
- capacitación (niños y adolescentes);
- formación de líderes adolescentes;
- scoutismo/campamentismo;
- talleres de reflexión para padres;
- talleres de capacitación con salida laboral para padres;
- bolsa de trabajo.

Referencias bibliográficas

- Aquin N. (comp.), *Ensayos sobre ciudadanía. Reflexiones desde el trabajo social*, Ed. Espacio, Buenos Aires, 2003.
- Berger P. L. y Luckmann T., *La construcción social de la realidad*, Ed. Amorrortu, Buenos Aires, 2005.
- Barg L., *Los vínculos familiares*, Ed. Espacio, Buenos Aires, 2003.
- Cano De Escoriaza J., *El Apego, factor clave en las relaciones interpersonales*, Dto. de Psicología evolutiva y de la educación, Universidad Complutense, Madrid, 2001, [www. Psiquiatria.com](http://www.Psiquiatria.com).
- Carballeda A.J., *La intervención en lo social*, Ed. Paidós, Buenos Aires, 2002.
- Dabas E. y Najmanovich D. (comp), *Redes, el lenguaje de los vínculos*, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1995.
- Eroles C., Fazzio A. y Scandizzo G., *Políticas públicas de infancia*, Ed. Espacio, Buenos Aires, 2001.
- Facciuto A. y Gonzalez S., *La problemática del trabajo infantil*, Ed. Espacio, Buenos Aires, 2006.
- Ministerio de gestión pública y descentralización, *Ley organica de comunas n.1777/05*, Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, 2007.
- Ley n.26.061/05, *Protección integral de derechos*.
- Novick M. y Campos M., *El trabajo infantil en Argentina. Sus factores determinantes y los desafíos para una política orientada a su erradicación*, en Aa.Vv., *El trabajo*



- infantil en la Argentina: Análisis y desafío*, Ministerio de trabajo, empleo y seguridad social-Oit, Buenos Aires, 2007.
- Morin E., *Introducción al pensamiento complejo*, Ed. Gedisa, Barcelona, 2005.
- Pichon Riviere E., *El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicología social (I)*, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1977.
- Pichon Riviere E., *La psiquiatría, una nueva problemática. Del psicoanálisis a la psicología social (II)*, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1983.
- Rofman A., Villar A. (comp), *Desarrollo local. Una revisión crítica del debate*, Ed. Espacio, Buenos Aires, 2006.
- Varela del Rosario M., *La cuestión del trabajo infantil*, 2004.



Ripensare globalmente l'ambiente Conversando con Urbelinda Ferrufino

Mai come in questo periodo storico i temi che riguardano l'ambiente hanno assunto tanta rilevanza. Qualunque sia l'approccio adottato per analizzarli, emerge con forza la necessità di ripensare il nostro rapporto con l'ambiente che ci ospita, di domandarci quali siano i vincoli e le opportunità generati da tale rapporto, di riflettere su come sia possibile conciliare lo sviluppo delle nostre società con il rispetto dell'ambiente naturale.

Per queste ragioni abbiamo ritenuto utile intervistare Urbelinda Ferrufino, direttrice della Organizzazione non governativa (Ong) boliviana Aseo, Asociación ecológica del Oriente, e donna preparata, combattiva e appassionata che da molti anni lotta con la gente più povera per un ambiente sano e per un uso sostenibile delle risorse naturali.

L'ultimo, in ordine di tempo, importante impegno sul quale lavora in équipe con gli altri membri della Ong e in collaborazione con alcune realtà italiane, riguarda il recupero del bacino del fiume San Isidro, nel Dipartimento di Santa Cruz. Un lavoro che oltre alle operazioni di riforestazione e coltivazione della zona prevede la costruzione di una rete idrica per portare l'acqua potabile alle diciotto comunità indigene che popolano il bacino.

Ringraziamo l'Accri (Associazione di cooperazione cristiana internazionale), partner di Aseo nel progetto di recupero del bacino idrico, per averci segnalato la presenza in Italia della dott.ssa Ferrufino, offrendoci così l'opportunità di poterla incontrare.

Dott.ssa Ferrufino, quali sono le motivazioni che l'hanno portata a visitare l'Italia?

Sono in Italia per raccontare l'esperienza della nostra associazione, approfittando dell'invito che mi è giunto da parte di alcune Ong che collaborano con noi in Bolivia. L'occasione è la chiusura di un progetto triennale che abbiamo portato a termine in collaborazione con alcune Ong e associazioni italiane. In particolare devo ringraziare i promotori della campagna *Spegni lo spreco... Accendi lo sviluppo*¹, che mi hanno accolto molto calorosamente e mi hanno permesso di raccontare i nostri progetti, le nostre iniziative e comunicare a questa parte del mondo che ci sono molti modi di intendere lo sviluppo, mirando ad una sostenibilità concreta. Siccome sono stata invitata a parlare di queste tematiche ai due convegni nazionali *Spegni lo spreco... Accendi lo sviluppo* sulle energie rinnovabili e sull'utilizzo di tecnologie appropriate nel Sud del mondo (tenutisi a Milano e a Catania il 23 e il 24 ottobre, n.d.r.), ho chiesto all'Accri,

¹ Maggiori informazioni sulla campagna *Spegni lo spreco... Accendi lo sviluppo* sono reperibili in www.spegnilospreco.org.



associazione che collabora con noi da anni, se potevamo organizzare una serie di incontri per divulgare a chiunque ne fosse interessato le nostre iniziative e le nostre idee. Anche questo è un modo per non sprecare il tempo che sto trascorrendo nel vostro Paese.

Le problematiche ambientali caratterizzano il mandato della sua associazione. In che modo operate concretamente per sensibilizzare le persone coinvolte nei vostri progetti e, più in generale, la società boliviana?

L'associazione Aseo, Asociación ecológica del Oriente, nasce per salvaguardare l'ambiente attraverso il coinvolgimento attivo delle persone che in quell'ambiente vivono quotidianamente. Per questo, da sempre, cerchiamo di coinvolgere ed invitare alla partecipazione tutti i soggetti che hanno degli interessi in un determinato luogo. Cerchiamo di coinvolgere i lavoratori, le famiglie, le scuole, le università e tutte le istituzioni formali e informali che a diverso titolo svolgono un ruolo nei territori in cui operiamo. Negli anni si sono succedute tante iniziative. Ricordo ancora con molta gioia un lavoro decennale che ci ha portato a promuovere la produzione di miele da api senza pungiglione. Ma anche le tante campagne di sensibilizzazione, promosse anche con l'aiuto di alcune forze politiche locali e del sindacato dei contadini, volte a divulgare metodi e tecniche per un'agricoltura sostenibile che non uccida la natura e non tolga possibilità alle generazioni future.

In quale zona della Bolivia si concentra maggiormente il vostro lavoro?

Noi lavoriamo principalmente nella zona di Santa Cruz de la Sierra² e poi abbiamo una sorta di succursale nella regione boliviana del Chaco, comunque sempre nella parte orientale della Bolivia, nella fascia tropicale. Cerchiamo di lavorare con le comunità indigene locali: se non lavorassimo con loro ogni nostra iniziativa sarebbe inutile. Sono loro, infatti, che popolano quelle terre e che devono essere informate, ad esempio, sui rischi insiti nelle operazioni di disboscamento e sui danni che tali operazioni provocano all'ambiente. Normalmente tutti noi siamo portati a pensare che solo le grandi multinazionali del settore agricolo provochino danni all'ambiente, ma se sommiamo i singoli comportamenti sbagliati e la cattiva gestione della terra di tutti i contadini i danni risultano essere altrettanto ingenti e in grado di compromettere le diversità biologiche, il ciclo idrogeologico e la fertilità della terra. Bisogna fare qualcosa per impedire che le risorse naturali vengano consumate interamente senza tener conto delle generazioni future, che si troverebbero a vivere in un mondo senza più risorse.

In che modo le conoscenze e i saperi tradizionali delle comunità locali possono aiutare il vostro lavoro?

² Santa Cruz de la Sierra è, dalla metà degli anni Novanta, la città più popolosa della Bolivia; è capoluogo del Dipartimento di Santa Cruz e della Provincia di Andrés Báñez, conta circa un milione e mezzo di abitanti.



Purtroppo negli ultimi anni le cose sono parecchio cambiate. La globalizzazione ha influito molto rapidamente sulla tradizione indigena, agendo in profondità sulle culture locali. Oramai gli indigeni si sono abituati a vedere in un albero solamente il suo valore monetario e la possibilità di guadagnare soldi dal legname che ne possono ricavare. Abbattere un albero per loro significa potersi comprare una televisione o un altro tipo di bene che ritengono utile per la loro famiglia e che, in qualche misura, fa pensare loro di progredire. Siamo al paradosso che in alcune capanne, che hanno poco di dignitoso nelle condizioni di vita che offrono, è sempre presente almeno un televisore.

Un altro esempio è dato dalle spese alimentari che fanno le comunità indigene. Benchè siano autosufficienti sotto questo punto di vista, la domenica si fanno anche venti chilometri a piedi per andarsi a comprare presso i paesi più grandi la coca-cola o altri generi alimentari non necessari. È attraverso questo tipo di comportamenti che si sentono partecipi di uno sviluppo che comunque li vede ai margini. Negare loro queste cose significherebbe negare un'idea di sviluppo che oramai è ben radicata nelle culture locali. Le comunità indigene stanno vivendo una sorta di alienazione che le porta a danneggiare l'ambiente in nome dello sviluppo. Quando facciamo gli incontri con le popolazioni locali e, ad esempio, proponiamo di utilizzare gli alimenti che provengono dalla loro terra per promuovere un consumo sostenibile, ci rispondono che non è giusto e che non capiscono perché devono rinunciare a qualcosa, perché devono sentirsi inferiori agli abitanti della città. Si arrabbiano molto.

Anche l'utilizzo delle automobili sta creando dei problemi. In America Latina giunge dagli Stati Uniti e dall'Europa un gran numero di vetture al limite della rottamazione. Automobili che costano relativamente poco, ma inquinano parecchio. E oramai i contadini le usano anche per fare poche centinaia di metri, per andare a lavorare la terra o per muoversi all'interno della comunità. Fino a poco tempo fa a nessuno veniva in mente di utilizzare un'automobile per questo genere di mobilità. Alle volte parlando con i contadini chiedo loro se non sia meglio mettere da parte i soldi per comprarsi una casa dignitosa piuttosto che spenderli per un'auto. Mi guardano come se fossi matto. Tutti guardano la televisione e tutti, in tempo reale, sanno come si vive nelle regioni sviluppate, qual è il tenore dei consumi in Norvegia, negli Stati Uniti o in Cina; e la voglia di imitare quei comportamenti è più forte di qualsiasi ragionamento che possiamo proporre. Ora poi sta arrivando anche Internet...

Alla luce di una situazione che lei ci descrive come estremamente complessa, che senso ha allora ragionare sull'ambiente?

Credo che il senso di un nuovo ragionamento sull'ambiente debba partire soprattutto da questa parte del mondo, dai Paesi maggiormente industrializzati, perché gli esempi sono importanti. Se noi proponiamo alle comunità indigene metodi e tecniche per un'agricoltura sostenibile e compatibili con l'ambiente naturale, abbiamo bisogno che gli esempi che provengono dal resto del mondo vadano anch'essi in questa direzione, perché diversamente i contadini ci chiederanno sempre: perché noi sì e loro no? Perché dobbiamo essere sempre noi a cambiare i nostri comportamenti? Perché le nostre



automobili inquinano e le loro no? Perché noi dobbiamo andare a piedi? Una serie di perché ai quali è difficile dare delle risposte sensate.

Qual è la percentuale di popolazione indigena nelle regioni in cui lavorate?

Oltre il 60%. Una grossa percentuale, ma che sta gradualmente calando. Come avviene in tutto il mondo c'è grossa fame di lavoro e la maggior parte degli indigeni si sta trasferendo nelle città, cercando condizioni di vita migliori. Credo che fra non molti anni nelle città boliviane, come in molte altre dell'America latina, il numero degli indigeni crescerà parecchio e la situazione si farà davvero insostenibile. Siamo seduti su un vulcano che sta per eruttare. Già adesso abbiamo problemi sociali tremendi: povertà, tubercolosi, delinquenza, prostituzione. Abbiamo tutte le «malattie» delle società povere, ma con il numero di persone che premono alle porte delle città, la situazione può degenerare da un momento all'altro. Come vede il discorso ambientale non è fine a se stesso, ma è legato ad un ragionamento più ampio che riguarda la qualità della vita di tutti noi, il delicato equilibrio fra campagna e città, fra sostenibilità e sviluppo.

In tutto ciò quale ruolo possono avere le organizzazioni della società civile?

Il loro ruolo può essere fondamentale, a patto però che esse si facciano promotrici di azioni concrete. Ci sono molte associazioni che chiacchierano molto, ma alla fine non riescono a concludere nulla. Parlano e basta. Non abbiamo bisogno di parole, ma di fatti concreti. Anche noi abbiamo sentito questa necessità: di andare oltre le parole. Come associazione siamo nati nel 1987. All'inizio eravamo degli attivisti che organizzavano manifestazioni pubbliche per sensibilizzare la cittadinanza. Ci sono voluti alcuni anni, ma poi ci siamo interrogati sul senso concreto che le nostre azioni potevano avere, sulla necessità della concretezza del nostro operare.

Ad un certo punto è stata proprio la cittadinanza a chiederci di andare oltre le chiacchiere. Ci dicevano che eravamo bravi a criticare le multinazionali del legno che disboscavano le nostre foreste, ma ci chiedevano al tempo stesso di mettere in campo iniziative che davvero fossero in grado di cambiare le cose. Abbiamo accettato la sfida cominciando a proporre progetti concreti che aiutassero le comunità indigene a vivere con la propria terra, traendo benefici da essa. E così abbiamo cominciato il nostro lavoro, rendendoci conto che lo scoglio più duro da superare è la miopia dei governi.

Lavorare per l'ambiente significa fare una programmazione a lunghissimo termine, investimenti economici e culturali che non producono effetti nel breve periodo e che per questo non vengono nemmeno presi in considerazione dai governanti. Questo è uno sbaglio tremendo. La programmazione a lungo termine non può limitarsi a coprire un arco temporale di tre o cinque anni, corrispondenti spesso alle scadenze elettorali, ma deve andare oltre, molto oltre. Un processo naturale per produrre degli effetti ha bisogno di cento, duecento anni. Come pretendono di ottenere tutto in poco tempo? Per esempio, per avere un centimetro quadrato di terra fertile, i processi naturali possono richiedere centinaia d'anni. Pensi che solo il ciclo corto per lo sviluppo della pianta più



semplice dura tre anni. Occorre investire e lavorare per il futuro. Questo è il senso di una ragionamento concreto per l'ambiente.

Come organizzazione che opera per l'ambiente, che tipo di rapporti avete con le istituzioni nazionali e locali?

Le istituzioni pubbliche raramente mettono il loro nome vicino al nostro. Ci chiamano per risolvere dei piccoli problemi, per monitorare alcune situazioni critiche. Finanziano alcune attività e alcuni progetti, ma non vogliono spendere il loro nome in prima persona. Riusciamo a stringere rapporti più solidi con le comunità locali, con i singoli municipi, ma è sempre molto difficile a causa del discorso che facevo prima sulla programmazione. Anche se devo dire che, a partire dall'introduzione della legge di partecipazione popolare³ attraverso la quale si derogano poteri e risorse alle comunità di base, qualcosa in più è stato fatto nel coinvolgimento delle organizzazioni della società civile. Oggi, con le istituzioni politiche locali, si riescono a fare delle programmazioni che tentano di immaginare un futuro diverso. Per il momento non andiamo oltre il 2012, ma confido che le cose possano migliorare. Come vede ritorna il problema delle scadenze a breve termine. La natura tende a dare i suoi frutti più lentamente rispetto al cemento, così i campi per coltivare sono sempre meno e il suolo sempre più inquinato.

Parlando di risorse e del loro utilizzo, in questi ultimi anni è in corso un acceso dibattito sulla privatizzazione dell'acqua. Cosa pensa a tale proposito?

Credo che non arriveremo mai al punto di privatizzare totalmente le risorse idriche. Saranno le persone ad impedirlo. Senza acqua non puoi vivere e su questo le coscienze sono già state sensibilizzate a dovere. Noi con l'acqua abbiamo un rapporto diretto, possiamo vederla, siamo in contatto quotidianamente con lei. Siamo consapevoli della sua importanza. Secondo me sarà l'aria a darci i maggiori problemi nei prossimi anni. L'aria non la vediamo, non la misuriamo abbastanza, non ci accorgiamo di quanto sia inquinata e di quanti danni alle persone stia facendo tale inquinamento. Aria, acqua e terra sono gli elementi che la mano dell'uomo sta distruggendo, non rendendosi conto degli effetti nefasti di questa devastazione. Devastazione e inquinamento che ci pone di fronte al problema della scarsità di queste risorse, soprattutto per quel che riguarda l'acqua e la terra. Non sono infinite e se noi, oltre a sprecarle, le inquiniamo pure, la situazione si fa davvero critica.

Quando si parla di acqua a molti vengono in mente le vicende di Cochabamba⁴, della cosiddetta prima guerra per l'acqua. Ma in pochi sanno che ancora oggi la Bolivia paga un prezzo molto salato per le decisioni che vennero prese allora. Organismi internazio-

³ La legge di partecipazione popolare è stata introdotta in Bolivia nel 1994 dalla controversa figura del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

⁴ A questo proposito vedasi anche L. Bianchi, *Ambiente e politiche neoliberiste nel XXI secolo*, «Visioni LatinoAmericane», 2, 2010, pp.41-49.



nali come il Fondo monetario internazionale e la Banca mondiale continuano a farci pagare la mancata privatizzazione.

Il fatto che il 29 luglio 2010 l'acqua sia stata dichiarata dall'Onu (Organizzazione delle nazioni unite) un diritto umano è un passo molto importante, però occorre andare oltre la semplice dichiarazione. In molte parti del mondo c'è un problema legato all'accesso alle risorse idriche. Da ambientalista, però, ci tengo a sottolineare nuovamente come l'acqua sia solo un tassello, benché fondamentale, di un ragionamento più ampio che si propone di mettere al centro l'ambiente naturale in cui viviamo.

La natura vive di delicati equilibri fra molti fattori. L'impressione, invece, è che noi facciamo di tutto per rompere questi equilibri. Il diritto all'acqua è sacrosanto, però dovremmo anche cominciare a prendere coscienza dei doveri che noi abbiamo verso l'acqua stessa, compresi, ad esempio, quelli verso le foreste, che sono un fattore determinante nel ciclo di riproduzione dell'acqua dolce. Dobbiamo renderci conto che risorse strategiche come l'aria, l'acqua e il suolo sono globali e in stretta relazione fra loro.

Fra le attività che state promuovendo c'è il recupero del bacino del fiume San Isidro, iniziativa che state portando avanti anche con l'aiuto dell'Accri. Può raccontarci qualcosa di questa esperienza?

Riprendendo il discorso fatto in precedenza, posso dire che si tratta di un'iniziativa che tenta di dare concretezza alle molte parole che oggi si spendono sull'ambiente. Prima di progettare qualsiasi tipo di intervento abbiamo deciso di coinvolgere direttamente le comunità che si trovano nelle vicinanze del fiume, che contano circa seimila abitanti, attraverso un'opera di sensibilizzazione sulla complessità dell'ambiente che le circonda e sulle possibilità che tale ambiente può offrire loro. Il metodo che abbiamo scelto è quello della partecipazione, tanto sul versante della comprensione delle tematiche ambientali quanto su quello della gestione del bacino stesso.

La complessità insita nella gestione di un bacino idrico ha comportato un enorme lavoro di formazione presso queste comunità. Bisognava informarle su come nasce un fiume, sugli equilibri esistenti tra foresta e bacino idrico, su quali siano i comportamenti che possono inquinare le acque, sui metodi da utilizzare per coltivare la terra senza danneggiare l'ecosistema. La nostra idea era quella di mostrare alle comunità come il bacino potesse diventare una sorta di casa allargata in grado di proteggere e soddisfare i bisogni della popolazione, una casa comune all'interno della quale ogni singolo villaggio e ogni singola persona doveva assumersi il compito di preservare il buon funzionamento della casa stessa.

Il funzionamento di un bacino è un piccolo miracolo. Ogni bacino, infatti, possiede un clima, un ecosistema, alberi, animali e piante che lo caratterizzano e lo rendono unico. È la metafora più efficace di tutto ciò che possiamo intendere con l'espressione *diversità*. Per questo abbiamo intitolato il nostro progetto *Gestione integrata del bacino del fiume San Isidro*.

Per esempio, abbiamo fatto un censimento di tutti gli alberi presenti nella zona e analizzato i risultati per vedere quali specie di alberi rischiavano di scomparire. Poi, siamo andati



nelle comunità e, assieme alle popolazioni, è stato stilato una sorta di inventario di tutte le cose che non si sarebbero più potute fare se un determinato tipo di albero fosse sparito. Attraverso questo processo, lungo e faticoso, sono state le comunità stesse a comprendere l'importanza di preservare il loro ambiente e da lì è cominciato subito un lavoro di riforestazione delle specie di alberi che rischiavano di estinguersi per sempre.

Parlando dei danni causati dall'inquinamento del fiume, dalla scomparsa delle diversità e dell'importanza dell'ambiente nella quotidianità di ognuno di noi, siamo riusciti a mettere in moto un micro cambiamento che non solo mira a preservare l'ambiente, ma contribuisce anche a creare lavoro per i contadini della zona. È stato un lavoro tremendo; non tanto la riforestazione del bacino, quanto convincere gli abitanti dei villaggi a cambiare abitudini, a non usare più il fiume come una discarica, a non contaminare l'acqua.

Nel quadro complessivo degli interventi che stiamo svolgendo per il recupero del bacino, uno dei passi più importanti è la realizzazione dei gabinetti secchi, gabinetti che non necessitano dell'acqua per funzionare. Anche in questo caso abbiamo dovuto vincere molte resistenze. Sentendosi persone di serie B, gli indigeni ci chiedevano perché mai avrebbero dovuto usare dei bagni senza acqua. Pazientemente, attraverso molti incontri con le comunità, abbiamo spiegato come l'acqua serviva per le coltivazioni e che risparmiarne in buona quantità poteva garantire raccolti molto più ricchi. Questi gabinetti secchi, inoltre, permettono di convertire le scorie in fertilizzanti naturali che, oltre ad essere utilizzati per i terreni locali, possono essere venduti e produrre un ricavo economico integrativo per le comunità. Anche questo fa parte del micro cambiamento che stiamo cercando di portare. Quello che vorremmo fare è coniugare lo sviluppo con il rispetto dell'ambiente.

Sembra di capire che il dialogo con le comunità sia stato fondamentale nel lavoro che state svolgendo. Quali sono i modi attraverso i quali coinvolgete gli abitanti che beneficiano delle vostre iniziative?

Il progetto prevede l'avvio di dodici programmi che riguardano la riqualificazione e la salvaguardia del bacino del fiume San Isidro. Riforestazione, coltivazione, monitoraggio dell'inquinamento delle acque e costruzione dei gabinetti secchi sono parte delle iniziative avviate. Per ogni programma è previsto il coinvolgimento delle comunità. Lavoriamo tantissimo con loro. Durante il giorno siamo impegnati assieme agli abitanti nei lavori di riforestazione della zona, di coltivazione e di costruzione dei gabinetti e delle serre. La sera, invece, ci dedichiamo maggiormente ad un lavoro di formazione degli abitanti stessi, che non riguarda esclusivamente l'educazione ambientale ma anche il monitoraggio e la gestione del bacino idrico. Cerchiamo di mettere le comunità nelle condizioni di gestire autonomamente, e in modo sostenibile, le proprie terre e le proprie risorse naturali.

A che punto sono i lavori di riqualificazione del bacino del fiume San Isidro?



Come spesso accade in questi casi, abbiamo bisogno di molta solidarietà. I dodici programmi sono stati tutti avviati. Le coltivazioni promettono bene e già abbiamo avuto i primi frutti. Sono stati installati trecento gabinetti nuovi e ne mancano ancora novecento per coprire l'intera area interessata dal progetto, le serre funzionano bene.

Uno dei nostri sogni più grandi, però, è la costruzione di una rete idrica, ma servono ingenti investimenti. Nonostante la dichiarazione delle Nazioni unite, queste popolazioni non sanno nemmeno cosa sia l'acqua potabile. Ma esiste un progetto e qualcosa si è cominciato a fare. La nostra attenzione è rivolta alla cooperazione internazionale. Pensiamo che molti Paesi che hanno usufruito delle ricchezze della nostra terra, delle materie prime estratte dalle miniere boliviane, abbiano contratto una specie di debito secolare con noi che dovrebbero onorare attraverso una solidarietà concreta. I giovani dell'Europa e del Nord America dovrebbero conoscere la storia, capire che parte della ricchezza che hanno trovato alla loro nascita è dovuta alle risorse provenienti dall'America Latina, e che in questo momento siamo noi ad avere bisogno del loro impegno per portare avanti i nostri progetti. In questo mondo ci sono molte situazioni che vanno riequilibrate. Sono convinta che la solidarietà possa cambiare le cose, e che i sei chilometri di rete idrica attualmente esistenti diventeranno novanta, permettendo così a tutte le comunità della regione di avere l'acqua potabile. Stiamo lavorando per esaudire i nostri sogni, il problema è che sono tantissimi e dobbiamo lavorare molto per vederli realizzati.

Luca Bianchi



Design e sostenibilità

Margherita Villa

Sommario

1 Il design: ponte tra arte, artigianato e industria, tra creatività, utilità e apparenza; 2 Da cosa è rappresentato oggi il design; 3 Tentativi di design sostenibile ; 4 Giù per la china del danneggiamento; 5 Design per il Sud del mondo; 6 Verso un design sostenibile e globalmente utile; 7 Per una sostenibilità in evoluzione dinamica, con scambio di beni e scarti tra Paesi sviluppati e Paesi in via di sviluppo; Riferimenti bibliografici

1. Il design: ponte tra arte, artigianato e industria, tra creatività, utilità e apparenza

La società preindustriale che usufruiva di una lenta, ma capillare fornitura artigianale di oggetti di uso quotidiano, dal XIX secolo venne soppiantata da un sistema industriale che sostituì le funzioni manuali razionalizzandole, velocizzandole e moltiplicandole, a causa del quale però i prodotti persero originalità, armonia e talvolta accuratezza, che erano propri della lavorazione a mano. I nuovi articoli, inizialmente non si era così sicuri della loro accettazione, spesso venivano camuffati dietro uno schermo di materiali che ne nascondevano la vera anima (come gli articoli industriali che mantenevano forme antiche o i palazzi dei primi Novecento la cui struttura in ferro veniva nascosta con decorazioni e facciate convenzionali) (Dal Co, 1983). Tuttavia, tra i teorici che seguivano gli sviluppi della produzione, il dibattito proseguiva e cercava di coniugare ancora arte, artigianato e produzione serializzata, infondendo ai prodotti industriali oltre alla funzione anche delle forme piacevoli alla vista. «La commercializzazione reagisce [...] influenzando la produzione delle merci che già nella loro stessa apparenza esteriore devono esercitare una certa attrattiva [...] che non ha assolutamente niente a che fare con la vera funzione della merce [...]. Un'ulteriore pressione che la vendita [...] esercita sulla fabbricazione, consiste nel bisogno di novità [...]. Anche questo dispositivo tende ad indurre uno smercio più consistente, poiché fa sì che quando appare una forma nuova, moltissime persone abbandonino quella vecchia, anche se non vi è alcun bisogno oggettivo di una nuova produzione... Se da una parte la bella figura può essere ottenuta in modo indolore tramite una presentazione decorosa, la quale però fa sì che spesso la bella apparenza prenda il posto della qualità, dall'altra, invece, il basso prezzo può essere mantenuto solo tramite l'impiego di materiale di minor pregio e un'esecuzione meno accurata» (Muthesius, 1917: 5).



Le esposizioni universali, che hanno caratterizzato il secolo XIX, si chiudono con esso delegando il loro ruolo di novità e intuizioni di un futuro immaginifico alle esibizioni di mercanzia effettuate dai grandi magazzini. Questi ultimi si sono riprodotti sempre più e, presentando continuamente articoli seducenti, sono divenuti di più agevole accesso rispetto ad una fiera mondiale. I nascenti mezzi di comunicazione riecheggiano questo immaginario collettivo che diventa l'assunto dei cittadini metropolitani: si è moderni se si accetta il volto cangiante rappresentato dalle merci, le quali sono la quintessenza del profitto che si genera nelle città (Pittèri, 2006).

Nelle città si colgono linguaggi nuovi che snaturano la forma dell'arte conosciuta fino ad allora: cioè che un'opera debba avere una sola fattura e una matrice originale. Con le immagini trasmesse dal cinema, dalla pubblicità e dalla fotografia, supportati dalle tecnologie che le hanno sviluppate nel XX secolo, l'arte può riprodursi, e questa non è più considerata una bassezza bensì una qualità. Perciò nella città troviamo riferimenti visivi o concreti, o fantastici in evoluzione, a cui lo spettatore è invitato; opere che non possiedono più l'esclusività bensì domandano la compartecipazione: l'arte diventa divulgazione, ma anche *business*. Essa è comunicazione concepita industrialmente, «non più prodotta, ma riprodotta» (Ibidem: 72). L'arte si libera dal livello intellettuale di trasmissione per essere fruita a livello percettivo; si affida alla comprensione del pubblico con la stessa velocità delle altre merci: visibilità e immediatezza. La perdita dell'autenticità dell'opera d'arte [...] «è connessa all'irruzione sulle scene delle masse e alla loro richiesta di beni culturali, che, giocoforza, in tal modo diventano merce. Ne conseguono la desacralizzazione dell'arte e un'esperienza laica della cultura; la sostituzione del valore rituale dell'arte col nuovo valore espositivo: l'opera che va incontro al fruitore» (Ibidem: 70). Fino a giungere al parossismo in cui tutto è arte e niente lo è più; al limite si potrebbe riproporre in forma ludica o ironica tutte le più famose opere d'arte. «Questa forma di resurrezione post-moderna [...] rappresenta una macchina del simulacro, un puro riferimento a se stessa [...]. La distinzione tra l'arte e la produzione di immagini comuni, banali, è sempre meno netta. Il solo ad aver preso atto e a gestire con radicalità questa banalizzazione totale dell'estetica, ad essere passato dall'altro lato dell'estetica, è Warhol» (Baudrillard, 2006: 28).

Ripercorrendo a ritroso l'affermazione della pratica del design, lo vediamo affiancare in un primo tempo i tentativi di dare forma aggraziata alla produzione in serie di oggetti artigianali. Esso deriva il suo nome dall'*industrial design*, che combina i due campi: di industria e di disegno, ed è nato con l'espansione della produzione industriale. L'attuale termine inglese *design* viene mantenuto in tutte le lingue, e indica sia il processo di progettazione tecnica, che quello di cura estetica degli articoli, ma ne definisce più estesamente il progetto studiando le qualità materiche del prodotto, la sua forma e colorazione, i modi migliori per dotarlo di qualità in relazione alle esigenze della produzione, così come l'imballaggio, lo stoccaggio e il trasporto finale. Il processo di design, è l'interconnessione dell'apporto ideativo con le esigenze pratiche e tecniche, perciò pone attenzione all'ergonomia e all'usabilità dell'oggetto, ma anche alla pubblicità in riferimento alla filosofia dell'azienda, al materiale di comunicazione, all'indirizzo sul gusto, all'anticipazione di desideri o anche suggerimenti d'uso e provocazioni; e questi, tutti insieme, costituiscono il messaggio per i fruitori finali.



Oggi il design si pratica in ogni parte del mondo, ed essendo una disciplina legata allo sviluppo industriale, è ancora in crescita il numero dei Paesi nei quali si incomincia ad applicarlo, e ugualmente sono in aumento le aree merceologiche che vengono investite dalla sua attività. Nel nostro tempo il design impegna la comunicazione visiva e la multimedialità, l'interattività tra prodotti e servizi con trasmissione di spot e *performances* visive o virtuali, seguendo l'evoluzione dell'immagine e delle strategie di *marketing*, oltre che di rinnovamento di tipologie produttive anche in dipendenza delle crisi economiche. Questo va visto anche come reazione e ricerca di nuovi sbocchi al dibattito riguardante il significato dei prodotti e della comunicazione. Naturalmente tra gli innumerevoli tentativi di dotazione e rincorsa di senso assistiamo a molte provocazioni culturali e finzioni per dar credito all'operazione di esibizione idonea ai tempi.

Le istituzioni che oggi si occupano di conservare e valorizzare i patrimoni di storia industriale che sono stati alla base dello sviluppo di alcune compagnie, sono gli archivi di stato o di aziende, le soprintendenze, i musei pubblici e privati, i musei d'impresa, i musei dell'industria, gli archivi dei progettisti e dei collezionisti. Essi si incaricano di raccogliere la nascita e la continuità di un marchio decretando con questa operazione la sua valorizzazione, non solo come documento storico ma anche come prodotto: l'elemento narrativo ripercorso dalla collettività metropolitana diventa percorso riconoscibile del contesto urbano.

Come si è detto il design è totalmente entrato a far parte del mondo industriale ed è diventato un prodotto agevolmente acquistabile. La sua espansione si spiega con l'offerta che esso fa, che fonde artistica creatività, gusto per il particolare a richiamare un modello esclusivo o di antico artigianato, proporzioni e studio delle forme coniugati con una scelta di linguaggio che costituisce l'essenza del prodotto e che media tra autopromozione e provocazione. Siccome è proprio questo richiamo sotteso ad allettare, strizzando l'occhio a filmologia, ambienti, gusti, epoche, scenari, abitudini, non può che coglierlo colui che abbia un quadro culturale ordinario, popolato di ricordi e immagini. Il fatto di ritrovare dei riferimenti conosciuti ma riproposti in luoghi insoliti, con talvolta uno sfasamento della funzione, o di luogo e tempo, fa sì che si inneschi il desiderio di design, visto come una scelta singolare e elitaria. In fondo, l'attuale design è un concetto assai semplice da imporsi, perché attinge a piene mani dal nostro vissuto riproponendo qualsiasi cosa: accostamento di colori, linee di auto, marca di liquore, sigle di programmi, fumetti, spettacoli e attori famosi, paesaggi, etc. Relazioni che ci fanno direttamente rimirare avvenimenti in altra combinazione. Il design è una via parallela e praticabile che non incontra quella della pura funzionalità, né quella dell'arte, in quanto per lo più assembla e ripropone. Cionondimeno viene considerato un prodotto 'artistico', però più accessibile dell'arte. Quest'ultima è ormai espressa in infiniti e difficilmente riconoscibili rivoli di manifestazioni, alcune anche molto singolari e autenticamente innovative, ma di astrusa comprensione alla più parte delle persone. Non si dà più la pena di capire cosa il prodotto artistico avrebbe intenzione di esprimere o come potrebbe evolvere. Il design al contrario è un vero prodotto di tendenza, a volte poco originale ma di sicuro effetto: *restyling*, tinte attraenti, messaggi accattivanti; il tutto denota una certa ricerca come pure transitorietà di percorso, esattamente come la moda nell'abbigliamento. Perciò spesso il design non serve a null'altro che a esprimere



se stesso, e a volte nemmeno la funzione: sedie in cui non ci si può sedere, maniglie che schiacciano le dita ad aprirle, lampade che non illuminano a sufficienza, pareti di cui non si comprende l'apertura, etc.

Non sempre è stato così. Oggetti, dall'innovativo progetto, che hanno accomodato le abitudini del vivere se ne sono sempre creati. Ad esempio, nell'epoca della nascita del design, quando le avanguardie si riunivano sotto un programma chiamato Bauhaus, questo mirava direttamente alla ricostruzione della società, per mezzo di una nuova arte che avrebbe impresso un vigore innovativo in tutti i campi della produzione e nuova unità culturale. Espressioni significative di quel periodo ne sono i mobili di Alvar Aalto, o le poltrone di Le Corbusier, la produzione di Mies van der Rohe, o pezzi scelti di molte produzioni industriali. Indiscutibilmente nell'Europa tra le due guerre i contenuti di modernità erano chiari: ricostruzione praticabile e accessibile a tutti, e per mezzo della produzione si perveniva ad una società più equilibrata e forte. Oggi questi assunti sono del tutto sconfessati e non più al passo con le richieste del tempo. Ed è per questo che gli utensili non servono più a produrre, ma a giocare. Le forme estetiche degli oggetti non mandano messaggi impegnativi, ma nascondono e alludono dietro a armoniose forme e perché un programma laborioso non c'è. Se esistesse pochissimi si assumerebbero l'incombenza di seguirlo. Così ci si rivolge all'effimero, che è sempre una scappatoia ad effetto: «l'industria creativa nel 2006 ha raggiunto un volume d'affari doppio rispetto a quella automobilistica e pari al settore delle comunicazioni, il 2,6% del Pil europeo» (Casavecchia, Sartori, 2007). È una crescita considerevole se si pensa che il settore fino a pochi anni fa era decisamente marginale. Il *restyling* diventa un punto di forza aziendale per nuove strategie di promozione. È un lasciapassare mediatico per livelli superiori di investimento e innovazione. Le aziende commissionano anche su misura questo vestito di seduzione atto a rispolverare una realtà industriale fatta di vecchi pezzi tirati a lucido, e per incentivare le proprie installazioni e servizi: semplicemente un'immagine molto più incisiva, sofisticata e dispendiosa della semplice promozione aziendale che vende il prodotto e le sue qualità, qui si tratta della firma di prestigio, e il prodotto passa in secondo piano. Ci si rifà alla storia industriale, dove alla fine la presentazione sostituisce quasi il prodotto, infatti: «Il contesto è metà dell'opera» (Ibidem: 132).

Afferma Caterina Seia, responsabile di Unicredit e arte: «oggi le nazioni sono come *brand* che necessitano di pubbliche relazioni per scalare le *hit* dell'*appealing* finanziario e richiamare investimenti internazionali». Secondo Carlo Bach, direttore creativo di Illy Caffè, «l'arte contemporanea sta diventando pericolosamente di moda tra le imprese, anche a fronte della crisi della comunicazione pubblicitaria: e così via libera a sponsorizzazioni, fondazioni, concorsi, restauri che legano i valori aziendali ad artisti o avvenimenti culturali. Alla disperata ricerca di senso le aziende attingono sempre di più al mondo dell'arte creando scenari inaspettati. Prime tra tutte le banche che finanziano collezioni di artisti ed esposizioni di tutto rispetto» (Ibidem: 131). Il nuovo imperativo tra gli imprenditori per sopravvivere a mercati sempre più instabili è di avvalersi della sensibilità, intuito e pensiero trasversale degli artisti, un passo molto più avanti rispetto ai rigidi schemi della formazione manageriale entro cui è incanalata la loro professionalità. L'approccio nuovo, per inserire e valorizzare l'apporto degli artisti, è di utilizzarli



come *problem solving*, ribaltando cioè il rapporto artista-committente con i meccanismi della produzione, essi partecipano cioè alla catena gestionale (Ibidem).

Praticamente la capacità d'inventare e di costruire percorsi artistici diventa versatile oltre misura, tutto può essere conformato secondo questo preciso intento di distrazione-diversione dalla concretezza produttiva; ma l'aspetto creativo non avrebbe mai dovuto allontanarsi dalla produzione, bensì essere mantenuto equilibratamente come invece non è accaduto per decenni. Fino a poco tempo fa il mercato era suddiviso in categorie rigidissime di saperi, l'uno sconosciuto all'altro, e l'apporto creativo - salvo che per ben specifiche categorie - era estromesso come qualcosa di assolutamente inutile. Michael Thomson direttore e fondatore del *Design connect* di Londra, e presidente di Bedam (Bureau of european design association) dichiara: «sono sempre più i governi che riconoscono la sinergia tra design e innovazione. Il design diventa una strategia per aggiungere valore alla competitività e al benessere economico. E naturalmente non può ignorare le sfide chiave come il cambiamento climatico e l'emergenza ambientale, le grandi migrazioni e i grandi conflitti» (Magistà, 2008: 42). Ecco, il design è stato ripescato all'ultima ora, rivalutato per affidargli compiti di tutti i generi, posto sotto i riflettori quando le crisi in successione hanno messo le aziende in ginocchio: la produzione di design, un potere almeno lenitivo se non taumaturgico di salvezza. Il mondo economico ora corteggia questo settore con varie finalità: esso è veicolo di un'arte addomesticata, ma anche prodotto di posizione, innovazione, lusso, cultura, e ultimamente solidarietà e filantropia. Nel clima di compravendita di qualsiasi bene, l'investimento contraccambia abbondantemente chi lo sceglie, sebbene il design sia divenuto la propria nemesi e abbia scordato le funzioni iniziali di costruire oggetti utili ed ergonomici, per direzionarsi a piaggeria o orpello al servizio dell'ultimo sussulto di una produzione troppo miope per capire davvero le potenzialità della creatività.

«Riflettere sulla condizione del design che rischia di finire schiacciato dal peso del proprio successo e ridursi ad un fenomeno alla moda (è necessario) [...]. Oggi il design rischia di finire in tacchi a spillo e calze a rete, ovvero di cedere alla tentazione di sedurre, sottovalutando il valore della funzione» (Ibidem: 42).

«Dai giorni del Cristal Palace (esposizione universale di Londra 1851) al pubblico sono state promesse visioni di uno splendido futuro, che solo pochi avrebbero potuto permettersi [...]. Noi abbiamo idealizzato la prosperità a spese del nostro territorio, finché il progresso, la crescita e il confort sono diventati degli eufemismi per definire il degrado ambientale. L'utilitarismo è così profondamente radicato in noi che soffriamo dei danni di un abuso di pubblicità piuttosto che chiederci se è giusto che gli altri ci guadagnino. L'escapismo infetta molti di noi come una malattia. Il fine del vivere è stato ridotto al piacere, e il piacere è stato degradato a dipendenza dal divertimento. Assillati dal commercio compulsivo, sembriamo non comprendere più che la creatività è la più diretta strada per il benessere, ma con una sempre maggiore efficienza i media cementano la nostra fiducia della falsa panacea delle tecnologie, la quale iniziò a svilupparsi a metà del secolo XIX ed è tuttora in accelerazione. Secondo Richards 'lo spettacolo della cultura vittoriana della merce ha trasformato la merce nella tecnologia della rappresentazione, un modello funzionante della forma di come diventeranno le cose'» (Stairs^a, 2006: 2).



Il consumo indotto dal continuo costruire e dagli altrettanti rifacimenti e proposte di design che riguardano gli arredi interni, è enorme: nelle abitazioni dei Paesi occidentali si rinnovano le cucine e i bagni ogni 10-15 anni secondo i dettami del gusto corrente, anziché per l'usura dei componenti. Così fanno le municipalità cittadine che, per migliorare l'assetto urbano, rifanno marciapiedi con mattonelle differenti o demoliscono strutture costruite dalle precedenti amministrazioni utilizzando nuovo materiale che si potrebbe risparmiare. La pietra, una volta rotta, si recupererà solo a pezzatura inferiore, perdendo materiale a ogni stadio di lavorazione. La gente costruisce abitazioni che si conservano in media per due generazioni. Nell'Unione Europea (Ue) le case durano 60 anni, in Giappone 30, in Usa 45 anni; raggiunge e supera i 100 anni l'1% del patrimonio abitativo (Basuyau, 2010). Gli uffici oggi sono rinnovati ogni 15 anni, le case ogni 20 al massimo 50, ciò è dovuto anche a nuovi standard e leggi (Smart, 2010).

I materiali da costruzione sono una prima necessità dopo l'acqua, l'aria e il cibo: 7 tonnellate procapite all'anno usate danno un totale di 3 miliardi di ton. annuali consumati nella Ue, mentre la domanda mondiale è di 29 miliardi di ton. per anno, con una crescita del 3% ogni anno. L'estrazione degli aggregati ha un alto impatto ambientale sull'assetto naturale e, siccome è un bene voluminoso, per muoverlo e trasportarlo si rende necessaria la costruzione di servizi specifici dotati di una robusta e complessa logistica (Basuyau, 2010).

2. Da cosa è rappresentato oggi il design

Scuole, tendenze di pensiero, designer affermati, oggetti famosi: ai giorni nostri credo non ci sia nessuno che non possieda un oggetto di design o non abbia discettato su questa disciplina. Se ne dovrebbero riportare qui migliaia di esempi, ma trattandosi di un soggetto che attiene alla sfera individuale di selezione, si potrebbe decidere che non sono i più significativi. Mi limiterò a segnalarne alcuni, col solo scopo di offrire uno scorcio su cosa propone il mercato ufficiale.

I *desconfortaveis* dei designers brasiliani Fernando e Umberto Campana sono mobili non in linea con il minimalismo solito con cui si esercitano i colleghi, hanno radici tra le cose casuali che la povertà presenta nelle *favelas*, sono rifiuti riscattati dall'inventiva e dalla manualità che li trasforma in forme avvolgenti e sperimentate, rimandi ad una memoria lontana o infantile. Si hanno così poltrone come nidi, divani coccodrilli, attrezzi indigeni, un misto di metropoli e primitivismo, di esotico e di magia, di sopravvivenza e di ironia. Abbiamo le famose sedie, simboliche della vita nella *favela* o posticce di altre culture, resti di materiali e citazioni. Comunque un design colto, pervaso di riferimenti alla realtà locale, un miscuglio caotico quali sono le metropoli brasiliane, in cui le cose nascono e muoiono con un senso di fatalismo e di grandiosità, immagine del meticcio e dell'arrangiarsi per sopravvivere (L'Espresso Design^a, 2007). Un buon esempio del lavoro dei fratelli è stato la sedia *vermelha*. Tutto cominciò quando raccolsero un mucchio di corda in strada, quindi cominciarono a decostruirlo. Allo stesso modo altri modesti materiali vengono trasformati con quello spirito celebrando il *surplus* e la mondanità del loro tempo (www.designmuseum.org).



«L'altra faccia del riciclo è la polifunzionalità. Vera lezione che arriva dalle culture della precarietà e dell'emergenza dove si sfruttano gli oggetti fino al loro ultimo possibile uso [...]. Fino ad usare i cartoni come elementi costruttivi in case dalle cupole tonde come capanne che riprendono la tradizione indigena» (L'Espresso Design^b, 2007: 14), quindi anche riqualificazione sociale e desiderio di far uscire dal ghetto e dalla povertà certe forme, che si riscoprono in questa cultura dell'ibrido.

Diverso design è quello dell'egiziano Karim Rashid, orientato verso la bellezza, profondamente ancorato nella cultura occidentale fatta di luci sofisticate, di colori opulenti, di cose inutili che hanno l'unico scopo di donare il piacere del momento e di caratterizzare un ambiente. Oggetti industriali in cui gli attributi maggiori sono *comfort* e seduzione, fatti per durare il tempo di uno sguardo e come tali possono decadere per essere sostituiti nella società tecnologica ove le informazioni e le mode cambiano con la stessa velocità, e son presenti ovunque cittadini *globetrotter* rispondenti al modello mania dell'armonia e finalità dell'adescamento (Ibidem).

All'esposizione del 2007 'My Home' (www.design-museum.de) presso il museo Vitra di Basilea vi sono le visioni di Ronan e Erwan Bouroullec di una casa tribale, cioè una tenda componibile con moduli semirigidi di tessuto imbottito. Altri si dedicano all'esaltazione degli spazi aperti e chiusi e dei colori, al rapporto tra questi e le persone. Jerszy Seymour utilizza invece arredi fatti con materiali plastici bio (Helzel, 2007).

I progetti più tipici berlinesi sono quelli maturati in un'area di confine tra design e architettura, tra realtà e utopia, ciò è apparso quando i creativi di varie discipline si sono rivolti verso situazioni quali le rovine industriali, le terre abbandonate lasciate intorno al muro dopo la sua caduta o gli spazi residenziali. Gli ideatori spesso sono giunti a soluzioni radicali e non prive di fantasia, come le finte facciate, le piscine all'aperto, proposte di balconi fai-da-te. Considerando questi progetti unitamente si ha un vitale sommario della scena propositiva berlinese nella prima decade del nuovo millennio. Particolarmente quelli provocatori e anticonvenzionali che hanno radici nella sub-cultura o nei club, hanno portato la città ad essere uno dei più vibranti luoghi di cultura internazionale; testimonianza si trova alla mostra 'Design Berlin!'

3. Tentativi di design sostenibile

«Non possiede ogni società sulla terra, un lascito di design? Siamo forse stati chiusi in un'era sprovvista di pensiero, o abbiamo solo usato poveramente il nostro design? Ovviamente vi sono altre cose in questione. Il design è la più grande parte dello 'spettacolo'... lo spettacolo è pianificato. Destinato a elevare il desiderio - ma il desiderio è il solvente dell'integrità - e a trasmettere il diritto al dominio» (Stairs, 2007: 3).

«Il potere dell'illusione è stato traslato... nelle cose, nelle tecnologie... il problema che abbiamo di fronte è che tutto si realizza, che i sogni collettivi si son trovati in qualche modo rinchiusi dalle tecniche e dalle scienze, che sono stati realizzati, e a partire da quel momento sono morti, esattamente come muore l'utopia» (Baudrillard, 2006: 21).

Accertata la crisi del design che si riconosce solo in certi contesti, nelle sedi ufficiali il design continua a mietere successi, sciorinando il suo magico lasciapassare allorché si



domandi una sapidità aggiuntiva quanto a scelte estetiche o di integrazione culturale. Tuttavia piccoli gruppi decidono più o meno autonomamente di cercare altre risposte, che seppur limitate e molto meno eclatanti offrono in settori diversi una panoramica degli sforzi per cambiare. Il designer e scrittore Michael Cannell suggeriva provocatoriamente, in un articolo apparso sul «New York Times», che le crisi economiche sono un toccasana per i designer, i quali sbocciano nella loro arte durante i tempi difficili; Cannell sosteneva che il tempo è arrivato affinché il design nel mondo segni nuovamente qualche punto a suo favore, e scopra nuovi significati (Beck, 2010).

Governare e far emergere forme nuove a costo zero da oggetti abbandonati, è considerato indice di creatività e da decenni l'immondizia è ormai usata da artisti e designer che si sono rivolti verso i residui per trarre idee e componenti per le loro creazioni. Alcuni oggetti così ricavati sono stati persino provocatoriamente inseriti in collezioni di prestigio. Altrimenti danno vita a percorsi creativi di diverso tipo, anche in considerazione del fatto che il materiale è liberamente a disposizione di tutti, il suo utilizzo ha uno scopo socialmente utile, e il trovarlo già disposto casualmente ammassato, eterogeneo per merceologia e forma, offre possibilità infinite di interpretazione e assemblaggio. Opere d'arte da scarti buttati sono i famosissimi assemblaggi di Rauschenberg, ma ormai attingono a questa fonte rassegne di maestri meno noti, pannelli decorativi, mostre fotografiche, fiere del riciclato, di re-design, etc. Siccome l'espressività appartiene a chi ha il desiderio di comunicare, tutti possono avvalersi di materiale che stimola e dall'accozzaglia e dal disordine fa scaturire delle composizioni.

Il 'Design week' di Milano, '13 Ricrea', che si tiene ad aprile, nel 2009 promuove la filosofia del riciclare per mano di tre designer donne che reinterpretano le abbondanti eccedenze industriali con lo sguardo ironico rivolto al futuro. Gli scarti di lavorazione di lattice e feltro del settore nautico danno vita a divani e poltrone, puff e sedute di varie dimensioni e forme. La volontà di far coesistere luoghi di produzione con quelli della riproduzione ottimizza i costi economici e ambientali. Anche dal Pvc usato ne sono tratti colorati vasi da fiore, panchine e oggetti di arredo, per offrire un'interpretazione meno standardizzata degli oggetti e delle loro forme (www.archiportale.com). Così a 'Ricicla' (ora Ecomondo), fiera annuale che si tiene a Rimini, bottiglie diventano lampadari e paralumi, sacchi della spazzatura si trasformano in abiti da cerimonia, cannuce di penne in scintillanti lampadari, e lattine accostate cromaticamente diventano arazzi. Un famoso gruppo olandese Droog design, immette nella sua produzione non solo oggetti in disuso rifunzionalizzati, ma anche un'innovativa qualità estetica, contenuti minimalisti e citazioni ironiche. Concorsi per giovani creativi prevedono ancora temi che riguardano la gestione quotidiana e la differenziazione dei rifiuti; le risposte tendono a sdrammatizzare l'immondizia e a rimuoverla dall'occultamento (Villa, 2000). 'Trash raiders' è una rassegna ludico-istruttiva di caccia al tesoro tra i rifiuti, ovvero una serie di cortometraggi dedicata al riciclo dei rifiuti, adatta a un pubblico scolastico e a quello maggiore di età. Ha vinto il 2° posto alla rassegna Videoland di Cesena 2005 (Consorzio responsabile del bacino veneziano n.2).

Alla vecchia Fiera di Milano si tiene ogni anno una mostra sulle scelte ecocompatibili e democratiche. 'Fai la cosa giusta' è laboratorio di idee, progetti, prodotti, attività riscoperte, opportunità nuove, mostre e rivendite di prodotti. Una rete per connettere chi



vuole dare un senso diverso all'impegnarsi in prima persona per un futuro cambiato, incominciando a scegliere dalle opportunità del quotidiano un modo meno incisivo sullo sfruttamento delle risorse e delle persone del pianeta. 'Terre di mezzo', il giornale stradale promotore di buone pratiche e venduto da immigrati, è in collaborazione con 'Altra economia' e con la rete 'Lilliput', organi di informazione e azione, per proporre incontri e tecniche con scambi di saperi. Tra le curiosità, proveniente dallo Sri Lanka, vi è l'uso degli escrementi di elefante - per dimostrare le infinite accezioni del riuso - per la cellulosa che ne costituisce il 90% del contenuto, essendo il mammifero un massiccio erbivoro. Da questa materia se ne può ricavare della resistente carta da pacchi da confezionare con cordini di copra, ricavata dal guscio delle noci di cocco. Questa nuova merce permette lo sviluppo di professionalità locali e la salvaguardia degli elefanti (Ca, 2007).

C'è chi come Mario Cappellini con Comieco e Matrec (consorzio per il riciclo del tetrapack) hanno creato la cucina completa a impatto zero, costituita da fogli di cartone pari a 70 quotidiani (Polveroni, 2007). Non si sa che tipo di degrado potrà avere questa cucina sottoposta all'usura di 10 anni, tra emissioni, vapori e calore emanati dalla preparazione del cibo e successive pulizie, ciò nondimeno, confrontata con un altro modello, i suoi materiali non peserebbero eccessivamente sull'ambiente essendo già degli scarti. Tuttavia vi gravano i processi di rilavorazione dei materiali, che comunque hanno un costo ambientale ed energetico. Carlo Vezzoli, docente di design al Politecnico di Milano, sostiene al contrario che è preferibile una sedia di plastica, o un oggetto che accompagna per tutta la vita una persona, piuttosto di avvalersi di materiali naturali per soddisfare i requisiti di un design prontamente ecologico: bisogna misurare l'impatto ambientale sull'intera vita del prodotto; da dove si ricavano i materiali fino alla sua dissoluzione (Ibidem).

In altri Paesi come la Svezia - già da molti anni cauti su tutte le ricadute ambientali dei prodotti - si sa che il problema non è solo concepire delle strutture che sfruttino gli elementi naturali per i propri fabbisogni, ma anche di quanto consumano le apparecchiature di lavoro che ci sono all'interno (elettrodomestici, computer, tv, cellulari), di cui nessuno oggi è più sprovvisto; quindi parlando di eco-sostenibilità questa deve applicarsi all'insieme delle attrezzature che servono in una casa.

Con il Programma *cradle to cradle* (dalla culla alla culla) nato tra Germania e Stati Uniti, Michael Braungart, il suo ideatore, ha sviluppato un eco-design efficace a produrre servizi e beni per un numero considerevole di compagnie e industrie, partendo dal principio che in natura non esistono scarti perché vengono sempre incorporati in un altro processo. Usando tecniche biologiche le materie sono ricondotte al posto giusto. Questo concetto è diventato un marchio di design per migliorare i manufatti che hanno maggior qualità per il consumatore, nessun rischio sanitario per chi li maneggia, e benefici sia economici che ecologici. Il metodo non è da confondere con quello *cradle to grave* (dalla culla alla tomba) in cui i flussi di materiali sono stati concepiti senza la coscienza della protezione delle risorse. Il concetto *cradle to cradle* ridisegna in maniera circolare il passaggio dei nutrienti, per offrirlo sia alle attività dell'uomo che alla natura. Si fonda su tre principi: scarti come nutrienti, uso dell'energia pulita come unica fonte che non compromette il futuro (sole, vento e biomassa) e difesa della diversità come protezione e risposta multipla ai problemi (www.epea-hamburg.org). Il



ciclo dei materiali compie il percorso all'indietro e si instaurano nuove relazioni coi consumatori-clienti che sono edotti sui cambiamenti di stato dei loro articoli: in pratica si viene a conoscenza di tutta la catena produttiva di ogni bene, che ovviamente coinvolge anche chi impegna il denaro. Gli uffici di *cradle to cradle* investono in tecnologia e creano nuovi prodotti protetti da marchi. Il fine è di rigenerare il 100% del bene, anche se l'obiettivo verrà raggiunto poco per volta (Kalin, 2008).

L'agenzia per la protezione dell'ambiente californiana e il governatore Schwarzenegger hanno assunto questo principio e fondato un istituto (Gpii: Green products innovation institute) che studia un programma di chimica verde per aiutare la competitività e per creare prodotti più sani che incontrano l'apprezzamento delle persone e della natura. C'è da scommettere che ciò che si favorirà sarà la competitività, e se i prodotti non saranno esattamente corrispondenti a quanto promesso, c'è la buona intenzione di raggiungere l'obiettivo di 100% riassorbiti, che intanto lo si propaga come reale, attraverso uno slogan di successo. Quindi pare che la 'risolutezza verde' sia un nuovo modello per rilanciare l'economia - com'era già accaduto in California nei gloriosi anni Ottanta e Novanta - puntando su una visione innovativa, dinamica, e ambientalmente attenta.

Oggi le aziende che vogliono emergere ci tengono ad offrire un'immagine evoluta e segnata di estremo rispetto per l'ecologia. Compagnie con scopi di sostenibilità sorgono innumerevoli, dotate di certificati che dichiarano che i loro prodotti miglioreranno l'ambiente - come novelli cavalieri che si battono nell'impresa eroica di salvare l'umanità - quando lo scopo è soprattutto quello di tenere il mercato, cambiando formula o veste al prodotto, come hanno sempre fatto. Altre aziende specializzate sono nate all'uopo per preparare attraverso i *software* appropriati, i certificati come il calcolo della Lca (*Life cycle analysis*) per ogni prodotto e servizio, per poter meglio orientare i clienti sulle società più virtuose ed eticamente responsabili (Ragozzino, 2007). Ma sebbene vi siano nuove patenti per attestare il procedimento di inquinare pochissimo, nessun processo produttivo né di riciclo fa tornare la materia vergine: una perdita di purezza e di quantità di materiale c'è in ogni passaggio di uso, perciò tutte queste promesse di rispettabilità ambientale sono parziali se non addirittura dannose perché ancora una volta vedono un problema circoscritto ad un campo e scaricano le conseguenze su di un altro. Certo, questa volta si è allargato un pochino il raggio di valutazione, ma sempre si delimita esattamente un contesto - anziché pensarlo in chiave olistica - col fine di poterlo inserire dentro parametri e poter dare una risposta con risultati visibili in breve tempo. E subitaneamente rinsaldarsi sulle antiche convinzioni, che cioè con un leggero rassettamento si potrà continuare a produrre come prima, invece di coltivare un sacrosanto dubbio sul fatto che non sia l'ultima favola con cui chetare gli scrupoli e tentare di far ripartire il mercato.

4. Giù per la china del danneggiamento

Secondo il World watch institute le considerazioni sugli effetti catastrofici del consumismo sono tali, se continua a espandersi su risorse finite - da essere una contraddizione indiscutibile: farà vedere presto i suoi frutti portando all'estinzione delle condi-



zioni di vita della specie umana. Occorre perciò effettuare degli sforzi a lungo termine per ri-direzionare tradizioni, istituzioni e culture verso la sostenibilità. La svolta culturale non solo impedirebbe il degradarsi del clima, ma sanerebbe altri sintomi di disuguaglianza e inefficienza, come obesità e isolamento sociale (World watch institute, 2010). Nel rapporto del Group d'expert intergouvernemental sur l'évolution du climat (Giec) del 2007, che riprende le misurazioni di un simile studio emesso dallo stesso istituto nel 2001, van Ypersele, fisico e climatologo, sostiene che bisognerebbe abbassare le emissioni mondiali dell'85% in rapporto a quelle del 1990 (ma da quella data le emissioni sono aumentate del 40%!). Il Protocollo di Kyoto domandava di ridurle del 5% in 22 anni, tra il 1990 e il 2012, e press'a poco tra due anni ci si riuscirà, ma nei prossimi 40 anni bisognerà di conseguenza ridurle dall'80 al 95%. E alla fine secolo bisognerà avere emissioni nulle, questo per mantenere l'incremento del riscaldamento climatico entro i 2 gradi, che è la soglia massima per non incorrere in catastrofi irreversibili (Sciama, 2010).

Jeremy Rifkin, in una sua previsione per il futuro di qua a 25 anni, sostiene che si deve unire la tecnologia industriale per sviluppare e riorganizzare le energie del domani. Vi dovrà essere un impegno comune per una seconda rivoluzione industriale, molto diversa dalla prima, altrimenti ci sarà il collasso (Rifkin, 2008). Gli obiettivi 20-20-20 stabiliti dalla Unione Europea (Ue) saranno difficili da raggiungere entro il 2020; se la riduzione del 20% nel consumo di energia degli edifici è possibile grazie a misure di efficienza, che come investimento ritornano entro cinque anni, non è così per la quota di rinnovabili che non si raggiungerà entro i tempi stabiliti, né quella della diminuzione dei gas serra per i quali si sta facendo molto poco. Invece i Paesi in via di sviluppo ne trarranno una diversa rivalutazione a seguito della grave crisi che metterà in ginocchio l'Occidente. Se essi in precedenza, a causa della mancanza di elettricità, erano esclusi dalla globalizzazione e senza potere economico, né di contrattazione, né industriale, né di sviluppo, nel senso di Indice di sviluppo umano, come pure di *powerless = no power*, in futuro non sarà più così, perché anche gli altri Paesi dovranno confrontarsi con la mancanza di energia e le sue drammatiche conseguenze (Ibidem).

5. Design per il Sud del mondo

Nelle *bidonville* gli abitanti vivono in modo precario per mancanza di infrastrutture e a causa di disordine distributivo, concentrazione e promiscuità; ma anche a causa della temporaneità dell'insediamento visto che possiedono solo i loro incerti ripari, costituiti di resti. Tutto nella baraccopoli risente di questo carattere provvisorio e della mancanza di fondi, ma la situazione potrebbe peggiorare per sgomberi improvvisi o per problemi ambientali. Per gli abitanti non ha senso migliorare la propria dimora se non si è certi della permanenza. Negli *slums* si mette in atto la strategia della sopravvivenza e il settore informale è il primo a fornire una sembianza di attività ai cittadini del Terzo mondo. I lavori sono pochi e vengono spezzettati in molte funzioni delle quali ciascuna persona - anche donne e bambini - ne prende una piccola parte. Si compete ferocemente



tra i venditori per occupare un angolo di spazio urbano, e più gente c'è più diminuisce il reddito (Davis, 2007).

«È dimostrato che un dollaro di investimento diretto verso il settore informale ha una ricaduta moltiplicata di sei volte, anche se sussistono frequenti violazioni delle norme sanitarie, e di sicurezza del lavoro. Prendendo in esame l'attività di artigiano informale, la maggior parte delle persone che la svolge lavora in strada in prossimità della propria abitazione, e si rivolge a una clientela composta prevalentemente da conoscenti. Gli improvvisati artigiani non hanno molta abilità, ma non han trovato niente di meglio oppure sono in attesa di essere assorbiti dal settore formale. Questo fa sì che siano tendenti a copiare gli articoli [...] con la conseguenza di inondare il mercato e abbassare il costo e la qualità. Scelte di altro tipo comporterebbero maggior impegno finanziario o maggiori conoscenze [...]. Tuttavia, la mancanza del sostegno economico e formativo da parte del governo è condizionante: gli artigiani informali difficilmente decolleranno verso produzioni più specializzate» (Villa, 2000: 129).

Nel Terzo mondo il riuso di oggetti e di materiali scartati dai Paesi ricchi è la norma; e questi vengono trasformati senza esperti designer a guidarne i propositi, ma secondo quello che si ha a disposizione come 'maestranze' o in dipendenza degli oggetti rinvenuti (rotti per lo più). «Il settore informale si rifornisce di materiali parzialmente provenienti dal recupero e, contando sul flusso costante di un certo scarto, ne riprogramma la sua funzione. A Yaoundé, in Cameroun, le imprese del settore informale forniscono il 35% del mercato, provvedendo ad una quota di quasi tutti i materiali grezzi. In Kenya il 16% della popolazione in età lavorativa è impiegata nelle 900.000 micro-imprese esistenti che lavorano sul riciclo, costituite da lavoratori singoli, familiari e apprendisti; le donne sono il 40%. Il riciclo del ferro, ad esempio, viene praticato dalle fabbriche che smembrano e ricompongono grandi quantitativi di rottami - prevalentemente metallo pesante - rinvenuto a frammenti dagli scarti di produzione o dall'immondizia, grazie ai raccoglitori informali. Il materiale perviene, attraverso una rete di scambi, dal settore informale a quello formale. A Nairobi il settore informale genera il 20% del reddito, a Mombasa il 35%, a Malindi e Nanyuki, città kenyote minori, il 50%» (Ibidem: 129). In effetti, nei Paesi indigenti vi è un elevato riuso e anche un riciclo (utilizzo del materiale riprocessato) dei beni che hanno esaurito le loro funzioni primarie, e persino sull'immondizia del consumo, come conseguenza della povertà. L'uso secondario non esercita attrattiva ed è una soluzione di estremo ripiego. Tuttavia, la gamma delle funzioni di cui può venire, seppure approssimativamente, investito un oggetto già usato, è stupefacente. Ciò sta esattamente all'opposto di quanto forniscono i mercati dei Paesi economicamente floridi: ogni bene è provvisto di un'alta qualità ed è specializzato in una o più distinte funzioni usate comunque in modo insufficiente. Mentre in Europa l'immondizia è sinonimo di seccatura, in Senegal, Colombia, Madagascar, India, Marocco, come in tutti i Paesi in via di sviluppo, essa viene utilizzata generando impieghi e nuove risorse. «Tra i due mondi, eccesso di abbondanza da un lato, e dramma della penuria dall'altro, è possibile stabilire dei ponti affinché l'esperienza degli uni possa servire e trasmettersi agli altri. L'immagine del Terzo mondo attivo, creativo, che intraprende e interpreta nuove strade, non può che essere positiva perché in ogni città povera esistono occupazioni legate al recupero e al



riciclo: 25.000 persone vivono di questo a Bogotá, 10.000 al Cairo, 100.000 a Bombay. Dal bollitore in metallo alla valigia in plastica, passando per i tappeti i giocattoli e gli strumenti musicali: dal materiale di recupero è possibile costruire un grande numero di cose» (Les Recyclades, 1994). «L'usato è usatissimo in Brasile, non si butta via niente, i *favelados* sono quelli che riutilizzano più di tutti» (Bernareggi, 1972: 30). In Kenya la maggior parte dei prodotti ha una seconda o terza vita, talvolta con una funzione simile o diversa dall'originale.

Se ci addentriamo a esaminare i beni riusati e ritrasformati nei Paesi in via di sviluppo potremo notare che ciò che li arricchisce sono le originali e innumerevoli 'calligrafie' spontanee impresse, frutto sia delle necessità sia delle conoscenze individuali: un'estrazione di ulteriori funzioni dall'articolo, seguendo uno schema intelligente che sfrutta le caratteristiche del materiale rinvenuto, o la forma che esso già ha, o le parti in buono stato rimaste.

È con l'intento di fornire uno scorcio sulla varietà d'interpretazione degli articoli usati, o di 'ri-design secondo le necessità' esistenti nei Paesi africani, che riporterò alcuni esempi.

In Somalia le fascette metalliche che tengono legati i rotoli dei materassi nuovi vengono poi riutilizzate per fare le inferriate delle finestre. In Senegal, con la ridotta lamiera delle lattine per gli alimenti, si costruiscono automobili: hanno ruote costituite da strisce di gomma provenienti da vecchie camere d'aria ed i vetri fatti con frammenti di plastica incastrati.

In Mauritania con i resti di tubi in Pvc si fanno dei bracciali: la tecnica è mutuata da quella più antica che utilizzava l'ebano sul quale venivano incastrati dei fili d'argento; l'uso di questo scarto dà un prodotto migliore del tradizionale perché costa meno ed è più resistente.

Le borse di plastica, lasciate in giro dopo l'uso e che provocavano la morte del 30% dei bovini che le avevano ingerite mentre le altre abbandonate sul suolo contribuivano a filtrare i raggi ultravioletti, desertificandolo, hanno spinto vari organismi senegalesi nel 1996 a valorizzare questo scarto. Un corso rivolto a 25 donne aveva l'obiettivo di istruirle a fabbricare - con fili di plastica ricavati dalle borsette - degli oggetti lavorati a maglia, all'uncinetto o cuciti, quali zaini, portachiavi, bambole, bracciali. I nuovi prodotti hanno liberato da grandi quantità di borse abbandonate, e sono stati venduti e apprezzati, fornendo al contempo anche lavoro ai ragazzini che raccoglievano e lavavano le borse prima del riuso (Villa, 2000).

Gli artigiani, che si approvvigionano dai raccoglitori informali di piccole quantità di rottami, di metallo leggero e talvolta di quello pesante (col quale costruiscono gli attrezzi), producono oggetti che soddisfano quasi tutte le richieste del mercato; tuttavia i prodotti hanno scarse prestazioni e breve durata perché l'esigenza è di mantenere i prezzi bassissimi.

I lavoranti, con la tecnica dei giunti saldati trasformano contenitori di spray, lattine e fogli di metallo in lampade a paraffina e a stoppino, fornelli a carbone jiko, stufe, grattugie, caraffe, tazze, caldaie, tubi da stufa, imbuti da olio, grondaie, palette per la spazzatura, secchi, etc. Questo tipo di lavorazione richiede una certa abilità e delle attrezzature per saldare.



Con un'altra tecnica, quella dei giunti incastrati per mezzo di ribattimenti e piegature di lamiera, vengono lavorati gli scarti di fogli di metallo e i contenitori; per martellare ed appiattare, in special modo le spesse taniche di olio e catrame, viene usato l'albero secondario delle auto. Dai fogli sagomati si ricaveranno scatole e bauletti di metallo, mensole da cucina e giocattoli; con le lattine in banda stagnata si fabbricano carburatori, imbuti e altro. Questo tipo di lavorazione non richiede speciali abilità se non la velocità con la quale si diventa competitivi. Con i resti dell'alluminio, attraverso un prolungato martellamento che necessita di una notevole forza fisica perché si assottigliano i fogli fino a far loro assumere la forma desiderata, si producono padelle, pentole, serbatoi, grondaie, catini, tazze da tè, mestoli e bollitori.

Vi sono prodotti ottenuti con la forgiatura. Questa richiede la padronanza di tecniche per forgiare, e un *set* di arnesi adatti alla lavorazione ad alte temperature. Si rilavorano sbarre di metallo e acciaio rinforzato proveniente dall'industria e dagli scarti delle armature degli edifici; si trasformano in attrezzi agricoli quali zappe e aratri da bestiame, letti, sedie, biciclette, portapacchi di bici, attrezzi da lavoro, porte d'acciaio, tavole in metallo e altro. Dei motori delle auto si riusano le molle delle sospensioni, che sono tagliate in forme regolari e profilate a caldo, per fare coltelli da macellaio, scalpelli e molti altri arnesi (Ibidem).

Nello *shum* di Nairobi un ricercatore descrive: «con le lamiere delle auto vengono fatte delle valigie tipo baule, fornellini a carbone, pentole, case e serrature per le abitazioni. Le molle dei sedili delle auto sono usate per costruire divani e sedie» (Flores, 1997: 1). Ad Embu, secondo la testimonianza del geometra Sartirani volontario dell'Acra, i manovali che lavorano alla costruzione della cattedrale, hanno scalpelli e martelli fatti con le balestre di vecchi camion e auto; i recipienti per mescolare il cemento e i secchi sono invece ricavati dalle lamiere degli autoveicoli. Gli assali delle auto vengono riusati nei carretti a trazione animale le cui ruote sono i pneumatici delle auto; le gomme vengono altresì usate per fare sandali e ciabatte i cui cinturini sono costituiti dalle camere d'aria usate. Gli scarti di pochi centimetri dei tondini delle armature sono battuti e congiunti a freddo fino a farli divenire delle rotelle per carriole (Sartirani, 1997).

Le case sono prevalentemente fatte con legno e fango e col tetto in lamiera o interamente in lamiera ricavata da bidoni vecchi aperti, battuti e poi inchiodati. I pezzi di vetro rotti vengono posti sui muri di cinta per evitare intrusioni. La carta di riviste e giornali viene usata per tappezzare le case, mentre le buste di plastica aperte servono come impermeabilizzante (Villa, 2000).

La relazione tra il primo uso e i successivi è importante per i rischi a cui si espone la salute degli acquirenti dei nuovi prodotti. Per esempio i fusti che originariamente contenevano pitture, olio lubrificante, pesticidi e altri materiali tossici sono spesso riusati per contenere acqua e per fare padelle e tegami. Anche gli artigiani che li mondano dai resti dal precedente prodotto per procedere alle lavorazioni sono a rischio perché nessuna precauzione né attrezzatura di protezione viene da essi minimamente adottata (Masera, 1996).

I Paesi in via di sviluppo possono beneficiare delle ultime tecnologie che si mettono a punto in Occidente senza seguire i lenti processi delle innovazioni. Attualmente ogni



anno in Africa si spendono 17 miliardi di dollari per il cherosene destinato alla cottura dei cibi, al riscaldamento o ad alimentare le lampade. Durante la combustione esala diversi gas nocivi: è inquinante per l'ambiente esterno ed estremamente nocivo per gli usi domestici. Ciò va ad aggiungersi alla lista delle deficienze sanitarie e ai rischi delle persone povere. Se questa fonte di combustibile venisse rimpiazzata con energia solare se ne trarrebbe un grandissimo beneficio (Nolens, 2010). La domanda di luce artificiale nei Paesi poveri è colossale: quasi due miliardi di persone hanno come unica fonte di illuminazione il sole, che è spento per almeno dodici ore al giorno. Durante queste ore di buio assoluto le persone sono obbligate a interrompere ogni attività e a ritirarsi, anche per maggior sicurezza, nelle loro dimore a volte usando pile per brevi mansioni o lampade a cherosene (Kelso, 2010).

I prodotti elettrici innovativi basati sull'uso del solare si stanno imponendo in Africa, però sono quelli convenzionali per niente convenienti che, a causa delle grandi distanze e della faticosa delle reti di distribuzione, spreca una quantità incredibile di energia. Se in Europa le energie alternative ricevono ancora dei sussidi per spingerne la commercializzazione, in Africa non rischiano la concorrenza ma risentono degli insufficienti distributori: le aree rurali hanno persino scarsissimi rifornimenti in cibo, medicine, merci e batterie. Si potrebbero in effetti vendere diversi prodotti energetici innovativi e successivamente ampliarne l'estensione sui mercati: cellulari con relative ricariche, connessione in rete di computer, lampade solari, mulini a vento per produrre energia, etc. In Africa occorrono solo 2,2 euro per connettere una persona a Internet, e appropriate tecnologie leggere possono portare utilità enormi e far uscire dall'isolamento le comunità disperse, nonché mobilitare piccole quantità di denaro per uno scopo di sicuro sviluppo.

Significativo è l'esempio di un ragazzo malawiano, Martin Jakubco, che nel 2001 ha inventato una rudimentale turbina a vento per pompare acqua e produrre l'elettricità utile per caricare i cellulari del suo villaggio. Questa è diventata una fonte di guadagno sicuro per la sua famiglia proprio in un momento di grande carestia (Ibidem). Philips ha assunto l'incarico di sviluppare nel continente africano soluzioni per un'illuminazione sostenibile ad un prezzo contenuto. Si tratta di lampade funzionanti a batteria solare che ricaricandosi di giorno forniscono sei ore di luce durante la sera. Procurando ai villaggi qualche ora di luce artificiale si otterrebbe una prolungata apertura delle attività commerciali e lavorative, lo svolgimento di compiti sociali e per la comunità, ampliare le ore dedicate all'apprendimento, di praticare degli sport in ore serali in cui il calore è smorzato (nei nuovi campi sorti in Kenya e Uganda i giovani sportivi hanno grande predisposizione e motivazione).

La luce agisce pure come sollievo per i disastri e migliora le situazioni di insicurezza e paura. Tutte queste funzioni generano dei nuovi posti di lavoro sia nella promozione dei nuovi prodotti elettrici sia come ricaduta benefica della loro installazione e uso (Ibidem).

In definitiva, le tecnologie devono adattarsi ai bisogni delle persone e non viceversa.

Il programma 'carburante dai campi' ha l'obiettivo di creare in Haiti delle microimprese specializzate nella produzione di una fornitura sicura e continua di carbone, venduto a bassissimo costo e fatto con gli scarti agricoli. Gli altri benefici di questo



progetto sono di ridurre gli inquinanti degli altri combustibili, che producono gravi infezioni respiratorie, limitare i danni ambientali causati dalla deforestazione e creare nuove opportunità di lavoro (www.iddsummit.org/projects/fuel-from-the-fields, 2010).

Un design premiato per la sua innovazione è quello presentato dallo studente inglese Daniel Sheridan. Contribuisce alla riduzione della dipendenza di energia nei villaggi del Terzo mondo. Domandando l'aiuto dei bambini, che fanno girare una giostrina nel cortile della loro scuola, riesce a fornire energia utile per le attività scolastiche. Il potenziale mercato per questo prodotto è grandissimo in ogni continente dato che senza elettricità lo sviluppo è estremamente difficile (www.coventry.ac.uk/, 2008).

L'International development design summit (Idds) riunisce persone di tutto il mondo per costruire tecnologie che migliorano la vita delle persone nei Paesi in via di sviluppo. Nel 2010 l'Idds si è tenuto in Colorado ed era focalizzato sulla costruzione e consegna di prototipi a chi ne avesse bisogno - lo scambio è avvenuto principalmente con popolazioni del Ghana - con l'intento di diffondere le innovazioni. I partecipanti avevano l'opportunità di sviluppare e risolvere vari problemi, nonché dimostrare le loro doti imprenditoriali appoggiandosi a piccoli artigiani e imprenditori ghanesi. I modelli più promettenti sono poi stati esposti ad Accra. Si trattava di una pressa che accelerava il processo di estrazione dell'olio dalle noci dell'albero del burro, di uno strumento per generare elettricità da una giostra per bambini, di una macchina per ottenere prodotti riciclati dai sacchetti d'acqua usati, di una serie di attrezzi che possono essere usati per spaccare le noci, di un *dispenser* di cloro per disinfettare l'acqua da bere, di un attrezzo per grattugiare a mano ma velocizzare la lavorazione della cassava, di una batteria fabbricata con materiali locali e facile da assemblare, di una trebbia che migliora la qualità del riso filtrando i sassolini, di una simpatica latrina per incoraggiare i bambini al suo uso, etc. (www.iddsummit.org/, 2010).

I prodotti sono stati inventati seguendo un approccio nuovo, che è quello riassunto dalle dichiarazioni di Demotech, una Ong olandese: ripensare al concetto del bene proposto, ri-disegnare gli attrezzi che lo costruiscono e sviluppare un funzionamento che lo renda accessibile a tutti. L'Ong lavora per migliorare la vita della gente con piccoli espedienti tecnologici, domandando la partecipazione, e con suggerimenti di design che provengono da diverse discipline, abilità e conoscenze (www.demotech.org/, 2010).

Al Cooper-Hewitt national design museum in New York City si è tenuta nel settembre 2007 un'esibizione nuova nel suo genere: *Design for the other 90%*. Una mostra che evidenziava il fatto che il design comunemente inteso e che modella i prodotti, non è adatto - se non addirittura disastroso - per il 90% della popolazione che non si può permettere l'acquisto di tali oggetti o li usa in seguito scomponendoli in pezzi e per altre funzioni. E viene polemicamente fatto notare che la popolazione americana, che è tra quelle che consuma più risorse al mondo pro capite, non può verosimilmente dare consigli o fare progetti, sull'utilizzo sapiente dei beni (col fine di diminuire l'impatto ambientale), a chi vive in povertà assoluta e usa come risorse principali gli scarti degli altri.

Tra i progetti esposti alcuni sono stati premiati: una cannuccia per rendere potabile l'acqua da bere, una bicicletta con un'estensione per portare grandi pesi (nei Paesi



poveri la bicicletta è tirata piuttosto che fatta correre), un computer dal prezzo molto ridotto.

Provocatoriamente i responsabili si chiedono se sono davvero queste le innovazioni di cui si sentiva la necessità: «non abbiamo bisogno di rifondare altre società a nostra immagine, e l'idea del design offerto, sostenibile o meno, può essere sentito come molto invadente da chi viene da secoli di colonialismo [...]. E fintanto che i designer spenderanno la maggior parte del loro tempo in auto-valutazioni resteranno distanti dal dialogare e dall'apprendere le necessità effettive di miliardi di persone» (www.other90.cooperhewitt.org/, 2007).

La prima sfida per il Sud è quella di creare «un nuovo concetto di mercato che incoraggi [...] il tradizionale rispetto per la sostenibilità [...]. Questo va fatto attraverso [...] la progettazione del contesto di una generazione di prodotti e servizi nuovi [...]. Ad esempio, nelle società tradizionali il modo di compiere le azioni si è perfezionato nel corso del tempo. Queste società hanno sviluppato un metodo per lavorare con una certa economia di gesti [...]. Quando queste persone emigrano in nuovi contesti conservano questi schemi [...]. Sarebbe per il design una sfida nuova [...] (considerare) le capacità tradizionali relative alla produzione degli oggetti» (Panghaal, 1997: 102). Se c'è una risposta ragionevole che il design può offrire ai Paesi in via di sviluppo, questa parte dal fatto che occorre vivere tra gente diversa per comprenderne e apprezzarne valori, prospettive e costumi sociali, e questo è un eccellente utensile per incominciare a proporre un design adatto a loro (Fisher, Shipton, 2010).

6. Verso un design sostenibile e globalmente utile

«Chi pensa che ci sia un uso infinito di risorse finite o è un incosciente o è un economista» (Anonimo).

«Secondo il calcolo di un antropologo, una famiglia della tribù dei navajo possiede una media di 256 oggetti contro i 10.000 di una famiglia tedesca. Possedere dei beni per noi significa tributar loro importanza e occuparsi delle funzioni che questi sanno compiere. I possessori di molti beni sono contraddistinti da una detestata ristrettezza di tempo; ciò provoca in essi un senso di colpa perché non riescono ad approfittare delle distrazioni, ma per acquistare quegli articoli si lavora ben più del tempo ragionevole per un essere umano» (Villa, 2000: 237).

Possiamo creare una società sostenibile? Cosa significa? Come dobbiamo comportarci? Come modificare le cose e riorganizzare le produzioni per pervenire a questo?

Nel mondo insostenibile di oggi, dove i prodotti sono ambiti, acquistati, brevemente usati e presto buttati - sebbene ancora funzionanti - per far posto ad altri, ci si domanda come mai i consumatori siano entrati in questa spirale così distorta.

Secondo Chapman un motivo del disfarsi degli oggetti è per i fruitori, la loro breve, frantumata relazione con gli articoli. Da affrontare quindi è la psicologia del consumatore e le motivazioni profonde che danno senso alla condizione umana. Il design emozionale che l'Autore propone, oltre ad avere come obiettivo principale quello di ridurre il consumo e i rifiuti con la biodegradabilità, riciclabilità, disassemblaggio degli articoli,



incrementa la relazione tra consumatore e prodotti attraverso strategie creative di design ed esplorando nuovi modi di ragionare sugli oggetti (Chapman, 2005). Occorre quindi ripensare la cultura materiale, gli articoli che inondano una società saturata di desiderio, gli oggetti effimeri o inutili e quelli dalla durata brevissima (Walker, 2006).

L'illusione del progresso ottenuto attraverso un'esibizione di materiali seducenti ha mostrato il risvolto di pratiche tanto allettanti quanto stolte. Ad esempio i modi in cui sono confezionati i beni sono almeno per metà inutili ed effimeri dato che gli involucri si buttano appena ci si è impossessati del contenuto. Già solo il riciclo delle confezioni ridurrebbe di molto la quantità di CO₂ e il flusso d'immondizia; e ogni ri-uso è un prodotto in meno acquistato (Fisher, Shipton, 2010). Tuttavia, nel frattempo siamo dissennatamente invitati a cambiare auto, televisione, computer e telefono! Quando poi «una grandissima parte della vita di un bene trascorre senza che questo effettui alcun lavoro: ingombra mentre decade, attendendo che le persone se ne servano» (Villa, 2000: 233). Il valore del possesso dei beni a cui siamo abituati deve essere sostituito dal valore di scambio prima, e dal valore del ri-uso poi. L'obsolescenza programmata, che segna la fine dei nostri frigoriferi o macchine fotografiche, dovrà essere sostituito da una serie programmata di fasi a utilizzo eventualmente più ridotto e a cascata (Ibidem: 233). Cambieranno i riferimenti culturali sul valore di ciò che ci circonda. «In un mondo neotecnico si dovrebbe considerare che valgono di più gli oggetti che sono ottenuti con minor consumo di energia e di materie estratte dalla natura [...] valgono di più le merci e i manufatti che durano di più, che sono più adatti ad una facile manutenzione, che generano minori scorie e rifiuti, che hanno un minor costo ambientale [...]. Una svolta neotecnica deve [...] cercare nuovi canoni di efficienza, valore e bellezza, alla luce dei vincoli con cui dovranno fare i conti i terrestri del XXI secolo» (Nebbia, 1997: 57).

Riferendoci al *performance concept*, cioè all'uso degli oggetti per tutte le prestazioni che hanno, oltre a quello comune per il quali sono stati destinati (Cavaglià, 1976), occorrerà investire creativamente sugli usi impropri, secondari o ennesimi nonché sulla plurifunzionalità simultanea di un oggetto. La progettazione dovrà inoltre prendersi carico delle qualità, impatti e difetti ambientali rimasti successivamente al primo uso, responsabilizzarsi sulle conseguenze degli smembramenti e sui riutilizzi, anche impropri, di parti dell'oggetto. Il fatto che sia lo stesso progettista ad occuparsi sia dell'arrivo che del rifiuto/riassorbimento delle merci fa sì che possa collocarle nel modo più appropriato, seguendo una catena distributiva di funzioni (Villa, 2000). Il *design for the environment* eliminerà dal ciclo di vita del prodotto tutte le fasi inutilmente dispendiose, i processi e i componenti ambientalmente più pesanti. Dovrà agire, inoltre, aumentando la modularità nel progetto, riducendo i cambiamenti di materiali, utilizzando componenti riusati e riciclabili, favorendo i fissaggi meccanici anziché quelli con collanti, viti o saldature (Ufford, 1996).

Adottando un utilizzo prolungato un bene esaurirà le sue molteplici funzioni, che possono persino quintuplicare; l'importante è che dall'inizio si riconoscano le sue potenzialità e che non vengano compromesse le parti o interrotta l'integrità del materiale. L'evolversi del concetto di riuso implica rispettare e manifestare le peculiarità materiche degli oggetti; ciò serve a facilitare il loro riconoscimento nel tempo poiché proprio da queste doti partirà il loro riutilizzo. Si usano bene i materiali quando «un



divano viene rivestito di stoffa o di pelle (la plastica non lascia respirare il corpo), un cestino per il pane viene fatto di paglia o di legno o di bambù, una pattumiera è costruita di plastica leggera e lavabile; quando cioè nella progettazione non si considera solo il lato estetico o strano, ma anche la scelta di una materia giusta secondo la funzione» (Munari, 1994: 69).

È richiesta perciò una concezione sapiente: ricerca di materiali simili che offrano uguali o migliori prestazioni, complementarità con prodotti già esistenti, facilità di installazione e riparazione, non nocività, contenimento dell'inquinamento e del consumo di energia in tutte le fasi di vita del bene, vantaggio economico e aspetto accettabile (Villa, 2000).

Occorrerà predisporre le parti utili anche per altre funzioni, in modo che siano facilmente amovibili, prevedere la durata del manufatto e un agevole riuso delle parti, anche quelle che hanno scadenze diverse tra di loro, e possibilmente la biodegradabilità finale. Il produttore dovrà rendere disponibili, prima al consumatore e poi al rivenditore dell'usato, tutte le informazioni qualitative ed ecologiche concernenti l'articolo: maggiore sarà il numero trasmesso più precisa sarà la ricollocazione dopo la prima vita.

È indispensabile che al momento dell'immissione sul mercato di un articolo si prevedano i futuri canali di assorbimento o dell'articolo o dei materiali disaggregati (Ibidem). Ogni società dovrà comunque smaltire e riprogrammare i rifiuti anche nelle proprie catene produttive. L'ottica di riusare, e poi riciclare, quantità sempre maggiori porterà a lavorare i rifiuti con tecnologie specifiche; nasceranno sempre più imprese che costruiranno beni solo con componenti recuperati. Il rifiuto sarà una particolare risorsa che inciderà nell'organizzazione del territorio, la cui lavorazione, assorbimento e riciclo dovrà essere introiettata nei siti, conteggiata nelle potenzialità di questi, nella mobilità nella forza lavoro, nella qualità della vita, etc. Esso diverrà verosimilmente un elemento strutturale della pianificazione, passibile di valutazione integrata tra metodo, tecnologia e consenso (Ibidem).

Dovremo apprendere ad utilizzare beni di proprietà comune, o noleggiati da società di *leasing*/produttrici, che all'obsolescenza dell'articolo lo sostituiranno con uno più efficiente, risparmiando costi ai singoli e risorse alla comunità. Oppure, il consumatore che desidera acquistare per sé della merce fatta con materiali vergini per delle precise funzioni dovrà spendere una cifra maggiorata; infatti, se si aumentasse il costo dei beni nuovi ne guadagnerebbe la qualità e così diminuirebbe la circolazione della merce con risparmio sui trasporti. E si conferma il sistema che al momento dell'acquisto di un articolo si pagano anche gli usi successivi al primo: in questo modo, il costo iniziale non compenserà solamente gli scambi commerciali equi, ma funzionerà come tassa di trasporto e rilavorazione degli usi successivi dei beni. Questa risorsa monetaria, se ritorna ai Paesi dai quali provengono le risorse, potrebbe accelerare le innovazioni tecnologiche, e rendere più sostenibili le estrazioni (Ibidem).

Potrebbero prendere avvio altre «attività simili a quelle praticate dalla gente che abita nelle città del Terzo mondo: oggetti e sculture costituite con vetri, metallo e plastiche riciclate, dalle particolari colorazioni, dalle inusuali caratteristiche materiche. La progettazione sostenibile significherà scambio globale di idee tra persone volenterose e creative, che cercano di sopravvivere ovunque» (Ibidem: 231). Più concretamente si



potrebbe ad esempio «concedere a un'industria il permesso di vendere i suoi beni in un Paese indigente solo se accettasse di proporre confezioni riutilizzabili per uno scopo secondario, se fornisse le informazioni per renderlo possibile, e se propagandasse i suoi prodotti in modo che il fascino di questi sia messo in relazione all'uso secondario» (Lynch, 1992: 205).

Un'altra ipotesi vedrebbe ritornare ai Paesi poveri una parte di beni sotto forma di scarti di lavorazione, prodotti eccedenti e fallati, oggetti ingombranti ancora utilizzabili, resti di case abbattute dalle quali sono recuperabili dei componenti. O più semplicemente zattere di inerti e rottami non pericolosi dai quali si può estrarre ancora materia prima... e le frazioni inservibili verranno usate come materiale di riporto per innalzare rive e zone facilmente allagabili. Se i fruitori dei beni usati li riceveranno a bassissimo prezzo non si soffermeranno sugli aspetti lacunosi e impiegheranno volentieri il loro tempo e le abilità per ripararli. Col dono della merce si stimoleranno le capacità creative; le azioni andranno dalla selezione all'utilizzo delle parti in buono stato, dalla fabbricazione di quelle mancanti alla manutenzione, pulizia e rimessa in esercizio (Villa, 2000).

La necessità di sopravvivenza delle persone indigenti le spinge ad adeguarsi e a scovare nelle risorse più infime sostituti efficaci di funzioni: oggetti imprecisi, antidesign, fatti di materiali impropri, utilissimi. Una scatola portauova in cartone diventa contenitore di porzioni di tè, le camere d'aria di pneumatici diventano recipienti per pescare acqua dai pozzi, i fusti di benzina tagliati dei barbecue, il cartone diventa un giaciglio. Che senso ha il design - un lusso sterile - in questi casi? È il bene rinvenuto e già formato e la sua consistenza materica che ne suggeriscono l'uso (Ibidem).

Secondo Dalisi «l'intervento istintivo è spesso il risultato più vivace e socialmente più riuscito di quelli seriamente programmati e disegnati da buoni architetti proprio perché, a differenza di questi, (gli uomini comuni) si formano strutturandosi nella imprevedibilità» (Colombo, 1977: 41). Le difficoltà odierne a gestire i processi che emettono dei risultati dipendono dalle complesse possibilità offerte da beni e materiali: le troppe qualità imbrigliano e disorientano. Viene anche dimostrato da un esperto del settore che il riuso spesso viene praticato individualmente, contro corrente, e contro le disposizioni delle municipalità e a dispetto (piuttosto che guidati) dai designer, i quali seguono sistemi consolidati di promozione e/o smaltimento non certo i più economici, né i più sensati, né i più innovativi (Cooper, 2009). È anche da considerare che il miglioramento progettuale non va «di pari passo col potenziamento della memoria e col grado di sofisticazione della macchina [...]; l'estendersi delle opzioni non può sostituirsi alla capacità creativa, la necessità di un'attenta attività progettuale (basata anche su fattori suggestivi e percettivi) in questo settore è quanto mai necessaria» (Bistagnino, 1995: 138).



7. Per una sostenibilità in evoluzione dinamica, con scambio di idee, beni e scarti tra Paesi sviluppati e Paesi in via di sviluppo

Esempi di pratiche anticipatorie, promotrici di un disegno diverso, sono già state messe in atto, e ne illustrerò alcune. Certi settori come quello delle costruzioni e quello dei trasporti, che hanno un grandissimo impatto sulle risorse e sul disegno del territorio, sono così vasti che sono obbligata a ridurre le informazioni in modo quasi didascalico.

Gli edifici sono un prodotto complesso, che provvedono riparo e ristoro, incoraggiano la produttività, incorporano cultura e arte, sono il supporto delle comunicazioni ed hanno assunto un ruolo rispetto al passato che è mutato considerevolmente. L'economia delle funzioni degli edifici è diventata complessa come il suo design che dovrebbe comporla. Gli edifici sono responsabili per il 48% delle emissioni di Co₂, ma anche l'aria interna è inquinata e spesso provoca o aumenta le malattie. Le cause oggettive risalgono a com'è progettato e costruito l'edificio, ai materiali impiegati, ma anche all'inquinamento acustico-visivo o al degrado sociale entro cui è intrappolato. Di conseguenza, è l'intero processo di ideazione degli edifici che deve essere rivisto, anche in funzione della qualità del vivere e di quanto richiedono gli occupanti (Activehouse, 2010). Ci si appella perciò a un processo di design integrato (*integrated design*) in cui gli edifici agiscono come sistema che ordina innumerevoli sottosistemi. Il fine è di lavorare in complementarità, conferendo il giusto peso a ogni parte: i costi, l'impatto sul sito e quello globale sull'ambiente, le influenze architettoniche, la struttura, la produttività, l'efficienza, la creatività verso cui dispone l'edificio, l'uso che se ne farà, la flessibilità futura, come gli occupanti si sentiranno vivendoci dentro giorno per giorno, quale energia impiegare, i sistemi tecnici, il ciclo di vita di tutto il progetto casa. In valori certi: cosa consuma, quanto inquina e che materiali impiega. I componenti edili devono anch'essi derivare da un design sostenibile. A questo scopo si ricorre ai *label* per verificarne le qualità. Come priorità occorrerà identificare nuove forme di energia non fossile per il riscaldamento, per l'aria condizionata e per la ventilazione, cercando di ridurre al minimo l'apporto esterno di energia o in certi casi a eliminarlo del tutto. Esempi oggi ve ne sono parecchi, ma non costituiscono la norma, come il *City council office* in Melbourne, che utilizza le torri di vento per creare un microclima interno che non richiede condizionamento (Smart-ecobuildings, 2010). Anche il centro JM Tjibao, inaugurato a Noumea in Nuova Caledonia dell'architetto Renzo Piano, consta di una sequenza di strutture costituite da gusci in legno, che grazie ai diversi campi di alta o bassa pressione generati intorno alle vele, climatizzano gli interni in modo naturale. Gli involucri di varia altezza, attraverso la tessitura lignea che è sottoposta alle correnti ventose, vibrano come casse armoniche producendo suoni. L'*input* degli usi multipli attenua l'inevitabile passaggio di una struttura alla fatiscenza mantenendo in vita le attività parallele (Villa, 2000).

Si pensi ancora alla vasta produzione danese, ecologicamente attiva dai lontani anni Settanta per contrastare in modo sensato le asperità del clima.

I progetti interessanti dal punto di vista dell'uso di ogni risorsa e della partecipazione degli abitanti negli anni si sono moltiplicati. Tra i più recenti esempi è noto il villaggio



di Stenløse che conta 750 case, realizzate dal 2004 a oggi, tutte rigorosamente costruite con i più alti standard di risparmio energetico.

Il Giappone porta il caso di Nagoya, città che ha cercato con il design di affrontare alcuni dei più importanti problemi dello sviluppo sostenibile.

Caratterizzare le differenze con scelte e strategie locali significa riferirsi esattamente al contesto geografico e socio-produttivo: un comune approccio, con diverse soluzioni e priorità. Gli edifici devono così diventare estremamente sensibili alle condizioni dell'intorno e versatili, altrimenti riducono le loro funzioni a quelle di base, che sono insufficienti per giustificare la quantità di materiali e di denaro immobilizzati. Mentre si va incontro ai bisogni della gente occorre fornire anche valori sociali e culturali. Dunque l'approccio olistico (*holistic cycle life approach*) è necessario per intervenire nella ricostruzione di tutte le città, in quanto esse sono come un corpo le cui funzioni devono essere completamente riassettate. La metodologia suggerita è di lavorare su concetti che incontrano consenso, non solo alle innovazioni tecnologiche: queste non sono l'unica soluzione. È l'uso che ne fa la gente che diventa la vera discriminante: la scelta individuale nell'uso di un bene o di uno strumento ne costituisce l'attrazione sociale. Di conseguenza sono decisive le scelte di progettazione e la comunicazione sull'uso del manufatto e dei suoi sottosistemi e componenti (www.ecobuilding-club.net, 2010).

Secondo l'analisi di Rifkin gli edifici esistenti entro i prossimi dieci anni devono essere convertiti verso un funzionamento virtuoso e quelli nuovi dovranno dare emissioni nulle e diventare essi stessi una fonte di energia. Ogni edificio fornirà le utenze domestiche, più altre come il caricamento delle batterie per l'auto elettrica o di altri motori, producendo una quantità di energia maggiore di quanta ne necessita. La casa dovrà evolvere la sua funzione e diventare anche una macchina per fabbricare energia: «la prossima rivoluzione industriale sarà una corsa contro il tempo e il precipitare degli eventi» (Rifkin, 2008: 4).

Attingo ad altri campioni nel vastissimo settore dei trasporti. Le navi cargo che solcano i mari sono responsabili al 3% delle emissioni mondiali di CO₂ nel 2007, con un incremento previsto del 18% entro il 2050; ma le disposizioni delle Nazioni unite sono perentorie e le compagnie di navigazione si accingono ad effettuare visibili innovazioni. Lee Sokje, un analista presso il *Mirae asset security* di Seul, sostiene che «o si è davanti, in anticipo, o si è fuori dal gioco». Nippon Yusen, proprietario della seconda flotta più grande al mondo, sta investendo 743 milioni di dollari per i prossimi anni nel controllo delle emissioni. Tra le iniziative che s'intende applicare alle nuove navi la compagnia sta testando la lubrificazione ad aria, che riduce le emissioni di CO₂ del 10%. La tecnica consiste nel creare con un compressore delle bolle d'aria, spingerle e farle scorrere sotto la nave, riducendo così la frizione tra lo scafo e l'acqua. Nyk Super Eco Ship 2030 è una nave commerciale a propulsione principale costituita da cellule combustibili funzionanti a gas, ma è equipaggiata anche con otto vele retrattili che si distendono in 31.000 mq di pannelli solari che saranno direzionati per la massima esposizione al sole. Già due navi di questo tipo sono state commissionate. Questo sistema combinato ad altri, come la lubrificazione ad aria e l'uso del vento, prevedono di portare la riduzione delle emissioni di CO₂ al 69% (Bloomberg Businessweek, 2010).



Solar impulse è un progetto che Bertrand Piccard sta portando avanti dal 2003 in collaborazione con il Politecnico di Losanna. L'idea è di volare usando unicamente l'energia del sole e perciò si sono sviluppati dei materiali estremamente leggeri, ma resistenti per la costruzione di due prototipi sperimentali. Il secondo progetto, che migliora il primo, riguarda il prototipo deputato a compiere il giro del mondo; esso ha un'apertura alare di 80 metri come l'Airbus A380, pesa due tonnellate, ma porta solo il pilota dotato di un equipaggiamento essenziale. Usando un motore elettrico ricaricato di notte per dare impulso alla partenza e alla prima velocità - 40 km/h a terra e 75 km/h in volo - il *Solar impulse* punta ad un'altezza sovrastante le nuvole per ricaricare i pannelli (un totale di mq 256) di cui sono coperte le ali. L'aereo è leggero e poco potente e deve viaggiare durante le ore centrali della giornata per sfruttare la luce del sole: a sera deve quindi atterrare, anche per il cambio pilota. Al momento attuale si stanno compiendo i primi voli col secondo prototipo, e sono stati tutti positivi. I piloti sono entusiasti del risultato ottenuto e persevereranno con lo sviluppo di questo aereo proiettato verso il futuro, il cui brevetto è libero da copyright (Piccard, 2007, www.solarimpulse.com, www.windofhope.org).

Nel *fashion design* il Programma zero scarti sta per essere avviato in varie scuole di moda. Si stima che il 15-20 % dei tessuti siano tagliati via durante le fasi di manifattura degli abiti, e per questi costa meno buttarli che reimpiegarli. La richiesta di cambiamento ha scosso anche questo settore e indotto ad aprire programmi che analizzino come evolvere in fatto di taglio e confezione degli abiti così da ridurre lo spreco di stoffe. Parsons, la prestigiosa scuola di design di New York, e il *Center for pattern design* in California, stanno tentando queste nuove strade, non del tutto coronate da successo perché si tratta di trovare delle fogge di abbigliamento inusuali che sottostanno ai nuovi principi (drappeggi, *pinces*, pieghe invece di innumerevoli tagli), e di conseguenza gli schemi diversi farebbero reimpostare tutta la catena delle macchine di produzione dei capi di abbigliamento (Rosenbloom, 2010).

Il cotone da corteccia, detto *lubuggo*, è un prodotto tradizionale molto antico di Buganda una regione ugandese; esso veniva usato per abiti cerimoniali, ma anche per avvolgere i defunti, i neonati e per fare lenzuola. Per un periodo è stato abbandonato a favore dei leggeri cotonei, ma ultimamente la produzione artigianale ha ripreso il sopravvento, anche perché le fibre di cotone da corteccia sono impermeabili alle punture di zanzare. Gli alberi scorticati, se avvolti dove viene asportata la pelle, la fanno ricrescere. L'uso è conosciuto anche in Ghana e in altre regioni tropicali dell'Asia, Indonesia, e del Pacifico, dove varie altre specie di alberi, tra cui il gelso, sono usati a questo scopo. Siccome molti linguaggi moderni derivano dal ceppo del bantu si pensa che anche l'uso del *lubuggo* si sia diffuso con la lingua (Stairs, 2010).

Un altro progetto utile e sostenibile promosso da Design for development society, un'associazione canadese di aiuto per le situazioni di povertà, ha identificato nell'Ovest del Kenya, la necessità di costruire e pilotare delle 'ambulanza portatili' laddove non possono arrivare le automobili, per trasportare le persone fino ai mezzi di trasporto o ai centri sanitari. Le barelle sono costruite in bambù (materiale reperibile localmente) e la manifattura, nonché la gestione dei trasporti, coinvolge la popolazione bisognosa di



aiuto come le vedove e le donne che devono diventare autosufficienti ([www. designfor-development.org](http://www.designfor-development.org), 2007).

Nel caso in cui si voglia invece tornare alle vecchie pratiche, rinnegando le nuove opportunità che vengono suggerite dalla popolazione, i risultati sono disastrosi, com'è accaduto al Cairo. Nel 1995 il governo di Jakarta decise di studiare la gestione dei rifiuti da parte degli zabbaleen del Cairo: la quota spontanea di popolazione povera che viveva recuperando ad oltranza i rifiuti della città. Il gruppo ritornò con delle idee che applicò al riciclo della carta, avendone un riscontro positivo e creando varie imprese che gestivano i sottoprodotti. Il processo si estese nei vicini Stati asiatici e in altri centri come a Metro Manila, migliorando la condizione di vita di molte persone. Contemporaneamente a Il Cairo gli zabbaleen, che riciclavano l'85% dell'immondizia, non furono integrati nel circuito di gestione pubblica dei rifiuti urbani, come invece speravano. Al contrario, la globalizzazione ha fatto sì che recentemente ditte straniere si occupassero dei rifiuti cittadini bruciandoli. Come risultato attualmente un terzo del Cairo non ha più alcun sistema di raccolta rifiuti peggiorando la sua vivibilità e pulizia, mentre fino a pochi anni fa l'immondizia costituiva per gli zabbaleen la principale fonte di manodopera, guadagno, nonché approvvigionamento di materiali per le imprese minime.

Secondo Serageldin, un architetto del Cairo che insegna ad Harvard, il problema dei rifiuti non sarà risolto connettendo i sistemi tradizionali di raccolta con quelli moderni proposti dalla municipalità (World watch institute, 2007). Questo esempio dimostra che in un mondo di rapidi cambiamenti, di società a economie diversificate e gravi emergenze ambientali da contenere, l'approccio deve essere invece concertato, globale e dinamico, ma di attenzione: cioè che tenga in dovuto conto anche le componenti più marginali, quelle da sempre trascurate perché lontane dal potere e non apportatrici dirette di ricchezza o detentrici di un sapere troppo eccentrico. Si tratta invece di pratiche uniche e originali da salvaguardare e trasmettere perché la trasformazione dovrà avvenire senza ulteriore consumo di risorse, se non quello di mantenere in vita la transizione verso un modello più completo ed equilibrato (Jatta, Rossi, 1985).

Innumerevoli vie si offrono per pensare la sostenibilità. Occorre innanzitutto connetterla con la riduzione della povertà e con la giustizia sociale, utilizzando la tecnologia per alleviare questi problemi. Da non omettere un chiaro quadro di base a cui riferirsi per prendere le decisioni: queste dovranno essere supportate da un'attenta e obiettiva analisi, da un'accettata metodologia operativa, da precisi impegni e da una comunicazione appropriata. Nelle *eco-cities/ethic-cities* del futuro l'impegno morale, ecologico e politico dovrà essere evidente per assumere, trasformare e trasmettere i contenuti e i valori che diventeranno una guida pregnante per le decisioni amministrative e pubbliche (World watch institute, 2010).

Affrontando il problema da un altro punto di vista potrei suggerire di investire sul predominio del sogno: un processo mentale che costa pochissima energia. Adesso possediamo case e Suv, abiti e mobili firmati, beni duraturi che nonostante l'investimento vengono sostituiti in fretta per alimentare l'esigenza di futilità. Se i beni possiedono ormai centinaia di funzioni sovrapposte da non identificare più cosa fanno, e tuttavia vengono buttati per un celere cambio di tendenza, non ci si deve dar pena di farli lavorare a fondo o pretendere che compiano qualcosa. Ci si deve solo predisporre



per il gioco e alla simulazione, anziché costruire cose funzionanti per breve tempo seppur fatte con materiali duraturi e rari. Quindi largo a plastichette, cartone, legno, tessuti di garza, scenografie di pua o di segatura: succedanei esibiti dovunque per salvare l'ambiente e i suoi preziosi, ma oramai scarsi materiali. «Questa forma radicale - nel senso che si tratta quasi di una scena primitiva del mondo e della coscienza - che stiamo perdendo a profitto del reale, dell'iper-reale, del visibile, e dell'iper-visibile. In definitiva tutto deve fornire la prova della propria esistenza [...]. È questo sterminio dell'illusione che mi sembra costituire la vera catastrofe [...]. Il reale, del resto, non è molto tempo che esiste ed è forse anch'esso una forma provvisoria, perché abbiamo in qualche modo costretto il mondo a diventare reale. Siamo la sola cultura ad averlo fatto perché tutte le altre si organizzano sulla padronanza simbolica dell'illusione del mondo e se la son cavata in generale molto meglio di noi» (Baudrillard, 2006: 23).

Riferimenti bibliografici

- Aa.Vv., *Deconstructed Big Sships Go Green*, in «Bloomberg Businessweek», May 17-23, 2010.
- Activehouse, *Active House. A Vision*, in «activehouse.info», brochure for Brussels conference, 24-3-2010, e www.activehouse.info/cases, 2010.
- Associazione Les Recyclades, *Les recyclades*, Uzes (Francia), 4-19 giugno 1994.
- Basuyau V., *Hedd-High Studies in Sustainable Development Construction Aggregates Technology - Part A*, in «Ceo Musandam Rock Llc-Cfe Group Sultanate of Oman», materiali della conferenza Epf, Sceaux, 25-5-2010.
- Baudrillard J., *Patafisica e arte del vedere*, Giunti, Firenze 2006.
- Beck E., *New Meaning at Icff*, in www.observatory.designobserver.com/entry.html?entry=13718, 2010.
- Bernareggi P., *Resoconto di vita nelle favelas*, in «Parametro», 11, 1972.
- Bistagnino L. *Modellazione reale e virtuale per approfondire il progetto*, in «Percorsi tra Reale e Virtuale», Celid, Torino, 1995.
- Ca M., *Materia prima? Cacca d'elefante*, in «il Manifesto», 17 aprile 2007.
- Casavecchia B., Sartori L., *Incomprensibile affare: new business*, supplemento, in «la Repubblica», 15 dicembre 2007.
- Cavaglià G., *Alternatività e progettazione*, in «Prefabbricare Edilizia in Evoluzione», 5, 1976.
- Chapman J., *Emotionally Durable Design*, Earthscan, Brighton, 2005.
- Colombo V., *Partecipazione e tecnologia*, in «Edilizia Popolare», 136, 1977.
- Consorzio responsabile del bacino veneziano n.2, *Trash raiders*, foglio di informazione, 2, Venezia, 2005.
- Cooper T., *Designing for Re-Use*, Earthscan, London, 2009.
- Dal Co F., *Abitare nel moderno*, Laterza, Bari, 1982.
- Davis M., *Planet of Slums*, Verso, London, 2007.
- Fisher T., Shipton J., *Designing for Re-Use*, Earthscan London, 2010.
- Flores F., *Attività di ricercatore a Kariobanghi*, manoscritto, Kenya, 1997.
- Helzel M., *Capanne firmate*, allegato a «L'Espresso», 15, 2007.



- Jatta A., Rossi S., *Il territorio da costruire pianificazione urbana e territoriale in Africa*, Dedalo, Roma, 1985.
- Kälin A., *Cradle to cradle*, estratto, documenti conferenza, Maastricht, 27-11-2008.
- Kelso N., Manoscritto, estratto convegno *From Power to Empowerment*, manager per *Philips lighting Africa*, Maastricht, 27-4-2010.
- L'Espresso Design^a, *Orgoglio amazzonico*, in «L'Espresso», 15, 2007.
- L'Espresso Design^b, *Poveri ma belli*, in «L'Espresso», 15, 2007.
- Lynch K., *Deperire* (a cura di Southworth M.), Cuen, Legambiente, Napoli, 1992.
- Magistà A., *Design ecco i nuovi creativi eclettici ed ecologici*, in «la Repubblica», 5 novembre 2008.
- Masera D., *Design e riciclo in Kenya*, manoscritto, 1997.
- Munari B., *Artista e designer*, Laterza, Bari, 1994.
- Muthesius H., *Handarbeit und massenerzeugnis*, in «Technische Abende im Zentralinstitut für Erziehung und Unterricht», Berlin, 4, 1917 (trad. it. *Lavoro manuale e prodotto di massa*, in Dal Co F., *Teorie del moderno*, Laterza, Bari, 1982).
- Nebbia G., *Attualità della neotecnica*, in «Ambiente Costruito», 1, 1997.
- Nolens W., *From Power to Empowerment*, convegno, Maastricht 27-4-2010.
- Panghaal J., *Servizi sostenibili nel Sud: una nuova sfida*, in «Domus», gennaio 1997.
- Piccard B., *Social Sustainability*, in «Research Eu», 54, 2007.
- Pittèri D., *L'intensità e la distrazione*, FrancoAngeli, Milano, 2006.
- Polveroni A., *Forme a impatto zero*, «L'Espresso Design», 15, 2007.
- Ragozzino G., *Fai la cosa giusta, almeno una volta*, in «il Manifesto», 17 aprile 2007.
- Richards T., *Commodity Culture of Victorian England*, Stanford University Press, Palo Alto, 1990.
- Rifkin J., *Cecodhas conference*, estratto, Brussels, 9 dicembre 2008.
- Rosenbloom S., *Eco-Friendly designers Leave No Shreds of Fabric on the Floor*, in «The New York Times», 30 agosto 2010.
- Sartirani A., *Volontariato Aciri a Embu*, manoscritto, Kenya, 1997.
- Sciama Y., intervista van Ypersele, *Nous avons fait terriblement peu par rapport à l'immensité du problème*, in «Research Eu», 63, 2010.
- Smart-ecobuildings, *Smart-ecobuildings an Ue vision*, brochure, Politecnico Milano, conferenza, Office de Berlin, Brussels, 24 marzo 2010.
- Stairs D., *Bruce Mau and the Apotheosis of Data*, in www.design-altruism-project.org, 3 maggio 2006.
- Stairs D., *What Well-Dressed Designers Are Wwearing*, in www.design-altruism-project.org/?paged=2, 15 maggio 2010.
- Stairs D., *Why Design Won't Save the World*, in *Design for the Other 90%*, in www.design-altruism-project.org, 2007.
- Ufford D. A., *La sfida ambientale*, in «Ecohightech», 1, 1996.
- Villa M., *Uso, riuso e progetto, di oggetti componenti e materiali nei Paesi sviluppati e nei Paesi in via di sviluppo*, FrancoAngeli, Milano, 2000.
- Walker S., *Sustainable by Design*, Earthscan, London, 2006.
- World watch institute, *State of the World 2007*, Earthscan, London, 2007.
- World watch institute, *State of the World 2010*, Earthscan, London, 2010.



www.archiportale.com/news/2009/04/design-news/13-ricrea-al-milano-design.
www.coventry.ac.uk/latestnewsandevents/a/4352, 2008.
www.demotech.org/d-index.php, 2010.
www.designfordevelopment.org, 2007.
www.design-museum.de/design/index.php?language=de.
www.designmuseum.org/design/fernando-humberto-campana, 2006.
www.designobserver.com/observatory/entry.html?entry=5777, 2007.
www.ecobuilding-club.net, 2010.
www.epea-hamburg.org/en/cradle-to-cradle/principles.html#c1550.
www.iddsummit.org, 2010.
www.iddsummit.org/projects/fuel-from-the-fields, 29-5-2010.
www.other90.cooperhewitt.org 2007.
www.solarimpulse.com, 2010.
www.windowofhope.org, 2010.



Raíces, semana de la hispanocultura en Eslovenia El teatro rioplatense de comienzos del siglo XX

Ana Cecilia Prenz Kopušar

Índice

Premisa; 1. Breve introducción al teatro rioplatense de comienzos del siglo XX; 2. El sainete y el grotesco criollo; 3. Un ejemplo: Mustafá de Armando Discépolo; Referencias bibliográficas

Premisa

Pilar Sanchis expone en el artículo *Perché una settimana dell'ispanocultura*¹ de *Visioni LatinoAmericane* algunas de las motivaciones que la llevaron a organizar *Raíces: semana de la hispanocultura* en Lubliana y Kamna Gorica (Eslovenia). Dicho evento, realizado en el ámbito del Departamento de lenguas romances de la Facultad de filosofía y letras (Universidad de Ljubljana) y en colaboración, en lo que respecta las últimas dos jornadas, con *La Casa de Kamna*, lugar de encuentro y reflexión sobre América Latina, tuvo como objetivo principal sacar el saber y la cultura de las aulas universitarias y ofrecerlo a la ciudad y a su gente.

Quien escribe se ocupó de la coordinación de las actividades en Kamna Gorica que incluyeron dos charlas sobre temáticas latinoamericanas. Barbara D'Introno y Luca Bianchi del Centro studi per l'America Latina de la Universidad de Trieste se ocuparon de presentar *¿Qué sueñan los niños mayas? Una experiencia en las comunidades indígenas de Chiapas*, acompañada por una muestra de dibujos de los mismos niños. Pablo Furioso y Ana Cecilia Prenz desarrollaron *El grotesco contemporáneo rioplatense* junto con la proyección de *Esperando la carroza*, película perteneciente al género del grotesco criollo (costumbrista) o comedia negra, interpretada por el actor argentino Antonio Gasalla.

En *¿Qué sueñan los niños mayas?* los expositores intentaron responder a algunas preguntas clave referidas al análisis de los dibujos de niños pertenecientes a las comunidades Tzotzil y Tzeltal. ¿Es posible comprender los rasgos de una cultura a través del análisis de un dibujo? ¿Puede un dibujo revelar sueños, aspiraciones, miedos, ansias, traumas de un niño? ¿Qué rol juega la cultura en la producción de estas emociones, cómo las transmite, cómo las representa? Fueron estas las dimensiones cognitivas que se

¹ P. Sanchis, *Raíces: perché una settimana della ispanocultura?*, «Visioni LatinoAmericane», 3, 2010, pp.146-149.



exploraron en el trabajo de investigación en las comunidades indígenas de Chiapas, en México, y que los expositores presentaron. Su estudio intentó verificar los contenidos de la cultura de pertenencia, sea a nivel gráfico-estilístico-cromático, sea a nivel de significados. Un punto central, en la investigación, fueron las emociones vividas por los niños pertenecientes a esta minoría lingüística y cultural y cuyas reivindicaciones se oponen a la homogenización cultural que, en dichas regiones del planeta, se manifiesta a través de un proceso de aculturación evidente en las generaciones más jóvenes.

El trabajo *El grotesco contemporáneo rioplatense* tuvo dos momentos fundamentales: el primero, centrado en la introducción del teatro de comienzos del siglo XX y del grotesco criollo; el segundo, a cargo de Pablo Furioso, centrado en las relaciones intertextuales entre el tango y el teatro grotesco rioplatense desde sus orígenes hasta los años Ochenta. En el presente artículo nos detenemos en algunos momentos centrales de la exposición de la primera parte de dicho trabajo.

1. Breve introducción al teatro rioplatense de comienzos del siglo XX

En el panorama teatral de comienzos de siglo, desde el punto de vista dramático, dominan los autores que se inspiran en la literatura dramática española. Asimismo, tienen en su haber todos aquellos géneros - sainetes, zarzuelas, vaudeville, intermedios, revista etc. - que caracterizan el *teatro por horas* o *por secciones* a la manera madrileña (varias funciones, con distintas piezas, en el mismo día). Desde el punto de vista del espectáculo, compañías teatrales formadas por artistas extranjeros o definitivamente extranjeras (españolas, francesas, italianas)² visitan las salas de Buenos Aires, proponiendo a la ciudad un repertorio europeo e internacional.

Dos eventos marcan los años de fin de siglo y ponen en discusión la dependencia del teatro de los modelos propuestos por la península ibérica: la llegada de los inmigrantes europeos que cambian el panorama socio-cultural de Argentina y, un evento estrictamente teatral, la representación de un drama gauchesco, *Juan Moreira*.

Entre 1880 y 1910 y entre 1920 y 1930, en particular, la ciudad de Buenos Aires crece de manera vertiginosa. En 1887 tiene 433.375 habitantes; en 1909 ha alcanzado la cifra de 1.231.698, de los cuales 544.785 son extranjeros. En su mayoría son italianos y españoles, aunque también de otras zonas de Europa. Se dedican a trabajos de tipo artesanal y se concentran sobre todo en la ciudad, dando vida al fenómeno de los *conventillos*, descritos a menudo en las obras teatrales argentinas. Los *conventillos* son viejos palacios abandonados en los que viven familias de inmigrantes, cada una con su cultura y su lengua. El *conventillo* no es sólo un espacio físico sino un lugar donde se entrecruzan los destinos de distintas personas de variadas proveniencias. Con la inmigración la sociedad argentina se transfigura. En términos estrictamente teatrales el *teatro por horas* determina el aumento en la demanda de piezas breves de temática local. Así surge el género *chico criollo* para el que escriben muchos autores locales y que, a su vez, se inspira en el género *chico español*.

² Compañía Sarah Bernhardt, Compañía Ermete Novelli, Compañía María Guerrero, entre las más importantes.



El drama *Juan Moreira*, en cambio, se representa en el ámbito del circo criollo y en él se expresan los valores del hombre del campo, el gaucho. Una familia de origen genovés, la familia Podestá, de mimos, saltimbanquis, acróbatas que se había radicado en Uruguay y que trabajaba en el circo, decide representar inicialmente un mimodrama (1884) sobre la base del folletín y de la novela que lleva el mismo título, *Juan Moreira*, del autor argentino Eduardo Gutiérrez. Más tarde, el mismo autor escribirá propiamente el drama (1886). Parte de la crítica ha querido ver en la representación de este drama, y en la repercusión que el mismo tuvo, el advenimiento del teatro nacional argentino. Nos resulta difícil creer que se pueda datar el inicio de una práctica artística, sin embargo es cierto que a partir de la representación de este drama y a partir de muchos otros factores contextuales (no por último el de la inmigración, estamos hablando de una compañía formada por genoveses) el panorama teatral argentino cambia. «La invención de Gutiérrez-Podestá hizo centro en una determinada moralidad, en la sensibilidad, en fin, en la cultura del pueblo campesino y suburbano, que, evidentemente, la estaba esperando. Así como, salvando las distancias, el teatro de Lope de Vega o el de Calderón nacionalizó la escena española del Siglo de oro, *Juan Moreira* iba a hacer otro tanto con el teatro argentino de fines del siglo pasado»³.

En Buenos Aires, contemporáneamente a los espectáculos en los circos criollos, se representan espectáculos cuyas raíces son españolas pero que lentamente incorporan elementos locales. El *género chico criollo* introduce, además de los ya mencionados sainetes, zarzuelas, vaudeville, intermedios, revista, también los sainetes rurales, el folletín, el circo, y al nuevo personaje de la sociedad argentina, es decir, al inmigrante. Una serie de elementos nacionales y extra nacionales se enlazan y se reflejan en este género. La ambientación del sainete es el *conventillo*, en el que familias numerosas viven conflictos cotidianos debidos a las dificultades económicas, a los problemas de alojamiento, a las enfermedades, y a los dramas generacionales, etc. José González Castillo afirma que «el género chico español ofrecía un modelo magnífico de copiar: El chulo era el original graciosísimo de nuestro compadrito porteño. La chulapa, nuestra taquera de barrio, el pelma sablista de los Madriles, nuestro vulgar pechador callejero, las verbenas nuestras milongas, las broncas nuestros bochinches»⁴.

Es interesante notar que la presencia de los inmigrantes, sobre todo de los italianos, introduce en el español rioplatense cambios también a nivel lingüístico. Se desarrollan el cocoliche y el lunfardo, ambos nacidos en el patio del conventillo.

José Podestá, por otra parte, en el drama por él representado, crea el personaje de Cocoliche:

«Ma quiame Franchisque Cocoliche,
e songo cregollo gasta lo güese de la taba
e la canilla de lo caracuse, amique».

³ O. Pellettieri, *Historia del teatro argentino en Buenos Aires. La emancipación cultural (1884-1930)*, Galerna, Buenos Aires, 2002, p.100.

⁴ www.henciclopedia.org.uy/autores/Ciancio/Circosainete.htm



El cocoliche y el lunfardo serán un punto de encuentro importante entre el teatro y el tango, este último vinculado desde sus orígenes con la escena.

La intertextualidad es, pues, una de las características del texto dramático de comienzos de siglo.

2. El sainete y el grotesco criollo

El sainete, según el autor Alberto Vacarezza, era:

«Un patio de conventillo,
un italiano encargao,
un yoyega retobao,
una percanta, un vivillo,
dos malevos de cuchillo,
un chamuyo, una pasión,
choques, celos, discusión,
desafío, puñalada,
aspamento, disparada,
auxilio, cana... telón».

Osvaldo Pellettieri, en tiempos más recientes, distingue distintas fases en la evolución del sainete hacia el grotesco. En la primera fase, el sainete se define como pura fiesta. Prevalecen el elemento sentimental, el amor no correspondido y su idealización. Los procedimientos musicales son los de las zarzuela, las situaciones propias del vaudeville. El conventillo es el lugar de la acción y sus personajes caricaturescos: el guapo, el extranjero, la mujer decente, la mujer de vida licenciosa, el criollo, la mujer trabajadora.

En la segunda fase el *sainete* se convierte en tragicómico. Retoma, en realidad, la vieja tradición de unión entre lo cómico y lo trágico que había caracterizado los orígenes del teatro español, no por último *La Celestina* de Fernando de Rojas. El lenguaje grotesco está presente, de manera más o menos marcada, en las distintas fases de transformación del género. El grotesco tiene antecedentes en el sainete y el sainete se proyecta hacia el grotesco. El primero que adopta el grotesco en sus obras es el escritor Carlos Mauricio Pacheco haciendo irrumpir lo trágico en lo risueño cotidiano. Su sainete *Los disfrazados* (1906) plantea con claridad la contradicción entre la máscara (el disfraz) y el rostro (los sentimientos íntimos). La obra se desarrolla en el arquetípico patio de conventillo en el que encontramos el elemento musical tanguero:

Tango

«Soy el mulato Padilla,
bailarán debute y soda,
soy el taquero más pierna
para un tango quebrador.
Cuando me enrosco a la mina,
l'hago girar y me estiro,



bailando, en sus ojos miro
todo mi orgullo y mi amor».

Malatesta - ¿Y por qué no se disfraza?
Andrés - Todos vivimos disfrazados, mi estimado amigo.
Un hombre gasta muchas caretas al fin del año.

La tercera fase, es la que se define propiamente grotesco criollo y la obra que mejor lo representa es *Stéfano* (1928) del escritor de origen napolitano Armando Discépolo (1887-1991)⁵. Su obra presenta varios puntos de contacto con la de Luigi Pirandello. En sus textos teatrales narra el problema humano de la inmigración. Los ambientes que describe, cargados de una atmósfera triste y depresiva, evidencian las contradicciones de los personajes y el dolor que esconden detrás de una máscara aparentemente cómica. El grotesco criollo de Discépolo narra, a través de personajes humildes y golpeados, las miserias de un orden social despiadado y propone, en la escena argentina, una manera amarga de reír. Explica el autor al comienzo del sainete trágico *Mustafá*:

Estos personajes no quieren ser caricatura, quieren ser documento. Sus rasgos son fuertes, sí; sus perfiles agudos, sus presencias brillosas, pero nunca payasescas, nunca groseras, nunca lamentables. Ellos, vivos, ayudaron a componer esta patria nuestra maravillosa; agrandaron sus posibilidades llegando a sus costas desde todos los Países del mundo para hacerla polifacética, diversa. Yo los respeto profundamente, son mi mayor respeto. Y suplico a estos actores vociferantes que increíblemente aún subsisten, que se moderen o no lo interpreten, porque... estudiarlos sí, gracias, pero desfigurarlos, no. Reír es la más asombrosa conquista del hombre, pero si reír es comprender que se ríe sólo para aliviar el dolor⁶.

La risa de las obras de Discépolo desenmascara las convenciones sociales y muestra la vida con sus contradicciones y debilidades.

3. Un ejemplo: Mustafá de Armando Discépolo

Mustafá, obra escrita en colaboración con Rafael José de Rosa, fue estrenada el 5 de marzo de 1921 por la Compañía de teatro de Pascual Carcavallo en el teatro nacional de

⁵ Armando Discépolo, hijo de inmigrantes napolitanos, nace en Buenos Aires en 1887. La casa de los Discépolo estuvo signada por la vocación artística de la familia, a tal punto que uno de los mayores dramaturgos argentinos (Armando) y uno de los mayores autores de letras de tango (su hermano Enrique Santos, *Discepolín*) surgieron de ese hogar. Discépolo escribió, a comienzos de los años Venti a razón de una o dos piezas por año, entre las que se destacan *La torcaza*, *El novio de mamá*, el vodevil *La espada de Damocles* y *El movimiento continuo*. En esta última aparece por primera vez la palabra «grotesco». Luego llegaron sus obras más reconocidas: *Mustafá*, *Giácomo*, *Muñeca*, *Babilonia*, *El organito*, *Stéfano*, *Cremona* y *Relojero*, escritas entre 1921 y 1934.

⁶ A. Discepolo, R.J. De Rosa, *Mustafá. Obras escogidas*, Ed. Jorge Álvarez, Buenos Aires, 1969, tomo II, p.247.



Buenos Aires. En este texto dramático Discépolo trasgrede, claramente, las normas vigentes de composición del sainete, perfilando las características del grotesco criollo.

La trama se desarrolla en el seno de una familia de inmigrantes turcos. El protagonista es Mustafá que ha comprado, a medias con Gaetano, su vecino, un billete de la lotería. El billete sale premiado pero Mustafá lo esconde. Toda una noche persiste en el engaño hasta que los hijos deciden devolverlo. Pero, cuando van a buscarlo, descubren que los ratones se lo han comido.

Mustafá conserva algunos de los elementos exteriores del sainete: el espacio que sigue siendo el del conventillo; el autor que pinta un cuadro de costumbres; los personajes que, naturalmente, son inmigrantes; las jergas propias de la inmigración. Dice, en un momento, Gaetano:

...nel conventillo todo es armonía, todo se entiéndono: ruso co japonese; franchese co tedesco; italiano co africano; gallego co marrueco. ¿A qué parte del mundo se entiéndono como acá: catalane co españole, andaluce co madrileño, napoletano co genovese, romañolo co calabrese? A ninguna parte. Este e no paraíso. Ese na Jauja. ¡Ñe queremos todo!

El autor parece proponer una visión positiva y jocosa de la vida del inmigrante; sin embargo, pronto, el mismo Gaetano desmentirá lo dicho «desmitificando la realidad idílica de los conventillos que se mostraba en los sainetes»⁷.

...éste ese no paíse hospitalario que te agarra toda la migracione, te la encaja a lo conventillo, viene la mezcolanza e te sáleno a la calle todo esto lindo mochacho pateadore, boxeadore, cachiporrero, e asaltante de la madona.

Mustafá, en realidad, ha robado el billete de la lotería porque en él ve la posibilidad de regreso a su país. Vive sumergido en la nostalgia la nueva patria no ha respondido a sus expectativas. Querría volver a Turquía pero no tiene el dinero suficiente para hacerlo.

(Hablando a mujer e hijos) [...] ¿Sabe qué biensa tuda la noche? Biensa que Jintina (Argentina) istá lejos Durquía, muy lejos... Badre tuda la noche driste borque falta mucho Durquía. Falta veintiséis años. Saliú joven con Gostantina (Costantina), su esposa, ricién gasadu. Gostantina linda anduce, [...]. Mustafá istaba bodre e quere gana mucha blata para cumpra vistido y brillante a durquita querida. Bor eso salió Durquía y vino América. Viaje largo, tercera cun baisanos bodres que buscar blata leju Durquía [...] Viaje feo. Barco triste, negro. [...] Jintina es linda, [...] bero drabajo nú rigo drabajador. Jintina drabajo cansa, boneflaco a durco gamina siempre, bero no pone rigo. Contrario, come mal y mata alegría.

La presencia de esta realidad patética transforma en tragedia la comicidad del sainete provocando el efecto grotesco. «Mustafá transforma a Turquía en un espacio fantástico, onírico, alejado en el tiempo y en el espacio por los veintiséis años que la familia lleva residiendo en Buenos Aires y lo mediatiza y actualiza por medio del lenguaje trayéndolo a la

⁷ C. Fos, *Mustafá de Armando Discépolo. Su análisis espacial y su incursión en el teatro San Martín*, www.criticateatral.com.ar/index.php?ver=ver_critica.php&ids=15&idn=377.



realidad. Mustafá se siente triste y extraña su patria, no gana lo suficiente para cumplir su sueño de regreso y, al mismo tiempo, no se siente integrado a una sociedad cuyo idioma no habla y en la cual es discriminado. Turquía adquiere una dimensión virtual a través de su evocación verbal y se convierte en un elemento fundamental para la comprensión del conflicto por las resonancias psicológicas que comporta»⁸.

Lo trágico y lo cómico se mezclan. Lo risueño y lo serio se convierten en elementos inseparables. Discépolo ofrece una imagen poco armoniosa de la realidad. Nos muestra un mundo fragmentado, lleno de situaciones absurdas y paradójicas.

Referencias bibliográficas

- Castagnino R., *Literatura dramática argentina*, Editorial Pleamar, Buenos Aires, 1968.
- Cilento L., Rodríguez M., Pellettieri O., *Historia del teatro argentino en Buenos Aires. La emancipación cultural (1884-1930)*, Galerna, Buenos Aires, 2002.
- Marial J., *El teatro independiente*, Alpe, Buenos Aires, 1955.
- Pellettieri O., *Historia del teatro argentino en Buenos Aires. La emancipación cultural (1884-1930)*, Galerna, Buenos Aires, 2002.
- Pellettieri O., *Armando Discépolo, Obra dramática, teatro*, Vol. III, Galerna, Buenos Aires, 1996.
- Gobello J., Olivieri M., *Lunfardo curso básico y diccionario*, Libertador, Buenos Aires, 2005.
- Fos C., *Mustafá de Armando Discépolo. Su análisis espacial y su incursión en el teatro San Martín*, en www.criticateatral.com.ar/index.php?ver=ver_critica.php&ids=15-&idn=377

⁸ *Ibidem.*



Anaconda: l'inversione del punto di vista nella selva quiroguiana

Antonio Casamento

Indice

1. La selva come protagonista; 2. Anaconda; 3. L'uomo visto attraverso gli occhi dei serpenti
4. Kipling e Quiroga

1. La selva come protagonista

Horacio Quiroga nasce a Salto, in Uruguay. Si trasferisce a Montevideo e, infine, a Buenos Aires. Il suo tragitto indica una volontà, più o meno conscia, di avvicinarsi al centro intellettuale e culturale della metropoli, dove l'eco degli artisti europei dell'epoca giunge più forte. Tuttavia, anche a causa della delusione del viaggio a Parigi, nel 1900, si va via via facendo strada, in Quiroga, l'idea che la vita artificiale della città e l'astrattezza poetica del modernismo mal si coniughino con il suo temperamento. È dedito fin dall'adolescenza, per passione, al lavoro manuale, alla meccanica e alla chimica. Fondatore del Club ciclista salteño, nella sua officina improvvisata costruisce una bicicletta da corsa con le sue mani, così come costruirà, anni dopo, la sua canoa per navigare sul Paraná. Vi è in lui, sotto la maschera di *dandy* modernista e gli eleganti vestiti indossati alla partenza per Parigi, l'ansia creatrice dell'"homo faber", che anela incessantemente a un contatto più profondo con la materia e forse già, inconsciamente, con la terra.

Tale ansia lo spinge, nel 1904, ad improvvisarsi coltivatore di cotone nel Chaco. Nel 1909 abbandona Buenos Aires per Misiones e, questa volta, la fuga dal centro sarà una scelta di vita cruciale, per l'uomo e per lo scrittore. La selva misionera diventa protagonista assoluta dell'opera di Quiroga, lo spazio geografico concreto che lo porterà ad allontanarsi dal fantastico modernista per aderire ad un'estetica più realista. «La selva se parece a la isla de Robinson porque *aisla* de la civilización e impone una vida más ruda y más verdadera. El viaje a la selva puede ser, como lo fue la aventura de Robinson Crusoe, un viaje a la búsqueda de sí mismo»¹.

¹ L.M. Canfield, *Transformación del sitio: verosimilitud y sacralidad de la selva*, in *Todos los cuentos*, edición crítica, Napoleón Baccino Ponce de León y Jorgue Lafforgue, coordinadores, 2ª ed., Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima; Allca XX, 1996, p.1368.



Il suo stile, che inizia ad esprimersi attraverso uno scarno realismo, si adegua alle asprezze della selva che diventa protagonista, a livello tematico, della maggior parte dei suoi racconti.

Il punto di vista scelto dal narratore, in genere, è quello dell'uomo che lotta per sopravvivere contro le forze naturali, che talora si scatenano con inaudita violenza, talora logorano lentamente la resistenza dell'essere umano. Così, un machete impugnato male può sempre scivolare, anche se ad impugnarlo è un esperto colono che lo utilizza da anni (cfr. *El hombre muerto*); il veleno di una yarará² uccide in poche ore (cfr. *A la deriva*); banali infezioni, se trascurate, possono rivelarsi mortali (cfr. *El desierto*), così come il morso di un cane rabbioso (cfr. *El perro rabioso*); d'altra parte, il sole accecante e le piogge torrenziali, la solitudine e l'alcool, lo sfruttamento inumano dei "mensú" e degli altri paria della selva, sfiniscono l'uomo poco a poco, uccidendolo progressivamente.

Tuttavia, in alcuni racconti, Quiroga abbandona la focalizzazione del narratore sui personaggi umani, per invertire il punto di vista a favore del mondo degli animali. Tale procedimento è già ampiamente presente nella letteratura greca e latina, dove giganteggiano le figure di Esopo e Fedro, nel medioevo e nei piccoli capolavori del '600 di Jean de la Fontaine. Solo una parte della produzione di Quiroga, ad ogni modo, come nel caso dei *Cuentos de la selva*, si può iscrivere nel genere della favola. Negli altri casi il carattere morale, esemplare e didascalico della favola è assente, mentre la prospettiva straniante degli animali è solo una risorsa in più del racconto. Ne *La insolación*, ad esempio, la violenza del paesaggio, nei minuti che precedono la morte di Mr. Jones, raggiunge un'intensità prodigiosa, che accentua lo stato di calamità imminente: «Salió por fin y se detuvo en la linde; pero era imposible permanecer quieto bajo ese sol y ese cansancio. Marchó de nuevo. Al calor quemante que crecía sin cesar desde tres días atrás, agregábase ahora el sofocamiento del tiempo descompuesto. El cielo estaba blanco y no se sentía un soplo de viento. El aire faltaba, con angustia cardíaca que no permitía concluir la respiración»³.

Lo stile di Quiroga è quello dei racconti più riusciti, senza concessioni al genere della favola, ma nel racconto vi è un elemento importante da considerare. La storia è raccontata da un doppio punto di vista: quello umano e quello dei cani di Mr. Jones. I cani vedono, prima che il fatto accada, un fantasma che riproduce le fattezze del padrone: è l'immagine della Morte che, secondo una superstizione del luogo, si rivela assumendo le sembianze di una persona che sta per morire. Il fantasma non viene visto dagli uomini, ma solo dagli animali, che sono gli unici a percepire l'elemento soprannaturale. Gli uomini, i "peones" di Mr. Jones, vedono, invece, solo il fatto obiettivo e limitato della morte per insolazione.

² Voce guaraní che designa una vipera velenosa, che può raggiungere un metro e cinquanta di lunghezza.

³ Cfr. *La insolación, Todos los cuentos, op.cit.*, p.62.



2. Anaconda

In *Anaconda* l'inversione del punto di vista è ancora più radicale. Si tratta di uno dei pochi racconti che non fu mai pubblicato in riviste o giornali, prima della sua apparizione in libro, ma che fu incluso direttamente nell'omonima raccolta del 1921.

Nel racconto, fra i più riusciti nell'ambito della produzione quiroguiana, la natura divoratrice, fredda e insensibile di fronte al destino umano, si trasforma nella vittima dell'intrusione invasiva e distruttrice della mano dell'uomo. Il dramma non è più quello dell'uomo che si lascia travolgere dalle forze naturali, o quello dei cani de *La insola-ción*, che patiscono la fame a causa della morte del loro padrone. È la storia di un gruppo di vipere che lotta contro alcuni uomini, che conduce degli esperimenti atti a produrre un vaccino che li renda immuni al loro veleno.

L'incipit descrive un paesaggio minaccioso, caratterizzato dalla consueta violenza espressiva: «Eran las diez de la noche y hacía un calor sofocante. El tiempo cargado pesaba sobre la selva, sin un soplo de viento. El cielo de carbón se entreabría de vez en cuando en sordos relámpagos de un extremo a otro del horizonte; pero el chubasco silbante del sur estaba aún lejos»⁴. Eppure, leggendo il resto del racconto e seguendo lo svolgimento degli eventi dal punto di vista degli animali, la selva ci appare come un ambiente in cui i suoi abitanti vivono in armonia con le leggi della natura; la minaccia più grave che incombe sugli animali è l'azione distruttrice dell'Uomo. «...si el pabellón de nuestra especie es la Muerte,-dice la vipera Cruzada - el pabellón del hombre es también la Muerte,- y bastante más rápida que la nuestra!»⁵.

La storia si divide in undici episodi. Nel primo la yarará Lanceolada scopre la presenza dell'uomo nella "Casa". In seguito, il Congresso delle Vipere si riunisce per decidere sul da farsi. Presiede Terrífica, un serpente a sonagli. Sono presenti quasi tutti gli esemplari di yarará della zona, fra cui Cruzada e la rivale Neuwied, Atroz («de nombre suficientemente fatídico»), Urutú Dorado, un magnifico esemplare di yaracusú di oltre un metro e settanta centimetri di lunghezza, la piccola Coatiarita, «benjamín de la familia», e molti altri. Terrífica, dopo aver ribadito la necessità di agire in fretta, non ha nessun piano da proporre; come nessuno ignora fra le vipere, «lo que tiene de largo en sus colmillos, lo tiene de corto en su inteligencia. Ella lo sabe también, y aunque incapaz por lo tanto de idear plan alguno, posee, a fuer de vieja reina, el suficiente tacto para callarse»⁶. Cruzada, splendida vipera del Nord, prende allora la parola, suggerendo di chiedere aiuto alle cugine senza veleno, che si muovono con grande rapidità: "las culebras", chiamate anche "las cazadoras".

Il piano di Cruzada consiste nell'ispezionare la casa e scoprire le intenzioni degli uomini, prima di fare qualsiasi altra cosa. Le altre vipere accettano, ma con molte riserve, a causa della rivalità che da sempre oppone «víboras y culebras». Le prime si sentono superiori e disprezzano le cugine senza veleno, che però sono molto più agili e forti. Ñacaná si occupa dell'ispezione e, ritornando al Congresso, racconta le vere

⁴ Cfr. *Anaconda, Todos los cuentos, op.cit.*, p.323.

⁵ Cfr. *Anaconda, op. cit.*, p.329.

⁶ Cfr. *Anaconda, op. cit.*, pp.327-328.



intenzioni dell'Uomo, che vuole dare la caccia alle vipere della zona, al fine di estrarre loro il veleno e utilizzarlo per un vaccino. Cruzada, coraggiosa e temeraria, decide di attaccare gli Uomini da sola, il giorno seguente. Riesce a mordere il cane, che però è immunizzato dal veleno; poi è catturata e gettata in una gabbia. Qui conosce Hamadrías, una splendida e velenosissima cobra reale, che misura due metri e sessanta di lunghezza. Grazie a uno stratagemma, le due vipere riescono a fuggire. Ritornate al Congresso, insieme a tutti gli altri serpenti, "cazadoras" comprese, cercano di elaborare un nuovo piano, per sbarazzarsi degli Uomini una volta per tutte.

Secondo Hamadrías, bisogna attaccare i cavalli, con cui gli Uomini possono preparare il siero ed immunizzarsi. Ñacaní, invece, sostiene che un cane immunizzato è il pericolo maggiore. A questo punto, «in media res», entra in scena il personaggio di Anaconda. Giovane boa, ancora lontano dai dieci metri che può raggiungere un serpente adulto della sua specie, simpatica e pacifica, Anaconda appoggia l'idea di Ñacaní, inimicandosi la superba Hamadrías. Infine, l'idea di Hamadrías viene accettata dal Congresso. L'attacco dà ragione a Ñacaní e i cavalli immunizzati, che stavano morendo per la mancanza di veleno, riescono invece a sopravvivere.

Nell'ultimo capitolo gli uomini, che si accorgono delle vipere, danno loro una caccia spietata, scovando il loro rifugio grazie al cane e facendo una vera e propria strage. Hamadrías e Anaconda si danno battaglia in un entusiasmante duello finale. La cobra reale muore stritolata e Anaconda giace avvelenata, in fin di vita. Verrà salvata proprio dagli Uomini che le somministrano l'antidoto e la prendono con loro («Acaso un día nos salve a nosotros de toda esa chusma venenosa», commenta un Uomo)⁷. Una coda finale informa il lettore che Anaconda visse con gli uomini ancora un anno, prima ritornare nella selva.

Nella seconda avventura, *El regreso de Anaconda*, il boa si ricorderà del favore, proteggendo un uomo ferito dalle vipere. Qui il caso le è fatale: gli uomini fraintendono il suo gesto e le sparano alla testa, uccidendola. Il caso e la morte non risparmiano nemmeno Anaconda, forse il personaggio più amato dai lettori di Quiroga.

3. L'uomo visto attraverso gli occhi dei serpenti

L'Uomo, visto attraverso gli occhi dei serpenti, assume caratteri indistinti e generici, tanto che è designato con la maiuscola⁸, rappresentando la specie umana nel suo complesso. A volte le vipere distinguono gli uomini, per pura intelligibilità, con dei sostantivi comuni: "el enfermero", "el nuevo director", "uno de lentes negros". Tuttavia, nei brevi momenti in cui il punto di vista torna ad essere quello degli uomini, quest'ultimi acquistano individualità e nomi propri («Usted, Antonio, ... Fragoso y yo...»), mentre i serpenti decadono alla categoria generale di "venenosas" e "cazadoras".

Le vipere, invece, hanno un nome proprio e un'individualità ben marcata. Fra "las venenosas" spiccano la vecchia regina Terrífica, la coraggiosa yarará Cruzada, la

⁷ Cfr. *Anaconda*, op. cit., p.358.

⁸ *El Hombre*.



gigantesca yaracusú Urutú Dorado, la superba cobra reale Hamadrías, etc.; fra “las cazadoras” la saggia Ñacaniná e la protagonista Anaconda, forte, intelligente, altruista e generosa. Con efficaci pennellate Quiroga ci presenta i serpenti non solo nel loro aspetto fisico, ma anche dal punto di vista caratteriale. L’Uomo è il nemico numero uno della natura, come ci informa l’inizio del secondo episodio: «Al día siguiente la primera preocupación de Lanceolada fue el peligro que con la llegada del Hombre se cernía sobre la familia entera. Hombre y Devastación son sinónimos desde tiempo inmemorial en el Pueblo entero de los Animales. Para las Víboras en particular, el desastre se personificaba en dos horrores: el machete escudriñando, revolviendo el vientre mismo de la selva, y el fuego aniquilando el bosque en seguida, y con él los recónditos cubiles»⁹. Eppure, anche nella battaglia contro l’uomo, il comune nemico, i serpenti non riescono a rimanere uniti; lotte intestine per il potere, gerarchie, discriminazioni e gelosie, causate dalla rivalità fra “cazadoras” e “venenosas”, li rendono deboli e vulnerabili. Le vipere si vantano del proprio veleno e disprezzano le cugine che ne sono sprovviste, schernendole di continuo con insulti e insinuazioni «... las culebras? - exclamó Atroz-son despreciables». «Tienen ojos de pescado-agregó la presuntuosa Coatiarita». «Me dan asco-protestó desdeñosamente Lanceolada»¹⁰. Anaconda, rispondendo agli insulti di Hamadrías, ci fornisce il punto di vista de “las culebras”: «Cuando un ser es bien formado, ágil, fuerte y veloz, se apodera de su enemigo con la energía de nervios y músculos que constituye su honor, como lo es de todos los luchadores de la creación. Así cazan el gavián, el gato onza, el tigre, nosotras, todos los seres de noble estructura. Pero cuando se es torpe, pesado, poco inteligente, y se es incapaz por lo tanto de luchar francamente por la vida, entonces se tiene un par de colmillos para asesinar a traición, ¡como esa dama importada que nos quiere deslumbrar con su gran sombrero»¹¹.

Quasi tutte le vipere sono intolleranti, superbe e vanitose; ostentano la loro presunta superiorità, data dal veleno e dalla bellezza. L’agilità e la forza delle cugine, qualità ben conosciute, non vengono apprezzate, poiché in fondo le vipere le temono. Come nella società umana la paura del diverso provoca una reazione difensiva, che si esprime attraverso l’odio e sfocia nel razzismo. Anche di fronte al più grande dei pericoli, l’Uomo, i due gruppi ofidi non riescono a superare completamente divergenze, incomprensioni e antichi rancori.

Il linguaggio si caratterizza per l’uso frequente del discorso diretto. Il carattere dei personaggi è messo in risalto da dialoghi semplici e brevi, mentre la voce del narratore si fa da parte per dare spazio a quella dei protagonisti, che si alternano in una curiosa sinfonia. Il carattere di ciascun personaggio appare nitido e stereotipato, fissato nella sua forma fin dall’inizio, ed il lettore impara in fretta a distinguere fra le diverse tipologie. I poli negativo e positivo sono rappresentati, rispettivamente, dalla bella ma superba Hamadrías, che con la sua presunzione conduce le vipere alla morte, e dalla simpatica, tollerante e intelligente Anaconda.

⁹ Cfr. *Anaconda*, op. cit., p.325.

¹⁰ Cfr. *Anaconda*, op. cit., p.358.

¹¹ Cfr. *Anaconda*, op. cit., pp.349-350.



Se Quiroga abbandona il punto di vista degli uomini per assumere quello della selva, è anche vero, però, che trasporta, un po' come avviene nella favola, i difetti della società umana nel mondo animale. Il temperamento degli animali, inoltre, è ricalcato sull'etologia della specie a cui essi appartengono: le vipere, pertanto, sono velenose e aggressive, i giaguari feroci, l'anaconda forte e imponente, e così via.

4. Kipling e Quiroga

Il giovane Borges accusò Quiroga di aver riscritto «los cuentos que ya había escrito mejor Kipling». Anche se il giudizio ci sembra oggi ingiusto ed eccessivo, è innegabile che Kipling, citato come un maestro nel I comandamento del *Décálogo del perfecto cuentista* è uno dei suoi modelli di riferimento. Kipling, da un lato, esalta lo stato di natura ed il buon selvaggio, ma dall'altra difende il ruolo della civiltà e sostiene la necessità di ridurre la giungla a misura d'uomo.

L'uomo, nei suoi racconti, è sovente una minaccia mortale per la natura ed i suoi abitanti. Egli non appare mai debole e indifeso, come nelle opere di Quiroga, ma si mostra in tutto e per tutto come un dominatore.

Mowgli, cucciolo d'uomo in *The jungle book*, riesce ad imporsi nella società degli animali, uccidendo il suo mortale nemico, la tigre Shere Khan. Coraggioso e temerario, il giovane Mowgli diviene il simbolo del primato della ragione sugli impulsi animali. Kipling scrive in un episodio che gli animali non possono reggere lo sguardo dell'uomo. Infatti, nel mondo animale, guardare fisso negli occhi equivale ad una sfida, ed un membro del gruppo che guarda direttamente negli occhi del leader (ovvero, parlando in gergo zoologico, del maschio dominante), lo invita, in pratica, allo scontro fisico.

Quale animale, tuttavia, può reggere il confronto con l'uomo?

L'uomo è l'essere più temuto della giungla, e una legge fra gli animali proibisce a chiunque di ucciderlo. Attaccare un uomo può sembrare un'impresa facile, ma ucciderne anche uno solo può essere molto rischioso, poiché altri uomini armati di fucili e del temutissimo "Fiore Rosso" (il fuoco), possono arrivare in qualsiasi momento, devastando la giungla a loro piacimento, con terribili conseguenze per tutti gli animali.

Sebbene Mowgli affermi più volte di sentirsi un lupo e di agire come un figlio della giungla, egli si comporta in realtà come un uomo, dimostrando saggezza, intelligenza e capacità di comando, tutte qualità che costituiscono la superiorità della specie umana sulle altre specie animali.

Kipling ha fiducia nelle capacità dell'uomo ed esalta la sua missione civilizzatrice. Quiroga, invece, non vuole dominare la selva o ridurla a misura d'uomo.

Se abbandona il centro della metropoli per rifugiarsi nella periferia del mondo, la selva di Misiones, è proprio per ritrovare quella vitalità autentica e sublime, in cui tutti gli esseri viventi sono inseriti nel ciclo naturale di creazione-distruzione, nascita-morte, decomposizione-trasformazione. Egli cambia l'apollineo del focolare borghese, per il dionisiaco richiamo della selva. In tale regressione al mondo naturale, l'uomo perde i suoi caratteri di dominatore, ma si pone sullo stesso piano degli altri esseri viventi.



L'alternanza del punto di vista, dalla fragilità dell'uomo di fronte alle forze naturali alla selva minacciata dall'operare umano, dimostra un'ambiguità di significati della scrittura di Quiroga, che rifiuta di prendere posizioni ideologiche o mettersi al servizio di una tesi.



Géneros, movimientos literarios y literatura en el Río de la Plata

Graciela Racedo

Sumario

1. De la antigüedad al Barroco; 2. Los siglos XIX y XX: Romanticismo, Surrealismo, Realismo y Neorrealismo en poesía ; 3. La estructura del cuento y la novela; 4. La literatura argentina, rioplatense y latinoamericana en los siglos XX y XXI; 5. El ensayo; 6. Conclusión; Referencias bibliográficas

1. De la antigüedad al Barroco

En los juglares de la antigüedad hallamos las primeras expresiones literarias. Tanto la *Ilíada* como la *Odisea*, adjudicadas a Homero, eran recitadas por los callejones y montañas de la antigua Grecia.

Posteriores leyendas antes de ser escritas fueron recitadas, generalmente en verso. Por lo que podemos afirmar que la poesía es la primera de las manifestaciones literarias.

Por supuesto en la Grecia en el siglo V florecen todos los géneros: ensayos filosóficos, fábulas o cuentos, teatro que nos ofrecían tragedias como las de Sófocles o de fina ironía y humor en Aristófanes, aún en el siglo XXI se lleva a escena *Las troyanas* de Eurípides, por ejemplo.

La cultura griega del siglo V, lo sabemos, va a impregnar e influenciar en la cultura de Occidente, todos los temas tratados serán recreados, adaptados, y me refiero tanto a la filosofía como al teatro, baste el ejemplo de la tragedia de la guerra de Troya recreada por Jean Paul Sartre a mediados del siglo XX. Recordemos este breve y profundo diálogo entre Electra y Orestes en *Las moscas*:

«Orestes: - ¿Me darás la mano e iremos?»

Electra: - ¿Adonde?»

Orestes: - Hacia nosotros mismos» (Homero, 1972; 1976; Eurípides, 1967; Sartre, 1968).

Esta aclaración creo que es válida para no limitar a Grecia como la cuna de la poesía simplemente.

Las campañas del Cid campeador durante el siglo XII, en las primeras campañas de España contra la ocupación árabe, que concluirá recién en el siglo XV, tendrá su manifestación en la literatura en *El poema del mio Cid* (Anónimo, 1945).

Consta de 3.730 versos, la mitad de ellos en cantares.



La prosa aparece en España mucho después simultáneamente a las primeras manifestaciones en prosa, encontramos fábulas y proverbios.

El libro del *Buen amor* del archipreste de Hita es en realidad, un extenso poema.

Imperaban los temas épicos en toda la literatura clásica y antigua, el cambio se dará con *La divina comedia* de Dante Alighieri que aparecerá en Italia en el siglo XIV en el primer renacimiento, no es escrita en latín sino en lengua toscana, también es un largo poema polémico-político, polémico pues se toma como eje el enfrentamiento entre guelfos y gibelinos, dos facciones católicas. Está escrito en versos endecasílabos, constituye una de las más grandes obras de la literatura universal (Alighieri, 1978).

Boccaccio (1976) instala un nuevo género: la picaresca expresada en cuentos breves.

La novela, como género se manifiesta en la obra cumbre de Miguel de Cervantes Saavedra: *Don Quijote de la Mancha* (1984).

Comencemos deteniéndonos en la poesía:

La poesía puede presentarse en sonetos, con o sin rima, más tarde en verso libre. El soneto está compuesto por dos cuartetos y dos tercetos, generalmente endecasílabos y rimados, la forma de la rima variará de Góngora a Neruda, de Lope de Vega a Sor Inés de la Cruz.

Escuchemos a Jorge Manrique, que, como el Dante pertenece al primer Renacimiento, el Quattrocento, las *Coplas a la muerte de mi padre*, su obra más famosa no es un soneto, son versos libres:

...

Recuerde el alma dormida
avive el seso e despierte
contemplando
cómo se pasa la vida
cómo se viene la muerte
tan callando
cuán presto se va el placer
cómo después de acordado
da dolor
cómo a nuestro parecer
cualquier tiempo pasado
fue mejor.

Consta de treinta partes, de doce versos cada una. Otros de sus sonetos presentan rima (Lope de Vega, 1987; Damaso, 1970; D'acramont, 1970; Paz, 1982).

El Barroco en la poesía española se manifiesta en Luis de Góngora, Francisco de Quevedo, Calderón de la Barca, Lope de Vega.

Góngora es, quizá, la más pura representación del Barroco, si por tal entendemos, adjetivación exagerada, abundancia de vocablos y una rima estricta. Dice Góngora en la *Egloga a don Pedro de Toledo*:

...

Tú que ganaste obrando
un nombre en todo el mundo



y un grado sin segundo
agora estés atento solo y dado
al ínclito gobierno del Estado
Oh tú de venablos impedido
muros de abeto, almenas, de diamante
bates los montes que de nieve armados
gigantes de cristal los teme el cielo

Generalmente escribe en ocho versos eslabonados, de doce sílabas cada uno, pero no siempre.

El siguiente es un soneto de Quevedo compuesto por un sólo cuarteto y dos tercetos:

Nada que, siendo, es poco, y será nada
en poco tiempo, que ambiciosa olvida
pués de la vanidad mal persuadida
anhela duración ,tierra animada

llevada de engañoso pensamiento
y de esperanza burladora y ciega
tropezará en el mismo momento

como el que, divertido, el mar navega
y, sin nombre, vuela con el viento
y antes que piense en acercarse, llega

Calderón de la Barca en su famosa obra *La vida es sueño* dice:

qué es la vida: un frenesí
qué es la vida: una ilusión,
...
una sombra, una ficción
y el mayor bien es pequeño
que toda la vida es sueño
y los sueños, sueños son.

Lope de Vega nos dice en su soneto *Esto es amor*:

...
Desmayarse, atreverse, estar furioso,
áspero, tierno, liberal, esquivo,
alentado, mortal, difunto, vivo,
leal, traidor, cobarde, animoso;
...
huir el rostro al claro desengaño
beber veneno por licor suave



...

creer que un cielo en un infierno acabe

El Barroco en Indias está ampliamente representado por Sor Juana Inés de la Cruz, aquella que decía:

Hombres necios que acusaís
a la mujer sin razón
sin ver que sois la ocasión
de lo mismo que juzgais.

Se destaca la rima constante en Sor Juana, aquí “acusaís” con “juzgáis”, “razón” con “ocasión”. Escuchemos un soneto estricto formado por dos cuartetos y dos tercetos endecasílabos en el que señalaremos la forma de rima elegida:

Detente sombra de mi bien esquivo
imagen del hechizo que más quiero
bella ilusión por quien alegre muero
dulce ficción por quien penosa vivo

Si al imán de tus gracias atractivo
sirve mi pecho de obediente acero
¿para qué me enamoras lisonjero
si has de burlarme luego fugitivo?

Mas blasonar no puedes satisfecho
de que triunfa de mí tu tiranía
que aunque dejas burlado el lazo estrecho

Que tu forma fantástica ceñía
poco importa burlar brazos y pecho
si te labra prisión mi fantasía.

Alguien definió la poesía como «todo discurso compuesto en forma métrica», requiere un tema a desarrollar, escrito en versos libres. Ezra Pound intentaba explicar cómo surge un poeta: «Se desea comunicar una idea, o una emoción [...] o una sensación [...] se empieza por el aullido y el ladrido y luego se pasa a la danza y a la música con palabras» (Pound, 1970).

Cesare Pavese decía que en algún momento el poeta ha atravesado la angustia, ha tenido una iluminación, sorpresa, impacto emocional. Esto también sirve para definir a la prosa poética que nos ofrecerá luego, por ejemplo, *L'autremont* en *Los cantos de Maldoror*.

Si la novela aparece con Dante, el cuento podemos decir con los *Cuentos de Canterbury* y Boccaccio. El cuento y la novela se desarrollan durante el Renacimiento



italiano donde se innovará genialmente la arquitectura misma de las iglesias, hasta entonces respetuosas de los estilos románico y gótico propios de la Edad media. También el barroco - del que hablamos antes en poesía - irrumpirá en el siglo XVII con una colosal renovación arquitectónica, también en la pintura y escultura, siendo Italia uno de sus centros más importantes y tempranos como lo había sido en el Renacimiento.

2. Los siglos XIX y XX: Romanticismo, Surrealismo, Realismo y Neorrealismo en poesía

A principios del siglo XIX encontramos el pleno romanticismo en la poesía Gustavo Adolfo Bécquer. El neoclásico del siglo XVIII, manifestado sobre todo en el ensayo había quedado atrás, nos referimos a *Emilio* de Juan Jacobo Rousseau, las obras de los enciclopedistas como Diderot o *Elogio a la locura* de Erasmo, entre otros.

Escuchemos a dos grandes de la literatura universal: Federico García Lorca y Pablo Neruda, español el uno, chileno el otro, pero quizá, los más grandes exponentes de la poesía escrita en español en el siglo XX:

Dice García Lorca en *La casada infiel* de su libro *Romancero gitano*:

...

Y que yo me la llevé al río
creyendo que era mozuela,
pero tenía marido

Fue la noche de Santiago

y casi por compromiso.
Se apagaron los faroles
y se encendieron los grillos.

En las últimas esquinas
toqué sus pechos dormidos,
y se me abrieron de pronto
como ramos de jacintos.

...

Yo me quité la corbata
Ella se quitó el vestido
Yo, el cinturón con revólver.
Ella, sus cuatro corpiños.

...

Sucia de besos y arena
yo me la llevé al río.
y no quise enamorarme
porque teniendo marido
me dijo que era mozuela



cuando la llevé al río.

Y dice siempre García Lorca en el *Prendimiento de Antoñito El Camborio*, dedicado a Margarita Xirgu, recitadora argentina:

...
hijo y nieto de camborios,
con una vara de mimbre
va a Sevilla a ver los toros.
Moreno de verde luna,
anda despacio y garboso.
Sus empavonados bucles
le brillan ante los ojos.

A la mitad del camino
cortó limones redondos,
y los fue tirando al agua
hasta que la puso de oro.
Y a la mitad del camino
bajo las ramas de un olmo,
guardia civil caminera
lo llevó codo con codo

...
Y a las nueve de la noche
le cierran el calabozo
mientras el cielo reluce
como la grupa de un potro.

...
Estos dos poemas de distintas temáticas, de versos rimados con libertad, ambos nos muestran la riqueza y altura poética de Federico García Lorca y los momentos difíciles de la guerra civil española, en la que será asesinado por la guardia falangista. Lorca fue también dramaturgo, obras como *Rosita la soltera*, *La casa de Bernarda Alba*, *Yerma*, *Bodas de sangre* son de un dramatismo logrado y conmovedor (García Lorca, 1998).

Nació por entonces el arte surrealista, era una época de grandes transformaciones: Freud creará un nuevo paradigma para el tratamiento de la neurosis, el papel del inconsciente cobra gran importancia y no sólo en medicina, también en el arte apareciendo el movimiento surrealista Lorca no se integrará a dicho movimiento, sólo se mostró interesado.

Era la época en que Dalí, como pintor, junto con Buñuel filman ese corto audaz y claramente surrealista titulado *El perro andaluz*, que algunos consideran alusivo despectivamente a Lorca por su no adhesión al surrealismo.

Pablo Neruda (1955; 1958; 1963) nos presenta otro tipo de poesía - quizá no tan emocional como las de Federico García Lorca -, pero altamente comprometidas con lo social, con los elementos cotidianos, con la naturaleza, como en *Canto general* y en sus *Odas elementales*, como en la *Oda 11* canta a aspectos y elementos de la América



precolombina; no faltan poemas de amor su primer libro publicado de jovencito: *Veinte poemas de amor y una canción desesperada*, es, quizá, el más conocido veamos como usa el verso libre en éste uno de sus poemas más famosos, *Una canción desesperada*

...

Puedo escribir los versos más tristes esta noche.
Escribir, por ejemplo: «La noche está estrellada,
y tiritan, azules, los astros, a lo lejos».

El viento de la noche gira en el cielo y canta.
Puedo escribir los versos más tristes esta noche.
Yo la quise, y a veces ella también me quiso.

En noches como ésta la tuve entre mis brazos.
La besé tantas veces bajo el cielo infinito.
Ella me quiso, yo también la quería.
Y el verso cae al alma como el pasto al rocío

Que importa que mi amor no pudiera guardarla.
La noche está estrellada y ella no está conmigo.
Eso es todo. A lo lejos alguien canta. A lo lejos.

...

Porque en noches como ésta la tuve entre mis brazos,
mi alma no se contenta con haberla perdido
Aunque éste sea el último dolor que ella me causa
y éstos sean los últimos versos que yo le escriba.

En la poesía moderna encontramos a poetas franceses de gran envergadura: Paul Valery, Mallarmé, pero antes a Baudelaire, luego Paul Eluard, Paul Verlaine, George Rimbaud, el antecesor, quizá sin saberlo, del Surrealismo, y surrealistas como André Bretón y Antonin Artaud. Citaremos poemas breves de Rimbaud, Artaud y Breton.

Escuchemos a Rimbaud, gran amante de la naturaleza, en uno de sus poemas titulado *Sensación*

Por las tardes azules del verano, yo iré por los senderos
picoteado por los trigales, a pisotear la hierba menuda
soñador, sentiré el frescor de mis pies
dejaré que el viento bañe mi cabeza desnuda

No hablaré, ni pensaré en nada
pero el amor infinito trepará a mi alma
iré lejos bien lejos como un bohemio
atravesando la naturaleza feliz, como con una mujer.

Antonin Artaud dice en *Poeta negro*



Selva, hormiguean los ojos
en los pináculos multiplicados
cabellera de tormenta los poetas
montan sobre caballos, perros

los ojos se enfurecen, las lenguas giran
el cielo afluye a las narices.

Dice André Bretón en *Cartero chaval*

Somos los suspiros de la estatua de cristal que se incorpora
Cuando el hombre duerme
Y brechas brillantes se abren en su lecho, brechas por las que pueden
percibirse ciervos de cuernos
De coral en un claro del bosque
Y mujeres desnudas en lo profundo de una mina.

Es de destacar la escasa puntuación, los versos largos, los símbolos extraños y atrapantes. El Surrealismo estaba preñado de mucho individualismo, cada uno podríamos decir, tenía su “idea” de surrealismo, por ello el movimiento presenta fracturas y peleas personales, como las que tuvieron Breton y Artaud.

De todos modos el arte en general cambió después de la aparición de este movimiento, influyó más en uno que en otros, también fue negado por muchos. Encontramos expresiones surrealistas en la pintura de la época.

También el teatro sufre la influencia del surrealismo - Artaud era actor también - que sumado a las innovaciones que hiciera Peter Brook, cambiaron significativamente esta expresión artística hasta nuestros días (Pellegrini, 1981; Mallarmé, 1975; Baudelaire, 1981; Rimbaud, 1972; Racedo, 2007; Brook, 1986).

El realismo romántico en poesía tuvo, con posterioridad al Neoclasicismo y a Becquer, y con anterioridad al Surrealismo, un claro exponente en Victor Hugo.

Aparecerá en pleno siglo XX una estricta literatura realista, y hasta podíamos decir de elogio al trabajo productivo en la Rusia stalinista, este estilo decayó paulatinamente luego dando lugar más adelante a la llamada literatura comprometida, atenta a los problemas sociales. Es dable aclarar que con el tiempo podemos observar la convivencia de estilos o paradigmas que adoptan las formas literarias.

En Cuba, hace un tiempo, variadas expresiones literarias fueron superando el realismo revolucionario - aunque éste no ha desaparecido. *La puerta de Alcalá* de Leonardo Padura, por ejemplo, es un libro de cuentos bien contruidos, es uno de los tantos ejemplos de un realismo no estricto, es decir, encontramos pasajes eróticos, hasta cierta crítica a las deficiencias de la Revolución cubana, tenues por cierto.

Allí se edita una revista de poesía llamada *La isla infinita*, hay reuniones literarias con lectura de poemas. Encontramos una incursión en temáticas personales, claro está que no podemos olvidar que estos nuevos escritores cubanos tuvieron como maestros a



Lezama Lima, Cabrera Infante, Alejo Carpentier y Severo Sarduy (Padura, 1998; Yañez, 1997; Fonet, 1967).

Tanto la poesía como el cuento y la novela tienen máximas expresiones en Italia, al hablar de poesía nos surge el nombre de Ungaretti; la de Ungaretti es una poesía existencial e intimista, dice en un breve poema, *Otra noche*

En esta oscuridad
con las manos
heladas
distingo
mi rostro
Me veo
abandonado en el infinito

Me reconozco
imagen
pasajera
Presa en un viaje
Inmortal.

Es particular la estructura que muestra en sus poemas Cesare Pavese. Como en Ungaretti notamos la ausencia de puntuación: la musicalidad y la rima la sostiene el poema, cada verso, cada palabra. Pavese tiene un tono más coloquial que Ungaretti y que muestra en el poema *Y de pronto anochece*

Cada uno está solo sobre el corazón de la tierra
traspasado por un rayo de sol:
y de pronto anochece.

Al hablar de la poesía italiana no podemos dejar de mencionar al genial Quasimodo y su famosa *Carta a la madre* (Aa.Vv., 1974).

El cuento y la novela se desarrollan durante el Renacimiento italiano que revolucionará hasta la arquitectura misma de las iglesias hasta entonces góticas y propias de la Edad media. El Barroco - del que hablamos antes en poesía - ofrecerá en el siglo XVII una colosal renovación arquitectónica, siendo Italia uno de sus centros más importantes y tempranos como lo había sido en el Renacimiento.

Los cambios y renovaciones artísticas profundas se dan una vez más en todas las expresiones del arte: en pintura, escultura y arquitectura, por eso es que podemos aún contemplar iglesias de estilo románico y gótico, obras del Renacimiento que conviven con expresiones propias del Barroco de la que Italia, una vez más fue un claro exponente conjuntamente con Francia y Alemania (D'ors, 1964; Malé, 1952).



3. La estructura del cuento y la novela

En la segunda mitad del siglo XIX se desarrolla con variados representantes el cuento naturalista italiano con Verga, Serao, Capuana. En el siglo XX Alberto Moravia cambia el rumbo y sus cuentos tienen gran contenido erótico, Dacia Mariani nos muestra un enfoque particular: podemos afirmar que, más allá de las nacionalidades, el estilo femenino - aún con variantes - es distinguible desde Virginia Woolf a Marguerite Yourcenar.

Hay un escritor y ensayista contemporáneo, Umberto Eco, que ha escrito desde novelas como *El nombre de la rosa* - llevada al cine - hasta *Como hacer una tesis*, y cuentos graciosos, como las desventuras de *Viajar en avión*, traducidos a diversos idiomas. Es profesor de semiología en la Universidad de Bolonia (Eco, 1998).

Un joven francés influenciado notablemente por el surrealismo, Georges Perec, escribe varias novelas breves, y una obra inclasificable: *La vida: instrucciones de uso*. Puede considerarse cada capítulo un cuento en sí mismo, no obstante hay una trama que atraviesa toda la novela (Perec, 1992).

Otro escritor notable y singular fue Hermann Hesse, no sólo por su famoso *El lobo estepario*, sino por obras como *Sidharta Gautama*, *Narciso y Goldmundo* y *Juego de abalorios*, atrapante mezcla de misterio, historia y esoterismo. Hay autores sin seguidores, quizá estos dos sean de ese tipo de escritores que no tienen seguidores (Hesse, 1967; 1978; 1980).

La estructura del cuento es diferente al de la novela: tiene un comienzo, presenta un nudo central y un desenlace. La novela es el desarrollo ondulante de un tema, en sus comienzos con uso del tiempo lineal para sufrir significantes variantes luego.

En Proust y Joyce encontramos un manejo especial de los “destiempos” de ese «ir y venir» tiempos cíclicos, evidente, en su obra máxima *En busca del tiempo perdido*.

El monólogo interminable que maneja Joyce, sus diálogos con un inconsciente que aflora y se confunde con la realidad, hacen de su obra cumbre *Ulises*, una joya literaria. Ambos son considerados padres de la literatura moderna (Proust, 1988; Joyce, 1979).

Otro innovador de las formas será Kafka, no tanto en el manejo del tiempo, como en el modo que adquiere su escritura, en la profundidad y enfoque angustioso y sin salida de sus temáticas. No sería arriesgado sostener que no hay continuadores de Kafka, o de Proust, sí quizá de Joyce, en esa, su narrativa personal, monotemática en la que aflora el inconsciente a destiempos, o tiempos que interrumpen la narración lineal (Kafka, 1968; 1978).

De algún modo, todos influyen en todos porque un escritor es el fruto o síntesis de lo que ha leído.

Si Victor Hugo es un realista romántico, Dostoyevsky es un realista-psicologista. Todos estos escritores influirán en Virginia Wolf y Faulkner, Malraux, Camus y Sartre, autores de obras donde se plantean problemas existenciales, y en el caso particular de Sartre, los temas políticos, que afloran tanto en sus ensayos, en sus novelas como en las obras de teatro. La literatura de Simone de Beauvoir, su compañera, estará preñada de psicologismo e ideales políticos y feministas, por ejemplo, como descubrimos también en la novelesca lineal tradicional de Françoise Sagan excelente cuentista.



Vemos así que la novela es un género que nace renovándose, y siguiendo rumbos insospechados y fascinantes.

Hemos dicho que el cuento tiene una estructura más definida, pero también podemos decir que a través del tiempo ha sufrido cambios significativos, en la actualidad nos encontramos con la posibilidad de finales abiertos, susceptibles de distintas interpretaciones.

4. La literatura argentina, rioplatense y latinoamericana en los siglos XX y XXI

Jorge Luis Borges (1965; 1965; 1982; 1964), argentino, el más reconocido escritor del siglo XX no sólo en su País, cuentista y ensayista, no escribió novelas. Nos ofrece a menudo, cuentos extremadamente cortos, plenos de significancias, como los que nos muestra en sus libros *El hacedor*, *Historia de la eternidad*, *Historia de la infamia*, *Ficciones* y tantos otros. Borges también escribió poesía que a pesar de considerársele “anglófilo” por haberse educado en esa lengua, nos ha dejado cuentos y poemas porteñísimos y muy bellos y ensayos sólo o en conjunto con otros escritores, que como tantos otros ensayistas intentan buscar nuestra identidad como nación.

Transcribiremos un breve poema, *Un patio*, de su *Antología poética*:

Con la tarde
se cansaron los dos o tres colores del patio.
La gran franqueza de la luna llena
ya no entusiasma su habitual firmamento,
Patio, cielo encauzado
El patio es el declive
por el cual se derrama el cielo en la casa.
Serena,
la eternidad espera en la encrucijada de estrellas.
Lindo es vivir en la amistad oscura
de un zaguán, de una parra y de un aljibe.

Las formas o modos de expresión poética en Argentina han sido - y siguen siéndolo - múltiples y distintas. La hermanas Victoria y Sivina Ocampo creadoras, con otros escritores de la *Revista Sur* que no sólo escribieron, sino por múltiples contactos internacionalizaron la literatura argentina de entonces. Otro reconocido poeta hermético pero muy reconocido fue Alberto Girri.

Veamos tan sólo tres ejemplos que muestran gran diversidad de estilos: Oliverio Girondo, de mediados del siglo XX, Juan José Ceselli y Juan Gelman de fines del mismo siglo. Comencemos por Girondo.

En *Veinte poemas para leer en el tranvía*, su famoso libro, encontramos el poema *Otro nocturno*:

...
¿Por qué, a veces, sentimos una tristeza parecida



a la de un par de medias tiradas en un rincón?
Y ¿ por qué, a veces, nos interesará tanto el partido de pelota
que el eco de nuestros pasos juega en la pared?
Noches en las que disimulamos bajo la sombra de los árboles,
de miedo de que las casas se despierten de pronto y nos vean pasar
y en las que el único consuelo es la seguridad de que nuestra cama nos espera, con
las velas tendidas hacia un país mejor!

Juan José Ceselli, quien estuviera en París en contacto con los surrealistas, quien escribió, entre otros libros *Violín María*, *El paraíso desenterrado*, *Poemas jíbaros* (inédito), cuyo manuscrito algunos tuvimos el privilegio de conocer, muere en 1982, es un poeta olvidado. En homenaje a ello transcribiremos completo, de su libro *El paraíso desenterrado* el siguiente poema, *Cuarta revelación de la 22 ceremonia*

Pura por el goce
ungida por el milagro
enarbolas la demencia
caen hierbas de oro y escarabajos
sobre el mundo se levanta
la catedral de tus piernas
y las raíces de la niebla
sostienen la última madrugada

ante mí estalla la primavera
la ceremonia impía de tus seducciones
el clamor inclemente de tus formas
la agresión de tus garras de pelo
de tus fiebres, de tus llantos
de tus maniobras incestuosas atropellando las luces
quebradizas del alba
tumbando con tus caderas la última estrella

la mano del día se abre paso entre tus deseos
y escoges la flor más dormida
para espantar
para espantar las sombras y hacer entrar el sol
una cerradura de nubes nos separa
y tu talle es más liviano que un hipocampo
y tus ojos más profundos que la tempestad
amémonos
sólo el pecado puede darnos sabiduría
amémonos ferozmente no importa cómo
es el instante diabólico en que el Infinito se hace
angustiosamente visible



las gaviotas chillan a lo lejos
los susurros de los arbustos pasan velozmente a ras
del suelo
y huellas desconocidas aparecen en la playa
es la hora en que tus cabellos cubren mis ojos
y el pecado se arrodilla
a rezar.

Ceselli (Girondo, 1922; Ceselli, 1966; Gelman, 1971) muere en el invierno de 1982 y, de algún modo, será el “pope” de la llamada *Generación poética de los Ochenta*, lo que no significa la existencia de discípulos o seguidores de su estilo ya que la misma presenta una variedad multifacética y estilística considerable.

Juan Gelman, quien recientemente recibiera el premio Cervantes, nos ofrece poemas breves cuya temática se reitera, fue víctima del proceso militar, también sus familiares. Escuchémosle en el *31 de marzo*:

Ha terminado el mes
y el hijo sin venir
y mi hermano sin volver
Ha terminado el mes y no te amé las piernas
y no escribí ese poema del otoño en Notario
y pienso pienso pienso
se fue otro mes
y no hicimos la revolución todavía.

Un autor muy reconocido y querido por los argentinos es Raúl Cortazar, por su peculiar forma de tratar el cuento y la novela y por su gran productividad. *Las armas secretas*, *Historia de famas y cronopios* (cuentos) son muestras de un humor particular y muy porteño. En novelas como *Los premios*, *Rayuela* quiebra la estructura tradicional. También es un poeta “escondido”, su primer libro, *Los reyes*, es una breve versión de la historia del Minotauro escrita en prosa poética (Cortazar, 1960; 1964; 1970).

A fines del siglo XX muere Cortazar en París y Borges en Suiza. Siguiendo esa tradición histórica del “exilio” argentino en distintas épocas, desde nuestra historia como Nación desde el siglo XIX hasta hoy.

Ernesto Sábato sería el que completa el terceto de estos tres grandes escritores, su primera novela *El túnel* no fue apreciada en Buenos Aires, la manda a París y llega a manos de Albert Camus que reconoce sus valores. Su obra más famosa, quizá sea *Sobre héroes y tumbas*, allí describe la sociedad porteña, a través del romance de una pareja, y aflora ese enfrentamiento capital en la sociedad argentina entre peronismo y antiperonismo: aún permanente y gobernando aunque con cambios significativos (Sábato, 1965).

Hoy no podemos encasillar la literatura en general en romántica o surrealista, mágica o de ficción, el llamado post-modernismo lo permite todo y los modismos se han mezclado un tanto, lo que no significa que no encontremos también las formas



tradicionales, en el también ensayista, Adolfo Bioy Casares, en Anderson Imbert y Horacio Quiroga, entre otros, basta recordar sus famosos *Cuentos de la selva* o *Cuentos de amor, de locura y de muerte*.

Todos los escritores argentinos, especialmente Julio Cortazar, destacan la figura de un precursor: Roberto Arlt, fruto de la inmigración europea de fines del Siglo XIX, sus libros aparecen por los años Veinte del siglo pasado, libros como *El jorobadito*, *Los siete locos*, *Juguete rabioso* los podemos ubicar en una tendencia estilística propia del realismo social, pero capaz de manejar simbolismos y datos de ficción, muchas de sus obras fueron llevadas al cine.

No podemos dejar de mencionar a Manuel Mugica Lainez, autor de novelas brillantes como su obra *Bomarzo*, estrenada en Europa como ópera, así como otras más sencillas e intimistas como *Aquí vivieron*, históricas, como *Misteriosa Buenos Aires*, cuyo primer cuento trata sobre la primera fundación de Buenos Aires.

Podemos decir que para el escritor argentino, sobre todo para los de la capital, Buenos Aires es una obsesión.

Recordemos el título de la obra cumbre de Leopoldo Marechal: *Adán Buenosayres*.

En Anderson Imbert, por ejemplo, encontramos las formas tradicionales del cuento, de algún modo en Isidoro Blastein, aunque existe una gran diferencia entre ambos, el humor de Blastein es intachable.

Hay un escritor contemporáneo singular: Andrés Rivera. Escribe novelas breves, con un estilo particular, por ejemplo *La revolución es un sueño eterno*, donde detalla los padecimientos físicos y el juicio injusto del que fuera víctima Juan José Castelli revolucionario de 1810 cuando nos emancipábamos de España. *El farmer*, donde pinta un Juan Manuel de Rosas, en sus aspectos más relevantes.

Otro, particular en su estilo, es Abel Posse, su mejor obra - a mi gusto - es *Los perros del paraíso* - que es una sátira de la conquista española.

La dictadura militar que padecimos desde 1976 a 1982 también marcará la literatura más reciente, enfrentando también a escritores.

Esto explica que gran parte de los ensayistas y novelistas argentinos han tratado estos temas, uno de los pocos que lo hace con una cuota de humor increíble es José Pablo Feinnman, profesor de filosofía, en sus recientes novelas *Astucia de la razón*, ésta sería a mi juicio su gran hallazgo: muestra una particularidad especial en la organización de la narrativa y *Critica de las armas*, mostrando en éste último, el terror obsesivo con el que vivió, como sobreviviente, los años de la dictadura militar (Quiroga, s/f; Arlt, 1958; Mugica, 1962; 1968; 1981; Marechal, 1967; Rivera, 1993; 1996; Posse, 1983; Feinnman, 1990; 2002).

Con el llamado Postmodernismo aparecen múltiples manifestaciones, expresiones literarias difíciles de clasificar, algunas valiosas.

Dentro de la literatura rioplatense ubicamos al uruguayo Mario Benedetti, poeta cuentista y novelista, su literatura tiende al realismo y al compromiso político, ya que Uruguay sufrió una férrea dictadura en la misma época en que la sufriera Argentina y Chile. Es muy bello su libro de cuentos *La muerte y otras sorpresas*, así como un largo poema a un guerrillero "tupamaro" llamado Juan Angel. También su libro de poemas *Inventario 70* (Benedetti, 1969; 1970).



Juan Carlos Onetti es otro escritor uruguayo con características más intimistas y existenciales; es significativa una novela breve *Las máscaras del amor*, también es poeta.

La influencia de la literatura europea es innegable en el Río de la Plata no obstante debemos reconocer que las obras de Melville Moby Dick, por ejemplo, y las de Hemingway, en general, a pesar de sus diferencias temáticas y de estilo plantean la lucha entre el bien y el mal y, sin duda, también influenciaron en la literatura rioplatense. Otro es Edgar Allan Poe con sus relatos negros y sus cuentos de terror. El hermetismo de Henry James no ha sido demasiado leído en Argentina, como lo fueron Kafka o Hesse y la literatura francesa en general lo ha sido.

La literatura latinoamericana ha bebido en estas fuentes y ha surgido, no obstante una literatura diferente a la del Río de la Plata: García Márquez instala el realismo mágico en su famoso *Cien años de soledad*, *El amor en los tiempos del cólera*, *Del amor y otros demonios*, etc., que continúan otros escritores latinoamericanos y lo descubrimos en algunas obras de Vargas Llosa como *La guerra del fin del mundo*, *La casa verde*, no así en *La ciudad y los perros* que sería de tono realista, quien, meritoriamente ha recibido recientemente el Premio Nobel.

Isabel Allende misma adhiere a él combinando aspectos de la realidad con fantasía habidos durante la dictadura de Pinochet con aspectos de realismo mágico y el intento de rescatar la tradición indígena chilena en sus obras.

Un autor chileno, fallecido hace pocos años sería una excepción a esta tendencia propia de los Países del norte de Sudamérica y de Centroamérica: obras como *La desesperanza*, *el Lugar sin límites*, *El jardín de al lado*, por ejemplo, nos ofrecen una narrativa anecdótica puntual realista, nostálgica y romántica.

La reivindicación de la América precolombina y la reivindicación indígena, así como la problemática del campesinado se encuentra en la literatura latinoamericana como en *La casa verde* de Vargas Llosa, o *Pedro Páramo* y *Llano en llamas* de Juan Rulfo, mejicano, *Señor presidente* de Miguel Ángel Asturias, guatemalteco que obtuviera también el Premio Nobel, o José María Arguedas, peruano, como Vargas Llosa, que escribiera esa obra de renombre: *Todas las sangres*.

No podemos dejar de mencionar a Roa Bastos, el gran escritor paraguayo, con su obra cumbre, *Yo, el supremo*, donde pinta magistralmente el encerramiento del Paraguay histórico con el dictador Francia, encerramiento que continuarán los López - padre e hijo - y por ser mediterránea, sin salida al mar, continúa esa trayectoria de aislamiento (García, 1967; 1968; 1981; 1994; Vargas Llosa, 1970; s/f; 1981; Arguedas, 1964; 1969; Rulfo, 1970; Asturias, 1967; Donoso, 1967; 1981; 1986; Roa Bastos, 1989; Alegría, 1966; Harss, 1978).

La diferencia entre la literatura del norte de América del Sur y el Caribe y la del Río de la Plata, abierta a Europa, es innegable y tiene razones válidas: la geografía, el clima, la influencia de lo cálido y lo frío, el pensamiento y el análisis ensayístico que nace en el Río de la Plata con Domingo Faustino Sarmiento, distintos símbolos, imágenes diferentes y sobretudo el fenómeno inmigratorio europeo que aparece en el Río de la Plata, en Buenos Aires, principalmente a fines del siglo XIX, más las características sociopolíticas particulares y específicas de cada zona.



Las similitudes entre Buenos Aires y Uruguay son notorias, no obstante éste ha tenido un desarrollo democrático y estabilidad institucional más coherente y estable que Argentina. Uruguay, si bien sufrió en los Setenta problemas propios de todo el Cono sur, no produjo un fenómeno político como el peronismo que marcará la historia Argentina en los siglos XX y XXI.

Las diferencias no obstaculizan influencias ni amistades entre escritores rioplatenses entre sí y con el resto de los escritores de América Latina.

Leopoldo Lugones, de principios del siglo XX, considerado uno de los más grandes escritores argentinos, poeta, ensayista, fue admirador del creador del modernismo en Latinoamérica. Rubén Darío, como Borges, lo será de Lugones. Otro gran poeta latinoamericano muy respetado es Cesar Vallejo, peruano, famoso por su libro *Los heraldos negros*. Todos los argentinos hemos leído a García Marquez a Vargas Llosa, a Rulfo, a Vallejo, también a Isabel Allende.

Y hubo tres grandes mujeres poetas que surgen a principios del siglo XX y fueran contemporáneas de estos grandes escritores: Gabriela Mistral, chilena, que obtuvo el premio Nobel, Juana de Ybarburen, uruguaya, y Alfonsina Storni, argentina.

Alfonsina Storni se manifiesta como poeta de envergadura, es memorable no sólo por su obra sino por su trágico final: suicidarse en las costas del Océano Atlántico en la Ciudad de Mar del Plata. Recordemos de ellas, entre algunos de sus poemas, *Tu me quieres blanca*

Tú me quieres alba
Me quieres de espumas,
Me quieres de nacar
...
Tú que que hubiste todas
Las copas a mano
De frutos y mieles
Los labios morados
...
Huye hacia los bosques;
Vete a la montaña;

Límpiate la boca;
Vive en las cabañas;
Toca con las manos
la tierra mojada;
Alimenta el cuerpo
Con raíz amarga;
Bebe de las rocas;
Duerme sobre escarcha;
...
Entonces, buen hombre,
Preténdeme blanca,



Preténdeme nívea,
Preténdeme casta.

Creo que hay en Alfonsina Storni “algo” de Sor Juana Inés de la Cruz, más allá de las distancias de estilo y formas. Ella también se rebela frente a un pretendido dominio masculino, o dicho de otra manera: ambas levantan ciertas consignas feministas, tenues por cierto.

Desde las innovaciones y creaciones del surrealismo, se omite “la rima” la musicalidad del poema la dará la construcción poética en sí misma, cada verso, cada palabra, a través de las imágenes que pinten, las sensaciones que le produjeron al autor y las que transmite.

5. El ensayo

El Río de la Plata presenta, características geográficas y climáticas distintas a las del Caribe y al norte de Sudamérica historias políticas diferentes. El proceso inmigratorio que se dio en el siglo XIX formado en su gran mayoría por italianos, seguido por españoles y otros grupos provenientes del Este europeo, no se dio con la misma intensidad en el resto de América, será de esa conjunción de razas que surgirá el “porteño”, habitante de Buenos Aires, ya que la inmigración penetró menos en el interior del País.

Octavio Paz, con veracidad y gran sentido del humor, dijo en una oportunidad: Los mejicanos descendemos de los aztecas, los peruanos de los incas, los argentinos de los barcos.

Es dable aclarar que hace unos años hemos recibido un fuerte afluente migratorio de Países latinoamericanos, asiáticos, - no está incluida en esta inmigración reciente la colectividad japonesa, respetuosa y respetada de larga tradición en nuestro País -, de Rusia y más recientemente de Africa. Creo que este fenómeno merece una aclaración: esto no se produce por descuido de las fronteras, por casualidad o alguna forma del “laissez faire”. Argentina está obligada constitucionalmente a aceptar inmigración, lo establece el prólogo de nuestra Constitución de 1853 cuando dice: «...asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad y para todos los hombres del mundo que quieran habitar en el suelo argentino».

La extensión del País era - y es - grande y la población autóctona escasa en cantidad notoriamente. Si bien los primeros flujos migratorios desde el año 1853 al 1880 ocupan zonas en la llamada pampa húmeda que abarca las provincias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba y parte de Entre Ríos, más allá de grupos alemanes y suizos principalmente que se ubican en el sur, la mayoría de los inmigrantes permanece en Buenos Aires capital sobretodo, los últimos flujos mencionados también.

Los extranjeros gozan, como todo argentino, del derecho a la educación y atención médica gratuitas y a otros derechos civiles obteniendo la ciudadanía. Esta es una de nuestras mayores virtudes no se presentan casos de racismo ni frecuente, ni extremo o



lucha entre grupos étnicos diferentes, podríamos decir que se da más bien un proceso de “argentización” donde llegan a convivir en una misma aula, por ejemplo jóvenes con apellidos de todos los orígenes. También tenemos la segunda colectividad judía mayor del mundo y es de mención la colectividad siria o de otros Países árabes. Este fenómeno es una de nuestras mayores virtudes... nuestros defectos son otros.

El realismo mágico no penetró en Argentina. Se desarrollará en forma notable el ensayo:

Por ensayo entendemos el desarrollo sistemático y ordenado de una exposición que pretende defender una tesis, principio o idea, que apareciera como forma estética en el siglo XVI con Descartes y luego con los pensadores ingleses en el siglo XVII y franceses en el XVIII, inconfundible, diferente a la poesía, al cuento o a la novela.

Ya en el siglo XIX Domingo Faustino Sarmiento escribe - entre múltiples otros ensayos y artículos - *Civilización y barbarie*, allí desde un concepto roussoniano, sostiene que las democracias surgen en espacios geográficos limitados, pequeños, acá la extensión enorme de la pampa, la distancia de los centros civilizatorios como son las ciudades impedía el florecimiento de la civilización y se daba lo que en los desiertos de Arabia: jeques seguidos por fidelidad, acá llamados “caudillos”. Este trabajo de Domingo Faustino Sarmiento, quien fuera embajador, legislador y presidente de la República, pero como él decía sobretodo maestro, muestra un romanticismo apasionado, fogoso que elige como expresión narrativa y que le valdrá internacionalmente dos títulos o elogios: el de *Maestro de América* y su prosa se considerará la más brillante del siglo XIX.

En el siglo XX surgirán ensayistas del calibre de Eduardo Mallea que con uno de sus libros más representativo, *Historia de una pasión argentina*, nos demuestra esa preocupación por la propia identidad. Ezequiel Martínez Estrada es otro grande poeta que se manifiesta en libros como *Coplas de ciego. Otras coplas de ciegos*, escribirá, entre otros ensayos altamente significativos *Radiografía de la pampa, Muerte y transfiguración de Martín Fierro, La cabeza de Goliath*. Ricardo Rojas, en la misma búsqueda, escribirá *La historia de la literatura argentina*, comenzando por la *gauchesca*. Leopoldo Lugones a comienzos del siglo XX escribe una voluminosa obra titulada *El payador* en la que realiza una exaltación de la obra de José Hernández que fuera traducida a todos los idiomas.

Proliferan trabajos ensayísticos sobre la considerada obra cumbre de nuestra literatura: *Martín Fierro* de José Hernández. Obra literariamente brillante pero plena de significancias y contenidos ideológicos que se incorporarán al inconsciente colectivo, quizá los múltiples estudios realizados intentan comprender el mensaje de Hernández, buscar en ella, datos y aspectos de nuestra idiosincrasia y de lo que alguna vez se ha dado en llamar «nuestro ser nacional». Mencionaremos tan sólo algunas de las más recientes: *Prosas del Martín Fierro* de Pagés Larraya, *El Martín Fierro* de Jorge Luis Borges, *El gaucho, mito y símbolo tergiversados* de Andrés Carretero, *José Hernández y sus dos mundos* de Halperín Donghi, *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna* de Adolfo Prieto, hasta un profesor norteamericano de la Universidad de Princeton John Hughes publica en 1970 *Arte y sentido de Martín Fierro*.



El gaucho. Formación, significancia y vigencia de un mito, ensayo de mi autoría, que mereciera el premio de ensayo especial Eduardo Mallea del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires en el 2005, presenta una abundante bibliografía y continúa el intento de otros tantos ensayistas que tratan sobre la obra de José Hernández, escrita a fines del siglo XIX y que es un tanto incalificable ya que, el que cuenta la historia del gaucho a quien Hernández llama *Martín Fierro*, sus andanzas y desventuras, su ida y su vuelta. Es el mismo gaucho, también personajes secundarios ligados a él, pero no está escrita en prosa sino en versos octosilábicos, por tal razón y, como dijera, por ser considerada la obra cumbre de nuestra literatura figurará citada al final de todas las que sobre ella han tratado (Sarmiento, 1967; Lugones, 1948; Rojas, 1948; Mallea, 1961; Estrada, 1948; 1983; Donghi, 1968; Prieto, 1988; Hughes, 1970; Racedo, 2008; Hernández, 2000).

Pero el género no se agota en el tratamiento de esta obra, existen ensayos sobre períodos históricos determinados, estudio de las mentalidades de distintas épocas o movimientos políticos, historias de los partidos políticos, del movimiento obrero, del fenómeno peronista, trabajos micro y macro históricos. El ensayo es una “costumbre” que se renueva permanentemente en Argentina, tanto como la novelística y la poesía.

6. Conclusión

No se ha pretendido en este trabajo abarcar la historia universal de la literatura, sólo presentar un panorama general significativo acerca de los distintos géneros literarios (poesía, cuento, novela, ensayo, citar escritores y movimientos) que marcaron rumbos en la literatura nacional y mundial. Abarcar su influencia en América. Presentar algunas características de la literatura latinoamericana en general y la rioplatense en particular, la importancia que en ésta ha tenido el flujo inmigratorio europeo en el siglo XIX que se manifiesta no sólo en la literatura, también en las primeras obras de teatro y en la lengua o en el llamado “lunfardo” porteño, ya que Buenos Aires fue el principal recipiente de este afluente.

Referencias bibliográficas

- Aa. Vv., *Teatro completo*, Ed. Colección Austral Espasa Calpe, Madrid, 1973.
Aa.Vv., *Poetas italianos del siglo XX*, Ed. Fausto, Buenos Aires, 1974.
Alegria F., *Historia de la novela hispanoamericana*, Ediciones De Andrea, Méjico, 1966.
Alighieri D., *La divina comedia*, Ed. Bruguera, Barcelona, 1978.
Anónimo, *Poema del mío Cid*, Ed. Espasa Calpe, Buenos Aires, Méjico, 1945.
Arguedas J.M., *Pedro paramo*, Ed. del Fce, Méjico, 1969.
Arguedas J.M., *Todas las sangres*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1964.
Arlt R., *El jorobadito*, Ed. Anaconda, Buenos Aires, 1958.
Arlt R., *El juguete rabioso*, Ed. Bruguera, Barcelona, 1969.
Arlt R., *Los siete locos*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1958.
Asturias M.A., *El señor presidente*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1967.



- Baudelaire C., *Las flores del mal*, Ed. Libros Río Buevo, Barcelona, 1981.
- Benedetti M., *Inventario 70*, Ed. Alfa, Montevideo, 1970.
- Benedetti M., *La muerte y otras sorpresas*, Ed. Alfa, Montevideo, 1969.
- Boccaccio G., *Cuentos de Boccaccio*, Ed. Orión, Buenos Aires, 1976.
- Borges J.L., *El hacedor*, Ed. Emecé, Obras Completas, Buenos Aires, 1965.
- Borges J.L., *Historia de la eternidad*, Ed. Emecé, Buenos Aires, 1965.
- Borges J.L., *Nueve ensayos dantescos*, Ed. Espasa Calpe, Madrid, 1982.
- Borges J.L., *Obra poética*, Ed. Emecé, Buenos Aires, 1964.
- Brook P., *El espacio vacío. Arte y técnica del teatro*, Ed. Península, Barcelona, 1986.
- Brook P., *Provocaciones. 40 años de exploración en el teatro*, Ed. Fausto, Buenos Aires, 1995.
- Cervantes S.M. de., *El ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, t.2, Alianza Editorial, 1984.
- Ceselli J.J., *El paraíso desenterrado*, Ed. de La Flor, Buenos Aires, 1966.
- Cortazar J., *Las armas secretas*, Ed. Alfaguara, Buenos Aires, 1964.
- Cortazar J., *Los premios*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1960.
- Cortazar J., *Los reyes*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1970.
- D'acramont A., *Antología de la poesía hispanoamericana contemporánea 1914-1970*, Alianza Editorial, Madrid, 1979.
- D'acramont A., *Poesía social del siglo XX*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1971.
- D'acramont, A., *Las más bellas poesías para recitar*, Ed. Ercilla, Santiago de Chile, 1970.
- D'ors E., *Lo Barroco*, Ed. Aguilar, Madrid, 1964.
- Damaso A., *Cancionero y romancero español*, Salvat Editores, Buenos Aires, 1970.
- Donghi H. T., *Martín Fierro y sus dos mundos*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1968.
- Donoso J., *El jardín de al lado*, Ed. Seix Barral, Barcelona, 1981.
- Donoso J., *El lugar sin límites*, Ed. Seix Barral, Barcelona, 1967.
- Donoso J., *La desesperanza*, Ed. Seix Barral, Barcelona, 1986.
- Eco U., *Como se hace una tesis*, Ed. Gedisa, Barcelona, 1998.
- Eco U., *El nombre de la rosa*, Ed. Lumen, Ediciones de la Flor, Buenos Aires, 1998.
- Éluard P., *Obras escogidas*, t.1, Ed. Platina, Buenos Aires, 1962.
- Estrada M.E., *Muerte y transfiguración de Martín Fierro*, Fondo de Cultura, Buenos Aires, 1948.
- Estrada M.E., *Radiografía de la pampa*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1983.
- Eurípides, *Las troyanas*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1967.
- Feinman J.P., *Astucia de la razón*, Ed. Aguilar, Buenos Aires, 1990.
- Feinman J.P., *Crítica de las armas*, Ed. Norma, Buenos Aires, 2002.
- Fornet A., *Antología del cuento cubano contemporáneo*, Ed. Era, Méjico, 1967.
- García Lorca F., *Antología poética*, Unidad Editorial, Madrid, 1998.
- García M.G., *Cien años de soledad*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1967.
- García M.G., *Crónica de una muerte anunciada*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1981.
- García M.G., *Del amor y otros demonios*, Ed. Sudamericana, Barcelona, 1994.
- García M.G., *Isabel viendo llover en Macondo*, Ed. Estuario, Sudamericana, Buenos Aires, 1967.



- García M.G., *La mala hora*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1968.
- Gelman J., *Poesía social del siglo XX*, Antología, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1971.
- Girondo O., *Veinte poemas para ser leídos en el tranvía*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1922.
- Harss L., *Los nuestros*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1978.
- Hernandez, J., *El gaucho Martín Fierro. La vuelta de Martín Fierro*, Ed. Planeta, Buenos Aires, 2000.
- Hesse H., *El lobo estepario*, Ed. El Ateneo, Buenos Aires, 1978.
- Hesse H., *Juego de abalorios*, Ed. Santiago Rueda, Buenos Aires, 1967.
- Hesse H., *Siddhartha*, Ed. Bruguera, Barcelona, 1980.
- Homero, *La Illiada*, Ed. Juventud, Barcelona, 1972.
- Homero, *La Odisea*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1976.
- Hughes J., *Arte y sentido de Martín Fierro*, Ed. Castalia, Madrid, 1970.
- Joyce J., *Ulises*, t.2., Ed. Bruguera, Barcelona, 1979.
- Kafka F., *El castillo*, Ed. Emecé, Buenos Aires, 1968.
- Kafka F., *La metamorfosis*, Ediciones Nuevo Mar, Méjico, 1978.
- Lope de Vega F., *Fuenteovejuna y sonetos*, Ed. Santiago limitada y Rba, Buenos Aires, 1987.
- Lugones L., *El payador*, Ed. Centurión, Buenos Aires, 1948.
- Malé E., *El arte religioso del siglo XII al XVIII*, Ed del Fce, Méjico Buenos Aires, 1952.
- Mallea E., *Historia de una pasión argentina*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1961.
- Marechal L., *Adán Buenosayres*, Colección Piragua, Ed. Sudamericana, 1967.
- Mugica L.M., *Aquí vivieron*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1962.
- Mugica L.M., *Bomarzo*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1968.
- Mugica L.M., *Misteriosa Buenos Aires*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1981.
- Neruda P., *20 poemas de amor y una canción desesperada*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1963.
- Neruda P., *Canto general*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1955.
- Neruda P., *Odas elementales*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1958.
- Padura L., *La isla infinita*, in «Revista Cubana de Poesía», s/f s/editorial.
- Padura L., *La puerta de Alcalá*, Ed. Olalla, Madrid, 1998.
- Paz O., *Sor Juana Inés de la Cruz. Las trampas de la fé*, ed del Fce, Méjico, 1982.
- Pellegrini A., *Antología de la poesía surrealista*, Ed. Argonauta, Barcelona Buenos Aires, 1981.
- Pellegrini A., *Mallarmé poesía*, Ed. Librería Fausto, Buenos Aires, 1975.
- Perec G., *La vida instrucciones de uso*, Ed. Anagrama, Barcelona, 1992.
- Posse A., *Los perros del paraíso*, Ed. Emecé, Buenos Aires, 1983.
- Pound, E., *El arte de la poesía*, Ed. Joaquín Mortiz, Méjico, 1970.
- Prieto A., *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1988.
- Proust M., *La memoria involuntaria*, selección de Luis Antonio de Villena, Cs Ediciones, Buenos Aires, 1988.
- Quiroga H., *Cuentos de la selva*, Ed. Biblioteca Página 12, Buenos Aires, s/f.



- Racedo G., *El gaucho. Formación, significancia y vigencia de un mito*, Ed. Universitas Libros, Córdoba, Argentina, 2008.
- Racedo, G., *Rimbaud. Sus veinte mejores poemas*, traducción libre, Ed. Sedusa, Buenos Aires, 2007.
- Rimbaud, G., *Oeuvres complètes*, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, París, 1972.
- Rivera A., *El farmer*, Ed. Alfaguara, Buenos Aires, 1996.
- Rivera A., *La revolución es un sueño eterno*, Ed. Alfaguara, Buenos Aires, 1993.
- Roa Bastos A., *Yo, el supremo*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1989.
- Rojas R., *Historia de la literatura argentina*, t.1, Los Gauchescos, Ed. Losada, Buenos Aires, 1948.
- Rulfo J., *Llano en llamas*, Ed. Fce, Méjico, 1970.
- Sábato E., *Sobre héroes y tumbas*, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1965.
- Sarmiento D.F., *Facundo. Civilización y barbarie*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1967.
- Sartre J.P., *Teatro Completo*, 4 Tomos, t.1, *Las moscas*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1968.
- Storni A., *Poesías de Alfonsina Storni*, Eudeba, Buenos Aires, 1965.
- Vargas Llosa M., *La casa verde*, José Godard Editor, Sudamericana, Lima-Perú, s/f.
- Vargas Llosa M., *La guerra del fin del mundo*, Ed. Seix Barral, Barcelona, 1981.
- Vargas Llosa M., *Los cachorros*, Ed. Lumen, Buenos Aires, 1970.
- Yañez M., *Album de poetizas cubanas*, Ed. Letras Cubanas, La Habana, 1997.



Recensioni e commenti

*Recensioni di volumi, riflessioni e commenti su eventi di particolare interesse riferiti all'America Latina - tavole rotonde, seminari, convegni e manifestazioni - potranno essere inviati al consueto indirizzo mail (csal@units.it), mentre i volumi potranno essere recapitati all'indirizzo postale riportato in seconda pagina di copertina. I materiali che perverranno alla Redazione verranno valutati ed eventualmente pubblicati nel primo numero in uscita di *Visioni LatinoAmericane*.*

I libri ricevuti verranno segnalati in apposita rubrica.

F. Capelli, *L'estate che uno diventa grande*, Sinnos Editrice, Roma, 2010, 105 p.

Il padre propone a Saverio di accompagnarlo in un viaggio di lavoro a Buenos Aires, in Argentina. Una vacanza estiva dal sapore invernale, vissuta dove le stagioni si capovolgono, nell'emisfero australe. Un viaggio che non rende felice il diciassettenne, che avrebbe altri progetti per le sue agognate vacanze. Ma il padre entusiasta dell'idea ha preparato tutto e Saverio, al suo arrivo, incontra la giovane e carina Rosana, figlia del socio d'affari del padre, che subito gli promette: «Domani inizierò a mostrarti la mia città e a farti conoscere quello che i turisti di solito non vedono. Spero solo di riuscire a rendere indimenticabile questo viaggio».

Questo è l'incipit di *L'estate che uno diventa grande*, una sorta di breve romanzo di formazione in cui il protagonista, il giovane Saverio, si confronterà con una realtà diversa, una realtà tremenda e affascinante al tempo stesso, una realtà che davvero trasformerà il viaggio di questo diciassettenne nell'*estate in cui uno diventa grande*...

Un viaggio, espediente letterario che spesso viene utilizzato in questo genere di racconti, nella contemporaneità e nella memoria storica di un Paese che nonostante lo scorrere del tempo piange ancora le ferite di una vicenda che continua ad agitarsi drammaticamente nelle menti degli argentini. Chiunque cammini per le strade di Buenos Aires, il turista organizzato, il viaggiatore di «professione» o l'uomo d'affari, può imbattersi nelle targhe che evocano i nomi delle persone scomparse, dei *desaparecidos*, di coloro che da un giorno all'altro sono «stati fatti scomparire» perché colpevoli di pensare in modo differente. Targhe che non si limitano ad indicare tristemente un nome, ma ci segnalano i marciapiedi calpestati dall'orrore, alcuni fra i luoghi in cui la follia umana ha dato il meglio di sé.

Tra il 1976 e il 1983 l'Argentina soffrì la dittatura dei generali che causò la sparizione e l'uccisione di circa 30 mila persone perlopiù giovani, i *desaparecidos* appunto. Persone che avevano delle madri, *las madres*, che furono le uniche a rompere il silenzio durante gli anni dell'oppressione militare, chiedendo di riavere i propri figli. Iniziarono a incontrarsi in Plaza de Mayo, di fronte alla Casa Rosada, il simbolo del potere argentino, per organizzarsi e condividere le loro vicende. Vennero tacciate di essere pazze e di cospirare contro il «governo». Il divieto di riunirsi imposto dalla dittatura le



costrinse a camminare senza sosta intorno alla Piramide, un piccolo obelisco costruito per celebrare il primo anniversario dell'indipendenza di Buenos Aires dalla Spagna. Erano riconoscibili perché portavano legati alla testa i pannolini dei loro figli, ma soprattutto perché manifestavano con forza l'amore per i figli scomparsi, pretendendo a gran voce verità e giustizia. Avevano il mondo contro. Dal 1977 ad oggi sono passati più di 30 anni e queste madri ancora si incontrano nello stesso posto, sempre di giovedì e sempre a *las tres de la tarde*, per tenere vivo il ricordo dei propri figli.

Ecco allora che Plaza de Mayo, custode della storia recente dell'Argentina, diviene il luogo ideale da cui partire per conoscere e comprendere un Paese così lontano. Alle tre del pomeriggio di un giovedì qualsiasi Saverio visita la piazza e il celebre balcone della Casa Rosada da cui si affacciarono più volte Evita Peron e numerosi altri presidenti della repubblica argentina. Ma soprattutto si trova dinanzi a *las madres*, le testimoni di una tragedia e di un infinito amore.

Grazie alla guida di Rosana, Buenos Aires inizia a svelarsi al protagonista: il tango, la moltitudine di librerie, Mafalda, il *mate*, i monumenti, i quartieri La Boca e Palermo, Che Guevara, il *dulce de leche*, il delta del Tigre. Molti turisti potrebbero testimoniare di aver visitato questi posti, di aver assaggiato il *mate* e il *dulce de leche*, di aver ballato il tango o visto ballare i *tangueros*, di conoscere le storie di Evita Peron, Ernesto Guevara de la Serna e Maradona, di sapere chi è Mafalda, ma la storia che dà luogo ai personaggi e agli eventi è un'altra cosa, e questo Rosana lo sa bene. Convinta che perdere la memoria storica del proprio Paese sia estremamente pericoloso, coinvolge Saverio in un percorso turistico diverso da quelli proposti dai *tour operator* per rendere davvero indimenticabile il viaggio dell'amico italiano

Porta Saverio a visitare e a conoscere la storia dell'hotel Bauen che, da hotel di lusso prodotto della dittatura, si è convertito in albergo gestito da una cooperativa di lavoratori a seguito della grave crisi economica e finanziaria argentina del 2001.

A questo proposito, Rosana gli racconta dei *cacerolazo*, delle proteste con i coperchi di pentole battuti l'uno contro l'altro, delle baraccopoli, dei *cartoneros* che per vivere raccolgono l'immondizia per poi rivendere tutto ciò che è riciclabile. E poi ancora dei Mondiali di calcio del 1978, dei voli della morte, dei centri di detenzione come l'*Esma* e delle *Abuelas* de Plaza de Mayo, nonne alla perenne ricerca di verità sui neonati strappati alle giovani figlie recluse nei centri di detenzione clandestina per venderli o darli in adozione a famiglie di «veri argentini». Nonne che, al pari delle madri, rivendicano l'elementare diritto alla verità e ad una identità negata.

Più il racconto di Rosana si fa incalzante più Saverio viene coinvolto in un viaggio nella memoria, legato indissolubilmente ad un profondo desiderio di verità. Assieme inizieranno una ricerca che li condurrà a scoprire gli scheletri nell'armadio della ricca e borghese famiglia di Rosana e a vivere un'esperienza che li unirà al di là delle distanze fisiche, anche quando Saverio ritornerà in Italia.

Ciò che colpisce maggiormente di questa storia è il percorso di crescita dei due giovani. Attraversando intensamente il sentiero della memoria, Saverio e Rosana maturano un'esperienza che insegna loro come grazie alla conoscenza e alla comprensione sia possibile diventare adulti. Nel bene e nel male, i due protagonisti condividono una



ricerca che non si limita ad essere storica, ma diviene riflessione su temi importanti come quelli della giustizia, dell'identità e dell'amore .

Il romanzo della Capelli si legge con i tempi di tale ricerca, incalzanti sia dal punto di vista storico che da quello personale dei due giovani protagonisti, coinvolgendo il lettore come i protagonisti e conducendo lentamente a scoprire delle verità che sono sempre accompagnate da quegli gli elementi di conoscenza che sono sempre necessari per contestualizzare storicamente qualsiasi narrazione.

Sono molti i romanzi destinati ad un pubblico maturo che raccontano la dittatura argentina e le vicende dei *desaparecidos*, ma essendo un romanzo principalmente destinato ad un pubblico giovane, *L'estate che uno diventa grande* permette di avvicinarsi a questa realtà con estrema delicatezza. Si ritiene che uno dei meriti del volume sia proprio questa scelta di stile nella narrazione, che riesce a descrivere storicamente quei tragici avvenimenti senza scadere nel facile pietismo, puntando piuttosto su un coinvolgimento emotivo fatto di sentimento e conoscenza.

Da segnalare, come ulteriore pregio ascrivibile all'Autrice, la schematica ed interessante appendice sulla storia della difficile conquista della democrazia in Argentina e la sezione «per Saperne di più», che segnala libri, film e siti web utili per approfondire varie tematiche che riguardano l'Argentina. Indicazioni e suggerimenti mai banali che permettono un reale approfondimento delle vicende raccontate nel romanzo.

Barbara D'Introno



Hanno collaborato a questo numero

Daniele Benzi

Tras una estancia de investigación en Cuba, Venezuela y Bolivia, actualmente se está especializando en estudios latinoamericanos en la Unam (Universidad nacional autónoma de México). Acaba de presentar su tesis doctoral sobre *Cooperación y desarrollo al atardecer del neoliberalismo: una aproximación al Alba* en el Departamento de sociología y ciencia política de la Universidad de Calabria. Colabora con la revista mexicana «Reuelta», el proyecto «Agorá» de Flacso-Ecuador y con la revista on-line de la Asociación cultural Punto Rosso.

Luca Bianchi

Dottorando in Scienze integrate per la sostenibilità territoriale dell'Università degli studi di Trieste.

Antonio Casamento

Lettore *vacataire*, Université Stendhal Grenoble 3, Francia.

Luiz Antônio Cunha

Professor titular de Sociologia da educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro onde coordena o Observatório da laicidade do Estado. É membro do Conselho nacional de educação em Brasília.

Barbara D'Introno

Psicologa, è impegnata nel Progetto Stella Polare dove si occupa di immigrazione femminile.

Caterina Dolcher

Avvocato è stata, dal 2003 al 2008, difensore civico della Regione Friuli Venezia Giulia e, per alcuni anni, professore a contratto di Diritto di famiglia presso l'Università degli studi di Trieste. Si è occupata di rapporti fra il cittadino e la Pubblica amministrazione pubblicando alcuni saggi in materia.

João Marcelo Martins Calaça

Especialista em Direito do trabalho e processo do trabalho, exerce a função de analista judiciário no Tribunal regional do trabalho do Rio de Janeiro. É pós-graduado em Finanças internacionais e política macroeconômica, Fundação Getúlio Vargas (Brasil), e em Relações econômicas internacionais, Universidade politécnica de Madrid. Esta cursando o mestrado em Integração económica internacional e União Européia, Universidad politecnica de Madrid.



Ana Maruchniak

Nacida a Ried en Austria, nacionalizada Argentina, trabajador social en Buenos Aires, con alta experiencia laboral en varias instituciones y universidades, como docente y coordinador en el área social.

Ana Cecilia Prenz Kopušar

Ricercatrice di Letteratura spagnola presso la Facoltà di lettere e filosofia dell'Università di Trieste.

Graciela Racedo

Profesora universitaria de Historia en la Usal-Universidad del Salvador, Buenos Aires. Por su ensayo, *El gaucho. Formación, significancia y vigencia de un mito*, obtuvo en el 2005 el Premio Eduardo Mallea del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.

Emir Sader

Professor de Política na Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador do Curso de especialização em Políticas sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Atualmente dirige o Laboratório de políticas públicas na Uerj, onde é professor de sociologia.

Margherita Villa

Architetto bioclimatico. Ha svolto attività professionali in alcuni Paesi africani. Attualmente collabora con due Ong per progetti nel settore energetico.

